



# ORÇAMENTO. 2026

Anexo Empresas Municipais





33


# **Instrumentos de Gestão Previsional**

2026-2030



# ÍNDICE

I.	PREÂMBULO.....	1
II.	PLANOS PLURIANUAIS.....	9
A.	ENQUADRAMENTO.....	10
B.	PLANO DE ATIVIDADES ANUAL E PLURIANUAL.....	12
1.	SUSTENTABILIDADE REGENERATIVA.....	12
2.	GESTÃO DO PARQUE HABITACIONAL.....	16
3.	PROJETOS, OBRAS E MANUTENÇÃO DO PARQUE DE HABITAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.....	22
4.	REPARTIÇÃO DO ORÇAMENTO POR ATIVIDADE.....	28
C.	PLANO DE INVESTIMENTO ANUAL E PLURIANUAL.....	31
1.	PLANO DE INVESTIMENTO PARA O PERÍODO 2026-2030.....	31
2.	PLANO DE RECURSOS HUMANOS PARA O PERÍODO 2026-2030.....	33
D.	PLANO FINANCEIRO ANUAL E PLURIANUAL.....	37
III.	DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS PREVISIONAIS PARA O PERÍODO 2026-2030.....	41
A.	NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO PARA O ANO 2026 / PRESSUPOSTOS.....	41
B.	DEMONSTRAÇÃO ORÇAMENTAL PREVISIONAL DA RECEITA.....	42
C.	DEMONSTRAÇÃO ORÇAMENTAL PREVISIONAL DA DESPESA.....	43
D.	PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO.....	44
IV.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA O.....	45
A.	NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO PARA O PERÍODO 2026-2030 E PRESSUPOSTOS.....	46
B.	ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL.....	59
C.	ORÇAMENTO DE TESOURARIA PREVISIONAL.....	60
D.	BALANÇO PREVISIONAL.....	61
V.	ANEXO I – Contrato de Manutenção de Equipamentos, Edifícios e Infraestruturas para o Triénio 2026-2028.....	63
VI.	ANEXO II – Parecer do Fiscal Único.....	64





## I. Preâmbulo



A CMPH – DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM (doravante Domus Social), tem como objeto social a “(...) promoção do desenvolvimento da cidade do Porto na área da habitação, compreendendo a gestão do parque de habitação pública municipal de interesse social, independentemente do regime de ocupação e natureza das rendas devidas, a manutenção e conservação de todo o património imobiliário, equipamentos e infraestruturas municipais” nomeadamente o Parque Escolar Público Municipal, os Edifícios das Unidades de Saúde Familiar e os designados Edifícios dos Serviços Municipais. Contempla ainda nos seus estatutos “(...) a elaboração, desenvolvimento e implementação de projetos na área social”.

Para “a promoção do desenvolvimento da cidade do Porto na área da habitação”, a Domus Social orienta-se estrategicamente, naturalmente, a partir da(s) política(s) de habitação definidas pela Câmara Municipal do Porto (CMP), as quais constituem o quadro de referência que molda a sua atuação. A prossecução deste desiderato “inclui, designadamente:

- a) aquisição, promoção, gestão, construção, reabilitação e renovação do parque habitacional do Município do Porto [MP] destinado à habitação de interesse social;
- b) fomento e a execução de programas de habitação a custos controlados;
- c) implementação e concretização de programas de reabilitação, renovação ou reconstrução de habitações degradadas destinadas à habitação de interesse social;
- d) intervenção para melhoria do espaço público envolvente e a modernização das infraestruturas urbanas que conheçam uma conexão material com a função habitacional destinada à habitação de interesse social.”

A concretização do objeto social da empresa compreende, particularmente, três eixos. O primeiro refere-se à “(...) gestão do parque de habitação pública municipal de interesse social” e “abrange, designadamente, as funções de:

- a) Regulamentar, organizar e executar os processos de aquisição, atribuição, alienação e cessação da ocupação de prédios e frações habitacionais e não habitacionais, compreendidas no parque habitacional destinado à habitação de interesse social;
- b) Assegurar a correta ocupação de todos os espaços;

- c) Executar todo o processo administrativo de cobrança de rendas e outros quantitativos que sejam devidos;
- d) Elaborar propostas de atualização de taxas e rendas;
- e) Assegurar a ligação com as entidades promotoras e gestoras de habitação de interesse social.”

O segundo destes eixos é cumprido assegurando “(...) a manutenção e conservação, ..., de todos os edifícios, equipamentos instalações e infraestruturas, integrados no domínio público e privado cuja gestão seja do Município do Porto” através das orientações definidas pelo acionista único (e pelos diferentes atores que constituem o universo camarário). A atividade a desenvolver em 2026 visa assegurar, com elevada eficácia, a manutenção e conservação integral do património imobiliário, equipamentos e infraestruturas municipais, designadamente o Parque Escolar Público, as Unidades de Saúde Familiar e os Edifícios dos Serviços Municipais. Assim, a estratégia de intervenção da empresa para o período de projeção conduzirá a que se defina um plano de intervenções no património imobiliário municipal para assegurar as respostas que o acionista pretende obter nesta área.

Por último, o objeto social da empresa é também observado pela “(...) a elaboração, desenvolvimento e implementação de projetos na área social”, que compreende:

- a) O apoio a projetos e ao desenvolvimento e manutenção de equipamentos que tenham por fim a promoção social e da qualidade de vida dos inquilinos municipais;
- b) A elaboração, desenvolvimento e/ou apoio a projetos no domínio social e sociocultural.

Enquadrada no seu objeto social, a Domus Social apresenta nos Instrumentos de Gestão Previsional 2026-2030 a sua orientação estratégica para um período marcado por incerteza e exigência de adaptação. A estratégia definida assenta em três vetores complementares, que refletem o compromisso da Administração com uma gestão pública eficiente, inclusiva e sustentável.

O primeiro vetor traduz a centralidade da sustentabilidade regenerativa e o alinhamento com a Agenda 2030. Esta visão é integrada de forma transversal nos processos, sistemas e práticas de gestão, reforçando o propósito de gerar impacto social positivo, reduzir a pegada ambiental e promover a criação de valor partilhado. A auscultação das partes interessadas, a capacitação das

peçoas, a evolução da contratação pública para modelos circulares e ecológicos e a consolidação da transição digital sustentam este percurso, em estreita consonância com as prioridades do Município.

A materialização desta visão estratégica encontra no atual quadro de financiamento comunitário, simultaneamente, uma oportunidade ímpar e um desafio operacional de elevada exigência. O corrente ano foi particularmente exigente para que o cumprimento das metas definidas no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) sejam rigorosamente cumpridas em 2026. Foi exigida, perante o aproximar do final do PRR, uma gestão com forte controlo operacional dos processos para que as candidaturas efetuadas pelo Município do Porto, no âmbito dos programas que a DomusSocial acompanha, assegurem o cumprimento dos objetivos definidos. Essa exigência condicionará igualmente a gestão das intervenções candidatas durante o primeiro semestre de 2026, e, no segundo semestre, exercerá pressão para a resolução financeira destes processos.

Os outros programas comunitários em execução — nomeadamente Portugal 2030, HORIZON e LIFE — evidenciam uma notória convergência nas temáticas da eficiência energética e da reabilitação, antecipando-se uma crescente pressão europeia para o cumprimento das metas ambientais, bem como um aumento das oportunidades de financiamento e de colaboração internacional para alcançar estes objetivos de investigação e desenvolvimento.

O segundo vetor centra-se na gestão do Parque de Habitação Pública Municipal e na política habitacional centrada nas pessoas. A empresa prossegue a modernização contínua da gestão, passando de um modelo reativo para uma abordagem planeada e preventiva, suportada por sistemas de informação avançados e processos internos mais estruturados. A transformação digital, incluindo a adoção de modelos de contacto único e de processos acessíveis ao cidadão, reforça a proximidade com os inquilinos e assegura uma relação mais simples, ágil e participativa.

Neste domínio, a Domus Social mantém a atenção às dimensões social e comunitária, como exemplifica o programa “Porto Solidário – Fundo Municipal de Emergência Social – Eixo Apoio à Habitação”, garantindo apoio a famílias em situação de vulnerabilidade. A empresa continuará a aplicar os recursos financeiros de forma criteriosa e eficiente, promovendo manutenção preventiva e corretiva, equilíbrio económico e financeiro e a integração plena das famílias nos conjuntos habitacionais municipais, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida.



O terceiro vetor interliga-se com o anterior e diz respeito à revitalização dos espaços públicos dos conjuntos habitacionais municipais. A Domus Social prevê investimentos significativos na melhoria dos bairros existentes, incorporando soluções que promovam sustentabilidade, qualidade ambiental e bem-estar comunitário. Os projetos serão alinhados com a estratégia municipal e com os compromissos climáticos, circulares e de neutralidade carbónica, reforçando a coerência entre políticas locais, nacionais e europeias. A certificação ambiental SITES, prevista para o arranjo urbanístico do Bairro da Pasteleira, exemplifica o esforço de integração da sustentabilidade regenerativa nas intervenções urbanísticas.

Com esta estratégia integrada - sustentabilidade regenerativa, gestão habitacional e revitalização urbana - a Domus Social reafirma o seu compromisso com o bem-estar das pessoas, a coesão social, a transição climática e digital e o futuro sustentável da cidade. Orientada por valores sólidos - Pessoas, Ética, Transparência e Justiça Social - a empresa consolida-se como referência na gestão pública municipal, pioneira na promoção de integridade, inovação e excelência no serviço à comunidade.

Ancoramos o nosso percurso nesta estratégia e, exemplo disso, em 2025 a Domus Social reforçou, significativamente, o seu contributo estratégico através da priorização na implementação do Sistema de Gestão Anticorrupção, conforme o normativo referencial ISO 37001. Este investimento consolidou o nosso compromisso com os mais elevados padrões de ética, integridade, responsabilidade e transparência, fortaleceu o modelo de controlo interno e reforçou a confiança e credibilidade junto de todos aqueles com quem colabora e interage.

A Domus Social torna-se, assim, na primeira empresa municipal do Porto, a obter a certificação do Sistema de Gestão Anticorrupção. Este relevante mérito, reforça o papel pioneiro na promoção de uma cultura sólida de integridade e distingue-nos como referência no setor público empresarial, evidenciando o compromisso contínuo com padrões de excelência e com a adoção das melhores práticas.

Por outro lado, a atenção dada ao atual contexto nacional, fortemente caracterizado pela publicação sucessiva de diplomas legislativos e pela crescente complexidade normativa e de escrutínio legal, conduziu à implementação de um modelo estruturado de avaliação do risco jurídico. Sendo o risco jurídico, a possibilidade de a organização ser sancionada ou estar envolvida em litígios, com origem

em situações de incumprimento legal ou contratual, ou resultante de interpretações equivocadas, que podem determinar consequências legais, o modelo criado permitiu reforçar a capacidade de antecipação de contingências, melhorar a tomada de decisão em áreas críticas e assegurar uma gestão mais eficiente e transparente das responsabilidades legais. Ao identificar e avaliar os riscos legais associados à atividade jurídica, a organização pode tomar medidas proativas para evitar exposição a litígios, multas, penalidades, etc., além de minimizar o risco de responsabilidade civil e criminal da organização e dos trabalhadores.

Esta ferramenta estratégica de apoio à tomada de decisões mais seguras e informadas, assegura a conformidade legal das operações e contribui ativamente para a construção de valor, antecipando riscos, promovendo eficiência regulatória e garantindo que as decisões estratégicas assentam em bases jurídicas sólidas e seguras.

No âmbito da Gestão de Pessoas, e após a empresa ter sido distinguida como *Great Place to Work* 2024/2025, reconhecemos que a exigência relativamente às melhores práticas de gestão de pessoas elevou-se de forma significativa. Mantemos o compromisso de continuar a aprender e a inovar diariamente, promovendo ferramentas e metodologias que reforcem o desenvolvimento das nossas pessoas e fomentem um ambiente de trabalho centrado no bem-estar, na felicidade e no equilíbrio entre vida profissional, familiar e pessoal. A recente certificação pela Norma NP 4552:2022 constitui um marco relevante no nosso percurso, confirmando a aposta contínua na conciliação e em conceitos como o de *Human Sustainability* como pilares da nossa atuação. Nos próximos anos, propomo-nos assumir desafios que consolidem estes princípios, integrando de forma harmoniosa práticas sustentáveis, saudáveis e humanizadas que fortaleçam tanto o compromisso dos/as colaboradores/as como o sucesso da organização.

Quanto à Comunicação interna e externa da empresa no período 2026-2030, pretende-se reforçar o seu papel de aliado estratégico na modernização interna e na promoção de uma gestão sustentável e responsável de recursos.

Neste âmbito, propomos transformar os processos de comunicação e documentação em fluxos digitais, interativos e eficientes, reduzindo progressivamente o uso de papel, minimizando desperdício e promovendo a economia de recursos.

Internamente, pretendemos já avançar, em 2026, com o lançamento de uma *corporate TV*, um espaço para a divulgação de informação institucional, procedimentos internos, boas práticas, atualizações sobre manutenção, sustentabilidade, vida comunitária e cultura organizacional. Isto permitirá comunicação mais ágil, reduzirá a dependência de materiais impressos e reforçará a coesão interna. Na comunicação externa, garantir que todas as iniciativas acompanhem uma lógica de responsabilidade ambiental e economia circular: menos impressos, mais conteúdos digitais, reutilização de recursos e *design* sustentável, e priorização de materiais e estratégias conscientes.

Para além da desmaterialização, a comunicação deverá continuar a exercer um papel ativo na valorização da comunidade e no fortalecimento da identidade coletiva dos bairros municipais, como tem feito, aliás, desde sempre. Incentivar e promover iniciativas culturais, artísticas ou visuais que deem visibilidade à habitação social e à vida comunitária, continuará a ser prioridade. Esta dimensão da comunicação reforça o compromisso da Domus Social não só com a habitação, mas também com a coesão social, identidade comunitária e dignificação dos bairros.

Por outro lado, é também necessário continuar a dar palco à vertente material que resulta do investimento do Município e das suas políticas de habitação, divulgando todos os projetos de construção, reabilitação e intervenção diversa da Domus Social no edificado do parque habitacional.

A estratégia da empresa visa aplicar de forma economicamente vantajosa o conjunto de meios financeiros ao seu dispor, mantendo uma clara segregação funcional: os recursos da CMP destinam-se à reabilitação do edificado, enquanto a autossustentabilidade da estrutura e da manutenção corrente deve ser assegurada pelas receitas próprias da atividade de arrendamento. A concretização deste modelo exige uma monitorização contínua, onde o Controlo de Gestão desempenha um papel central na validação do desempenho organizacional e no apoio à tomada de decisão.

Consequentemente, a prossecução da estratégia empresarial estará intrinsecamente ligada a uma política ativa de controlo de custos e eficiência operacional. Através de indicadores de gestão precisos, a empresa procurará otimizar o investimento na manutenção preventiva e na estrutura fixa, garantindo que o rigor na despesa se traduz diretamente na solidez do equilíbrio económico-financeiro e na capacidade de manter os níveis de serviço prestados à comunidade.

Em linha com a exigência de rigor, o orçamento reflete uma aposta inequívoca na modernização tecnológica como motor de eficiência operacional. A estratégia privilegia a desmaterialização e a automação de processos, visando a agilização de procedimentos e uma maior flexibilização da estrutura para responder prontamente aos desafios. Este ecossistema digital será sustentado por soluções de *Business Intelligence* (BI), que permitirão qualificar a tomada de decisão com dados em tempo real, e alicerçado num reforço robusto da cibersegurança, garantindo a integridade da informação e a resiliência da empresa num contexto cada vez mais exigente.

Neste enquadramento e conforme o estabelecido na alínea e) do artigo 15.º e artigo 23.º dos Estatutos da CMPH – Domus Social – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM e no artigo 42.º n.º 1, da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, o Conselho de Administração (CA) apresenta os IGP para o período 2026-2030, cujo rédito inclui uma verba de subsídio à exploração conforme apresentado na nota II-B-3 e no Contrato Programa a celebrar.

O acompanhamento e controlo da CMP bem como as funções de administração e fiscalização estão definidos na Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto e nos Estatutos da Empresa.

Relembre-se que o sistema contabilístico adotado pela Domus Social respeita o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado no Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro e respetivas alterações subsequentes, integrando as Normas de Contabilidade Pública, bem como a demais legislação aplicável, orientando e conduzindo a gestão da empresa, permitindo um controlo orçamental permanente, bem como o seu fácil escrutínio, e possibilitando uma análise franca dos diferentes valores patrimoniais que a empresa governa.

As demonstrações financeiras incorporadas nos IGP foram preparadas conforme os seguintes pressupostos: regime do acréscimo (periodização económica) e da continuidade.

As características qualitativas da informação disponível são atributos que tornam as demonstrações financeiras úteis e pertinentes para os diferentes *stakeholders* com que a empresa lida. Nesse sentido, toda a informação integrante das mesmas é caracterizada pelos atributos da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.



## II. Planos Plurianuais

4

## A. ENQUADRAMENTO

Este documento foi elaborado tendo em conta os seguintes parâmetros e objetivos para 2026:

### Parâmetros:

- i. O fluxo líquido de receitas da atividade corrente da empresa assegurará a manutenção preventiva e corretiva do Parque de Habitação Pública Municipal, e ainda a cobertura financeira dos gastos de estrutura da empresa afetos a essa atividade;
- ii. A dotação financeira fixada pela CMP em Contrato, e que consta do Orçamento do Município aprovado pelo Executivo, para ações de reabilitação do Parque de Habitação Pública Municipal incluindo a reabilitação do interior de casas devolutas, e para atividades de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos públicos municipais bem como a cobertura financeira dos gastos de estrutura da empresa afetos a estas atividades;
- iii. A experiência adquirida nos anos anteriores na gestão de responsabilidades decorrentes do contrato programa, nomeadamente na gestão do parque habitacional e na gestão e manutenção dos edifícios, equipamentos, instalações e infraestruturas, adotando os princípios da sustentabilidade regenerativa;
- iv. A base de dados relativa ao património sob gestão e sua ocupação;
- v. O prazo de pagamento a fornecedores, constante dos orçamentos anuais e plurianuais, será de 5 dias;
- vi. O prazo de recebimento foi estimado em 10 dias;
- vii. A taxa de inflação estimada em 1,8%;
- viii. O coeficiente de atualização de rendas de 1,0224;
- ix. A taxa nominal média de crescimento salarial de 3,06%.

### Objetivos Gerais:

1. Eficiência, Rigor e Controlo de Gestão
  - a. Orientação da atividade para a otimização dos recursos e maximização da eficiência, visando alcançar uma elevada taxa de execução orçamental;

- b. Incremento da produtividade e sustentabilidade económica através de um rigoroso sistema de Controlo de Gestão e de custos, com foco na racionalização dos recursos disponíveis;
  - c. Reforço do Sistema de Controlo Interno, assegurando a transparência, auditabilidade e a defesa do interesse público nas relações com todos os *stakeholders*.
2. Inovação, Tecnologia e Capital Humano
- d. Aceleração da Transformação Digital, integrando ferramentas de *Business Intelligence* (BI), automação e desmaterialização de processos, garantindo simultaneamente a robustez da cibersegurança;
  - e. Valorização do capital humano, através de uma aposta contínua na formação profissional e comportamental;
  - f. Consolidação da cultura de mérito e responsabilidade através da avaliação de desempenho profissional com fixação de objetivos claros e mensuráveis.
3. Missão Social e Estratégia Municipal
- g. Alinhamento total da gestão com a estratégia do Município do Porto, respondendo proactivamente aos desafios ambientais, sociais e de coesão territorial da cidade;
  - h. Gestão integrada e humana do Parque de Habitação Pública Municipal, assegurando uma ocupação baseada em critérios estritos de legalidade, justiça e equidade social;
  - i. Qualificação e intervenção no espaço público envolvente do Parque de Habitação, promovendo a qualidade de vida e a integração comunitária.
4. Sustentabilidade e Valorização do Património
- j. Implementação generalizada e sistemática de planos de Manutenção Preventiva, visando a conservação do edificado e a redução de custos a longo prazo;
  - k. Integração da sustentabilidade regenerativa na atividade da empresa, promovendo a eficiência energética, a resiliência climática e a valorização ambiental do património gerido.

## B. PLANO DE ATIVIDADES ANUAL E PLURIANUAL

### 1. SUSTENTABILIDADE REGENERATIVA

A Estratégia de Sustentabilidade Regenerativa da Domus Social para o período abrangido pelo presente Instrumento de Gestão Previsional assenta numa abordagem integrada, transversal e orientada para a criação de valor duradouro, no âmbito ambiental, social, cultural e económico. Esta estratégia estrutura-se em três pilares fundamentais, que se interligam e reforçam mutuamente: Gestão, Reabilitação e Manutenção do Edificado e Espaço Público; Criação de Valor; e Pessoas e Responsabilidade Social.

#### 1. Gestão, Reabilitação e Manutenção do Edificado e Espaço Público

Este pilar constitui a base operacional da sustentabilidade regenerativa, orientando-se para a transformação contínua do parque habitacional e dos espaços públicos sob gestão municipal. Integra as intervenções físicas e a gestão patrimonial numa lógica de longo prazo, garantindo a eficiência, a resiliência e o desempenho ambiental dos ativos.

Neste contexto, destacam-se, entre outros:

- i) A grande reabilitação do património habitacional, com intervenções que promovem a eficiência energética, o conforto térmico, a melhoria da qualidade construtiva e a extensão da vida útil dos edifícios;
- ii) A implementação de soluções baseadas na natureza nos espaços públicos, incluindo drenagens sustentáveis (bacias de retenção e telhados verdes), pavimentos permeáveis e reforço da biodiversidade urbana através da utilização de espécies autóctones e criação de corredores verdes;
- iii) A adoção de práticas de economia circular, promovendo a redução, reutilização e valorização dos resíduos gerados em obras e intervenções de manutenção;
- iv) A integração de critérios de mitigação e adaptação climática, assegurando que o parque habitacional municipal se torna progressivamente mais resiliente a fenómenos climáticos extremos e a alterações permanentes no contexto ambiental urbano.



Este pilar garante que os ativos sob gestão da Domus Social evoluem segundo princípios de regeneração contínua, assegurando qualidade, segurança e sustentabilidade a longo prazo.

## 2. Criação de Valor

O segundo pilar operacionaliza a sustentabilidade regenerativa enquanto instrumento gerador de valor ambiental, social, cultural e económico. A gestão atua como eixo estruturante de todas as áreas, assegurando coerência estratégica, eficiência processual e capacidade de transformação.

Inclui-se neste pilar a ação das áreas centrais de suporte estratégico, das quais se destacam:

- i) Uma gestão estratégica transversal, que incorpora critérios de sustentabilidade, regeneração e eficiência nas decisões e processos da empresa.
- ii) O planeamento e execução de investimentos com impacto regenerativo, que reduzem custos futuros, melhoram a eficiência energética e operacional e reforçam a sustentabilidade financeira da empresa municipal.
- iii) A atividade jurídica, responsável pela produção de conhecimento técnico-jurídico, pela garantia de conformidade legal dos procedimentos e contratos, pelo apoio às diversas áreas operacionais e pela mitigação de riscos legais. O seu contributo reforça a segurança, transparência e previsibilidade institucional, atuando diretamente na criação de valor e na proteção dos interesses públicos.
- iv) A área de comunicação interna e externa, que assegura a difusão clara, acessível e tempestiva de informação a colaboradores, parceiros e cidadãos; gere a imagem institucional da Domus Social; reforça a confiança pública; promove os projetos e resultados alcançados; e contribui para a literacia sobre políticas e intervenções de habitação pública.
- v) A crescente eficiência interna, baseada na monitorização, medição e melhoria contínua dos processos, orientada por padrões de qualidade e de gestão ambiental.

Assim, este pilar demonstra que a sustentabilidade regenerativa é também um vetor de reforço institucional e económico, transformando práticas sustentáveis em valor tangível para o município e para os cidadãos.

### 3. Pessoas e Responsabilidade Social

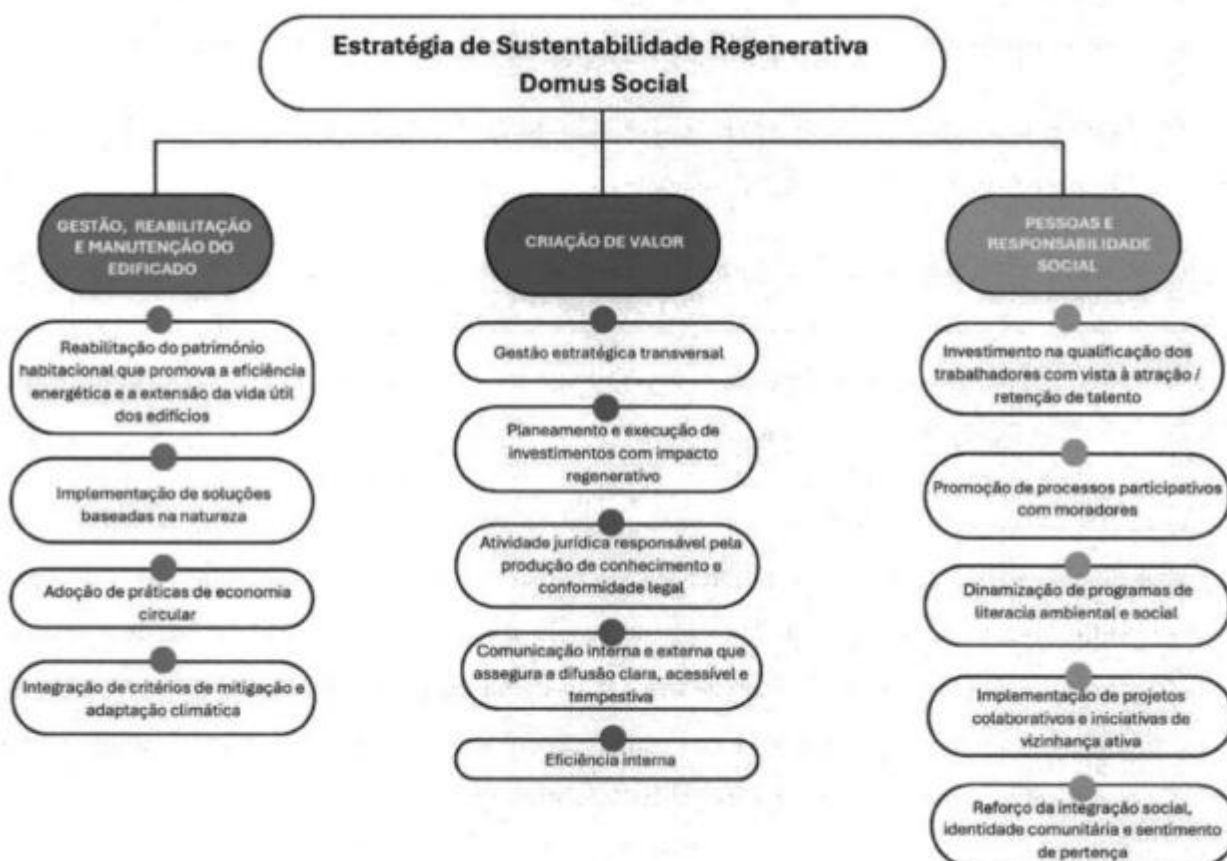
O terceiro pilar posiciona as pessoas, as comunidades e a responsabilidade social no centro da estratégia regenerativa. A Domus Social assume a sustentabilidade como uma abordagem que não se limita ao ambiente construído, mas que incorpora a vivência, o bem-estar e a capacitação das populações que habitam os bairros municipais.

Neste domínio, incluem-se:

- i) O investimento na qualificação dos trabalhadores e na atração/retenção de talentos através da implementação de estratégias promotoras da marca da Domus Social e de ações de formação que assegurem o crescimento das pessoas e da empresa.
- ii) A promoção de processos participativos, envolvendo os moradores na eleição dos gestores, acompanhamento e corresponsabilização pela gestão dos espaços comuns.
- iii) A dinamização de programas de literacia ambiental, nomeadamente energética, e social, potenciando comportamentos sustentáveis e promovendo o uso adequado e eficiente dos edifícios e infraestruturas.
- iv) A implementação de projetos colaborativos e iniciativas de vizinhança ativa, que fortalecem a coesão social, valorizam o território e fomentam a apropriação positiva dos espaços públicos.
- v) A comunicação de proximidade e a dinamização de projetos integrados que reforçam a integração social, a identidade comunitária e o sentimento de pertença.

Este pilar garante que a sustentabilidade regenerativa assume uma dimensão humana e social, contribuindo para comunidades mais resilientes, informadas e participativas.

A Estratégia de Sustentabilidade Regenerativa da Domus Social integra, de forma coerente e articulada, os três pilares acima enunciados. Em conjunto, constituem o quadro conceptual e operacional que orienta a atuação da empresa, assegurando que cada intervenção contribui simultaneamente para a qualidade do edificado, a criação de valor institucional e territorial, e o fortalecimento das comunidades. Esta abordagem sistémica posiciona a Domus Social como entidade comprometida com a regeneração urbana, a inovação social e a melhoria contínua da qualidade de vida na cidade do Porto, evidenciar a sua profunda integração com a estratégia do Município.



## 2. GESTÃO DO PARQUE HABITACIONAL

A Direção de Gestão do Parque Habitacional (DGPH) tem como missão assegurar uma gestão transparente e sustentável do parque habitacional municipal, maximizando os níveis de satisfação dos moradores, garantindo a qualidade no atendimento às solicitações dos munícipes e fortalecendo projetos inovadores na área da gestão e das alternativas habitacionais.

Compete à DGPH analisar e gerir todos os movimentos habitacionais do vasto parque municipal, constituído por cerca de 13.000 fogos, bem como dos espaços não habitacionais integrados nos bairros de habitação social da cidade. Cabe-lhe ainda garantir a correta utilização destes bens e o cumprimento dos critérios de legalidade, justiça e equidade social, aplicando princípios de gestão uniformes e as regras previstas no Regulamento de Gestão do Parque Habitacional (RGPH).

Atualmente, residem no parque habitacional cerca de 30.000 pessoas, cujo acompanhamento a DGPH assegura de forma contínua e participativa.

Pretende-se contribuir de forma decisiva para a melhoria da qualidade de vida dos inquilinos municipais, promovendo uma relação personalizada e de proximidade com os moradores, assegurando uma gestão eficiente e eficaz e garantindo, assim, o princípio da integração social, rumo a uma cidade mais próxima dos seus cidadãos.

Em 2016, o Município do Porto e a Domus Social criaram um programa de promoção da cidadania ativa dirigido aos novos moradores das habitações municipais, facilitando a sua adaptação a uma nova realidade habitacional. As ações de capacitação desenvolvidas no âmbito do Programa Bem\_Vind@ visam apoiar as famílias neste processo de adaptação, numa lógica de responsabilidade partilhada na preservação do espaço habitacional e das zonas comuns do património municipal. Este programa materializa uma política mais próxima dos cidadãos, reforçando a coesão social e territorial.

No âmbito das suas atribuições e competências, cabe aos Municípios promover medidas de carácter social que visem, nomeadamente, responder às necessidades associadas à habitação.

A política social de habitação deve ter como objetivo central garantir o acesso a uma habitação digna às famílias vulneráveis que não dispõem de recursos para a obter pelos seus próprios meios,



assegurando respostas eficazes às situações de precariedade habitacional e de emergência social, conforme os princípios de igualdade, justiça e imparcialidade. Só desta forma se concretiza o interesse público, respeitando os direitos e legítimos interesses dos cidadãos.

O Município do Porto reconhece a necessidade de ajustar a gestão às exigências de uma nova política de habitação, que integre as dimensões da economia urbana, da coesão social e da sustentabilidade económica e social. Assim, devem prosseguir políticas ativas orientadas para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, complementadas por novas iniciativas destinadas a promover uma verdadeira inclusão social dos munícipes. Uma política habitacional centrada nas pessoas.

A consolidação de um novo paradigma de política de habitação exige não apenas a identificação das principais carências e bloqueios existentes, mas também, numa perspetiva prospetiva, a definição dos instrumentos e objetivos necessários à sua progressiva superação.

Tendo em conta o crescente desafio que as famílias enfrentam no acesso a uma habitação digna e compatível com os seus rendimentos, num contexto particularmente complexo como o atual, torna-se essencial refletir sobre as respostas a desenvolver para construir uma política habitacional consistente, duradoura e estrategicamente orientada para os problemas com que a cidade se confronta.

As situações de vulnerabilidade que afetam pessoas e famílias não podem ser totalmente tipificadas, pelo que as soluções devem ser desenhadas com a flexibilidade necessária para garantir a melhor adequação a cada caso concreto, assegurando o acesso a uma habitação condigna, direito que a todos assiste.

O Observatório de Habitação Social Municipal tem permitido monitorizar de forma sistemática a realidade socio-habitacional do Município do Porto. Pretende-se continuar a avaliar o impacto das medidas e projetos municipais e nacionais no domínio da habitação, bem como propor práticas, iniciativas e intervenções que contribuam para o reforço das políticas habitacionais.

Ao longo do período de projeção, o Observatório de Habitação continuará a ser dinamizado, reforçando o seu contributo para o desenvolvimento estratégico da atividade da Domus Social e para a definição das políticas municipais na área da habitação. As rotinas permanentes de análise, apoiam

a identificação e formulação de políticas públicas de habitação mais robustas, consistentes e objetivamente fundamentadas.

Uma das formas que o MP, através da Domus Social, adotou para responder à fragilidade económica dos portuenses, materializa-se no Programa Porto Solidário – Fundo Municipal de Emergência Social - que se traduz num apoio efetivo à renda suportada no mercado livre de arrendamento. Até ao momento, foram apoiadas aproximadamente 6.900 famílias, num investimento de mais de 20,5 milhões de euros.

Esta medida, que se pretende manter, visa promover a manutenção dos agregados familiares nas suas habitações arrendadas e casas próprias, combatendo o desenraizamento e contribuindo para a redução do endividamento familiar, diminuindo a asfixia financeira de muitas famílias.

Ainda que o MP tenha desenvolvido estratégias e medidas para reforçar a coesão social e aumentar a disponibilização de habitação de interesse social, face à permanente procura existente, a provisão de habitação ainda fica aquém da procura, razão pela qual se torna necessário a implementação de medidas de gestão inovadoras que contribuam para minorar as dificuldades e os constrangimentos existentes. O MP continuará a realizar a reabilitação e reocupação de casas municipais devolutas localizadas no centro histórico.

Anualmente, tem-se garantido a atribuição de cerca de 200 habitações reabilitadas para alojamento de novas famílias. Os curtos prazos para entrega destas habitações após a sua reabilitação é, e manter-se-á, objetivo a cumprir.

Continuaremos a dar especial prioridade à verificação célere de situações de casas que, por diversos motivos, ficam devolutas sem que tal facto seja comunicado à empresa. Esta preocupação e ação são indispensáveis por potenciar maior disponibilidade de fogos para resposta mais rápida à procura.

Foram implementadas diversas ferramentas informáticas que permitem a integração de todos os processos no sistema de informação existente, contribuindo de forma significativa para a sua agilização. Estas práticas, já consolidadas, continuarão a refletir-se na atuação da empresa, nomeadamente na redução dos impactos ambientais associados ao consumo de papel.

A evolução da tecnologia digital e das práticas adotadas tem sido particularmente evidente na disponibilização de formulários *online*, que podem agora ser submetidos de forma simples e imediata. Esta transformação permitiu melhorar a qualidade da informação disponibilizada aos munícipes sobre o estado dos processos internos, reforçando a transparência, a eficiência e a proximidade no relacionamento com os cidadãos.

O ConDomus, enquanto projeto de gestão e administração dos espaços comuns, assume um papel de particular relevância e a sua expansão continuará a representar um desafio estratégico para os próximos anos. Com mais de 90% das entradas já organizadas, esta iniciativa promove a valorização e a participação ativa dos inquilinos municipais, especialmente na preservação e manutenção das áreas comuns.

As ações de proximidade desenvolvidas pelos Gestores de Entrada têm sido determinantes para fortalecer as redes de vizinhança e o espírito de comunidade, potenciando iniciativas de apoio e solidariedade, sobretudo dirigidas às pessoas em situação de maior vulnerabilidade.

A direção continuará igualmente a aprofundar a colaboração com diversas instituições da cidade, através da cedência de espaços não habitacionais, fomentando a diversificação dos públicos utilizadores e promovendo o associativismo e o dinamismo comunitário. Muitas destas cedências assumem um impacto social significativo, nomeadamente no apoio direto a famílias e grupos particularmente vulneráveis.

Com o propósito de reforçar o apoio e o acompanhamento dirigido às situações de maior vulnerabilidade social, a Domus Social tem vindo a desenvolver projetos inovadores especialmente orientados para a população mais envelhecida. O conceito de envelhecimento tem evoluído: envelhecer deixou de ser entendido como um processo de declínio e passou a ser reconhecido como uma nova etapa da vida, plena de potencial.

Em 2016, foi criado o projeto-piloto das Residências Partilhadas que, em parceria com diversas Juntas de Freguesia (Bonfim, Campanhã, União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Paranhos, União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos e Ramalde), permitiu já a instalação de doze residências destinadas a pessoas idosas. Esta resposta tem contribuído para combater o

isolamento social e melhorar de forma efetiva a qualidade de vida dos residentes do Parque de Habitação Pública Municipal. Face aos resultados alcançados, encontra-se já em preparação a criação de novas residências noutras zonas da cidade.

O modelo de *co-housing* constitui uma solução habitacional que permite escolher com quem viver e envelhecer. Ao recuperar a relação de vizinhança e promover um envelhecimento ativo, combate a solidão e reforça os laços comunitários.

O futuro traz-nos novos desafios, e estas serão certamente novas formas de habitar a aprofundar: desde a ocupação de uma residência partilhada de maior dimensão até ao desenvolvimento de um verdadeiro *co-housing* de raiz, totalmente integrado e com parceiros nas áreas da saúde, da intervenção social e da habitação.

Dando continuidade às políticas ativas desenvolvidas no âmbito da inclusão social, destaca-se o projeto solidário “Porto.Importa-se”, concebido como uma resposta estruturada aos desafios enfrentados pelos moradores idosos. O projeto fomenta redes de solidariedade local e potencia os recursos da empresa municipal, mitigando os efeitos negativos do isolamento que afeta este segmento da população residente nos bairros de habitação social.

Em articulação com o “Porto.Importa-se”, foi lançado, em janeiro de 2023, o Programa “Estamos Juntos”. Promovido pela Câmara Municipal do Porto, este programa disponibiliza um serviço de teleassistência com acesso automático a um operador disponível 24 horas, 7 dias por semana, assegurando respostas de emergência prestadas por profissionais da área da saúde. São já cerca de 200 os idosos isolados que beneficiam desde apoio, que se manterá e alargará no futuro.

Continuaremos a desenvolver iniciativas que combatam o risco de isolamento social e reforcem a proteção das pessoas mais vulneráveis, promovendo medidas que valorizem a pessoa idosa enquanto protagonista de uma vida ativa e de um envelhecimento positivo, saudável e socialmente integrado.

O pilar da sustentabilidade continuará a ocupar uma posição central na atuação da DGPH, respondendo aos desafios atuais por uma intervenção social integrada, da partilha eficiente de serviços e recursos e do desenvolvimento de projetos inovadores que deem resposta a problemas emergentes na cidade.

Ao longo dos próximos anos, e alinhados com o compromisso de manter a sustentabilidade no centro da visão de governação municipal, serão promovidas ações de educação para a cidadania, co-construídas com os inquilinos municipais. Estas ações terão como foco a capacitação, a mudança de hábitos e rotinas e a promoção de comportamentos sustentáveis, reforçando a corresponsabilidade e contribuindo para uma cidade mais resiliente e inclusiva.

O atual contexto económico e social, marcado pelos desafios da recuperação económica e pela persistência de elevados níveis de inflação, continua a agravar a situação de precariedade financeira de muitas famílias. Estas condições refletem-se na crescente dificuldade em manter uma habitação no mercado de arrendamento e contribuem para a crise habitacional que afeta o país e, em particular, o concelho do Porto. Neste cenário, o Município do Porto, através da Domus Social, tem desenvolvido um esforço contínuo para assegurar uma gestão rigorosa dos cerca de 13 mil agregados familiares que residem no parque habitacional municipal.

Nos últimos anos, o Município e a Domus Social implementaram um conjunto de medidas destinadas a proteger os inquilinos em situação de maior vulnerabilidade económica. No último ano, a taxa média de incumprimento no pagamento das rendas fixou-se em 3,40%, resultado que decorre, em grande medida, das práticas consistentes adotadas pela Direção de Gestão do Parque Habitacional no acompanhamento dos agregados com dificuldades no cumprimento das suas responsabilidades.

Manter-se-ão as medidas de controlo e monitorização, reforçando simultaneamente a identificação de soluções e alternativas que permitam a regularização das situações de incumprimento, assegurando uma gestão equilibrada e socialmente responsável do parque habitacional municipal.



### 3. PROJETOS, OBRAS E MANUTENÇÃO DO PARQUE DE HABITAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

O objetivo base fixado nos IGP para a DPO (Direção de Projetos e Obras) e DM (Direção de Manutenção) passa pela utilização racional e eficiente dos meios financeiros que são colocados à disposição da empresa para as ações de construção, reabilitação, manutenção e conservação do património edificado público municipal. Desta forma, pretende-se assegurar uma gestão adequada dos meios financeiros disponibilizados através de uma otimização dos recursos com vista à obtenção de resultados que cumpram os requisitos de uma resposta rápida, eficaz e qualificada.

Assim, constituem objetivos da DPO, nomeadamente:

- Reabilitar os edifícios do Parque de Habitação Pública Municipal, assegurando o cumprimento das metas (físicas e financeiras) estabelecidas;
- Reabilitar o interior das casas devolutas do Parque de Habitação Pública Municipal;
- Reabilitar as casas do Património, do ex-Comissariado para a Renovação Urbana da Área de Ribeira/ Barredo (ex - CRUARB-CH) e da ex-Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto (ex - FDZHP);
- Reabilitar/Requalificar o espaço público envolvente aos bairros no domínio Privado Municipal

e, para a DM, nomeadamente:

- Assegurar de forma eficaz e eficiente e com a qualidade adequada, a resposta a todas as solicitações conforme os níveis de serviço pré-estabelecidos aos edifícios de Habitação Pública Municipal e dos diversos Equipamentos Públicos Municipais (administrativos/institucionais, saúde, ensino, culturais);
- Assegurar o cumprimento rigoroso de todas as ações de manutenção preventiva e corretiva dos edifícios de Habitação Pública Municipal e dos diversos Equipamentos Públicos Municipais (administrativos/institucionais, saúde, ensino, culturais);

- Responder, em tempo e qualidade, às solicitações do Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) e do Departamento Municipal de Fiscalização (DMF) da CMP.
- A DM é ainda responsável pela manutenção de uma diversidade de equipamentos instalados nos edifícios atrás referidos, nomeadamente por: 177 elevadores e ascensores, cerca de 2.200 bocas de incêndio, extintores e carretéis, 135 Sistemas Automáticos de Detecção de Incêndio (SADI), 97 Sistemas Automáticos de Detecção de Intrusão e Roubo (SADIR), 94 grupos de pressurização e bombagem, entre outros. A DM é também responsável pelos sistemas de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado (AVAC) de 20 edifícios do referido Parque Escolar Público Municipal e de 16 edifícios pertencentes ao grupo de Outros Edifícios Públicos Municipais.

Refira-se ainda que a função primordial da DPO e DM é a manutenção e conservação dos imóveis habitacionais e não habitacionais sob sua gestão. Este património é essencialmente constituído por imóveis que englobam o Parque de Habitação Pública Municipal, representado por 663 edifícios com 12.399 fogos correntemente designados como “bairros de habitação social”, acrescido de 224 edifícios com 423 fogos relativos às casas do Património, do ex-CRUARB-CH e da ex-FDZHP e por 205 edifícios que constituem o Parque de Equipamentos Públicos Municipais, constituído por 64 edifícios do Parque Escolar Público Municipal (Jardins de Infância e Escolas do Ensino Básico e Secundário), 68 edifícios constituídos, essencialmente, por equipamentos de índole cultural e administrativa/institucional, e por 18 Unidades de Saúde, sendo que estes dois últimos encontram-se classificados internamente como Outros Edifícios Públicos Municipais.

Perante a diversidade de edifícios, o seu tipo, natureza e complexidade, foi definida uma política de manutenção e conservação que condiciona a prática da DPO e DM nos próximos anos com a prioridade dada às políticas de manutenção preventiva em detrimento da corretiva.

Assim, cumprindo o desígnio de uma mudança no modo de atuação no que concerne à manutenção, de uma atuação reativa para uma atuação programada foram elaborados os planos de manutenção preventiva para a totalidade do Parque de Habitação Pública Municipal.

A empresa desenvolveu também instrumentos para ações de manutenção preventiva no Parque Escolar Público Municipal, nomeadamente planos de manutenção preventiva das coberturas, instalações elétricas, sistemas de AVAC, elevadores e ascensores, grupos de pressurização e bombagem, SADI e SADIR, que se encontram a ser implementados.

Em articulação com a Divisão Municipal de Gestão de Ativos da CMP elaboraram-se, também, os planos de manutenção preventiva para os designado “Outros Edifícios Públicos Municipais” encontrando-se em curso a sua implementação.

A dotação global definida em sede de orçamento da CMP está fixada em 39 120 000€ (IVA incluído), aos quais acresce 3 860 000€ (IVA incluído) provenientes da receita de rendas, para ações de manutenção preventiva e corretiva através de pequenas intervenções e emergências e gestão do parque habitacional público municipal.

Analisemos, então, a verba global em causa e a sua repartição:

#### a. Habitação Social

Para 2026 a dotação orçamental fixada para esta rubrica é de 21 300 000€, IVA incluído, acrescida do montante proveniente da receita de rendas. Será também considerada uma verba adicional de 10 000 000€ na rubrica **Porto Habita**, que se destina à realização da primeira grande intervenção de promoção de habitação para arrendamento acessível que ocorrerá na encosta nascente do Vale da Ribeira da Granja em Lordelo do Ouro (entre a Rua de Serralves, a Rua Diogo Botelho e a Rua Dom João de Mascarenhas) onde serão construídos 5 edifícios e entre 300 e 320 fogos promovendo uma importante reconfiguração urbana e ambiental da área em causa (envolvendo diretamente os bairros de Lordelo e Dr. Nuno Pinheiro Torres). O investimento total estimado desta intervenção ascende a 46.560.000,00 €.

Durante o ano de 2025, foi iniciada a construção dos edifícios C e E, estando as respeitantes aos restantes edifícios em fase final de Projeto de Execução.

### **Reabilitação dos edifícios e nova construção**

Prevê-se a conclusão, em 2026, da fase 1 das intervenções nos edifícios localizados no Bairro Social da Arrábida, no Bairro do Património dos Pobres (Plátanos), no Bairro da Tapada, bem como nas Ruas de S. Brás (251 a 261 e 263), S. Miguel (16 a 38 e 45 a 51), Travessa do Barredo (7), Rua de Baixo (11), Travessa de S. Nicolau (6) e Tomás Gonzaga (16 e 38 e 43 a 45). Prevê-se, de igual forma, a conclusão da construção dos 4 edifícios nas Eirinhas e da adaptação de espaços no piso térreo no Bairro de Ramalde para Residências Partilhadas.

Irá ser dada continuidade à intervenção na Colónia Viterbo Campos.

Perspetiva-se ainda o início das intervenções no Agrupamento Habitacional do Falcão (correção da drenagem das coberturas), nas Carvalheiras (2ª fase), em Dr. Nuno Pinheiro Torres (1 a 11), nas Ruas da Corticeira (14/16), Cimo de Vila (109/113), Santos Pousada (1073), Rua dos Mercadores (24), bem como da 2ª fase da intervenção no Bairro Social da Arrábida.

### **Reabilitação Interior de Habitações Devolutas**

O objetivo fixado para 2026 em termos de reabilitação do interior de casas devolutas é quantificado em 2.500.000€, IVA incluído.

### **Reabilitação do Espaço Público**

Durante o ano de 2025, foi concluída a fase 1 da intervenção nos Espaços Verdes do Falcão.

Vai ser dada continuidade às intervenções no Espaço Público de Bom Pastor e Vale Formoso e do Espaço Público da Maceda, prevendo-se a sua conclusão em 2026 em paralelo com o início da empreitada no Espaço Público de Monte da Bela.

Irá ser dada continuidade ao desenvolvimento de outros projetos de intervenção no espaço público, que contemplem o (re)desenho urbano e paisagístico, a circulação e a mobilidade, o mobiliário urbano, a reformulação/criação de redes de infraestruturas de gás, águas residuais domésticas e pluviais, abastecimento de água, telecomunicações e iluminação pública a par com o desígnio de sustentabilidade regenerativa.

Prevê-se, em 2026, a conclusão dos projetos de execução do Espaço Público de Campinas, Carvalhido e Cerco do Porto e a continuidade do projeto de execução de Aldoar a par das novas contratações dos projetos para o Espaço Público da Pasteleira e Fonte da Moura.

#### **b. Educação**

A dotação financeira para esta rubrica é de 3 000 000€, IVA incluído. Um montante de 1 516 000€ permitirá assegurar o conjunto de ações de manutenção corretiva bem como as rotinas de manutenção preventiva de equipamentos, nomeadamente, para ascensores, instalações elétricas, telefónicas e mecânicas, extintores e carretéis, sistemas de pressurização e bombagem, drenagem de águas residuais pluviais e residuais domésticas, SADI, SADIR, AVAC, limpeza e manutenção de coberturas. Será através desta dotação orçamental que se assegurará também a execução de pequenas e diversas empreitadas de conservação.

#### **c. Gestão dos Serviços Municipais**

Enquadrado na dotação financeira fixada de 3 020 000€, IVA incluído, será assegurado o conjunto de ações de manutenção já solicitadas e/ou a solicitar pelos diferentes serviços municipais que tutelam os equipamentos públicos municipais – culturais: os arquivos municipais (Histórico e Geral) e as bibliotecas municipais (Biblioteca Pública Municipal do Porto e a Biblioteca Municipal Almeida Garrett), administrativos / institucionais (Paços do Concelho, edifício sede da Polícia Municipal do Porto, entre outros) englobando ainda todos os contratos de manutenção preventiva (elevadores, grupos de pressurização e bombagem, extintores e carretéis, instalações elétricas, telefónicas e mecânicas e grupos geradores) e de manutenção de coberturas efetuadas pela DM.

#### **d. Valorização do Ambiente Urbano e Espaço Público**

Está contemplada uma verba de 250 000€ que se destina ao cumprimento de todas as ações consideradas emergentes solicitadas pela DMPC e pela DMF da CMP.



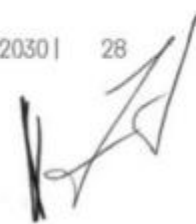
**e. Qualidade de Vida, Cuidados de Saúde Primários e Desporto Ativo**

A empresa assegurará, conforme a dotação financeira que lhe foi atribuída para o efeito em 2026, as intervenções de empreitadas e outras intervenções diversas, de cariz social e saúde, até ao limite do montante de 1 550 000€.

#### 4. REPARTIÇÃO DO ORÇAMENTO POR ATIVIDADE

Contrato de Manutenção de Equipamentos, Edifícios e Infraestruturas			
(Un.: euro)			
Designação	2026	2027	2028
<b>2 URBANISMO</b>			
2.2 Valorização do Ambiente Urbano e Espaço Público	250 000	250 000	250 000
<b>4 COESÃO SOCIAL, SAÚDE E PROTEÇÃO CIVIL</b>			
4.4 Cuidados de Saúde Primários	600 000	600 000	600 000
4.5 Qualidade de Vida	900 000	450 000	450 000
subtotal	1 500 000	1 050 000	1 050 000
<b>5 HABITAÇÃO</b>			
5.2 Habitação Social	21 300 000	22 270 000	22 300 000
<b>6 DESPORTO, JUVENTUDE E ASSOCIATIVISMO</b>			
6.1 Desporto Ativo	50 000	50 000	50 000
<b>9 EDUCAÇÃO, TALENTO E CONHECIMENTO</b>			
9.1 Educação	3 000 000	2 300 000	1 500 000
<b>11 GESTÃO E SERVIÇO PÚBLICO</b>			
11.2 Gestão dos Serviços Municipais	3 020 000	6 440 000	5 600 000
<b>Total</b>	<b>29 120 000</b>	<b>32 360 000</b>	<b>30 750 000</b>

Contrato de Mandato para a operação de Lordelo do Ouro			
(Un.: euro)			
Designação	2026	2027	2028
<b>5 HABITAÇÃO</b>			
5.1 Porto Habita	10 000 000	11 000 000	8 000 000
<b>Total</b>	<b>10 000 000</b>	<b>11 000 000</b>	<b>8 000 000</b>



O Contrato de Manutenção de Equipamentos, Edifícios e Infraestruturas – Contrato de Mandato, reporta ao triénio de 2026 a 2028, no entanto, os IGP em apreciação, por exigência do normativo aplicável (SNC-AP) exige a sua elaboração para um período de 5 anos, pelo que a construção dos IGP pressupõe a renovação do Contrato de Mandato para estes períodos.

O subsídio à exploração está suportado em três Contratos Programa a celebrar com o MP, sendo o primeiro Porto Solidário - Fundo Municipal de Emergência Social o programa de apoio à renda e prestação bancária destinado a pessoas ou famílias com dificuldades financeiras, ou que se encontram em emergência habitacional. O segundo Contrato Programa destina-se a apoiar os munícipes com carências económicas na melhoria das condições de acessibilidades em habitações nos casos em que tenham uma deficiência e/ou incapacidade permanente. Por fim, o Contrato Programa na forma de subsídio à exploração que se destina a comparticipar nos gastos de estrutura na componente relativa a todos os equipamentos e infraestruturas que não sejam de Habitação Social.

Contrato Programa - Porto Solidário			
(Un: euro)			
Designação	2026	2027	2028
5 COESÃO SOCIAL			
5.1 Porto Habita	2 650 000	2 650 000	2 650 000
Total	2 650 000	2 650 000	2 650 000

O Município do Porto com a celebração deste Contrato Programa, encarrega a Domus Social, no quadro da sua missão de promoção do desenvolvimento da cidade do Porto na área da habitação e manutenção, de assegurar, no decurso do ano de 2026, a gestão, implementação e operacionalização do programa municipal “Programa para melhoria de acessibilidades para pessoas com deficiência”, devendo a mesma assegurar a organização do procedimento administrativo destinado a identificar os beneficiários do apoio municipal, as despesas elegíveis e a verificação dos ganhos de acessibilidade na habitação.

## Contrato Programa - Melhoria de Acessibilidades em Habitações

Designação	(Un: euro)		
	2026	2027	2028
11 GESTÃO E SERVIÇO PÚBLICO			
11.2 Gestão dos Serviços Municipais	50 000	50 000	50 000
<b>Total</b>	<b>50 000</b>	<b>50 000</b>	<b>50 000</b>

A gestão da Domus Social, EM deverá ainda assegurar que o valor líquido da cobrança de rendas que ficam na sua disponibilidade é suficiente para desenvolver a atividade de gestão e manutenção do parque habitacional e suportar os custos da respetiva estrutura interna de funcionamento afeta a esta função. A manutenção dos edifícios tem como principal objetivo a correção de pequenas deficiências decorrentes do uso, das ações exteriores e do envelhecimento natural dos materiais e elementos construtivos, sendo a combinação de todas as ações técnicas, administrativas e de gestão, durante o ciclo de vida de um bem, destinadas a mantê-lo ou repô-lo num estado em que ele pode desempenhar a função requerida.

MANUTENÇÃO Corrente, Preventiva e GESTÃO do Parque Habitacional	2026	2027	2028	2029	2030
gestão	700 000 18,1%	713 300	726 853	740 663	754 735
manutenção corretiva	1 985 000 51,4%	2 022 715	2 061 147	2 100 308	2 140 215
manutenção preventiva	1 175 000 30,5%	1 580 000	1 480 000	1 430 000	1 540 000
<b>TOTAL</b>	<b>3 860 000 100,0%</b>	<b>4 316 015</b>	<b>4 268 000</b>	<b>4 270 971</b>	<b>4 434 950</b>

## C. PLANO DE INVESTIMENTO ANUAL E PLURIANUAL

### 1. PLANO DE INVESTIMENTO PARA O PERÍODO 2026-2030

O investimento previsto para o período em análise reparte-se da seguinte forma (valores sem IVA):

INVESTIMENTO	ANO 2026	ANO 2027	ANO 2028	ANO 2029	ANO 2030
valores em euros					
1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS					
Equipamento de informática	2 000	3 000	3 000	3 000	3 000
Equipamento administrativo	16 838	5 000	5 000	5 000	5 000
Outros ativos fixos tangíveis	19 342	12 000	12 000	12 000	12 000
SUBTOTAL	38 180	20 000	20 000	20 000	20 000
2. ATIVOS INTANGÍVEIS					
Programas de computador	434 540	30 000	30 000	30 000	30 000
SUBTOTAL	434 540	30 000	30 000	30 000	30 000
TOTAL	472 720	50 000	50 000	50 000	50 000

Na prossecução da estratégia de modernização digital e eficiência operacional, o plano de investimentos da Domus Social para 2026 prioriza a robustez e a segurança da infraestrutura tecnológica. Reconhecendo a informação como um ativo crítico, a empresa canalizará recursos significativos para a implementação de soluções de *Business Intelligence* (BI), visando dotar a gestão de ferramentas analíticas avançadas para o suporte à decisão baseada em dados em tempo real.

Paralelamente, e face à crescente sofisticação das ameaças digitais, será executado um reforço transversal dos sistemas de cibersegurança, garantindo a integridade dos dados corporativos e a resiliência dos serviços prestados. Este eixo será complementado pela conclusão do sistema de *Disaster Recovery*, assegurando a continuidade de negócio e a proteção do *Data Center* contra incidentes críticos.

No âmbito das aplicações de gestão, destaca-se o *upgrade* estratégico do ERP GIAF, fundamental para a otimização dos processos financeiros e administrativos. A estratégia de digitalização estende-se à desmaterialização de processos internos, iniciativas que visam não só a redução da pegada





ecológica administrativa, mas sobretudo a agilização da resposta aos inquilinos e a eficiência dos fluxos de trabalho.

Complementarmente, preveem-se investimentos de suporte à operação que, embora de menor volume financeiro, são cruciais para a eficiência interna. Estes englobam a atualização de hardware, mobiliário e ferramentas técnicas.

Numa ótica de médio prazo (2026-2030), a empresa manterá uma política de substituição regular de equipamentos, mitigando riscos de degradação e assegurando que os meios de trabalho acompanham as exigências tecnológicas atuais.

## 2. PLANO DE RECURSOS HUMANOS PARA O PERÍODO 2026-2030

A estrutura previsional de recursos humanos para o período de 2026-2030 é a seguinte:

	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027	ANO 2028	ANO 2029	ANO 2030
Apoio ao Conselho de Administração	1	1	1	1	1	1
Coordenação de Estudos e Planeamento	4	4	4	4	4	4
Coordenação de Comunicação	3	3	3	3	3	3
Coordenação de Sustentabilidade e Inovação	3	3	3	3	3	3
Coordenação dos Gestão Pessoas	4	5	5	5	5	5
Coordenação de Contratação Pública e Aprovisionamento	7	8	8	8	8	8
Direção de Projeto e Obras	2	3	3	3	3	3
Coordenação da Gestão de Projeto	12	12	12	12	12	12
Coordenação da Gestão de Empreendimentos/	13	14	14	14	14	14
Coordenação da Gestão da Pós-Construção e do Cadastro	7	7	7	7	7	7
<b>Subtotal Projeto e Obras</b>	<b>34</b>	<b>36</b>	<b>36</b>	<b>36</b>	<b>36</b>	<b>36</b>
Direção de Manutenção	8	9	9	9	9	9
Coordenação Gestão de Manutenção de Edifícios do Parque Habitacional	10	10	10	10	10	10
Coordenação Gestão de Manutenção de Edifícios Municipais e Intervenções de Proteção Civil	11	11	11	11	11	11
Coordenação Gestão de Manutenção de Edifícios de Educação e Saúde	10	10	10	10	10	10
<b>Subtotal Manutenção</b>	<b>39</b>	<b>40</b>	<b>40</b>	<b>40</b>	<b>40</b>	<b>40</b>
Direção de Gestão do Parque Habitacional	3	3	3	3	3	3
Coordenação da Gestão de Ocupações	8	8	8	8	8	8
Coordenação de Gestão de Condomínios	8	8	8	8	8	8
Coordenação de Gestão Processual e Fiscalização	10	11	11	11	11	11
Coordenação de Gestão Administrativa	6	6	6	6	6	6
<b>Subtotal Gestão do Parque Habitacional</b>	<b>35</b>	<b>36</b>	<b>36</b>	<b>36</b>	<b>36</b>	<b>36</b>
Direção de Atendimento – Geral e Sistemas de Informação	1	1	1	1	1	1
Coordenação dos Sistemas de Informação	4	5	5	5	5	5
Coordenação da Gestão de Informação	8	8	8	8	8	8
Coordenação do Gabinete do Inquilino Municipal	10	10	10	10	10	10
<b>Subtotal Atendimento – Geral e Sistemas de Informação</b>	<b>23</b>	<b>24</b>	<b>24</b>	<b>24</b>	<b>24</b>	<b>24</b>
Direção Jurídica	1	1	1	1	1	1
Coordenação de Ética e Compliance	1	2	2	2	2	2
Jurídico	2	3	3	3	3	3
<b>Subtotal Jurídico</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>6</b>
Direção Financeira	1	1	1	1	1	1
Financeira	6	7	7	7	7	7
<b>Subtotal Financeira</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>8</b>
<b>Total</b>	<b>164</b>	<b>174</b>	<b>174</b>	<b>174</b>	<b>174</b>	<b>174</b>

Para além dos colaboradores indicados, a Empresa tem três administradores, dois executivos e um não executivo conforme previsto nos estatutos.

Para 2026 prevê-se um aumento em gastos com pessoal, considerando a perspetiva do reforço do quadro de pessoal na sequência do crescente número de objetos/equipamentos entregues pela CMP, nos últimos anos, para inclusão nos planos de manutenção corretiva e preventiva. O processo de descentralização administrativa da tutela nas administrações locais, seguindo o modelo habitual de delegação, implicará um incremento da atividade da Domus Social e consequente impacto expressivo ao nível do número global de colaboradores da empresa.

Importa ainda salientar que o alargamento da atividade operacional gera, inevitavelmente, um volume acrescido de procedimentos administrativos e financeiros, contratuais e de gestão do risco jurídico, bem como de gestão de talento e uma maior exigência sobre a infraestrutura tecnológica. Neste sentido, o orçamento contempla o reforço estratégico das áreas transversais, garantindo que a capacidade de resposta dos serviços de suporte acompanha o ritmo de execução da empresa, sem comprometer os elevados padrões de controlo interno e de gestão, conformidade legal e rigor orçamental que pautam a gestão da Domus Social.

### **Motivação e retenção de quadros**

Nos próximos anos, a Domus Social pretende reforçar o seu compromisso com a qualidade de vida das suas pessoas, criando mais e melhores condições de trabalho que promovam bem-estar, motivação e realização profissional. Queremos ir mais longe e alcançar um patamar de excelência que faça da experiência de trabalhar na Domus Social o nosso maior fator diferenciador, fortalecendo o *employer branding* e contribuindo decisivamente para a retenção de talento.

Apostaremos na implementação de metodologias e estratégias que tornem a Domus Social uma entidade empregadora cada vez mais atrativa, oferecendo benefícios e iniciativas que valorizem não apenas a componente financeira, mas sobretudo a felicidade no trabalho, o desenvolvimento pessoal e a conciliação entre vida profissional, familiar e pessoal.

Acompanharemos de perto as melhores práticas e tendências do mercado de trabalho, ajustando modalidades e formas de organização laboral que favoreçam a flexibilidade, o equilíbrio e o bem-

estar das nossas equipas. Mantendo sempre como premissa o serviço público de excelência, continuaremos a aperfeiçoar as políticas de gestão de pessoas já existentes e a introduzir novas medidas que reforcem a satisfação, a motivação e o compromisso dos/as nossos/as colaboradores/as.

Continuaremos a consolidar a marca “Domus Social” no contexto laboral, investiremos ainda em ações de *employer branding*, mantendo e incrementando a nossa presença em eventos e iniciativas dedicadas ao emprego, ao desenvolvimento de carreira e à valorização das pessoas.

Paralelamente, mantemos a aposta no rigor e objetividade aos processos de recrutamento e seleção, integrando fases de avaliação psicológica, cognitiva e dinâmicas de grupo, sempre que possível.

A Gestão de Pessoas assumirá igualmente um papel ativo na promoção de práticas alinhadas com os princípios ESG, com particular enfoque no domínio Social, onde se reforça o compromisso com o bem-estar, o desenvolvimento e a participação das nossas pessoas.

Com estas medidas, reafirmamos a nossa prioridade: criar um ambiente de trabalho saudável, motivador e sustentável, onde as nossas pessoas se sintam valorizadas, realizadas e orgulhosas por fazer parte da Domus Social.

## Formação

O desenvolvimento de competências, tanto *hard* como *soft skills*, continuará a ser uma prioridade estratégica da Gestão de Pessoas. Na Domus Social acreditamos que colaboradores/as motivados/as são aqueles cujo mérito é reconhecido e que dispõem de oportunidades efetivas para evoluir e superar as suas próprias metas. Por isso, manteremos o investimento num plano de formação anual centrado nas necessidades individuais de desenvolvimento, promovendo uma melhoria contínua, sistemática e objetiva.

Neste sentido, mantemos a estratégia assente na realização do diagnóstico de necessidades de formação no decorrer do processo de Gestão de Desempenho identificando-se lacunas e oportunidades de melhoria. O plano de formação será, assim, construído para responder diretamente aos gaps evidenciados pelos/as colaboradores/as, priorizando ações que contribuam para o reforço

das suas competências e para uma melhoria do seu desempenho no ano seguinte. Pretendemos, deste modo, ir além do mero cumprimento das obrigações legais — como as 40 horas anuais ou as 120 horas no triénio, que a Domus Social já cumpre, na generalidade — e apostar em formação que gere impacto real, permitindo aos/as colaboradores/as progredirem na sua carreira e, simultaneamente, assegurando à Domus Social profissionais cada vez mais competentes, preparados e proficientes.

### **Segurança e Saúde no Trabalho**

No âmbito da Gestão de Pessoas, integramos também as áreas da Saúde e Segurança no Trabalho, essenciais para garantir o bem-estar e a qualidade de vida das nossas pessoas. A certificação pela Norma NP 4552:2022 reforça o nosso compromisso com a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal, e prevemos que esta certificação seja integrada no Sistema de Gestão Integrado (SGI), fortalecendo ainda mais a nossa atuação nestes domínios.

Nos próximos anos manteremos uma forte presença no terreno, reforçando a proximidade com equipas e serviços, para prevenir e mitigar acidentes ou incidentes de trabalho. Paralelamente, continuaremos a promover uma cultura de segurança que vá além do cumprimento legal, assegurando que todos compreendem a importância das boas práticas e as incorporam no seu dia a dia.

A saúde no trabalho será uma prioridade crescente, com especial enfoque na saúde mental. A partir de 2026 passaremos a monitorizar de forma sistemática a taxa de absentismo associada ausências por doença, permitindo-nos atuar de forma mais preventiva e orientada. Manteremos uma oferta robusta de medicina do trabalho e reforçaremos as iniciativas de saúde preventiva, bem como programas de promoção da saúde física e mental, proporcionando condições para que as nossas pessoas usufruam de um ambiente laboral saudável, equilibrado e feliz.



## D. PLANO FINANCEIRO ANUAL E PLURIANUAL

PLANO DE FINANCIAMENTO	ANO 2026	ANO 2027	ANO 2028	ANO 2029	ANO 2030
INVESTIMENTO					
Ativos fixos tangíveis e intangíveis adquiridos com recursos próprios	472 720	50 000	50 000	50 000	50 000
FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO					
Autofinanciamento	472 720	50 000	50 000	50 000	50 000

O investimento previsto para o período de 2026 a 2030, em ativos fixos tangíveis e intangíveis, num total de 472 720€ para 2026 e 50 000€ para os restantes anos, respetivamente, será financiado integralmente com recursos próprios.

O plano de financiamento acima apresentado teve por base o Plano de Atividades Anual e Plurianual e os seguintes pressupostos:

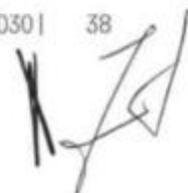
PRESSUPOSTOS	ANO 2026	ANO 2027	ANO 2028	ANO 2029	ANO 2030
Taxa de inflação	1,80%	1,90%	1,90%	1,90%	1,90%
Taxa de IRC e derrama	20,50%	19,50%	18,50%	18,50%	18,50%
Taxa de juro nominal cp	1,10%	1,10%	1,10%	1,10%	1,10%
Tempo médio de recebimento (em dias)	10	10	10	10	10
Tempo médio de pagamento (em dias)	5	5	5	5	5
Índice de atualização das rendas	2,24%	1,90%	1,90%	1,90%	1,90%
Taxa de imparidade das rendas	1,55%	1,55%	1,55%	1,55%	1,55%
Taxa média de crescimento dos salários	3,06%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%

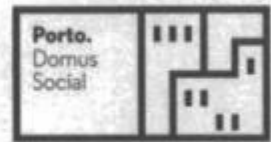
Os pressupostos anteriormente descritos geraram os seguintes agregados económico-financeiros:

AGREGADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS PARA O PERÍODO DE 2026 - 2030	ANO 2026	ANO 2027	ANO 2028	ANO 2029	ANO 2030
<b>RESULTADOS</b>					
Resultado operacional	8 978	9 853	8 649	7 117	8 096
Resultado financeiro	27 633	28 158	28 693	29 238	29 794
Resultado líquido do período	24 099	25 165	24 586	23 753	24 922
<b>RENDIMENTOS</b>					
Vendas, prestação de serviços e outros rendimentos e ganhos	38 608 137	42 784 058	38 245 190	38 971 848	39 712 313
Rendas emitidas	11 514 887	11 733 670	11 956 610	12 183 786	12 415 277
Subsídio à exploração	3 827 999	4 295 491	4 184 141	4 033 389	4 005 058
<b>GASTOS</b>					
Gastos com o pessoal	6 697 367	6 824 617	6 954 285	7 086 417	7 221 058
Transferências e subsídios concedidos	2 650 000	2 650 000	2 650 000	2 650 000	2 650 000
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	745 593	759 760	774 195	788 905	803 894
Fornecimentos e serviços externos	43 290 497	47 936 158	43 363 260	44 107 141	45 026 107
<b>BALANÇO</b>					
Total do ativo	10 592 032	10 704 788	10 685 548	10 714 644	10 774 841
Total do ativo não corrente	5 752 081	5 492 733	5 236 811	5 073 261	5 042 042
Total do passivo	9 217 216	9 304 807	9 260 981	9 266 325	9 301 600
Total do património líquido	1 374 816	1 399 981	1 424 567	1 448 319	1 473 242
<b>INDICADORES</b>	<b>ANO 2026</b>	<b>ANO 2027</b>	<b>ANO 2028</b>	<b>ANO 2029</b>	<b>ANO 2030</b>
Liquidez geral	1,02	1,08	1,15	1,19	1,20
Autonomia financeira	13,0%	13,1%	13,3%	13,5%	13,7%
Autofinanciamento (RL + Depreciações/Amortizações)	265 236	334 514	330 508	237 303	106 141

Os resultados operacionais que derivam do presente orçamento apontam para um resultado positivo em 2026 de 8 978€. Este valor reflete um modelo de gestão de rigoroso equilíbrio financeiro, onde o Subsídio à Exploração cobre estritamente os gastos de estrutura relacionados com as rubricas orçamentais do Contrato de Mandato excluindo a Habitação Social. Nos anos seguintes, os mesmos resultados serão positivos de 9 853€, 8 649€, 7 117€ e 8 096€ respetivamente, totalizando um resultado operacional positivo para o período de 42 692€.

Os resultados líquidos apresentados resultam essencialmente da evolução dos resultados financeiros. Dado o modelo de estrito equilíbrio económico-financeiro, que projeta um Resultado Líquido marginalmente positivo, a execução orçamental exigirá uma monitorização mensal rigorosa. Desvios





nos custos de FSE (inflação nos materiais de construção) ou atrasos nos pagamentos (impacto na tesouraria) poderão exigir revisões orçamentais, dado que a margem financeira é reduzida.

É importante o pontual cumprimento por parte do Município do Porto dos prazos de pagamento fixados no Contrato de Manutenção de Edifícios, Equipamentos e Infraestruturas, por forma a permitir à Domus Social cumprir pontualmente com os pagamentos devidos aos seus fornecedores, assegurando assim que seja cumprida a calendarização estipulada para as obras, e evitando encargos com o pagamento de juros de mora.

### III. Demonstrações Orçamentais

#### Previsionais para o período 2026-2030

### **III. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS PREVISIONAIS PARA O PERÍODO 2026-2030**

#### **A. NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO PARA O ANO 2026 / PRESSUPOSTOS**

Todos os montantes inscritos neste documento estão em euros.

##### **1 – NORMATIVO CONTABILÍSTICO**

Até 31 de dezembro de 2019, as demonstrações financeiras da Domus Social foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico nacional SNC, integrando as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro e as Normas Interpretativas, nos termos do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e respetivas alterações subsequentes.

Com o objetivo de resolver a fragmentação e inconsistências da normalização contabilística existente em Portugal e ainda a adoção de normas adaptadas das normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS) e da manutenção de um sistema contabilístico no setor público baseado em normas nacionais, foi implementado o referencial contabilístico nacional, constituído pelo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado no Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro e respetivas alterações subsequentes, integrando as Normas de Contabilidade Pública. Os IGP 2026-2030 foram elaborados de acordo com este novo normativo.

##### **2 – DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS PREVISIONAIS**

As previsões da receita e da despesa apresentadas nas demonstrações orçamentais previsionais têm por base os pressupostos enunciados no ponto IV das demonstrações financeiras.



## B. DEMONSTRAÇÃO ORÇAMENTAL PREVISIONAL DA RECEITA

		Euros						
Rúbrica	Designação	Orçamento 2026			Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	2026	Soma	2027	2028	2029	2030
	<b>Receita corrente</b>	<b>1 338 810</b>	<b>54 035 450</b>	<b>55 374 260</b>	<b>60 393 421</b>	<b>56 059 261</b>	<b>56 746 474</b>	<b>57 692 626</b>
R1	Receita fiscal	0	0	0	0	0	0	0
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e sub. saúde	0	0	0	0	0	0	0
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0	21 462	21 462	21 870	22 285	22 708	23 140
R4	Rendimentos de propriedade	0	6 171	6 171	6 289	6 408	6 530	6 654
R5	Transferências correntes	0	3 827 999	3 827 999	4 295 491	4 184 141	4 033 389	4 005 058
R51	Administração pública	0	3 817 111	3 817 111	4 295 491	4 184 141	4 033 389	4 005 058
R515	Administração Local	0	3 817 111	3 817 111	4 295 491	4 184 141	4 033 389	4 005 058
R52	Exterior - UE	0	10 888	10 888	0	0	0	0
R6	Venda de bens e serviços	1 160 735	49 213 323	50 374 058	54 888 668	50 757 787	51 597 781	52 551 152
R7	Outras receitas correntes	178 076	966 494	1 144 570	1 181 103	1 088 639	1 086 066	1 106 622
	<b>Receita de capital</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
R8	Venda de bens de investimento	0	0	0	0	0	0	0
R9	Transferências de capital	0	0	0	0	0	0	0
R10	Outras receitas de capital	0	0	0	0	0	0	0
R11	Reposição não abatida aos pagamentos	0	0	0	0	0	0	0
	<b>Receita efetiva [1]</b>	<b>1 338 810</b>	<b>54 035 450</b>	<b>55 374 260</b>	<b>60 393 421</b>	<b>56 059 261</b>	<b>56 746 474</b>	<b>57 692 626</b>
	<b>Receita não efetiva [2]</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
R12	Receita com ativos financeiros	0	0	0	0	0	0	0
R13	Receita com passivos financeiros	0	0	0	0	0	0	0
<b>R14</b>	<b>Saldo de gestão anterior</b>	<b>1 528 876</b>	<b>-787 122</b>	<b>741 754</b>	<b>976 742</b>	<b>1 358 975</b>	<b>1 552 355</b>	<b>1 617 531</b>
	<b>Receita total [3]=[1]+[2]</b>	<b>1 338 810</b>	<b>54 035 450</b>	<b>55 374 260</b>	<b>60 393 421</b>	<b>56 059 261</b>	<b>56 746 474</b>	<b>57 692 626</b>

## C. DEMONSTRAÇÃO ORÇAMENTAL PREVISIONAL DA DESPESA

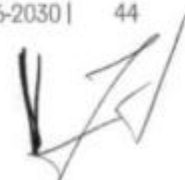
Rúbrica	Designação	Orçamento 2026			Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	2026	Soma	2027	2028	2029	2030
	<b>Despesa corrente</b>	<b>477 857</b>	<b>54 241 127</b>	<b>54 718 984</b>	<b>60 108 433</b>	<b>55 627 028</b>	<b>56 503 094</b>	<b>57 577 450</b>
D1	Despesas com o pessoal	149 755	6 242 961	6 392 717	6 679 029	6 805 930	6 935 243	7 067 013
D11	Remunerações certas e permanentes	80 894	4 859 353	4 940 247	5 271 925	5 372 516	5 475 019	5 579 469
D12	Abonos variáveis ou eventuais	0	37 806	37 806	36 928	37 205	37 487	37 774
D13	Segurança social	68 861	1 345 802	1 414 663	1 370 176	1 396 209	1 422 737	1 449 769
D2	Aquisição de bens e serviços	328 102	45 167 597	45 495 699	50 596 016	45 984 129	46 727 663	47 667 031
D3	Juros e outros encargos	0	0	0	0	0	0	0
D4	Transferências correntes	0	2 650 000	2 650 000	2 650 000	2 650 000	2 650 000	2 650 000
D43	Famílias	0	2 650 000	2 650 000	2 650 000	2 650 000	2 650 000	2 650 000
D5	Subsídios	0	0	0	0	0	0	0
D6	Outras despesas correntes	0	180 568	180 568	183 388	186 969	190 188	193 406
	<b>Despesa de capital</b>	<b>0</b>	<b>581 445</b>	<b>581 445</b>	<b>50 000</b>	<b>50 000</b>	<b>50 000</b>	<b>50 000</b>
D7	Investimento	0	581 445	581 445	50 000	50 000	50 000	50 000
D8	Transferências de capital	0	0	0	0	0	0	0
D9	Outras despesas de capital	0	0	0	0	0	0	0
	<b>Despesa efetiva [4]</b>	<b>477 857</b>	<b>54 822 572</b>	<b>55 300 429</b>	<b>60 158 433</b>	<b>55 677 028</b>	<b>56 553 094</b>	<b>57 627 450</b>
	<b>Despesa não efetiva [5]</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
D10	Despesa com ativos financeiros	0	0	0	0	0	0	0
D11	Despesa com passivos financeiros	0	0	0	0	0	0	0
	<b>Despesa total [6]=[4]+[5]</b>	<b>477 857</b>	<b>54 822 572</b>	<b>55 300 429</b>	<b>60 158 433</b>	<b>55 677 028</b>	<b>56 553 094</b>	<b>57 627 450</b>
	<b>Saldo total [3]-[6]</b>	<b>860 953</b>	<b>-787 122</b>	<b>73 831</b>	<b>234 988</b>	<b>382 233</b>	<b>193 380</b>	<b>65 176</b>
	<b>Saldo global [1]-[4]</b>	<b>860 953</b>	<b>-787 122</b>	<b>73 831</b>	<b>234 988</b>	<b>382 233</b>	<b>193 380</b>	<b>65 176</b>
	Despesas primárias	477 857	54 822 572	55 300 429	60 158 433	55 677 028	56 553 094	57 627 450
	Saldo corrente	860 953	-205 677	655 276	284 988	432 233	243 380	115 176
	Saldo de capital	0	-581 445	-581 445	-50 000	-50 000	-50 000	-50 000
	Saldo primário	860 953	-787 122	73 831	234 988	382 233	193 380	65 176

Para o período relevante compreendido de 2026 a 2030, considerando as receitas e despesas correntes, destaca-se o superavit no saldo corrente em praticamente todos os anos, o que permite manter um saldo primário positivo em todos os anos, após dedução das despesas de capital, exceto no próprio ano de 2026, consequência do volume de investimento deste ano, considerando que a Domus Social não incorpora nas suas previsões receitas desta natureza. No entanto, e fruto das transferências de 2026, o saldo primário mantém-se positivo ao longo dos anos seguintes.

## D. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO

No plano plurianual de investimentos inscrevem-se todos os projetos e ações que se pretendem realizar e que permitem concretizar os objetivos definidos pela empresa para o período 2026-2030, desde que tenham natureza plurianual, ou seja, revistam a caracterização de Compromissos plurianuais pelo que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

Objetivo	Número de projeto	Designação do projeto	Rúbrica orçamental	Forma de realização	Fonte financ.				Datas		Fase de execução	Pagamentos								Total previsto [21]-([13]+...+[26])
					RG	RP	UE	EMPR	Início	Fim		Realizado períodos anteriores	Estimativa de realização em 2025	Períodos seguintes						
														2026	2027	2028	2029	2030	Outros	
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	
Func. serviços	2	Atualização geral do Power BI	D7	(O)		123 000			2025	2027	2	0	0	73 800	49 200	0	0	0	0	123 000
Func. serviços	20220012	Desmaterialização de processos	D7	(O)		116 235			2024	2026	5	29 274	43 911	43 090	0	0	0	0	0	116 235
Func. serviços	20240001	Upgrade tecnológico e funcional ERP - GfAF	D7	(O)		86 408			2025	2026	3	0	25 922	60 485	0	0	0	0	0	86 408
Func. serviços	20260001	Investimento em cibersegurança (NIS2)	D7	(O)		49 200			2026	2026	1	0	0	49 200	0	0	0	0	0	49 200
Func. serviços	20260002	Programa para apoio aos gestores de contrato	D7	(O)		24 600			2026	2026	0	0	0	24 600	0	0	0	0	0	24 600
Func. serviços	20260003	Desenvolvimentos e-signa (cadastro)	D7	(O)		24 600			2026	2026	0	0	0	24 600	0	0	0	0	0	24 600
Total												29 274	69 853	275 735	49 200	0	0	0	0	424 043



## IV. Demonstrações Financeiras

### Previsionais para o período 2026-2030

## A. NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO PARA O PERÍODO 2026-2030 E PRESSUPOSTOS

Como referido no preâmbulo deste relatório, o sistema contabilístico adotado pela Domus Social respeita o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado no Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro e respetivas alterações subsequentes, integrando as Normas de Contabilidade Pública, bem como a demais legislação aplicável, orientando e conduzindo a gestão da empresa, permitindo um controlo orçamental permanente, bem como o seu fácil escrutínio, e possibilitando uma análise franca dos diferentes valores patrimoniais que a empresa governa.

Desde 1 de janeiro de 2020 que o normativo contabilístico aplicado à Domus Social passou a ser o SNC-AP, pelo que todas as demonstrações financeiras e orçamentais constantes nos IGP 2026-2030 foram preparadas com base neste normativo. Acresce que demonstrações financeiras incorporadas nos IGP foram preparadas de acordo com os seguintes pressupostos: regime do acréscimo (periodização económica) e da continuidade.

As características qualitativas da informação disponível são atributos que tornam as demonstrações financeiras úteis e pertinentes para os diferentes *stakeholders* com que a empresa lida. Nesse sentido, toda a informação integrante das mesmas é caracterizada pelos atributos da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

Todos os montantes inscritos neste documento estão em euros.

### 1 – MACROECONÓMICOS

A taxa de inflação prevista na elaboração dos Instrumentos de Gestão Previsional IGP para o ano de 2026 foi de 1,8%, e estimada em 1,9% para os restantes anos, de acordo com as previsões do Conselho das Finanças Públicas para a economia portuguesa.



## 2 – INVESTIMENTOS

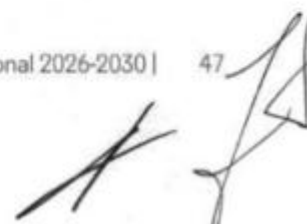
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS	ANO 2026	ANO 2027	ANO 2028	ANO 2029	ANO 2030
Ativos fixos tangíveis	38 180	20 000	20 000	20 000	20 000
Ativos intangíveis	434 540	30 000	30 000	30 000	30 000
<b>Total</b>	<b>472 720</b>	<b>50 000</b>	<b>50 000</b>	<b>50 000</b>	<b>50 000</b>

## 3 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS

Os valores apresentados são concordantes e derivam do Orçamento da CMP no que concerne ao Contrato de Mandato, das receitas provenientes das rendas cobradas aos inquilinos municipais para o ano 2026 e de serviços prestados a outras entidades.

O prazo médio de recebimentos considerado nas projeções financeiras foi de 10 dias para todo o período 2026-2030.

A prestação de serviços para o período 2026-2030 é a seguinte:

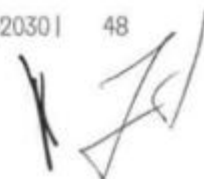


montante  
s/iva

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS	ANO 2026	ANO 2027	ANO 2028	ANO 2029	ANO 2030
<b>Vendas e prestação de serviços à CMP</b>					
Habitação					
Execução de obra e prestação de serviços	30 821 848	32 761 753	29 837 124	30 404 030	30 981 706
Outras rubricas					
Execução de obra e prestação de serviços	7 749 774	9 985 097	8 370 150	8 529 183	8 691 238
Total de obra e prestação de serviços	38 571 622	42 746 850	38 207 274	38 933 213	39 672 944
Rendas emitidas	11 514 887	11 733 670	11 956 610	12 183 786	12 415 277
Subsídio à exploração	3 827 999	4 295 491	4 184 141	4 033 389	4 005 058
subtotal	53 914 509	58 776 012	54 348 025	55 150 387	56 093 279
<b>Vendas e prestação de serviços a outras entidades</b>					
Serviços de manutenção	27 021	27 535	28 058	28 591	29 134
Rendimentos suplementares	9 493	9 673	9 857	10 044	10 235
subtotal	36 514	37 208	37 915	38 636	39 370
<b>TOTAL</b>	<b>53 951 023</b>	<b>58 813 220</b>	<b>54 385 940</b>	<b>55 189 023</b>	<b>56 132 648</b>

montante  
c/iva

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS	ANO 2026	ANO 2027	ANO 2028	ANO 2029	ANO 2030
<b>Vendas e prestação de serviços à CMP</b>					
Habitação					
Execução de obra e prestação de serviços	31 300 000	33 270 000	30 300 000	30 875 700	31 462 338
Outras rubricas					
Execução de obra e prestação de serviços	7 870 000	10 140 000	8 500 000	8 661 500	8 826 069
Total de obra e prestação de serviços	39 170 000	43 410 000	38 800 000	39 537 200	40 288 407
Rendas emitidas	11 514 887	11 733 670	11 956 610	12 183 786	12 415 277
Subsídio à exploração	3 827 999	4 295 491	4 184 141	4 033 389	4 005 058
subtotal	54 512 887	59 439 162	54 940 751	55 754 375	56 708 742
<b>Vendas e prestação de serviços a outras entidades</b>					
Serviços de manutenção	33 236	33 868	34 511	35 167	35 835
Rendimentos suplementares	11 676	11 898	12 124	12 355	12 589
subtotal	44 913	45 766	46 636	47 522	48 425
<b>TOTAL</b>	<b>54 557 799</b>	<b>59 484 928</b>	<b>54 987 386</b>	<b>55 801 896</b>	<b>56 757 167</b>



Relativamente às rendas emitidas foi considerado nos IGP uma taxa de incumprimento de 1,55%, correspondendo à taxa de imparidade das rendas líquidas das cobranças em Sistema de Execuções Fiscais (SEF) baseada nos dados históricos de cobranças.

No que respeita ao enquadramento dos gastos e rendimentos, no Código do IVA, os IGP foram preparados recorrendo-se às seguintes taxas de IVA:

TIPOLOGIA	REGIME DE IVA
Execução de Obra (construção civil) - Habitação	IVA autoliquidação
Execução de Obra (construção civil) – Outras	IVA autoliquidação
Serviços técnicos de projeto, fiscalização e obra	Taxa normal
Serviços de manutenção	Taxa normal
Serviços de apoio a outras entidades	Taxa normal
Rendas emitidas	Isenção de Iva
Outros não especificados	Taxa normal

No caso de adquirentes sujeitos passivos mistos, isto é, os que pratiquem operações que conferem o direito à dedução e operações que não conferem esse direito e, independentemente do método utilizado para o exercício do direito à dedução (afetação real ou prorata), há lugar a inversão do sujeito passivo.

No caso do Estado, de Autarquias, Regiões Autónomas ou de outras pessoas coletivas de direito público que apenas são sujeitos passivos porque praticam determinado tipo de operações que não são abrangidas pelo conceito de não sujeição a que se refere o n.º 2 do artigo 2º do CIVA ou que o são face ao n.º 3 do mesmo artigo 2º, só há lugar à inversão quando se trate de aquisição de serviços diretamente relacionados com a atividade sujeita, devendo, para o efeito tais entidades informar o respetivo prestador.

Tendo em consideração que o Município do Porto é sujeito passivo misto, que realiza operações fora do campo de incidência do imposto e que a norma sobre inversão do sujeito passivo de IVA é de aplicação limitada, só aplicável a sujeitos passivos que pratiquem operações que confirmem total ou parcialmente o direito à dedução, este deverá informar a Domus Social sobre o destino dos serviços de construção, para cumprimento das regras de liquidação do imposto e concomitantemente das exigências formais da faturação.

As taxas médias apuradas nos IGP, ascendem a 1,55% e 4,17%, para as operações ativas e passivas, respetivamente.

#### 4 – GASTOS

##### 4.1– Fornecimentos e serviços externos e custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Os fornecimentos e serviços externos foram calculados com base na técnica orçamental conhecida por “orçamento de base zero”. O prazo médio de pagamento considerado nos IGP para este tipo de gastos é de 5 dias para os anos do período 2026-2030.

- a. A rubrica “Trabalhos especializados” compreende, entre outros, os gastos com a revisão legal de contas, consultoria para implementação de medidas de cibersegurança, manutenção do *data center* e virtualização, desenvolvimentos no *software* e-sigma, elaboração do manual de boas práticas de construção sustentável e planeamento participativo, serviços de consultoria legais, Consultadoria e monitorização da estratégia de inovação, ensaios de ruído ocupacional e iluminância e workshop para ações de sensibilização, integração de questionários de satisfação e outros trabalhos especializados.
- b. Na rubrica “Publicidade” estão previstas verbas para campanhas diversas de social-media, serviços de audiovisuais e agência de publicidade e publicação de anúncios.
- c. A rubrica “Vigilância e segurança” contempla todos os gastos com serviços de segurança do edifício de Monte dos Burgos.
- d. A rubrica “Honorários” compreende os gastos com consultoria jurídica e assessoria técnico-científica relativa ao Observatório da Habitação.
- e. A despesa prevista na rubrica “Conservação e reparação” é essencialmente destinada à conservação dos equipamentos administrativos e manutenção dos diversos programas informáticos ao dispor da empresa, assim como licenças de aplicativos nomeadamente Microsoft e relativa à conservação dos veículos e outros equipamentos.
- f. Os gastos previstos pela rubrica “Ferramentas e utensílios” são relativos a consumíveis indispensáveis ao funcionamento dos vários serviços, quer de apoio transversal à atividade da empresa, quer de apoio à produção.

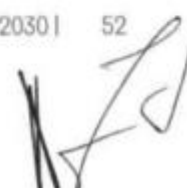
- g. Na rubrica "Livros e documentação técnica" estão compreendidos os gastos com a aquisição de bibliografia técnica.
- h. A rubrica "Material de escritório" está diretamente relacionada com o volume do trabalho administrativo realizado, com os contratos e com os equipamentos de reprografia.
- i. A rubrica "Energia" prevê o consumo de energia elétrica nas instalações da empresa e frota de veículos elétricos e *plug-in*.
- j. A rubrica "Combustíveis" compreende o gasto de combustível da frota automóvel, com motor de combustão interna, da Empresa.
- k. A rubrica "Deslocações e estadas" prevê despesas inerentes à utilização de viatura própria em serviço, bem como a previsão de despesas efetuadas com deslocações em serviço.
- l. Na rubrica "Rendas e alugueres" estão incluídos a renda do edifício onde se encontra sediada a empresa, assim como os gastos relativos a contratos de aluguer de equipamentos de transporte, equipamentos eletrónicos e *hardware* contratualizados.
- m. Os gastos de comunicação estimados na rubrica "Comunicação" incluem os portes com todo o volume de correio, que se prevê necessário para prestar informação ao público-alvo da empresa, as comunicações da rede fixa e as comunicações da rede móvel.
- n. Na rubrica de "Seguros" estão incluídos todos os seguros das viaturas ao serviço da empresa, do recheio das instalações, do equipamento informático e de responsabilidade civil e danos próprios relacionados com a execução de obras.
- o. O valor estimado para a rubrica "Limpeza, higiene e conforto" é relativo aos gastos contratuais da empresa de limpeza que presta serviço nas instalações da empresa, bem como aos gastos de produtos de limpeza.

Os fornecimentos e serviços externos e custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas encontram-se resumidos no seguinte mapa:



FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS e CMVMC	ANO 2026	ANO 2027	ANO 2028	ANO 2029	ANO 2030
<b>GASTOS DIRETOS DA OBRA</b>					
FSE e Materiais - a refaturar à Câmara Municipal do Porto	38 571 622	42 746 850	38 207 274	38 933 213	39 672 944
FSE e Materiais - a refaturar a Outras Entidades	24 565	25 032	25 507	25 992	26 486
FSE e Materiais - manutenção corrente do parque habitacional	3 860 000	4 316 015	4 267 999	4 270 971	4 434 950
Devolução de rendas à CMP de acordo com Estatutos	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000
<b>GASTOS ESTRUTURA / INDIRETOS</b>					
Trabalhos especializados	382 661	389 932	397 340	404 890	412 583
Publicidade	142 312	145 016	147 772	150 579	153 440
Vigilância e segurança	112 744	114 886	117 069	119 293	121 560
Honorários	38 186	38 911	39 651	40 404	41 172
Conservação e reparação	257 397	262 287	267 271	272 349	277 524
Trabalho temporário	14 000	14 266	14 537	14 813	15 095
Ferramentas e utensílios	5 265	5 365	5 467	5 570	5 676
Livros e documentação técnica	3 283	3 345	3 409	3 474	3 540
Material de escritório	21 154	21 556	21 965	22 383	22 808
Eletricidade	8 000	8 152	8 307	8 465	8 626
Combustíveis	9 929	10 118	10 310	10 506	10 706
Água	600	611	623	635	647
Deslocações e estadas	14 035	14 302	14 573	14 850	15 133
Transportes de pessoal	1 255	1 279	1 304	1 328	1 354
Rendas e alugueres	349 574	356 216	362 984	369 881	376 909
Comunicação	46 273	47 152	48 048	48 961	49 891
Seguros	15 307	15 598	15 894	16 196	16 504
Contencioso e notariado	199	202	206	210	214
Despesas de representação	832	848	864	881	897
Limpeza, higiene e conforto	54 393	55 426	56 479	57 552	58 646
Outros fornecimentos e serviços	1 791	1 825	1 860	1 895	1 931
Encargos bancários	713	726	740	754	768
subtotal	1 479 903	1 508 021	1 536 674	1 565 870	1 595 622
<b>Total</b>	<b>44 036 090</b>	<b>48 695 918</b>	<b>44 137 455</b>	<b>44 896 046</b>	<b>45 830 001</b>

Os gastos de obra a refaturar à CMP estão evidenciados no ponto 3.



## 4.2 – Gastos com o Pessoal

O quadro seguinte mostra a distribuição dos colaboradores por categorias:

FUNÇÕES/CATEGORIA	ANO 2026	ANO 2027	ANO 2028	ANO 2029	ANO 2030
Técnico Superior	108	108	108	108	108
Técnico Especializado	26	26	26	26	26
Assistente Técnico	20	20	20	20	20
Encarregado operacional	12	12	12	12	12
Assistente Operacional	8	8	8	8	8
<b>Total</b>	<b>174</b>	<b>174</b>	<b>174</b>	<b>174</b>	<b>174</b>

Para além dos colaboradores indicados, a Empresa tem três administradores, dois executivos e um não executivo conforme previsto nos estatutos.

Os principais pressupostos utilizados em relação a esta rubrica são os seguintes:

- Taxa média nominal de atualização salarial de 3,06 % para 2026;
- Taxa média de encargos sociais a cargo da entidade patronal (SS, CGA, ACSS) – 23,7%;
- Subsídio de alimentação de acordo com a legislação em vigor;
- Taxa anual para formação de 1,5% do total de gastos com remunerações brutas do pessoal mais os respetivos encargos;
- Taxa anual para assistência médica e medicamentosa igual a 2,05% do total de remunerações brutas do pessoal;
- Taxa anual média para encargos com seguro de acidentes trabalho igual a 1,07%;
- O cálculo dos gastos com o pessoal tem em conta os vencimentos projetados para os anos em análise e respetivos encargos.

O valor da taxa média anual de encargos sociais patronais deriva do facto do quadro de pessoal da empresa ser constituído por trabalhadores oriundos da CMP e por trabalhadores vinculados por contrato individual de trabalho.

#### 4.3 – Gastos de depreciação e de amortização

As taxas de depreciação e amortização utilizadas são as seguintes, decorrentes da aplicação das vidas úteis dos ativos de acordo com o Classificador Complementar 2:

DESCRIÇÃO	TAXAS
<b><u>ATIVOS INTANGÍVEIS</u></b>	
Programas	33,33% - 100%
<b><u>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</u></b>	
Edifícios e Outras Construções	10%
Equipamento Básico	10% - 25%
Equipamento de Transporte	25%
Ferramentas e Utensílios	20% - 100%
Equipamento Administrativo	10% - 33,33% - 100%
Outras Imobilizações Corpóreas	10% - 100%

#### 5 – RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro resulta da remuneração das aplicações de tesouraria e, principalmente, dos juros de mora aplicados sobre o incumprimento dos prazos para pagamento de rendas.

Caso os prazos médios de pagamento e de recebimento, assim como o volume de obra, não oscilem significativamente, não são previsíveis quaisquer roturas de tesouraria, pelo que não se espera que os gastos financeiros assumam valores significativos.

#### 6 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

A empresa municipal está sujeita a uma taxa de IRC de 19%. Acresce ainda um valor de derrama municipal que poderá ser no máximo de 1,5% do lucro fiscal. Desta forma, e pelo princípio da prudência foi considerada uma taxa de tributação total anual de 20,5%.

Independentemente de os resultados da Empresa antes de impostos serem positivos ou negativos, é ainda consequência da Lei em vigor a tributação autónoma em sede de IRC.

Adicionalmente, e em resultado dos benefícios fiscais serem superiores à matéria coletável gerada no período, não se afigura tributação relevante em sede de IRC, com exceção da tributação autónoma referida no parágrafo anterior.

## 7 – RUBRICAS DE BALANÇO

### 7.1 – Ativo não corrente - Outros ativos financeiros

A rubrica “Outros ativos financeiros” integra valores de depósitos de caução relativos a depósitos de garantias prestadas pelos fornecedores, por responsabilidades assumidas inerentes às empreitadas em curso. A contrapartida destas garantias está relevada na mesma rubrica “Outras contas a pagar” no Passivo não corrente.

### 7.2 – Tesouraria

Na elaboração deste orçamento considerou-se um saldo de tesouraria no mínimo de 3 dias do montante total de serviços prestados. O saldo mínimo de tesouraria projetado reflete a estabilidade e a previsibilidade conferidas pelo Contrato Programa, cujas disposições garantem a tempestividade dos recebimentos e asseguram fluxos financeiros imediatos, permitindo uma gestão de tesouraria otimizada.

### 7.3 – Estado e Outros Entes Públicos

Tendo em conta os dados históricos foi calculada uma taxa média ponderada de IVA relativamente às prestações de serviços de 1,55%, sendo de 4,17% para operações passivas relativas a fornecimentos e serviços externos.

Os quadros da empresa comportam colaboradores originários da CMP que se encontram em regime de requisição de serviço, em comissão de serviço e colaboradores enquadrados no regime geral da segurança social.

- i. A taxa média ponderada de encargos sociais foi de 23,69%.
- ii. A taxa média de seguro de acidentes de trabalho considerada foi de 1,07%.

- iii. A taxa média de IRS a reter aos trabalhadores considerada para efeitos do presente orçamento foi de 15%.

#### 7.4 – Diferimentos

Os diferimentos ativos referem-se essencialmente a gastos a reconhecer com apólices de seguros a imputar aos períodos seguintes.

#### 7.5 – Outras contas a receber e outras contas a pagar

A rubrica “Outras contas a receber” integra valores referentes a créditos a receber relativos a multas emitidas a fornecedores e de natureza similar.

A rubrica “Outras contas a pagar” contempla também os acréscimos de gastos respeitantes à previsão para encargos com férias e subsídio de férias vencidos em 31 de dezembro de cada ano, e pagos no ano seguinte, aquando do gozo das respetivas férias.

A legislação portuguesa sobre o trabalho define que as férias relativas a qualquer ano de serviço sejam gozadas pelo trabalhador no ano seguinte. Por tal facto procedeu-se ao cálculo dos gastos daí decorrentes inerentes a cada exercício.

Estão ainda refletidas nesta conta multas aplicadas em sede de empreitadas, parte das quais estão pendentes de decisão judicial.

#### 7.6 – Reservas

As rubricas de Reservas Legais e de Outras Reservas incluem a aplicação de parte dos resultados líquidos positivos gerados, conforme o disposto nos Estatutos da Domus Social.

#### 7.7 – Capital Subscrito

O capital subscrito é composto por 100 000 títulos nominativos de valor nominal de 5 € cada e encontra-se integralmente realizado.



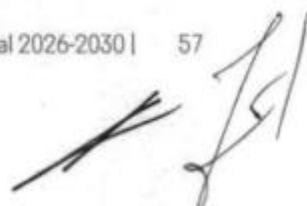
## 8 – RESPONSABILIDADES EVENTUAIS RELATIVAS AOS CONTENCIOSO EXISTENTES

A dependência financeira da CMP pode originar atrasos no pagamento de faturas a fornecedores da Empresa, situação que entra em confronto com o disposto no Código dos Contratos Públicos.

Estas situações, estão previstas no Contrato celebrado entre a empresa e o MP, o qual regula as relações contratuais estabelecidas entre as partes e, consequentemente, quaisquer juros de mora reclamados por terceiros não terão impacto líquido sobre as demonstrações financeiras da Empresa na medida em que existe uma total recuperação dos mesmos.

Encontra-se pendente no Tribunal Administrativo e Fiscal (TAF) do Porto:

	N.º de processo	Ident. do Tribunal/ Unid. Organica	Autor	Tipo de ação	Valor da ação
1	311/18.9BEPRT	TAF Porto	ABB - Alexandre Barbosa Borges	Ação administrativa comum	3 475 728,88 €
2	544/18.8BEPRT	TAF Porto	ABB - Alexandre Barbosa Borges	Ação administrativa comum	32 029,65 €
3	2136/19.5BEPRT	TAF Porto	ABB - Alexandre Barbosa Borges	Ação administrativa	4 877 447,65 €
4	2640/18.2BEPRT	TAF Porto	Befebal II, Lda.	Ação Administrativa	58 319,70 €
5	243/20.0BEPRT	TAF Porto	J.C.N.F. - CONSTRUÇÃO LDA.	Ação administrativa de impugnação de ato administrativo	145 566,59 €
6	1215/21.3BEPRT	TAF Porto	Empribuild, Lda	Ação administrativa	2 130,00 €
7	1216/21.1BEPRT	TAF Porto	Empribuild, Lda	Ação administrativa	4 144,14 €
8	1217/21.0BEPRT	TAF Porto	Empribuild, Lda	Ação administrativa	4 941,09 €
9	1876/21.3BEPRT	TAF Porto	Dape, Lda.	Ação administrativa	33 720,76 €
10	1979/21.4BEPRT	TAF Porto	M. Couto Alves, SA	Ação administrativa	887 171,43 €
11	2595/21.6BEPRT	TAF Porto	Tecnocampo, S.A.	Ação administrativa	72 875,00 €
12	339/21.1BEPRT	TAF Porto	Dape, Lda.	Ação administrativa	532 582,82 €
13	2519/24.9BEPRT	TAF Porto	Add Building - Gestão & Serviços, Lda.	Contencioso pré-contratual	335.190,00 €
14	352/25.0BEPRT	TAF Porto	Exuberantexemplo, Lda.	Ação administrativa	32.010,47 €



Em conclusão, é convicção da Domus Social que não existe fundamento para a atribuição de qualquer compensação financeira adicional nas situações acima descritas. Não obstante, não se ignora o risco remoto, sempre existente em situações desta natureza contenciosa, poderem vir a ser desfavoráveis em sede de decisão judicial.

## 9 – CONCLUSÃO

O cumprimento integral dos IGP no período 2026-2030 gera resultados líquidos positivos ao longo do período no montante de 122 525 €.

Os IGP geram resultados líquidos positivos, que resultam essencialmente da evolução dos resultados financeiros.

Quanto à análise de sensibilidade e riscos orçamentais, as projeções financeiras para 2026-2030 são sensíveis a variações na taxa de inflação e nos custos de construção. Um aumento de 1% nos custos de FSE (Manutenção/Obras) não coberto por atualização de preços no Contrato de Mandato teria impacto direto nos resultados. A gestão mitigará este risco através da cláusula de revisão de preços nos contratos de empreitada e da monitorização trimestral dos custos de estrutura.

Apresentamos alguns indicadores no quadro seguinte:

INDICADORES	ANO 2026	ANO 2027	ANO 2028	ANO 2029	ANO 2030
Liquidez geral	1,02	1,08	1,15	1,19	1,20
Autonomia financeira	13,0%	13,1%	13,3%	13,5%	13,7%
Autofinanciamento (RL + Depreciações/Amortizações)	265 236	334 514	330 508	237 303	106 141

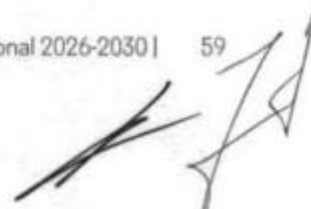
## B. ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL

### DEMONSTRAÇÃO PREVISIONAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

NOTAS

ANO 2026

RENDIMENTOS E GASTOS		
Vendas	IV-A-3	398 250,99
Prestações de serviços	IV-A-3	49 715 279,99
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	II-3 / IV-A-3	3 827 999,30
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	IV-A-4.1	-745 593,47
Fornecimentos e serviços externos	IV-A-4.1	-43 290 496,78
Gastos com pessoal	IV-A-4.2	-6 697 367,43
Transferências e subsídios concedidos	II-B-3	-2 650 000,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-149 761,56
Outros rendimentos e ganhos		9 492,97
Outros gastos e perdas		-167 690,18
<b>Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento</b>		<b>250 113,82</b>
Gastos / reversões de depreciação e amortização	IV-A-4.3	-241 136,23
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>		<b>8 977,59</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	IV-A-5	27 633,26
Juros e gastos similares suportados	IV-A-5	0,00
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>36 610,85</b>
Imposto sobre o rendimento	IV-A-6	-12 511,56
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>24 099,29</b>



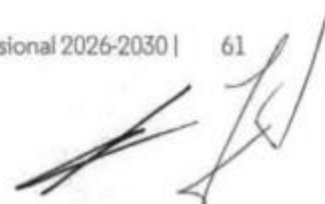
## C. ORÇAMENTO DE TESOURARIA PREVISIONAL

DEMONSTRAÇÃO PREVISIONAL DOS FLUXOS DE CAIXA	NOTAS	ANO 2026
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	IV-A-3	39 008 932,20
Rendas emitidas	IV-A-3	11 365 125,76
Subsídio à exploração	II-3 / IV-A-3	3 827 999,30
Pagamentos a fornecedores	IV-A-4.1	-48 023 331,16
Pagamentos ao pessoal	IV-A-4.2	-6 515 084,94
Caixa gerada pelas operações		-336 358,84
Recebimento/pagamento de imposto sobre o rendimento	IV-A-6	-12 878,14
Outros recebimentos / pagamentos	IV-A-5	998 341,30
<b>FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>649 104,32</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	IV-A-2/IV-A-4.3	-581 444,99
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	IV-A-5	6 171,49
<b>FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>-575 273,50</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
<b>FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>0,00</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>		<b>73 830,83</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 728 875,76
Saldo mínimo de caixa		434 018,26
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 802 706,58



## D. BALANÇO PREVISIONAL

BALANÇO PREVISIONAL	NOTAS	31/dez/26
<b>ATIVO</b>		
<b>ATIVO NÃO CORRENTE</b>		
Ativos fixos tangíveis	IV-A.2/IV-A.4.3	507 027,89
Ativos intangíveis	IV-A.2/IV-A.4.3	471 142,66
Outros ativos financeiros	IV-A.4.2/IV-A.7.1	4 773 910,67
		5 752 081,22
<b>ATIVO CORRENTE</b>		
Inventários		141 675,70
Clientes, contribuintes e utentes	IV-A.3	1 351 279,21
Estado e outros entes públicos	IV-A.4.2/IV-A.6/IV-A.7.2	190 963,63
Outras contas a receber	IV-A.7.5	1 086 041,53
Diferimentos	IV-A.7.4	267 283,96
Caixa e depósitos	IV-A.7.2	1 802 706,58
		4 839 950,62
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>10 592 031,84</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>		
Património / Capital	IV-A.7.7	500 000,00
Reservas	IV-A.7.6	121 460,27
Resultados transitados		729 256,15
Resultado líquido do período	IV-8	24 099,29
<b>TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>		<b>1 374 815,70</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>		
Provisões		1 000,00
Outras contas a pagar		4 734 877,48
		4 735 877,48
<b>PASSIVO CORRENTE</b>		
Fornecedores	IV-A.4.1	666 204,11
Estado e outros entes públicos	IV-A.4.2/IV-A.6/IV-A.7.3	189 162,19
Outras contas a pagar	IV-A.7.5	2 482 369,95
Diferimentos		1 143 602,40
		4 481 338,66
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>9 217 216,14</b>
<b>TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO</b>		<b>10 592 031,84</b>



Porto, 10 de dezembro de 2025

O Conselho de Administração,

  
(Filipa Alexandra Dias Pereira de Sousa Melo Tavares)

  
(João André Gomes Gonçalves Sendim)



## V. ANEXO I – CONTRATO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, EDIFÍCIOS E INFRAESTRUTURAS PARA O TRIÉNIO 2026-2028

Contrato de Manutenção de Equipamentos, Edifícios e Infraestruturas			
(Un.: euro)			
Designação	2026	2027	2028
<b>2 URBANISMO</b>			
2.2 Valorização do Ambiente Urbano e Espaço Público	250 000	250 000	250 000
<b>4 COESÃO SOCIAL, SAÚDE E PROTEÇÃO CIVIL</b>			
4.4 Cuidados de Saúde Primários	600 000	600 000	600 000
4.5 Qualidade de Vida	900 000	450 000	450 000
subtotal	1 500 000	1 050 000	1 050 000
<b>5 HABITAÇÃO</b>			
5.2 Habitação Social	21 300 000	22 270 000	22 300 000
<b>6 DESPORTO, JUVENTUDE E ASSOCIATIVISMO</b>			
6.1 Desporto Ativo	50 000	50 000	50 000
<b>9 EDUCAÇÃO, TALENTO E CONHECIMENTO</b>			
9.1 Educação	3 000 000	2 300 000	1 500 000
<b>11 GESTÃO E SERVIÇO PÚBLICO</b>			
11.2 Gestão dos Serviços Municipais	3 020 000	6 440 000	5 600 000
<b>Total</b>	<b>29 120 000</b>	<b>32 360 000</b>	<b>30 750 000</b>

Contrato de Mandato para a operação de Lordelo do Ouro			
(Un.: euro)			
Designação	2026	2027	2028
<b>5 HABITAÇÃO</b>			
5.1 Porto Habita	10 000 000	11 000 000	8 000 000
<b>Total</b>	<b>10 000 000</b>	<b>11 000 000</b>	<b>8 000 000</b>

## VI. ANEXO II – PARECER DO FISCAL ÚNICO





RSM & Associados – Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)  
T: +351 21 3553 550 E: geral.lisboa@rsmpt.pt  
Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto  
T: +351 22 2074 350 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

## PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

### Introdução

Nos termos do artigo 25.º, número 6, alínea j), da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, procedemos à revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) de **CMPH – DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, E.M.** (a Entidade), relativos ao período de 2026 a 2030, que compreendem os Planos anual e plurianual de atividades, investimento e financeiro, o Orçamento anual de exploração previsional, o Orçamento anual de tesouraria previsional e o Balanço previsional, incluindo os pressupostos em que se basearam, os quais se encontram descritos no ponto IV-A. Adicionalmente, e com vista a dar cumprimento à Norma de Contabilidade Pública n.º 26, que integra o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), foram preparadas Demonstrações orçamentais previsionais que incluem o Orçamento e plano orçamental plurianual e o Plano plurianual de investimentos, os quais fazem parte integrante dos Instrumentos de Gestão Previsional em apreciação.

### Responsabilidades do órgão de gestão sobre os instrumentos de gestão previsional

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

### Responsabilidades do auditor sobre a revisão dos instrumentos de gestão previsional

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo relatório.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD  
AUDIT | TAX | CONSULTING

RSM & Associados – Sroc, Lda é uma firma independente, membro da RSM International. RSM International é a denominação de uma rede internacional de entidades jurídicas independentes que prestam serviços profissionais de contabilidade e consultoria. RSM International não corresponde, em qualquer jurisdição, a uma entidade legalmente reconhecida.

Inscrição na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 21 | Inscrição na lista de Auditores da CMVM sob o n.º 2016/390  
NIPC 501612 58 | Capital Social 144 000€



### Matérias relevantes a enfatizar

1. O modelo de projeções financeiras que suporta os instrumentos de gestão previsional em apreciação, tem como ano base das previsões financeiras o exercício de 2025. Consequentemente, a sua construção exigiu estimar, de acordo com a informação disponibilizada pelo Conselho de Administração, o resultado líquido e os saldos de balanço reportados a 31 de dezembro de 2025, pelo que, o património líquido estimado, reportado a 31 de dezembro de 2025 e que serviu de ano base às projeções dos IGP em apreciação poderá estar sujeito a alterações, bem como poderão ser distintos os fluxos financeiros, devido ao impacto das diferenças entre os saldos das demonstrações financeiras estimadas e os saldos finais que se vierem a apurar.
2. Conforme decorre dos documentos em apreciação, a Entidade está dependente do Município do Porto no que respeita ao financiamento das obras de habitações devolutas e de requalificação do parque de habitação pública municipal, bem como de outras rubricas do Orçamento anual de exploração, pelo que, atrasos significativos nos fluxos financeiros para financiamento destas componentes da sua atividade poderão afetar as condições de exploração e o equilíbrio financeiro da Entidade.

### Conclusão e opinião

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião, as demonstrações financeiras prospetivas estão devidamente preparadas com base nos pressupostos e apresentadas numa base consistente com as políticas contabilísticas normalmente adotadas pela entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) adotado em Portugal.

Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Porto, 10 de dezembro 2025



RSM & ASSOCIADOS – SROC, LDA.

Representada por João Luís Almeida Mendes de Araújo (ROC n.º 933)  
registado na CMVM com o n.º 20160550





# RELATÓRIO DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO PROVISIONAL 2026—2030



---

Pág. 3

## **Preâmbulo**

Pág. 4

## **I – Normas de Execução Orçamental**

Pág. 9

## **II – Planos Anuais e Plurianuais**

Pág. 10

A – Enquadramento

B – Plano de Atividades Anual e Plurianual

C – Plano de Investimentos Anual e Plurianual

D – Plano Financeiro Anual e Plurianual

E – Demonstrações Previsionais [NPC 26]

Pág. 37

## **III – Demonstrações Financeiras Previsionais**

Pág. 38

A – Notas Explicativas ao Orçamento para o Período 2025 – 2029 e Pressupostos

B – Orçamento de Exploração

C – Orçamento de Tesouraria

D – Balanço Previsional

Pág. 54

## **IV – Equilíbrio Económico-Financeiro**

Pág. 57

O Conselho de Administração

Pág. 58

ANEXO I – Decomposição dos Valores da Previsão de Obra a Executar para o Município do Porto por Empreendimento em 2025 - 2029

Pág. 64

ANEXO II – Parecer do Revisor Oficial



---

de Contas/Fiscal Único

## Preâmbulo

A empresa municipal “Gestão e Obras do Porto”, adiante designada apenas de “GO Porto”, vem por este meio apresentar, para aprovação da Câmara Municipal do Porto e da Assembleia Municipal do Porto, os Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) para o período 2026 – 2030, dando cumprimento ao artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, nos termos da alínea b), do n.º 5 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e de acordo com o disposto nos artigos 21.º e 23.º dos estatutos da empresa.

No âmbito do referido artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, as empresas locais devem facultar, completa e atempadamente, elementos aos órgãos executivos das respetivas entidades públicas participantes, tais como, projetos dos planos de atividades anuais e plurianuais, projetos dos orçamentos anuais, incluindo a estimativa das operações financeiras com o Estado e as autarquias locais, planos de investimento anuais e plurianuais e respetivas fontes de financiamento, documento de prestação anual de contas, relatórios trimestrais de execução orçamental e as demais informações e documentos que sejam solicitados para o acompanhamento sistemático da situação da empresa local e da sua atividade.

Em conformidade com o determinado pelo artigo 19.º dos estatutos da empresa, alinhado com o regulado na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, concretamente, no seu artigo 25.º, n.º 6, alínea j), cabe ao Fiscal Único a emissão de um parecer sobre o presente documento, fazendo parte integrante do mesmo.

# NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

No âmbito das atividades operacionais de gestão de obra e de gestão e exploração de infraestruturas e imóveis, desenvolvidas pela GO Porto através das atribuições firmadas com o Município do Porto, torna-se necessário estabelecer um conjunto de regras e princípios definidoras de políticas, métodos e procedimentos que contribuam para assegurar o desenvolvimento das suas atividades de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos e a preparação oportuna de informação financeira fiável. É ao abrigo destes princípios que se enquadram os artigos seguintes:

### **Artigo 1.º**

#### **Definição e objeto**

1. O presente normativo estabelece regras e procedimentos complementares necessários ao cumprimento das disposições constantes das redações atuais do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), na parte não revogada pelo SNC-AP, pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1, relativos, respetivamente, ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do orçamento, constituindo estes diplomas legais, o quadro normativo aplicável à execução do IGP 2026 - 2030, atentos os objetivos de rigor e contenção orçamental.

2. Sem prejuízo do disposto no presente normativo, e tendo presente que, por parte da APCER, o procedimento de certificação ao abrigo da Qualidade e a concessão da certificação no âmbito do Ambiente, da

Saúde e Segurança no Trabalho e da Responsabilidade Social, ficou aprovado a 3 de outubro 2024, são também aplicáveis à execução dos IGP, as disposições constantes do Manual do Sistema de Gestão Integrado (SGI) e os seus processos e procedimentos.

### **Artigo 2.º**

#### **Execução orçamental**

1. O ciclo orçamental da receita deverá obedecer às seguintes fases executadas de forma sequencial: inscrição de previsão de receita, liquidação e recebimento, sem prejuízo de eventuais anulações de receita emitida que corrijam a liquidação ou de eventuais reembolsos e restituições que corrijam o recebimento e, eventualmente, a liquidação. A liquidação pode exceder a previsão de receita, sendo que só poderão ser liquidadas receitas que sejam legais, tenham sido objeto de correta inscrição orçamental, estejam classificadas e haja o cumprimento do princípio da segregação de funções.

2. O ciclo orçamental da despesa deverá obedecer às seguintes fases executadas de forma sequencial: inscrição de dotação orçamental, cabimento, compromisso, obrigação e pagamento, sem prejuízo de eventuais reposições abatidas aos pagamentos que para além de corrigirem os pagamentos podem igualmente corrigir todas as fases a montante até ao cabimento. O cabimento não pode exceder a dotação disponível, assim como o compromisso não pode exceder o respetivo cabimento. A obrigação não pode exceder o valor do compromisso, assim como o pagamento não pode exceder o valor da obrigação. Os limites definidos devem ser aferidos por transação ou evento e segundo as classificações

orçamentais vigentes. Nenhuma despesa pode ser autorizada que não respeite:

- a) A legalidade da despesa/conformidade legal no que respeita à natureza do encargo a incorrer;
- b) A legalidade do facto gerador da obrigação, nomeadamente o cumprimento do Código dos Contratos Públicos;
- c) O cumprimento do princípio da segregação de funções;
- d) A regularidade financeira;
- e) A economia, eficiência e eficácia da despesa.

3. Na execução dos documentos previsionais dever-se-á ter sempre em conta os princípios da utilização racional das dotações aprovadas e da gestão eficiente da tesouraria. Segundo estes princípios a assunção de encargos geradores de despesa deve ser justificada quanto à necessidade, utilidade e oportunidade.

4. A adequação dos fluxos de caixa das receitas às despesas realizadas, de modo que seja preservado o equilíbrio financeiro, obriga ao estabelecimento das seguintes regras:

- a) Registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos nos anos anteriores que tenham fatura ou documento equivalente associados e não pagos (dívida transitada);
- b) Registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos em anos anteriores sem fatura associada;

c) Registo dos compromissos decorrentes de reescalonamento dos compromissos contratualizados para 2025 e para os anos futuros.

### **Artigo 3.º** **Modificações ao IGP**

Esta empresa municipal, baseada em critérios de economia, eficácia e eficiência, tomará as medidas necessárias à gestão rigorosa das despesas, reorientando, através do mecanismo das modificações orçamentais as dotações disponíveis de forma a permitir uma melhor satisfação dos objetivos estabelecidos pelo Município do Porto, nos seus contratos com a empresa municipal (Contrato de Gestão de Empreendimentos e Contrato Programa), com o menor custo financeiro, no cumprimento estrito das regras orçamentais previstas em sede do normativo do SNC-AP.

### **Artigo 4.º** **Gestão de Ativos da Empresa Municipal**

1. A Gestão do Património da empresa municipal executar-se-á nos termos do disposto nos processos e procedimentos do referido Sistema de Gestão Integrado da empresa.

2. As aquisições de ativos efetuam-se de acordo com o plano plurianual de investimentos e com base nas orientações do Conselho de Administração, através de proposta de aquisição por parte dos serviços.

### **Artigo 5.º** **Gestão de stocks**

1. A Gestão de Stocks da empresa municipal executar-se-á nos termos do disposto nos processos e procedimentos do referido Sistema de Gestão Integrado da empresa.

2. O stock de bens será um recurso de gestão a usar apenas no estritamente necessário à execução das atividades desenvolvidas pelos serviços.

3. A proposta de abate de artigos em stock carece de proposta do dirigente máximo responsável pela unidade orgânica ao qual esteja afeto o armazém a ser submetida ao Conselho de Administração.

### **Artigo 6.º** **Assunção de compromissos plurianuais**

1. Fica autorizada pela Assembleia Municipal, a assunção de compromissos plurianuais que respeitem as regras e procedimentos previstos na Lei e nos presentes IGP, e que resultem de projetos ou atividades constantes na Demonstração Previsional de Orçamento e Plano Orçamental Plurianual do Plano Plurianual de Investimento. Fica, igualmente, autorizada a proceder à redistribuição e reclassificação das verbas dentro dos valores de despesa previstos no presente documento dentro de cada orçamento (estrutura – Contrato Programa) e Obra (Contrato de Gestão de Empreendimentos) desde que não implique aumento de despesa aprovada.

2. Excetuam-se do disposto no número anterior, os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento de despesa e que não esteja ao abrigo do Contrato de Gestão de Empreendimentos, uma vez que, qualquer aumento de despesa neste último tem de ser aprovado pela Assembleia Municipal.

### **Artigo 7.º**

Fundos disponíveis - Utilização do saldo de gerência anterior e aumento temporário dos fundos disponíveis

1. Considera-se autorizada a utilização do saldo das operações orçamentais transitado da gerência de 2025, para efeitos de cálculo dos fundos disponíveis para o mês de janeiro de 2026, e consequente reforço do valor anual de orçamento de receita deste ano.

2. Considera-se autorizado, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º da LCPA (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso), o aumento temporário dos fundos disponíveis pela antecipação das receitas provenientes da execução dos Contratos de Gestão de Empreendimentos e Contrato Programa, celebrados com o Município do Porto, em vigor para o ano de 2026, com recurso a montantes a cobrar e a receber dentro do período compreendido entre a data do compromisso e a data em que se verifique a obrigação de efetuar o último pagamento relativo a esse compromisso, nos termos do n.º 2, do artigo 6.º do DL n.º 127/2012, de 21 de junho.



---

**Artigo 8.º****Autorizações assumidas**

1. Consideram-se autorizadas na data do seu vencimento, e desde que os compromissos assumidos estejam em conformidade com as regras e procedimentos previstos na legislação em vigor e nas presentes IGP, as seguintes despesas: a) Vencimentos e salários; b) Subsídio familiar a crianças e jovens; c) Gratificações, pensões de aposentação e outras; d) Encargos de empréstimos; e) Rendas; f) Contribuições e impostos, reembolsos e quotas ao Estado ou organismos seus dependentes; g) Água, energia elétrica, gás; h) Comunicações telefónicas e postais; i) Prémios de seguros; j) Obrigações resultantes de sentenças judiciais; k) Publicações obrigatórias na Imprensa Nacional e publicações de anúncios no Diário da República; l) Emolumentos do Tribunal de Contas; m) Encargos de natureza judicial de tramitação processual corrente; n) Encargos de instituições bancárias.

2. Consideram-se, igualmente, autorizados os pagamentos às diversas entidades por caixa, desde que estejam em conformidade as disposições previstas nos processos e procedimentos do Sistema de Gestão Integrado da empresa.

Por fim, e como notas prévias finais ao presente documento IGP 2026 - 2030, deve referir-se que:

- a) As demonstrações financeiras da GO Porto estão preparadas de acordo com o referencial contabilístico do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).
- b) Todos os montantes inscritos neste documento estão expressos em Euro.

# PLANOS ANUAIS E PLURIANUAIS

## A - Enquadramento

Criada a 9 de agosto de 2000, a GO Porto é uma empresa municipal local de promoção do desenvolvimento regional, e detida a 100% pelo Município do Porto, com o objetivo do exercício da atividade de gestão de obras públicas para a autarquia portuense e para outras entidades, públicas ou privadas.

Em 2025, tendo completado 25 anos de existência, pode considerar-se que, entre as principais alterações ocorridas nos Estatutos da GO Porto, merece destaque a verificada em finais de 2016, quando, por decisão do Município do Porto, a empresa viu o seu perímetro de atuação alargado à gestão, exploração e rentabilização do património não habitacional, das infraestruturas urbanísticas do Município do Porto e dos equipamentos cuja gestão lhe seja delegada, quer sejam da propriedade do Município, quer para as entidades por ele detidas ou para terceiros, conferindo a esta empresa municipal uma estrutura funcional comprometida com a gestão integral do ciclo de vida dos empreendimentos, conforme se demonstra no quadro síntese seguinte:

Ciclo de Vida dos Empreendimentos		
Etapas e Donos	Até 2016	A partir de 2017
1. Avaliação ex-ante da necessidade	CMP/GOP	GO Porto
2. Elaboração de projetos e colaboração na obtenção de fundos	CMP/GOP	GO Porto
3. Procedimentos de formação de contratos	GO Porto	GO Porto
4. Celebração de contratos e assunção de compromissos	GO Porto	GO Porto
5. Execução e gestão do contrato até à sua receção	GO Porto	GO Porto
6. Manutenção e exploração de empreendimentos delegados	CMP	GO Porto

A GO Porto prossegue focalizada na sua atividade de promoção do desenvolvimento local e regional, com a sua Missão centrada no objetivo de “*prestar um serviço de excelência no segmento das obras e da gestão e exploração das infraestruturas e equipamentos que lhe sejam atribuídos pelo Município do Porto, ou por terceiros, alicerçada no conhecimento técnico, na inovação, no controlo de prazos e na racionalização de custos*”. Para o efeito, a GO Porto vem convocando a mobilização de recursos humanos, materiais e tecnológicos adicionais e especializados, imprescindíveis para assegurar um desempenho exímio de responsabilidades e compromissos legais da organização e, igualmente, para defesa e salvaguarda dos seus direitos, o que vem representando uma evolução, em alta, dos seus custos de estrutura, face aos valores historicamente incorridos até ao exercício de 2016.

Enquanto empresa municipal local, a atividade operacional da GO Porto encontra-se legalmente aprovada pelo Município do Porto, nos termos de dois contratos outorgados com esta entidade: Contrato-Programa (CP), atualmente, em vigor para o triénio 2024 – 2026 (2.º aditamento), no qual, constam a missão, as obrigações e as responsabilidades desta empresa municipal, orientada para a consecução dos objetivos, políticas e estratégias nele indicados; e, Contrato Mandato, designado de CGE (Contrato de Gestão de Empreendimentos), atualmente, em vigor para o triénio 2023 – 2025 (3.º aditamento).

À data do presente relatório, e em simultâneo com a apresentação dos IGP 2026 – 2030, a GO Porto tem em curso de elaboração, para aprovação por parte do Município do Porto, as seguintes propostas, que, no caso do Contrato Programa 2024 – 2026 em vigor, está devidamente enquadrada com os referidos instrumentos:

1. Proposta de 4.º aditamento ao CGE 2023 – 2025, que, para o exercício económico de 2025, fixa o montante de investimentos de €29.813.300,00, o que representa uma redução, de €11.661.700,00, face ao valor outorgado no 3.º aditamento em vigor (€41.475.000,00);

2. Proposta de 3.º aditamento ao CP 2024 – 2026, que, para os exercícios económicos, 2025 e 2026, fixa os montantes de subsídio à estrutura de, €4.340.000,00 e €4.909.000,00, respetivamente, conforme referido no quadro “Agregados Económico-Financeiro” do Ponto D – Plano Financeiro Anual e Plurianual, do presente capítulo. No total, os valores de subsídio à exploração propostos, representam uma redução de €203.000,00 face aos valores atualmente em vigor, sendo: em 2025 (€4.825.000,00), uma redução de €485.000,00 e, em 2026 (€4.627.000,00), um aumento de €282.000,00.

3. Proposta de CGE 2026 – 2028, que, para o triénio em causa, fixa um montante total de investimentos de €205.155.000,00.

Tendo presente a importância do objeto social da GO Porto no universo municipal, esta empresa municipal dará continuidade à sua estratégia de reforçar a colaboração com as diversas estruturas orgânicas da Câmara Municipal do Porto que tutelam os empreendimentos em curso, bem como e, de igual forma, com as demais entidades participadas pelo Município.

Internamente, e tendo por referência a área de Sistemas de Informação, estima-se que o primeiro ano de ano fi- que marcado pelos procedimentos seguintes:

- No âmbito do projeto de Cibersegurança em curso, orientado pelo Município do Porto (MP) e pela Associação Porto Digital (APD), a GO Porto adquiriu, em outubro de 2025, pelo período de execução de 12 meses, uma solução de Endpoint, Detetion & Response (EDR), complementada com o serviço de MDR (Managed, Detetion & Response), valorizada em 34 mil euros no ano de 2025, capaz de detetar e mitigar incidentes de segurança. Em complemento a este processo, está em curso a adjudicação de um serviço de consultoria relacionado com a Cibersegurança (Modelo de Governance), acrescido do tema Privacy (RGPD), pelo período de 30 meses, isto é, até início de 2028. Nesse período, está já identificada a necessidade de adequação do Modelo de Governance face à entrada em vigor da norma europeia NIS2. Este conjunto de serviços, contempla um valor aproximado, por cada um dos anos seguintes, de 25 mil euros na rubrica de fornecimentos e serviços externos;

- Implementação de dois novos Softwares de Gestão de Ativos (Manutenção e Exploração), com vista a dotar a Direção de Gestão de Exploração de novas ferramentas que permitam uma gestão mais eficaz dos Edifícios

(Ativos) sob a nossa gestão, sendo, à data, o Mercado do Bolhão e a Sede de empresa, os casos em causa. Está previsto que o investimento nestas duas ferramentas possa representar um valor aproximado de 135 mil euros, com uma grande parte refletida, em 2026, de 100 mil euros, aproximadamente, na rubrica de investimentos intangíveis;

- Com a migração da infraestrutura de virtualização do nosso Cluster para o Cluster da APD, realizado em meados de 2024 - o que veio a permitir a empresa abdicar da necessidade de reformulação da sua infraestrutura de virtualização, que já se encontrava na sua capacidade máxima de expansão -, o processo de backups e escalonamento de recursos tornou-se mais prático, sendo gerido, desde 2024, num formato deslocalizado no datacenter da APD. Para este tipo de serviço externo, em 2026, está contemplado um valor de 25 mil euros anuais;

- Continuidade de implementação de vários dashboards na solução PowerBI, no seguimento dos desenvolvimentos que estão em curso no corrente exercício de 2025, ao nível dos dashboards de controlo do CGE, que permitirá à GO Porto analisar, acompanhar, avaliar e tomar decisões dos vários Empreendimentos, tendo em conta os prazos que foram previamente planeados versus os realizados, sempre com dados oriundos do ERP GIAF e do Int'Graal. Em paralelo, foram já iniciados desenvolvimentos no sentido de construção de outros dashboards para controlo de execução orçamental dos orçamentos de exploração e de estrutura. Para esta aplicação, o gasto anual previsto, em 2026, rondará 25 mil euros, em conjunto, com contratações diversas de i) bolsas de horas para prestação de serviços de desenvolvimento à medida de software (Int'Graal, ERP, Gestão de Pessoas, etc.), perfazendo um total previsto, em 2026, de 40 mil

euros, ii) suporte à infraestrutura de Networking e contrato de manutenção de bases de dados Oracle e SQL Server (25 mil euros).

Por outro lado, e tendo por referência a área de Melhoria e Sustentabilidade, que, nos últimos anos, se vem assumindo como um eixo estruturante da estratégia organizacional da GO Porto, destacam-se as novas competências e responsabilidades decorrentes da implementação do Sistema de Gestão Integrado (SGI), em finais de 2024. Este sistema passou a englobar, para além do referencial da Qualidade (ISO 9001), as normas relativas ao Ambiente (ISO 14001), à Segurança e Saúde no Trabalho (ISO 45001) e à Responsabilidade Social (NP 4469).

Mercê do compromisso assumido pela empresa com a Sustentabilidade, será dada especial atenção, nos próximos anos e até à completa maturação do sistema, à definição de novos indicadores alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Pretende-se, assim, reforçar a integração das dimensões ambiental, social e económica na gestão organizacional e promover a adoção de práticas responsáveis que potenciem a eficiência dos recursos e a valorização das pessoas.

A monitorização dos objetivos continuará a ser assegurada através das Revisões pela Gestão, realizadas periodicamente, permitindo avaliar as tendências de desempenho da empresa e definir ações corretivas e de melhoria sempre que se identifiquem desvios.

Manter-se-á igualmente o serviço de *Compliance*, que compreende a identificação da legislação aplicável à atividade da empresa nos diferentes domínios de atuação, a elaboração de relatórios mensais e a avaliação da conformidade legal através da realização de auditorias anuais. Este processo constitui um importante mecanismo de verificação do desempenho e um instrumento de suporte à melhoria contínua.

A simplificação e otimização dos processos internos permanecerão como vetores prioritários de atuação, promovendo a eficiência administrativa, a redução de redundâncias operacionais e o reforço da digitalização enquanto ferramenta de apoio à gestão.

Neste contexto, pretende-se consolidar a normalização de procedimentos, assegurar o cumprimento dos requisitos normativos aplicáveis e potenciar a comunicação interna, garantindo maior coerência, rastreabilidade e transparência em todos os processos organizacionais. A eficácia destas práticas será verificada através da realização de auditorias internas e externas ao Sistema de Gestão Integrado, enquanto mecanismo essencial de controlo e melhoria contínua.

Em continuidade com esta visão, o trabalho a desenvolver no domínio da Responsabilidade Social constitui um verdadeiro desafio para os próximos anos, orientado para a consolidação de uma cultura organizacional ética, participativa e socialmente responsável.

Destacam-se como principais eixos de atuação o Programa de Responsabilidade Social Empresarial, que visa promover o envolvimento da GO Porto com a comunidade onde se insere, a satisfação dos seus clientes e parceiros e o bem-estar dos colaboradores, e o processo de certificação ao abrigo da norma NP 4590:2023 – *Sistema de Gestão do Bem-Estar e Felicidade Organizacional*, centrado na valorização das pessoas e na continuação de um ambiente de trabalho positivo, participativo e sustentável.

Por fim, e mediante o compromisso do Município do Porto, enquanto único acionista e principal cliente da empresa, de assegurar a capacidade da GO Porto de cumprir os seus deveres de tesouraria face a terceiros, esta empresa municipal prossegue com a obrigação descrita em Contrato Programa, de exigir aos fornecedores o cumprimento rigoroso dos prazos, custos e qualidade de execução contratualizados, vetor fundamental para a obtenção dos resultados pretendidos, dando assim cumprimento às obrigações assumidas com o Município do Porto. Para o efeito, a empresa continuará a manter uma gestão precisa de tesouraria, assente num procedimento estratégico, contínuo e rigoroso, de controlo e monitorização dos compromissos assumidos pela empresa.



## B – Plano de Atividades Anual e Plurianual

### B.1. CONTRATO DE EXPLORAÇÃO

Ao nível da gestão e exploração de infraestrutura municipais delegadas pela Autarquia, a atividade operacional da GO Porto encontra-se valorizada no âmbito dos IGP 2026 – 2030, fundamentalmente, na prossecução da gestão dos espaços, Mercado do Bolhão e Edifício Sede S. Dinis, com destaque para o primeiro, cujas delegações de exploração e de rentabilização atribuídas pelo Município do Porto, estão descritas no âmbito do já mencionado CP 2024 – 2026:

#### 1. Mercado do Bolhão (MB):

A reabilitação e modernização do Mercado do Bolhão tem sido muito significativo para a cidade na medida em que podemos testemunhar novos negócios que se vão fixando em redor do seu quarteirão aproveitando os fluxos que este projeto gera no coração da baixa portuense. Reaberto há três anos, este mercado já recebeu mais de 18,5 milhões de visitas, consolidando-se assim o seu estatuto de património material e imaterial de excelência, gerido pela mão da GO Porto, e que importa visitar a quem se desloca à cidade e a quem nela reside.

Em 2025 estivemos dedicados a reforçar o diálogo diretamente com todos os comerciantes e em específico, no mês de abril, foi-nos dado conhecimento da organização de um Grupo de Comerciantes que estabeleceu, proativamente, com a Direção do Mercado, um diálogo

construtivo e colaborante. O diálogo sempre foi, é, e sempre será um pilar basilar do nosso modelo de gestão.

Temos vindo a encetar conversações com diversos comerciantes, sobre medidas a implementar, que tem em vista assegurar o cumprimento e a clarificação do Regulamento do Mercado do Bolhão em vigor, na medida em que, o mesmo, contém conceitos e normas cuja subjetividade tem dado azo a interpretações diversas. Nesse sentido, propusemos ao Grupo de Comerciantes recentemente formado integrar, em representação dos comerciantes, este trabalho conjunto com vista à construção de uma proposta consensual de revisão do Regulamento para o ano de 2026, sem impacto previsto no presente Instrumentos de Gestão Previsional.

À data do presente relatório, a taxa de ocupação por unidades situa-se nos 97%, faltando ocupar duas lojas do exterior e duas bancas. Está em curso a divisão das duas lojas de exterior que nunca foram alvo de atribuição nas Hastas Públicas, pretende-se realizar o concurso público no início de 2026.

No que se refere à gestão orçamental do MB, continuamos a trabalhar para o equilíbrio entre receitas e custos, e é visível pela análise do mapa para 2026 que grande parte da dotação orçamental prevista se destina às prestações de serviço necessárias ao bom funcionamento do equipamento, nomeadamente, as equipas do Balcão de Informações, da limpeza, da desinfestação, da gestão de resíduos, da vigilância, da manutenção e da Fiscalização. Esta globalidade de serviços representa aquilo que é o Facility Management do imóvel e que, anualmente, e tendo em consideração os aumentos do Índice de Preços do Consumidor e do Salário Mínimo

---

Nacional, ascenderá a mais de um milhão e meio de euros. Contudo, no final de 2026 lançaremos novo concurso e estamos a prever fazê-lo já em lotes separados e não como um serviço integrado, na expectativa de tornar esta contratação mais económica para os anos subsequentes, com vista a alcançar-se a sustentabilidade da operação do Mercado.

Encontra-se em análise a viabilidade de implementação em 2026 de novas medidas com vista a fidelização de consumidores locais e do cliente habitual, tais como, serviços de entrega e/ou de transporte de passageiros e campanhas de marketing dirigidas exclusivamente a portuenses.

Também para aproximar o Mercado do Bolhão da Cidade do Porto temos desenhado o programa do Cartão Profissional e Selo do Bolhão. Este programa a implementar em 2026 consiste num aproximar do Mercado dos diferentes agentes económicos da cidade ao Mercado de Frescos e de conferir vantagens e benefícios relacionados com os serviços do mercado e dos seus comerciantes, através da criação de canais únicos permitindo o contacto direto e o acesso ao mercado. O objetivo do programa de cartões profissionais será premiar os compradores mais significativos com o selo do Bolhão que os distinguirá junto dos seus clientes como empresas que apoiam o projeto do Bolhão porque compram os seus produtos nas suas Bancas.

Encontra-se ainda em curso a preparação da contratação, prevista para 2026 de serviços de controlo de higiene e segurança alimentar, incluindo análises microbiológicas, de forma que todos os comerciantes estejam conscientes das exigências legais da sua atividade, mitigando-se quaisquer irregularidades nas ações de fiscalização que venham a decorrer pelas entidades competentes.

O projeto de ocupação e dinamização da Galeria do piso 1 foi repensado e já tem uma nova estratégia comercial tendo obtido uma avaliação de 3,5 (em que 5 é totalmente satisfeito) ao nível da satisfação do comerciante no último inquérito realizado. Tendo este tema sido alvo de alguma insatisfação nos primeiros anos, pretendemos continuar a apostar nesta estratégia em 2026.

Considerando as inúmeras queixas e reclamações que têm vindo a ser feitas nos últimos anos (internas, externas e até publicamente) por alguns comerciantes, encontramos-nos a estudar, em conjunto com o Grupo de Comerciantes, a possibilidade de se proceder à reorganização do terrado em 2026, nos termos do previsto no artigo 16.º do Regulamento do Mercado que estipula que: *“A qualquer altura, o Município do Porto, ou a entidade gestora, pode alterar a distribuição das bancas, bem como, introduzir as modificações que se revelarem necessárias.* Pretende-se com esta reorganização fixar uma zona só para as bebidas alcoólicas, aproximar as salicharias das cozinhas de tripas, colocar as Bancas de Congelados no meio do Terrado e libertar área que possa permitir a criação de um espaço dedicado aos comerciantes (sala para refeições e pausas). A mediação do diálogo com os Comerciantes através deste Grupo é fundamental para garantir a maior taxa de satisfação dos Comerciantes envolvidos nas mudanças, bem como nos restantes.



Figura 1. Galeria Mercado do Bolhão ©Luís Moura

### 1.1. Estratégia Geral

A estratégia geral do Mercado do Bolhão assenta numa visão que integra a preservação e valorização do seu património histórico e arquitetónico com um modelo de gestão contemporâneo, orientado para a sustentabilidade, para a participação ativa dos comerciantes, para a estimulação da compra no comércio local e para a ligação contínua aos munícipes.

O Bolhão é entendido como um equipamento municipal singular, onde tradição e modernidade coexistem, funcionando simultaneamente como espaço de abastecimento, símbolo identitário da cidade e espaço de vivência de experiências.

Neste contexto, a gestão do mercado tem como princípio estruturante o diálogo permanente com os comerciantes (as “suas gentes”), assumindo a colaboração como condição essencial para o equilíbrio interno, para a clarificação de normas e para a manutenção de um ambiente de trabalho que valoriza a autenticidade e o tradicional como sua génese. Este diálogo sustenta a construção de um espaço coeso, organizado e adaptado aos desafios atuais, promovendo a equidade entre operadores e reforçando o papel do Mercado enquanto ecossistema económico e patrimonial vivo.



Figura 2. Mercado do Bolhão ©Luís Moura

A relação com os munícipes é encarada como eixo prioritário, posicionando o Bolhão enquanto mercado de proximidade, enraizado no quotidiano da cidade e capaz de fomentar vínculos duradouros com a população residente e trabalhadora. A estratégia privilegia a criação de uma identidade de marca que reflita a genuína alma portuense, favoreça a frequência de compra regular no Mercado e reforce a perceção do valor público do espaço. Pretende-se, assim, que o Bolhão seja posicionado como espaço de pertença e como parte integrante da vida urbana dos portuenses, reforçando simultaneamente o consumo local e o envolvimento comunitário.

A valorização patrimonial e arquitetónica constitui outro pilar fundamental, orientado para a proteção e projeção do Bolhão enquanto referência histórica e cultural. A preservação das suas características materiais e imateriais é encarada como fator diferenciador e elemento estratégico da sua identidade, garantindo que a experiência do visitante combina funcionalidade, autenticidade e reconhecimento simbólico. O património do Bolhão é, assim, entendido como ativo estratégico, cuja conservação e interpretação reforçam o posicionamento do Mercado no imaginário coletivo da cidade.

No campo da comunicação, a estratégia orienta-se para a afirmação de uma marca coerente, única e alinhada com os valores do Mercado, promovendo conteúdos que reforcem a sua autenticidade, a tradição e os seus saberes e sabores, bem como a proximidade e a centralidade sociocultural do Bolhão. A comunicação é concebida como instrumento de reforço da ligação emocional ao público, de valorização dos comerciantes e de projeção da identidade do espaço, integrando-se num modelo que combina tradição, contemporaneidade e relevância pública. A programação cultural, gastronómica e comunitária, entendida como elemento estruturante

desta identidade, contribui para posicionar o Bolhão como espaço de encontros, de experiências e de celebração da cultura agroalimentar e da portugalidade.

A estratégia geral do Mercado do Bolhão procura, portanto, consolidar o equipamento enquanto símbolo vivo da cidade, articulando gestão eficiente, valorização patrimonial material e imaterial, participação dos comerciantes, envolvimento dos munícipes e afirmação de uma marca forte, singular e representativa. Trata-se de um modelo que reconhece o valor histórico do Mercado e das suas gentes como sendo a sua génese, ao mesmo tempo que o projeta no futuro, garantindo a sua relevância económica, social e cultural no contexto urbano do Porto e do país.

## 1.2. Estratégia de Comunicação e Eventos:

Em 2025, o Gabinete de Comunicação e Promoção (GCP) da GO Porto consolidou a estratégia de comunicação, marketing e promoção do Mercado do Bolhão enquanto marca da cidade do Porto. O trabalho desenvolvido centrou-se na dinamização cultural e comercial do Mercado, na valorização dos seus comerciantes e na aproximação ao público, com destaque para a execução de mais de 150 eventos, o reforço da presença digital e o desenvolvimento da aplicação móvel do Bolhão.

A Estratégia de eventos para o Bolhão permaneceu, em 2025, e permanecerá, em 2026, organizada em 4 eixos, conforme se descreve: i) Eixo Agroalimentar, ao nível de eventos direcionados à valorização da área alimentar e gastronómica de produtos: Chef à Moda do Bolhão, showcookings e workshops, Feiras Temáticas, outros; ii)





Figura 3. Showcooking ©Luís Moura

Ativações de Marca, enquanto atividades realizadas por entidades externas com pretensões comerciais, tais como, sessões fotográficas, ações promocionais de marcas, etc.; iii) Programas Especiais, dedicados à vertente de responsabilidade social com vista a promover a literacia na alimentação e na saúde, de onde surge o programa “Dias de Saúde no Bolhão” (De Manhã Começa o Dia, Projeto NABo e Bolhão + Saudável); e iv) Artes e Entretenimento, com diversas atividades culturais, artes e animação, idealmente ligados à sua natureza agroalimentar, tais como, exemplos: ciclo de música “Há Fado no Mercado”, tertúlias literárias, concertos musicais, artes performativas, exposições artísticas, outros.

Através de uma estratégia assente em conteúdos de qualidade, programação regular e uma forte aposta no digital, o Gabinete de Comunicação e Promoção reforçou a notoriedade do Mercado e a sua ligação à comunidade local e turística. Entre as ações mais relevantes destacaram-se o lançamento da segunda temporada da série digital “Há... no Bolhão”, desenvolvida em parceria com o influenciador Gastropiço e centrada na gastronomia e nos bastidores do Mercado; a gestão ativa das redes sociais, com mais de quatrocentas publicações e *stories* e o envio regular de newsletters externas e internas.



Em 2025, foi dada continuidade no acompanhamento audiovisual e fotográfico de várias frentes, como coberturas de eventos e na comunicação das novas lojas, bancas e restaurantes, ou no reforço do vídeo como veículo mais amigo do algoritmo das redes, bem como na consolidação da estratégia mediática, que resultou em mais de 1.500 menções nos meios de comunicação nacionais e internacionais. A nível digital, destacou-se o desenvolvimento da aplicação móvel do Bolhão, cujo lançamento está previsto para o final de 2025 e que constitui uma das bases da estratégia futura do Gabinete. Estas iniciativas reforçaram a imagem de autenticidade e dinamismo do Mercado, criando uma base sólida para o plano de continuidade e expansão em 2026.

Em 2026, a atividade operacional do GCP entrará numa nova fase, orientada para o aprofundamento estratégico, o uso inteligente dos dados recolhidos e o reforço e a consolidação da relação direta com o público portuense. “É Cá do Bairro” será mais do que uma campanha promocional, mas um movimento identitário e participativo, que celebra o quotidiano do Porto e o valor das suas tradições. Através de uma linguagem visual e verbal próxima, acessível e enraizada no humor e na autenticidade portuense, a comunicação procurará aproximar gerações, estimular a compra periódica da população economicamente ativa que reside ou trabalha na envolvente do Mercado do Bolhão.

Paralelamente, prevê-se a realização de reuniões e estudos que possam, eventualmente, permitir o lançamento de benefícios comerciais específicos para os residentes do concelho do Porto, traduzidos em descontos, vales e campanhas exclusivas de fidelização, acessíveis através da nova aplicação móvel. A app permitirá aos utilizadores acumular pontos, usufruir de ofertas personalizadas e receber notificações sobre eventos, promoções e

conteúdos de bastidores. Pretende-se que esta plataforma funcione como um elo permanente entre o Bolhão e o seu público, tornando a experiência de compra mais envolvente, prática e emocionalmente gratificante.

O GCP pretende também desenvolver parcerias estratégicas com operadores de transporte público, nomeadamente STCP e Metro, para promover a mobilidade sustentável e o acesso facilitado ao Mercado. Estas sinergias poderão incluir descontos em bilhetes, campanhas cruzadas, passatempos conjuntos e ações de comunicação partilhadas, reforçando o posicionamento do Bolhão como um destino acessível, sustentável e integrado na malha urbana da cidade.



Figura 4. Mercado do Bolhão ©Luís Moura

Outra vertente essencial de 2026 será a utilização estratégica dos dados recolhidos nos estudos de mercado realizados em 2025, que permitirão ajustar a comunicação e a oferta às diferentes tipologias de visitantes, segmentar de forma mais eficaz as campanhas digitais e otimizar a gestão da programação e das ativações. A análise dos dados comportamentais, cruzada com as métricas de presença digital, afluências e outros hábitos de utilização do Mercado, permitirá aprimorar a estratégia de posicionamento e desenvolver iniciativas baseadas em evidência, promovendo um modelo de marketing e de gestão mais inteligente e orientado por dados.

O Bolhão continuará a investir na criação e valorização dos seus grandes momentos anuais (São João, Aniversário da Reabertura e Natal), assumindo-os como pilares fundamentais da sua identidade e como momentos de afirmação da sua ligação à cidade. Cada uma destas celebrações será trabalhada com uma abordagem imersiva, combinando programação cultural, ativações de marca e conteúdos digitais de elevada qualidade. O objetivo passa por reforçar o Bolhão como “estrela” da cidade, um espaço que concentra tradição, contemporaneidade e emoção em partes iguais.

Em 2026, o Mercado do Bolhão procurará também expandir o seu papel enquanto promotor de experiências agroalimentares, incorporando no seu programa formatos inovadores como os jantares temáticos — a exemplo da primeira edição do *À Bolhão Prato*, realizada a 29 de outubro de 2025 no Mercado, que transformou o espaço num ambiente de sabores, memórias e partilhas, com pratos confeccionados a partir de produtos das bancas e participação ativa de comerciantes. Pretende-se, efetivamente, consolidar o formato dos jantares temáticos *À Bolhão Prato*, cuja primeira edição, em 2025, demonstrou o potencial do Mercado como espaço de encontro

entre gastronomia, comunidade e tradição. Estes momentos, concebidos para promover o consumo consciente e a valorização dos produtos locais, aproximam os visitantes dos comerciantes e das suas histórias, criando experiências únicas que ligam o saber fazer à degustação. A aposta passa também pela criação de novos eventos e parcerias gastronómicas que estimulem o conhecimento dos produtos, incentivem o consumo no mercado e fortaleçam a ligação entre produtores, chefs e público.



Figura 5. À Bolhão Prato ©Luís Moura

Este investimento visa transformar o Mercado num verdadeiro centro de valorização da cultura agroalimentar do Porto, promovendo o contacto direto entre consumidores, produtores e cozinheiros, e despertando o gosto pela gastronomia local e pelos hábitos de compra no mercado tradicional. A colaboração com instituições académicas, marcas e entidades do setor gastronómico será fundamental para reforçar esta dimensão educativa e experiencial, consolidando o Bolhão como referência nacional na promoção da alimentação tradicional, inovação culinária e experiências únicas.

No plano digital, a publicação da aplicação móvel do Bolhão, previsto para o final de 2025, será uma das maiores apostas de 2026. Após o lançamento, a app será ampliada com funcionalidades interativas, como o programa de fidelização, notificações inteligentes, integração com redes sociais e campanhas exclusivas para membros. Este investimento visa transformar a aplicação num verdadeiro canal de relacionamento com o público, combinando conveniência, proximidade e personalização.

A experiência física no espaço do Mercado será também alvo de melhorias concretas, com a implementação de novas sinaléticas de chão mais orientativas e funcionais, que facilitarão a circulação, melhorarão a acessibilidade e tornarão a experiência de visita mais intuitiva, inclusiva e confortável. Esta intervenção, aliada a outras medidas de ambientação e valorização estética, pretende reforçar o sentimento de acolhimento e de organização no espaço, potenciando o fluxo natural de visitantes e o tempo médio de permanência no mercado.

Por fim, será dada continuidade ao trabalho de consolidação de parcerias e sinergias estratégicas com entidades do setor agroalimentar, cultural, institucional e empresarial. O objetivo é criar projetos conjuntos que

contribuam para o desenvolvimento da economia local e para a valorização da marca Bolhão, num modelo *win-win* de colaboração. Estas parcerias poderão traduzir-se em eventos partilhados, programas educativos e iniciativas de responsabilidade social, reforçando o papel do Mercado como plataforma de encontro entre tradição e inovação.

Em suma, o ano de 2026 será um período de afirmação e aprofundamento. O Bolhão procurará consolidar o seu estatuto enquanto símbolo vivo da cidade, moderno na gestão e autêntico na essência, aproximando-se mais dos portuenses, integrando dados e tecnologia ao serviço da experiência humana e continuando a ser um espaço de partilha, descoberta e orgulho coletivo.

Em termos de objetivos específicos, definem-se os seguintes:

- Reforçar a ligação com o público portuense através do lançamento e consolidação da campanha “É Cá do Bairro”, transformando-a num movimento identitário e participativo que promova a redescoberta do mercado tradicional, o reforço dos laços de vizinhança e o consumo local, com comunicação centrada na autenticidade e humor portuense;
- Expandir o papel do Bolhão enquanto promotor de experiências agroalimentares, posicionando-o como centro de valorização dos produtos locais e da gastronomia tradicional do Porto, através da criação de novos formatos de *showcookings*, jantares temáticos e colaborações com chefs, produtores e instituições de ensino;
- Implementar o programa de fidelização do Bolhão, integrado na aplicação móvel, com possibilidade de atribuição de benefícios comerciais exclusivos para residentes do concelho do Porto (mediante adesão

dos comerciantes), permitindo acumulação de pontos, acesso a descontos e ofertas personalizadas, reforçando o sentimento de pertença e estimulando a frequência de visita ao mercado;

Consolidar o ecossistema digital do Bolhão, através da evolução da aplicação móvel, da criação de campanhas personalizadas baseadas em dados comportamentais, da integração com redes sociais e do desenvolvimento de conteúdos multimédia que aumentem o *engagement* e a notoriedade digital;

Aprofundar o uso de dados e inteligência de mercado recolhidos em 2025 para orientar decisões estratégicas, segmentar públicos, ajustar a oferta de eventos e melhorar a eficácia das campanhas de comunicação, promovendo uma cultura de gestão baseada em evidência e métricas de desempenho;

Manter e expandir a programação sob os quatro eixos estratégicos (Agroalimentar, Ativações de Marca, Programas Especiais e Artes & Entretenimento) garantindo uma calendarização contínua de eventos de qualidade que combinem tradição, criatividade e autenticidade;

Reforçar os programas de responsabilidade social no âmbito do eixo “Programas Especiais”, com particular atenção à educação alimentar, saúde pública e literacia nutricional, através da expansão de projetos como “Dias de Saúde no Bolhão”, “Bolhão + Saudável” e “De Manhã Começa o Dia”;

Consolidar os grandes momentos de marca, (São João, Aniversário da Reabertura e Natal), como âncoras de comunicação e experiência, apostando em campanhas imersivas, ativações comunitárias e parcerias criativas que reforcem o posicionamento do Bolhão como “estrela” da cidade do Porto;

Melhorar a experiência física dos visitantes com a implementação de sinaléticas de chão mais orientativas e funcionais, bem como outras soluções visuais e

ambientais que otimizem a circulação, reforcem a acessibilidade e aumentem o conforto e o tempo médio de permanência;

Estabelecer novas parcerias estratégicas com operadores de transporte público, nomeadamente STCP e a Metro do Porto, ou com o Cartão Porto., criando sinergias que promovam a mobilidade sustentável, o acesso facilitado ao mercado, com vantagens comerciais para os locais, e campanhas cruzadas para valorização do espaço;

Desenvolver a terceira temporada da série digital “Há... no Bolhão”, ampliando o conceito com novo protagonista e formatos que explorem a autenticidade dos comerciantes, as histórias do mercado e os bastidores da vida quotidiana, reforçando a ligação emocional com os públicos;

Otimizar a assessoria de imprensa e a comunicação mediática, com o objetivo de manter ou superar os 1.500 resultados mediáticos anuais, através de estratégias proativas de *storytelling*, contacto direto com jornalistas e colaboração com meios digitais e audiovisuais;

Promover a sustentabilidade e a eficiência operacional da comunicação, reduzindo materiais impressos, reforçando a comunicação digital e fomentando práticas alinhadas com as metas ambientais do Município do Porto;

Monitorizar e avaliar continuamente o impacto das ações do GCP, através da criação de indicadores de desempenho para as áreas de comunicação digital, eventos, fidelização e notoriedade de marca, assegurando uma gestão mais orientada a resultados.

## B.2. CONTRATO DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS

No âmbito da gestão de Obras, e tendo por base as ações previstas nas áreas de Direção de Produção e do Gabinete do Espaço Público, estima-se que, para o período de plano 2026 – 2030, a atividade operacional da GO Porto assentará numa série de empreendimentos de contratação pública (empreitadas, projetos, fiscalização e outros bens e serviços conexos), cujo valor total de investimentos rondará os 327 milhões de euros (c/IVA incluído).

Sob a perspetiva das rubricas orçamentais de atuação do Município do Porto, os empreendimentos que mais se destacam no referido período de plano 2026 - 2030, são os seguintes (cf. Anexo 1 do presente documento):

### 1. Património e Equipamentos Culturais:

Nesta rubrica orçamental, encontram-se em curso as empreitadas de reabilitação da Escola de Artes Balleteatro e do Teatro Municipal do Campo Alegre. Destaca-se a requalificação da Biblioteca Pública Municipal do Porto, atualmente em concurso público de empreitada, na fase de apresentação de propostas, prevendo-se o início da empreitada em 2026.

Também a destacar, a reabilitação do Museu CACE, em fase de revisão de projeto e, a reabilitação do Palácio São João Novo, em fase de execução de estudos auxiliares para projeto.

Nesta rubrica, no âmbito da reconversão do Antigo Matadouro Industrial do Porto, encontram-se em fase de revisão os projetos para os espaços sob a alçada

municipal, prevendo-se o início das respetivas empreitadas em 2026

### 2. Comércio:

Nesta rubrica, destaque no primeiro ano de plano, para a intervenção na Praça da Vandoma, com aplicação de proteções e gradeamentos.

Posteriormente, estão previstas intervenções na Rua Estação de Contumil, com a construção de instalações sanitárias e da fiscalização e na Praça de Santo Ildefonso, ao nível da iluminação.

### 3. Educação:

Na rubrica da educação, encontram-se em curso a empreitada de requalificação da Escola Básica da Ponte e a empreitada de Arranjos exteriores da Escola Secundária Alexandre Herculano.

Destacam-se os projetos, em curso, para a requalificação de escolas do Ensino Básico, nomeadamente, para a EB Nicolau Nasoni, a EB Eugénio de Andrade e a EB Francisco Torrinha, cujas empreitadas se prevê iniciar em 2027.

Também a destacar, o projeto de reabilitação da Escola Secundária Infante D. Henrique, o qual se encontra em fase de candidaturas de concurso público com prévia qualificação.





Figura 6. Escola Industrial Infante D. Henrique ©Luís Moura

#### 4. Natureza e Espaços Verdes:

Nesta rubrica está em curso a empreitada de conservação e restauro das Instalações Sanitárias do Passeio Alegre, cuja conclusão está prevista para 2026.

Encontra-se em desenvolvimento o projeto de remodelação do Edifício Administrativo do Cemitério de Agramonte, cuja empreitada se prevê iniciar em 2026 e, em fase de projeto, as intervenções previstas na Quinta de Salgueiros – Biolab, os Centros de Educação Ambiental na Quinta do Covelo e no Palácio de Cristal e Espaços de Jogo e Recreio a construir no espaço público.

#### 5. Cuidados de Saúde Primários:

Nesta rubrica, destacam-se as intervenções em Centros de Saúde, com empreitadas, já a decorrer ou previstas iniciar em 2026, nomeadamente nas Unidades do Cerco, de Azevedo de Campanhã, Garcia de Orta, Carvalho e Porto d'Ouro, bem como a reabilitação das salas de radiologia do CDP.

Também a destacar, em curso, os projetos dos Centros de Saúde de Aldoar, Vale Formoso, Santos Pousada e Porto Centro e, em fase de contratação de projeto, o Centro de Saúde da Foz do Douro.





Figura 7. Centro de Saúde Porto Douro ©Luís Moura

#### 6. Desporto Ativo:

Nesta rubrica orçamental, decorre a empreitada do Campo Municipal de Campanhã, cuja conclusão está prevista para 2026. Mais se refere, o Parque Desportivo

Municipal Oriental, atualmente com projeto em curso e cuja empreitada se prevê iniciar em 2026.

#### 7. Valorização do Ambiente Urbano e Espaço Público:

Nesta rubrica, de significativa relevância orçamental, preveem-se grandes intervenções na via pública, coordenadas com as diversas concessionárias e entidades responsáveis pelas infraestruturas subterrâneas. Atualmente em curso, destacam-se as empreitadas na Rua Galeria Paris, Rua Bartolomeu Velho, Ruas Justino Teixeira e Monte da Estação e, no âmbito do Programa Rua Direita, em curso as Ruas Monte de Ramalde, Francos, Padre António Coutinho, Travagem e Pisca, Rua e Travessa de Requesende, Rua Dionísio Santos Silva e Bouça, Ruas Direita do Viso, Central do Viso e Travessa Central do Viso, Rua e Travessa da Lomba, Travessa de Vera Cruz e Rua do Lourenço, Rua e Travessa da Póvoa, Rua Agra de Ramalde, Travessa das Cruzes e Rua da Calçada, Travessa da Regeneração e Ruas das Musas, Raúl Dória e Fábrica Social, Travessa e Caminho da Asprela e Ruas da Presa Velha, Formiga, Nova Sintra e Novais da Cunha.

Em 2026, estão ainda previstas iniciar, ou dar continuidade, as empreitadas de construção do Loteamento do Monte Pedral, da Requalificação do Espaço Público de Lordelo do Ouro (Lote 1), da reabilitação urbana de Azevedo de Campanhã (Fase 2), da Praça da Corujeira, da Praça Pedro Nunes, Ruas Ricardo Severo e Largo da Paz, da Rua Arquiteto Lobão Vital, da Rua de Mota Pinto e da Praceta Gonçalves Coelho, da Rua Beato Inácio de Azevedo, da Rua Joaquim Leitão, das Ruas do Cativo e Porta do Sol, da Rua Monte Pedral, da Praceta Maestro Resende Dias e ainda da reabilitação de Obras de Arte na Via Panorâmica e Rua de Entrecampos.

Também a destacar, em execução ou em fase de contratação, os Projetos das seguintes intervenções, nomeadamente, reabilitação de 24 Obras de Arte (viadutos, pontes e túneis), a reabilitação da Rua S. Dinis, Rua e Travessa de Nove de Abril e Travessa do Carvalhido, Largo, Rua e Travessa da Fontinha, Rua Capitão Pombeiro e Travessa da Calçada, Rua Dom João Coutinho e Rua Padre Diamantino Gomes, Rua da Madeira, Rua das Andreias (Fase 3), Rua de Antero de Quental, Rua de Barbosa du Bocage, Rua Nau S. Rafael, Rua de Pereiró, Rua D. Estevão da Gama e Travessa de Baixo de Pereiró,

Rua de Salazares e Rua da Preciosa, Rua do Seixal, Rua das Eirinhas (Fase 2), Rua General Sousa Dias, Rua Duque de Loulé e Rua Saraiva de Carvalho, Rua Sarmento Beires, Rua Sport Comércio e Salgueiros, Rua da Sociedade Protetora dos Animais, Rua de Vale Formoso, arruamentos diversos na Lapa, Travessa da Arrábida, arruamento de ligação da Rua Dr. Júlio de Matos à Rua Henrique Sousa Reis e Obras de Urbanização da UOPG1 – Unidades de Execução UE1, UE2 e UE3 – Avenida Nun'Álvares.



Figura 8. GEP - Rua de Cimo de Vila e Outras ©Luís Moura

No âmbito da Intervenção do Gabinete do Espaço Público, prevê-se continuar a colaboração estreita com os programas municipais de mobilidade sustentável, mormente as intervenções associadas ao programa Rede 20 com enfoque na obra das Rua e Travessa de Cimo de Vila e Travessa do Cativo, bem como com as iniciativas de pedonalização e requalificação urbana como a Avenida de Camilo. Centrar-se-á também a ação do GEP na intervenção de redimensionamento de caldeiras de árvores e espaços ajardinados, onde se prevê a intervenção em cerca de 500 caldeiras no ano de 2026. Será mantida a intervenção “*ad continuum*” no melhoramento de arruamentos e acessibilidades em travessias, bem como com o incremento da segurança. Ainda na área ambiental manter-se-á a colaboração com o programa Porto + Permeável – gerido pela Águas e Energia do Porto, EM -, no sentido de potenciar a retenção e infiltração de água no subsolo do espaço público, bem como o direcionamento para a reutilização de materiais, sobretudo granitos em lancis e guias, na beneficiação arruamentos e mais espaços de uso público.

#### 8. Transição Modal:

Nesta rubrica, está em curso a empreitada da ciclovía de ligação Asprela-Campanhã, com conclusão prevista no ano de 2026. Destaca-se ainda, em fase de contratação de empreitada, em agrupamento de entidades com o Município de Matosinhos, a ciclovía de ligação Porto – São Mamede de Infesta.

Prevê-se iniciar brevemente a empreitada das ligações mecanizadas e percursos pedonais do Palácio de Cristal, também com conclusão prevista no ano de 2026.

#### 9. Gestão dos Serviços Municipais:

Nesta rubrica orçamental, encontra-se prevista para 2026 a contratação e desenvolvimento do projeto para a construção de Hangar no Regimento de Sapadores Bombeiros do Porto, assim como, a contratação de projeto e de empreitada para a remodelação de instalações destinadas ao Serviço Municipal da Proteção Civil do Porto.

#### 10. Gestão dos Serviços Municipais - Outros:

Nesta rubrica orçamental encontra-se a dotação orçamental para gastos diversos com consultorias, pareceres, estudos e outras prestações de bens e serviços, complementares aos empreendimentos previstos nas rubricas anteriores com a natureza de despesas correntes.

## C – Plano de Investimentos Anual e Plurianual

### C.1. PLANO DE INVESTIMENTO

Conforme quadro seguinte, e integralmente assegurado com recurso a autofinanciamento, estima-se que o valor total de investimentos no período de plano atingirá os 627,1 mil euros:

INVESTIMENTO	2026	2027	2028	2029	2030
<b>Activos Fijos Tangíveis</b>	<b>99 000,00</b>	<b>17 500,00</b>	<b>102 500,00</b>	<b>87 500,00</b>	<b>107 500,00</b>
Equipamento administrativo	95 000,00	15 000,00	100 000,00	85 000,00	105 000,00
Outros activos fijos tangíveis	4 000,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00
<b>Activos Intangíveis</b>	<b>111 098,00</b>	<b>10 000,00</b>	<b>10 000,00</b>	<b>10 000,00</b>	<b>10 000,00</b>
Programas de computadores	75 150,00	144 583,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00
Programas de computadores - Inv em curso	35 948,00	-134 583,00	0,00	0,00	0,00
<b>Outros Investimentos Financeiros</b>	<b>12 025,94</b>	<b>12 636,64</b>	<b>12 942,87</b>	<b>12 159,77</b>	<b>12 208,48</b>
Fundo de compensação de trabalho	12 025,94	12 636,64	12 942,87	12 159,77	12 208,48
<b>Total</b>	<b>222 123,94</b>	<b>40 136,64</b>	<b>125 442,87</b>	<b>109 659,77</b>	<b>129 708,48</b>

Tendo por referência o ano de plano 2026 e, concretamente, a rubrica Equipamento Administrativo em Ativos Fijos Tangíveis, o valor previsto de 95 mil euros, reporta-se à aquisição de equipamentos diversos, tais como, equipamentos de rede de sistemas de informação, servidores novos, unidades de UPS, e equipamento fotográfico e videográfico.

No caso dos Ativos Fijos Intangíveis, destaca-se no primeiro ano de plano, o investimento de 75,2 mil euros em programas de computador relativo ao Projeto TO-BE, com a aquisição das aplicações de Cadastro e de Ativos para a área de Gestão e Exploração.



C.2. PLANO DE GESTÃO DE PESSOAS

No âmbito do orçamento em plano, e conforme demonstrado no quadro seguinte, a estrutura prevista de recursos humanos da GO Porto aponta para 61 efetivos no primeiro ano (2026) e para um número constante de 62 efetivos, entre os anos de 2027 e 2030, para além de 3 administradores, dos quais, 2 são administradores executivos:

ÁREAS		2026	2027	2028	2029	2030
Secretariado da Administração		1	1	1	1	1
Assessoria Técnica		1	1	1	1	1
	Direção	1	1	1	1	1
	Coordenação					
Gabinete	Adjuntos/as	1	1	1	1	1
	Marketing e Comunicação	2	2	2	2	2
Comunicação e Promoção	Design		1	1	1	1
	Redes Sociais	1	1	1	1	1
	Imagem/Fotografia	1	1	1	1	1
	Coordenação	1	1	1	1	1
Gabinete do Espaço Público	Gestão de Empreendimentos	2	2	2	2	2
	Direção	1	1	1	1	1
	Adjuntos/as	2	2	2	2	2
	Assistente de Direção	1	1	1	1	1
Produção	Gestão de Empreendimentos	15	15	15	15	15
	Fiscalização	2	2	2	2	2
	Direção	1	1	1	1	1
	Adjuntos/as	1	1	1	1	1
Exploração	Gestão Exploração MB	3	3	3	3	3
	Manutenção	2	2	2	2	2
	Direção	1	1	1	1	1
	Finanças	3	3	3	3	3
	Coordenação	1	1	1	1	1
	Melhoria e Sustentabilidade	2	2	2	2	2
Administrativa e Financeira	Coordenação	1	1	1	1	1
	Gestão de Pessoas	1	1	1	1	1
	Coordenação	1	1	1	1	1
	Sistemas de Informação	2	2	2	2	2
	Gestão documental	3	3	3	3	3
	Técnico Superior DAF	1	1	1	1	1
	Direção	1	1	1	1	1
	Adjuntos/as	1	1	1	1	1
Jurídico	Juristas	3	3	3	3	3
	Técnico Superior D.J.	1	1	1	1	1
Total		61	62	62	62	62

Face ao número de efetivos previsto no final do corrente exercício de 2025 (56), a variação prevista, em 2026, de mais 5 efetivos, justifica-se da forma seguinte:

- Na Direção de Produção, dois (2) gestor de empreendimentos, com admissão prevista a partir do primeiro trimestre e dotação orçamental de 98,8 mil euros; um (1) segundo gestor de empreendimentos, com admissão prevista a partir do quarto trimestre e dotação orçamental de 12,4 mil euros; e um (1) técnico especializado para a função de fiscalização, com admissão prevista a partir do segundo trimestre e dotação orçamental de 17,9 mil euros;
- Na Direção Administrativa e Financeira, um (1) técnico superior (com função a definir), com admissão prevista a partir do terceiro trimestre e dotação orçamental de 19,3 mil euros. Acresce a previsão de saída (-1), por aposentação, de uma técnica superior de Contabilidade.

- Na Direção Jurídica, um (1) técnico superior com função de Jurista, com admissão prevista a partir do terceiro trimestre e com dotação orçamental de 17,2 mil euros;

A variação de mais 1 efetivo, em 2027, face à 2026, está justificada pela admissão prevista, a partir do início do ano, de um (1) técnico superior para a área do Gabinete de Comunicação e Promoção, com a função de Designer, com uma dotação orçamental neste segundo ano de plano, de 33,3 mil euros.

Por fim, e no que aos gastos de pessoal diz respeito, dá-se nota da existência de uma dotação orçamental, em 2026, de aproximadamente 28 mil euros, tendo em vista enquadrar uma eventual revisão orgânica, de cargos e funções, em algumas áreas da empresa.

No âmbito da Gestão de Pessoas, e à semelhança dos últimos exercícios económicos, a GO Porto prevê a continuidade e consolidação dos seus procedimentos de valorização pessoal e profissional:

- Sistema de Gestão de Desempenho (SGD): Procedimento periódico de avaliação de desempenho dos colaboradores, do qual, decorrem os respetivos Planos de Desenvolvimento Pessoal e Profissional, base para elaboração do Plano de Formação, bem como o registo de resultados obtidos que, de acordo com o Regime de Carreiras em vigor, impactam na progressão de carreira do colaborador;

- Plano de Formação (PF): Procedimento fundamental para o fortalecimento do conhecimento organizacional, pessoal e profissional dos seus colaboradores, elevação do nível técnico de cada um e da empresa, comprometendo-se a empresa, aferir a eficácia de cada ação de formação e a avaliar a qualidade de cada uma das entidades formadoras a contratar para o efeito;

- Plano para a Igualdade de Géneros (PIG): Procedimento essencial para a promoção de uma igualdade de tratamento entre homens e mulheres, através do diagnóstico periódico à situação vivida na empresa, definição de medidas que promovam a eliminação de eventuais discriminações em função do sexo e que fomentem a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional;

- Regime de Carreiras (RC): Procedimento fundamental para o entendimento dos colaboradores, quanto ao seu posicionamento remuneratório e forma de progressão na organização, como estratégia de lhes garantir potencial para a uma melhoria contínua, em concreto, dos seus desempenhos e, no geral, da empresa na prossecução da sua missão e objetivos. Este RC encontra-se associado ao SGD, com este a atribuir a acumulação de pontos necessária à progressão prevista no âmbito do RC, visando garantir a promoção de uma cultura organizacional de transparência, equidade e motivação dos trabalhadores.

No caso do referido Regime de Carreiras, o impacto orçamental, em 2025, decorrente das progressões previstas, está estimado em 103,2 mil euros, incluindo, um valor de 51,5 mil euros, relativo à atribuição de formação executiva prevista nesse regime.



## D – Plano Financeiro Anual e Plurianual

Tabela de pressupostos adstrita à elaboração do presente orçamento:

PRESSUPOSTOS	2026	2027	2028	2029	2030
Taxa de inflação	1,80%	1,90%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de IRC e derrama	22,50%	22,50%	22,50%	22,50%	22,50%
Taxa de Juro nominal cp	1,15%	1,15%	1,15%	1,15%	1,15%
Tempo médio de recebimento (em dias)	30	30	30	30	30
Tempo médio de pagamento (em dias)	30	30	30	30	30
Taxa média de crescimento dos salários	3,41%	3,77%	3,89%	4,00%	4,01%

No período 2026 – 2030, estima-se o Plano Financeiro seguinte:

PLANO DE FINANCIAMENTO	2026	2027	2028	2029	2030
<b>INVESTIMENTO</b>					
Activo Não Corrente (Imobilizado)	222 123,94	401 36,64	125 442,87	109 699,77	129 708,48
Fundo de Manuseio - acréscimo das necessidades n	-109 531,62	62 663,31	-19 981,91	-14 337,62	-26 795,35
<b>Total</b>	<b>112 592,32</b>	<b>102 799,94</b>	<b>105 460,96</b>	<b>95 322,15</b>	<b>102 913,13</b>
<b>FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO</b>					
Autofinanciamento	112 592,32	102 799,94	105 460,96	95 322,15	102 913,13
<b>Total</b>	<b>112 592,32</b>	<b>102 799,94</b>	<b>105 460,96</b>	<b>95 322,15</b>	<b>102 913,13</b>

No período em plano, a previsão de rendimentos da GO Porto decorre, por um lado, da gestão e exploração dos imóveis colocados à consideração da empresa pela Autarquia – no âmbito do Contrato-Programa firmado com o Município do

Porto - e, por outro lado, da atividade operacional de gestão de empreendimentos (obra), neste caso, no âmbito do Contrato de Gestão de Empreendimentos (Contrato Mandato), igualmente, firmado entre as partes.

As projeções efetuadas pela GO Porto nos presentes IGP, têm como premissa a presunção de que os tempos de recebimento e a capacidade de solvência da Autarquia se manterão, no período 2026 – 2030, idênticos aos dos últimos exercícios findos, pressuposto fundamental para a manutenção do fundo de maneio da empresa, uma vez que, permanece a incapacidade legal de livre recurso ao financiamento por parte das empresas locais.

Neste sentido, no quadro seguinte estão descritos os agregados económico-financeiros principais, onde se destacam os indicadores de referência relacionados com a liquidez geral e autonomia financeira, que atestam a prevista boa capacidade da GO Porto em fazer face às obrigações de curto e longo prazo, dando honra aos seus compromissos financeiros através de capitais próprios:

AGREGADOS ECONÓMICO-FINANCEIRO	2026	2027	2028	2029	2030
<b>RESULTADOS</b>					
EBITDA	121 497,01	111 388,94	114 446,91	104 408,94	111 961,28
Resultado Financeiro	5 150,00	5 150,00	5 150,00	5 150,00	5 150,00
Resultado Líquido do Período	6 256,46	5 933,20	5 607,05	5 695,06	5 557,40
<b>RENDIMENTOS</b>					
Vendas, Prestação de Serviços e Outros Rendimentos e Subsídio à Estrutura	42 215 940,61	80 857 419,74	80 568 003,98	78 214 920,04	44 558 812,50
	4 909 000,00	5 075 000,00	5 186 000,00	5 261 000,00	5 357 000,00
<b>GASTOS</b>					
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	15 748,03	23 622,05	27 559,06	27 559,06	27 559,06
Fornecimentos e Serviços Externos	43 803 239,37	82 529 977,88	82 294 369,10	80 051 553,87	46 473 317,73
Gastos com o Pessoal	3 137 005,91	3 255 500,60	3 305 698,64	3 280 467,89	3 291 044,16
<b>BALANÇO</b>					
Total do Ativo	14 553 639,24	14 806 869,42	15 216 521,83	15 557 750,46	15 692 220,21
Total do Ativo Não Corrente	6 427 092,06	6 469 361,95	6 593 950,91	6 712 983,59	6 844 336,34
Total do Ativo Corrente	8 126 547,18	8 337 507,47	8 622 570,92	8 844 766,87	8 847 883,86
Total do Passivo	13 182 577,50	13 429 874,48	13 833 919,83	14 169 453,40	14 298 365,75
Total do Passivo Não Corrente	6 033 293,84	6 133 293,84	6 233 293,84	6 333 293,84	6 433 293,84
Total do Passivo Corrente	7 149 283,66	7 296 580,64	7 600 625,99	7 836 159,56	7 865 071,91
Total do Património Líquido	1 371 061,75	1 376 994,95	1 382 602,00	1 388 297,06	1 393 854,46
<b>INDICADORES</b>					
Liquidez Geral	1,14	1,14	1,13	1,13	1,12
Autonomia Financeira	9,42%	9,30%	9,09%	8,92%	8,88%
Autofinanciamento	112 592,32	102 799,94	105 460,96	95 322,15	102 913,13
Fundo de Maneio	-109 531,62	62 663,31	-19 981,91	-14 337,62	-26 795,35

Para o período em plano 2026 – 2030, a GO Porto apresenta em todos os anos, resultados positivos nas rubricas de EBITDA e de Resultados Líquidos, perfazendo os somatórios de €563.703,08 e €29.049,17, respetivamente.

---

## E – Demonstrações Previsionais [NCP 26]

No âmbito do SNC-AP, tendo presente que o subsistema da contabilidade orçamental foi autonomizado nas Normas de Contabilidade Pública (NCP) 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, e tratado na Classe 0 – Contabilidade Orçamental, estabeleceram-se conceitos, regras e modelos de demonstrações orçamentais, com vista a assegurar a comparabilidade com exercícios anteriores e com outras entidades.

Neste sentido, neste capítulo estão relevadas as demonstrações previsionais que identificam a forma, e os respetivos valores, que se prevê arrecadar recursos e os fins previstos para a sua utilização, tendo por base os quadros seguintes:

### E.1. ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL

Conforme se observa no quadro seguinte, para o período em plano 2026 – 2030, entre o total de despesas e receitas correntes, observa-se um saldo corrente superavitário em todos os exercícios, e suficiente para garantir um saldo primário igualmente positivo, após a dedução das despesas de capital, tendo em consideração a inexistência de previsão de receitas deste género:

ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL		ORÇAMENTO PARA O ANO 2026			PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL			
RUB.	DESIGNAÇÃO	PERÍODOS ANTERIORES	2026	SOMA	2027	2028	2029	2030
	<b>Receita corrente</b>	<b>603 630,46</b>	<b>49 056 495,39</b>	<b>49 660 125,85</b>	<b>89 105 184,68</b>	<b>88 674 251,00</b>	<b>86 162 717,24</b>	<b>52 176 542,06</b>
R1	Receita fiscal							
R1.1	Impostos Diretos	633,96	7 660,27	8 294,23	6 763,95	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00
R5.2	Subsídios Correntes	0,00	4 909 000,00	4 909 000,00	5 075 000,00	5 186 000,00	5 261 000,00	5 357 000,00
R6	Venda de bens e serviços	350 000,00	43 384 280,10	43 734 280,10	83 770 652,84	83 140 009,01	79 949 488,72	45 802 217,01
R7	Outras Receitas Correntes	252 996,50	750 355,03	1 003 351,53	247 567,88	343 041,98	947 028,52	1 012 125,05
	<b>Receita de capital</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R14	Saldo gestão anterior - oper. orçamenta	7 040 533,95	339 477,17	7 380 011,12	7 565 160,73	7 787 723,06	7 806 928,83	7 836 752,97
	Receita efetiva (1)	603 630,46	49 056 495,39	49 660 125,85	89 105 184,68	88 674 251,00	86 162 717,24	52 176 542,06
	Receita não efetiva (2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita Total (3) = (1) + (2)	603 630,46	49 056 495,39	49 660 125,85	89 105 184,68	88 674 251,00	86 162 717,24	52 176 542,06
	<b>Despesa corrente</b>	<b>280 145,95</b>	<b>48 770 856,26</b>	<b>49 050 202,21</b>	<b>88 873 573,43</b>	<b>88 300 370,80</b>	<b>86 011 426,70</b>	<b>51 989 984,44</b>
D1	Despesas com o pessoal							
D1.1	Remunerações certas e permanentes	50 645,95	2 319 078,95	2 369 724,90	2 465 997,99	2 510 638,14	2 476 936,88	2 479 014,07
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	0,00	116 786,15	116 786,15	120 139,73	123 593,93	127 151,74	130 816,30
D1.3	Segurança Social	33 000,00	635 918,25	668 918,25	691 436,82	698 175,40	705 719,31	710 441,41
D2	Aquisição de bens e serviços	196 500,00	45 474 417,52	45 670 917,52	85 530 340,63	84 902 300,30	82 659 341,77	48 628 348,15
D3	Juros e outros encargos	0,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00
D5	Outras Despesas Correntes	0,00	223 805,38	223 805,38	65 608,25	65 613,03	42 226,99	41 314,52
	<b>Despesa de capital</b>	<b>0,00</b>	<b>270 446,48</b>	<b>270 446,48</b>	<b>46 461,64</b>	<b>151 317,87</b>	<b>132 084,77</b>	<b>156 733,48</b>
D6	Aquisição de bens de capital	0,00	258 420,54	258 420,54	33 825,00	138 375,00	119 925,00	144 525,00
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	12 025,94	12 025,94	12 636,64	12 942,87	12 159,77	12 208,48
	<b>Despesa efetiva (4)</b>	<b>280 145,95</b>	<b>49 040 502,73</b>	<b>49 320 648,68</b>	<b>88 920 035,06</b>	<b>88 451 688,67</b>	<b>86 143 511,47</b>	<b>52 146 717,93</b>
	<b>Despesa não efetiva (5)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>Despesa Total (6) = (4) + (5)</b>	<b>280 145,95</b>	<b>49 040 502,73</b>	<b>49 320 648,68</b>	<b>88 920 035,06</b>	<b>88 451 688,67</b>	<b>86 143 511,47</b>	<b>52 146 717,93</b>
	<b>Saldo Total (3) - (6)</b>			<b>339 477,17</b>	<b>185 149,61</b>	<b>222 562,33</b>	<b>19 205,77</b>	<b>29 824,14</b>
	<b>Saldo Global (1) - (4)</b>			<b>339 477,17</b>	<b>185 149,61</b>	<b>222 562,33</b>	<b>19 205,77</b>	<b>29 824,14</b>
	Despesa Primária			49 320 648,68	88 920 035,06	88 451 688,67	86 143 511,47	52 146 717,93
	Saldo Corrente			609 923,64	231 611,25	373 880,20	151 290,54	186 557,62
	Saldo de Capital			-270 446,48	-46 461,64	-151 317,87	-132 084,77	-156 733,48
	Saldo Primário			339 477,17	185 149,61	222 562,33	19 205,77	29 824,14

E.2. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO

Nos termos do quadro infra, e tendo por referência o plano plurianual de investimentos para o período de 2026 – 2030, a GO Porto discrimina os investimentos, tendo em consideração os valores realizados em anos anteriores e as estimativas para o exercício corrente.

No final do referido período de plano, e tendo em consideração os valores de exercícios anteriores, estima-se um total de despesas orçamentais em investimentos na ordem dos 1.160 mil euros, exclusivamente, financiadas através de recursos próprios:

Objectivo (1)	N.º do projeto (2)	Designação do Projeto (3)	Rubrica exemp. (4)	Forma de realização (5)	Fonte de Financ.				Datas		Fases de Exec. (12)	Realizado em períodos anteriores (13)	Estimativa de realização em 2025 (14)	Pagamentos					Total previsto (21) + (13) + (14) + (15) + (16) + (17) + (18) + (19) + (20)	
					RC (6)	RP (7)	EU (8)	EMP (9)	Início (10)	Fim (11)				Períodos seguintes						
														ANO 2026 (16)	ANO 2027 (17)	ANO 2028 (18)	ANO 2029 (19)	ANO 2030 (20)		
11.1 FUNC. DOS SERVIÇOS	2023/1	TO-BE ERP/HR/Ativos (com interfaces)	D6	O	RP				05/05/2023	31/12/2030	0	132 601 €	121 321 €	136 663 €	12 300 €	12 300 €	12 300 €	12 300 €	12 300 €	439 853 €
11.1 FUNC. DOS SERVIÇOS	2023/2	Renovação do parque informático	D6	O	RP				01/12/2023	31/12/2030	0	174 862 €	13 538 €	92 250 €	12 300 €	98 400 €	98 400 €	98 400 €	104 550 €	594 292 €
11.1 FUNC. DOS SERVIÇOS	2023/3	Outros ativos fixos	D6	O	RP				22/02/2023	31/12/2030	0	12 979 €	9 914 €	29 100 €	9 225 €	27 675 €	9 225 €	27 675 €	27 675 €	126 212 €
SOMA													320 522 €	144 765 €	258 421 €	33 825 €	138 375 €	119 925 €	144 525 €	1 160 357 €

Forma de realização — utilizar os códigos: (A) para administração direta; (E) para empreitadas; (O) para fornecimento e custos.  
Fontes de financiamento: (RP) receitas próprias, (RC) receitas gerais, (EU) financiamento da UE e (EMP) contratação de empreitadas.  
Projeto de investimento — conjunto de ações inter-relacionadas, deliberadas no tempo, com vista à concretização de um objetivo que contribua para a FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO.  
Este mapa não contempla os investimentos em ativos financeiros (FCT)

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS



## A – Notas Explicativas ao Orçamento para o Período 2026 – 2030 e Pressupostos

As demonstrações financeiras utilizadas na elaboração dos presentes Instrumentos de Gestão Previsional, estão preparadas nos termos do normativo contabilístico SNC-AP, de acordo com os pressupostos do regime do acréscimo (periodização económica) e da continuidade, e caracterizada pelos atributos da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

### 1 – Macroeconómicos:

Conforme demonstrado no Ponto “D – Plano Financeiro Anual e Plurianual” do Capítulo “II – Planos Anuais e Plurianuais”, e tendo por referência o enquadramento das variáveis nacionais macroeconómicas do Banco de Portugal conhecidas à data, no primeiro ano de plano (2026) foi admitida uma taxa de inflação de 1,8%, sendo de 1,9%, em 2027, e de 2,0%, nos restantes três anos de plano (2028 a 2030).

### 2 – Investimento:

Este ponto encontra-se detalhadamente relatado no Ponto “C – Plano de Investimentos Anual e Plurianual” do Capítulo “II – Planos Anuais e Plurianuais”.

### 3 – Prestação de Serviços e Outros Rendimentos:

Em relação aos valores de prestação de serviços e outros rendimentos, apresentam-se nos quadros seguintes as projeções (com e sem IVA) para o período 2026 – 2030, respeitantes às diversas atividades da GO Porto desenvolvidas pelas suas áreas operacionais:

Sem IVA:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS	2026	2027	2028	2029	2030
	Montante s/IVA	Montante s/IVA	Montante s/IVA	Montante s/IVA	Montante s/IVA
<b>Vendas e Prestação Serviços</b>					
Contrato de gestão de empreendimentos com a CMP	40 496 488,42	79 014 862,71	78 686 089,12	76 292 598,56	42 606 277,80
Contrato de gestão de empreendimentos com outras entidades	242 000,00	242 000,00	242 000,00	242 000,00	242 000,00
Contrato de exploração	1 324 821,32	1 438 707,15	1 472 524,54	1 501 932,42	1 531 942,93
<b>total de vendas e prestação de serviços</b>	<b>42 063 309,74</b>	<b>80 695 569,86</b>	<b>80 400 613,66</b>	<b>78 036 530,98</b>	<b>44 380 220,73</b>
<b>Subsídio à Estrutura</b>	<b>4 909 000,00</b>	<b>5 075 000,00</b>	<b>5 186 000,00</b>	<b>5 261 000,00</b>	<b>5 357 000,00</b>
<b>Outros Rendimentos e Ganhos</b>					
Outros não especificados – relevados c/Outros Rend. e Ganhos - Contr. Exploração	152 330,87	161 549,89	167 090,33	178 089,06	178 291,77
Outros não especificados – relevados como Outros Rendimentos e Ganhos	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00
<b>TOTAL</b>	<b>47 124 940,61</b>	<b>85 932 419,74</b>	<b>85 754 003,98</b>	<b>83 475 920,04</b>	<b>49 915 812,50</b>

Com IVA:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS	2026	2027	2028	2029	2030
	Montante c/IVA	Montante c/IVA	Montante c/IVA	Montante c/IVA	Montante c/IVA
<b>Vendas e Prestação Serviços</b>					
Contrato de gestão de empreendimentos com a CMP	41 998 000,00	81 911 000,00	81 246 000,00	78 027 000,00	43 851 000,00
Contrato de gestão de empreendimentos com outras entidades	291 187,23	297 430,00	297 429,77	297 429,54	297 429,31
Contrato de exploração	1 479 530,47	1 600 160,44	1 638 366,84	1 671 081,78	1 704 468,80
<b>total de vendas e prestação de serviços</b>	<b>43 768 717,70</b>	<b>83 808 590,44</b>	<b>83 181 796,61</b>	<b>79 995 511,32</b>	<b>45 852 898,11</b>
<b>Subsídio à Estrutura</b>	<b>4 909 000,00</b>	<b>5 075 000,00</b>	<b>5 186 000,00</b>	<b>5 261 000,00</b>	<b>5 357 000,00</b>
<b>Outros Rendimentos e Ganhos</b>					
Outros não especificados – relevados c/Outros Rend. e Ganhos - Contr. Exploração	187 366,97	198 706,36	205 521,10	219 049,54	219 298,88
Outros não especificados – relevados como Outros Rendimentos e Ganhos	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00
<b>TOTAL</b>	<b>48 865 384,67</b>	<b>89 082 596,81</b>	<b>88 573 617,71</b>	<b>85 475 860,86</b>	<b>51 429 496,99</b>

Ainda que, por norma, se saiba que o Município do Porto procede à liquidação integral da sua dívida às empresas municipais no final de cada período, o prazo médio de recebimentos, considerado nas projeções financeiras 2026 – 2030, é de 30 dias, tendo sido levado em conta no cálculo do mapa de demonstração de fluxos de caixa previsional.

Em termos de IVA, o enquadramento dado às projeções de gastos e rendimentos no período em plano assenta na tabela seguinte:

Tipologia	Regime de IVA
Serviços de empreitada (empreitada, serviços técnicos de projeto, revisão de projeto, PSS, acompanhamento de concurso, fiscalização, fornecimentos e serviços necessários à empreitada, taxas de certificação e de inspeção da obra, indemnizações e multas decorrentes de incumprimento nos contratos de empreitada, etc)	Taxa reduzida
Fornecimentos e Serviços não relacionados com empreitada	Taxa normal
Serviços de manutenção e assistência técnica	Taxa normal
Projetos e estudos em imóveis onde não há expectativa de realização de obra	Taxa normal
Advogados no âmbito de contestação de empreiteiros	Taxa normal
Taxa de tribunal	Não tributado (não sujeito)
Imposto de selo (debitado fora do âmbito de uma obra)	Não tributado (não sujeito)
Juros de mora	Não tributado (não sujeito)
Serviços de gestão	Taxa normal
Receitas provenientes da gestão e exploração de património municipal - Taxas de mercados e feiras	Iserção de Iva
Receitas provenientes da gestão e exploração de património municipal - rendas e outras receitas	Taxa normal
Subsídio à Estrutura	Iserção de Iva
Outros não especificados	Taxa normal

No caso de adquirentes sujeitos passivos mistos, isto é, os que pratiquem operações que conferem o direito à dedução e operações que não conferem esse direito e, independentemente, do método utilizado para o exercício do direito à dedução (afetação real ou *prorata*), há lugar a inversão do sujeito passivo. No caso do Estado, de Autarquias, Regiões Autónomas ou de outras pessoas coletivas de direito público que apenas são sujeitos passivos porque praticam determinado tipo de operações que não são abrangidas pelo conceito de não sujeição a que se refere o n.º 2 do artigo 2º do CIVA ou que o são face ao n.º 3 do mesmo artigo 2º, só há lugar à inversão quando se trate de aquisição de serviços diretamente relacionados com a atividade sujeita, devendo, para o efeito, tais entidades informar o respetivo prestador.

Tendo em consideração que o Município do Porto é sujeito passivo misto, que realiza operações fora do campo de incidência do imposto e que a norma sobre inversão do sujeito passivo de IVA é de aplicação limitada, só aplicável a sujeitos passivos que pratiquem operações que confirmem total ou parcialmente o direito à dedução, este deverá informar a GO Porto sobre o destino dos serviços de construção, para cumprimento das regras de liquidação do imposto e, concomitantemente, das exigências formais da faturação.

Imóveis onde se realizam os serviços de empreitada	Regime de Inversão
Bairros Sociais	Inversão do sujeito passivo de IVA
Escolas de ensino básico	Taxa reduzida
Infantários e jardins de infância	Inversão do sujeito passivo de IVA
Pavilhões ginodessportivos das escolas e Pavilhões cedidos à Porto Lazer	Inversão do sujeito passivo de IVA
Merçados, museus, bibliotecas, e outros edifícios culturais	Inversão do sujeito passivo de IVA
Espaços públicos e acessibilidades	Taxa reduzida
Cemitérios	Taxa reduzida
Cantis, sanitários e balneários	Inversão do sujeito passivo de IVA
Edifícios de bombeiros e edifícios destinados aos serviços do Município	Inversão do sujeito passivo de IVA
Edifícios destinados à Polícia e o edifício da Comissão Nacional de proteção de Crianças e Jovens	Taxa reduzida
Edifícios objeto de cedência gratuitas por parte do Município e imóveis não pertencentes ao Município	Taxa reduzida
Edifícios objeto de cedência tributadas por parte do Município e edifícios objeto de locação isenta de Iva	Inversão do sujeito passivo de IVA
Parques de estacionamento	Inversão do sujeito passivo de IVA
Consultorias, pareceres, estudos e outras prestações de bens e serviços	Taxa normal

As taxas médias apuradas nos Instrumentos de Gestão Previsional para o período 2026 - 2030, nas operações ativas e passivas, são as seguintes:

Taxas médias apuradas	2026	2027	2028	2029	2030
Taxa média IVA sobre as Vendas e Prestações Serviços	4,05%	3,86%	3,46%	2,51%	3,32%
Taxa média IVA sobre Outros Rendimentos	22,95%	22,96%	22,96%	22,96%	22,96%
Taxa média IVA sobre o Imobilizado	21,75%	15,76%	20,63%	20,45%	20,84%
Taxa média IVA sobre as Compras	23,00%	23,00%	23,00%	23,00%	23,00%
Taxa média IVA sobre os Fornecimentos e Serviços Externos	4,23%	3,62%	3,64%	3,71%	4,43%
Taxa média IVA sobre os custos com pessoal	0,85%	0,83%	0,85%	0,88%	0,89%
Taxa média IVA sobre os Outros Gastos	0,16%	0,16%	0,16%	0,16%	0,16%

Nota: Em sede da atividade operacional da Direção de Gestão e Exploração, o arrendamento das lojas exteriores do Mercado do Bolhão está isento de IVA (artigo 9º do CIVA, alínea n.º 29), os custos eventuais provenientes dessa atividade não serão dedutíveis, efetuando-se uma afetação real dos mesmos.

#### 4 – Gastos:

##### 4.1. – Inventários:

No âmbito da Direção de Gestão e Exploração, e decorrente do procedimento de exploração comercial do Mercado do Bolhão - onde está prevista a comercialização de mercadorias ao público e comerciantes -, o valor projetado no quadro seguinte relativo à regularização de existência, refere-se a eventuais quebras de inventário e ofertas:

MATÉRIAS PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	2026	2027	2028	2029	2030
Existências Iniciais	63 892,47	62 794,16	53 821,84	40 912,50	28 003,17
Compras	20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00
Regularização de existências	5 350,28	5 350,28	5 350,28	5 350,28	5 350,28
Existências finais	62 794,16	53 821,84	40 912,50	28 003,17	15 093,83
<b>CMVMC</b>	<b>15 748,83</b>	<b>23 622,85</b>	<b>27 559,86</b>	<b>27 559,86</b>	<b>27 559,86</b>

##### 4.2. – Fornecimentos e Serviços Externos:

No período de plano 2026 – 2030, e calculados com base na técnica orçamental conhecida por “orçamento de base zero”, a projeção dos gastos de fornecimentos e serviços externos (FSE) encontra-se, nos termos do quadro seguinte, decomposta em 4 grandes grupos, e respetivos pesos médios sobre o total dos FSE:

##### - Gastos Diretos de Obra (94,55%):

Com prevalência elevada sobre os FSE totais, suportada pelas rubricas de subcontratos e de trabalhos especializados referentes a todos os serviços subcontratados a terceiros necessários à execução dos empreendimentos, que, solicitados pelo Município do Porto, decorrem

ao abrigo do contrato de gestão de empreendimentos (CGE) ou por outras entidades, ao abrigo de contratos firmados para o efeito, perfazendo um valor médio anual no período em plano, de 63,7 milhões de euros.

##### - Gastos Diretos de Gestão e Exploração (4,01%):

Nesse subconjunto de FSE, e tomando em consideração o valor médio anual de 2,5 milhões de euros, destaca-se a importância relativa da rubrica de Outros Subcontratos ou Concessões, com um peso médio relativo de 70,9%, seguida das rubricas e Publicidade e Propaganda, com 16,7%, o que continua a refletir o esforço financeiro da GO Porto no desenvolvimento da gestão e exploração do Mercado do Bolhão;

##### - Gastos de Estrutura de Gestão e Exploração (0,02%):

Subconjunto de FSE sem expressão, absoluta e relativa, no total dos FSE da empresa;

##### - Gastos da Estrutura Comum (1,42%):

Neste subconjunto de gastos de FSE, relativo destaque às rubricas de: i) Trabalhos Especializados, com 208,2 mil euros de média anual, representando 23,8%; ii) Conservação e Reparação, com 118,7 mil euros de média anual, representando 13,6%; e Rendas e Alugueres, com 218 mil euros de média anual, representando 24,9%. No caso desta rubrica de Rendas e Alugueres, além de incluir os gastos a incorrer com a frota automóvel (locação operacional), estão contemplados, igualmente, os gastos a incorrer com as rendas das instalações de funcionamento da GO Porto, no Edifício S. Dinis, n.º 10, na Travessa da Bica Velha, sede da empresa.

Resumidamente, descreve-se de seguida a composição dos Fornecimentos e Serviços Externos:

- A despesa prevista na rubrica de “Subcontratos” é relativa, por um lado, à aquisição de serviços de construção civil, no âmbito do Contrato de Gestão de Empreendimentos e, por outro lado, no âmbito da área de gestão e exploração, os serviços de recolha e tratamentos de resíduos sólidos e urbanos e os contratos de “Facilities Management”, referentes aos equipamentos municipais, Mercado do Bolhão e Edifício S. Dinis (Sede da GO Porto);
- A rubrica “Trabalhos especializados” compreende, nomeadamente, gastos com serviços conexos com a empreitada, como estudos, projeto, fiscalização e consultoria, consultores das áreas da segurança, assistência/manutenção ao software e hardware, jurídico, auditoria da Qualidade e higienssanitárias, despesas bancárias e serviços de arquivo;
- Na rubrica “Publicidade”, estão incluídos os gastos com a publicação de relatórios e outros gastos de material de divulgação. Nesta rubrica, e para além de gastos em eventos e outras promoções adstritas à estrutura comum da GO Porto, estão consideradas as iniciativas de divulgação e promoção dirigidas a favor da gestão e exploração dos equipamentos atribuídos pelo Município do Porto à GO Porto;
- A rubrica “Honorários” compreende, entre outros, os gastos com a revisão legal de contas e os encargos previstos com consultorias de preparação e apoio à gestão e exploração dos equipamentos afetos pelo Município;
- A despesa prevista na rubrica “Conservação e reparação” refere-se aos gastos previstos na gestão da frota da

GO Porto, conservação dos equipamentos de impressão e assistência técnica ao relógio de ponto e outros periféricos. Relevam-se ainda aqui, quer gastos de renovação de licenças e certificados de software em uso na empresa, quer outros gastos residuais que possam vir a ocorrer no âmbito da gestão corrente de alguns imóveis que possam estar sob a gestão e exploração da empresa;

- Na rubrica “Livros e documentação técnica” estão compreendidos os gastos com a aquisição de bibliografia técnica ao nível das diversas áreas administrativas e técnicas da GO Porto;

- A rubrica “Material de escritório” aponta dotação orçamental para gastos desta natureza ao nível quer das áreas de negócio, quer das áreas administrativas de apoio;

- A rubrica de “Eletricidade” compreende o consumo energético na Sede da GO Porto no Edifício S. Dinis, como também, os consumos no Mercado do Bolhão. Relevam-se, igualmente, os gastos de consumo de eletricidade do parque automóvel existente (elétrico e híbrido) nas instalações da Sede;

- A rubrica “Combustíveis” compreende o consumo de combustíveis fósseis por parte das viaturas híbridas da frota automóvel da GO Porto, e os encargos deste género a incorrer nas instalações sob a gestão e exploração desta empresa municipal;

- A rubrica “Água” compreende os gastos com o consumo de água na Sede da GO Porto e, igualmente, nos imóveis sob gestão e exploração desta empresa municipal;



- Na rubrica “Deslocações e estadas”, estão previstas despesas inerentes à utilização de viatura própria em serviço, bem como a previsão de despesas efetuadas com deslocações em serviço, utilizando para o efeito outros meios de transporte e alojamento;

- Na rubrica “Rendas e alugueres”, estão incluídos os gastos com a renda dos contratos de aluguer de equipamentos de transporte, hardware, cópia e impressão, como também estão relevadas as rendas do Edifício S. Dinis;

- Os gastos de comunicação estimados na rubrica “Comunicação”, incluem todo o volume de correio remetido, as comunicações de voz e dados. Nesta rubrica estão previstas, igualmente, as despesas de comunicação e promoção destinada aos equipamentos afetos pelo Município à área de exploração da GO Porto;

- Na rubrica de “Seguros”, estão incluídos todos os seguros das viaturas ao serviço da GO Porto, de responsabilidade civil, de recheio das instalações, do equipamento informático e, também, de todas as coberturas obrigatórias decorrente das certificações APCER obtidas, ao abrigo do SGI (Sistema de Gestão Integrado). No caso do referido seguro de responsabilidade civil, está contida uma dotação orçamental destinada, quer aos equipamentos afetos pelo Município à área de exploração, quer aos empreendimentos executados pela GO Porto no âmbito da área de Gestão de Empreendimentos, neste caso, com o valor do seguro diretamente proporcional ao volume de atividade previsto no período em plano;

- O valor estimado na rubrica de “Despesas de Representação”, diz respeito aos gastos previstos nos

contratos dos dois administradores executivos em funções na GO Porto;

- O valor estimado para a rubrica “Limpeza, higiene e conforto”, é relativo aos gastos contratualizados de serviços de limpeza, bem como, relativos aos gastos de produtos de higiene e conforto;

- O valor estimado nas rubricas de “Outros serviços” e “Ferramentas e utensílios” serve para fazer face a pequenos custos que, pela sua natureza, se efetuam dentro da empresa num cenário de atividade normal, mas que venham a ser subcontratados num quadro de excesso esporádico de atividade.

#### 4.3. – Gastos com o Pessoal:

No período 2026 – 2030, e tendo por referência a estrutura definida no Regime de Carreiras em vigor, a GO Porto prevê a distribuição seguinte de colaboradores, por Cargos e Carreiras:

Regime de Carreiras	2026	2027	2028	2029	2030
<b>Cargos</b>					
Direção	5	5	5	5	5
Coordenação	4	4	4	4	4
Adjuntos/as	5	5	5	5	5
<b>Carreiras</b>					
Técnico Superior					
Gestão	18	18	18	18	18
Responsáveis	1	1	1	1	1
Técnicos Superiores	22	23	23	23	23
Assistente Técnico					
Técnicos Especializados	4	4	4	4	4
Técnicos	2	2	2	2	2
<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>62</b>	<b>62</b>	<b>62</b>	<b>62</b>

Para além dos colaboradores citados, a Empresa terá três administradores, conforme previsto nos Estatutos, sendo dois deles remunerados. A distribuição supracitada, quando desagregada por Área de Empresa é a seguinte:

ÁREAS	2026	2027	2028	2029	2030
Secretariado da Administração	1	1	1	1	1
Assessoria Técnica	1	1	1	1	1
Gabinete de Comunicação e Promoção	6	7	7	7	7
Gabinete do Espaço Público	3	3	3	3	3
Direção de Produção	21	21	21	21	21
Direção de Exploração	7	7	7	7	7
Direção Administrativa e Financeira	16	16	16	16	16
Direção Jurídico	6	6	6	6	6
Total	61	62	62	62	62

No período em plano, os pressupostos principais utilizados em relação a esta rubrica são os seguintes:

- A taxa de encargos sociais a cargo da entidade patronal (SS, CGA, FGCT e SAT) de 24,51% em 2026, e nos quatro anos seguintes, uma taxa média de 24,47%;
- Subsídio de alimentação de acordo com a legislação em vigor;
- O cálculo para formação foi efetuado tendo por base o vencimento hora de cada colaborador multiplicado pelo nº horas de formação obrigatórias (40h). Acresce a esta rubrica, a previsão de gastos de formação executiva;
- Taxa anual para assistência médica de 2,59%, em 2026, e nos anos restantes uma média de 2,74%;
- O cálculo dos gastos com o pessoal tem apenas em conta os vencimentos projetados para o ano em análise e respetivos encargos;

- Atualização anual da massa salarial de 3,41%, em 2026, e em média, de 3,92% nos anos seguintes;
- Tendo por base o Regime de Carreiras, estima-se uma atualização anual da massa salarial de 1,98%, em 2026, e em média, de 1,79% nos anos seguintes.

No cálculo dos salários, foi utilizado como base o seu valor a preços correntes de setembro de 2025. O valor da taxa média anual de encargos sociais patronais deriva do facto do quadro de pessoal da Empresa ser constituído por funcionários oriundos da Autarquia e por trabalhadores vinculados por contrato individual de trabalho.

Nos termos do quadro exibido no Ponto “C.2. PLANO DE GESTÃO DE PESSOAS”, e refletindo o ajustamento constante da empresa aos novos desafios e desideratos do Município do Porto, o quadro de pessoal da GO Porto reflete a admissão de novos colaboradores ao nível das diversas áreas da empresa, com destaque para as duas áreas de negócio (Obra e Gestão), o que representará no período de plano 2026 – 2030, um valor médio anual de gastos com o pessoal de €3.253.943,44.

4.4. – Gastos de Amortizações e Depreciações:

No quadro seguinte, estão exibidas as taxas de amortizações e depreciações utilizadas na elaboração do Orçamento:

DESCRIÇÃO	TAXAS
<b>Ativos Intangíveis</b>	
Software	33,33% - 100,00%
<b>Ativos Fixos Tangíveis</b>	
Ferramentas e Utensílios	12,50% - 25,00%
Equipamento Administrativo	12,50% - 33,33%
Outras Imobilizações Corpóreas	12,50% - 100,00%

4.5. – Outros Gastos e Perdas:

Os outros gastos e perdas orçamentados para o período 2026 - 2030 são diminutos e dizem respeito, essencialmente, a gastos com impostos, taxas e outros, bem como, despesas adicionais com taxas e licenciamentos.

5 – Resultado Financeiro

No período de plano 2026 – 2030, e decorrente da incapacidade legal da GO Porto de recorrer a endividamento de uma forma autónoma do Município do Porto, a projeção de gastos financeiros nesse período é praticamente nula. Quanto aos rendimentos, estes derivam de uma normal gestão de tesouraria, pois traduzem as aplicações por períodos curtos e/ou muito curtos dos fundos recebidos da Autarquia que, entretanto, aguardam os processamentos dos pagamentos aos fornecedores, o que faz com que os rendimentos financeiros não assumam valores significativos. Este cenário foi construído com base na opção de resolução das necessidades de financiamento do fundo de maneio por recurso à Autarquia.

RESULTADO FINANCEIRO	2026	2027	2028	2029	2030
Juros e Ganhos Similares	5 200,00	5 200,00	5 200,00	5 200,00	5 200,00

6 – Imposto sobre o Rendimento do Período

A GO Porto está sujeita a uma taxa de IRC de 21%. Acresce ainda, um valor de derrama municipal que poderá ser no máximo de 1,5 % do lucro tributável sujeito a imposto. Desta forma, e pelo princípio da prudência, foi

considerada uma taxa de tributação total anual de 22,5% para o período de 2026 - 2030.

Independentemente de os resultados da Empresa antes de impostos serem positivos ou negativos, a Empresa está sujeita a tributação autónoma em sede de IRC, a taxa de 7,5%. Foram, ainda, considerados nos IGP 2026–2030, o pagamento por conta e a utilização dos pagamentos especiais por conta do IRC efetuados em exercícios anteriores, conforme o disposto no CIRC.

7 – Rubricas de Balanço

7.1. - Tesouraria

À semelhança de IGP anteriores, na elaboração deste orçamento considerou-se um saldo mínimo de tesouraria igual a 1.000 €.

7.2. - Estado e Outros Entes Públicos

Dadas as diferentes naturezas dos serviços prestados, foi calculada uma taxa média ponderada de IVA a liquidar derivada das prestações de serviços, descrita no ponto 3 deste capítulo. O valor encontrado resulta da grande representatividade dos serviços de empreitada nos FSE totais que, para o período em plano, varia entre os 4,05% de 2026 e os 2,51% de 2029. Neste mesmo ponto, foram determinadas, igualmente, taxas médias de IVA dedutível noutras rubricas de exploração.

Quanto aos encargos patronais com os regimes de apoio social ao trabalhador, foi encontrada uma taxa média ponderada (segurança social e caixa geral de

aposentações) de 23,61% para o período 2026 - 2030, por serem de duas espécies os vínculos laborais do pessoal ao serviço da Empresa (colaboradores originários da Autarquia que se encontram em regime de requisição de serviço ou em comissão de serviço, trabalhadores vinculado por contrato individual de trabalho, enquadrados, portanto, no regime geral da segurança social e dentro deste último regime por alguns trabalhadores na situação de primeiro emprego que beneficiam de taxas mais reduzidas).

No que ao FCT diz respeito, e apesar das implicações da Agenda do Trabalho Digno - aprovada pela Lei n.º 13/2023, de 3 de abril, e das alterações legislativas provindas do DL 115/2023, de 15 de dezembro -, que veio fazer cessar, a partir de 1 de maio de 2023, a obrigação dos empregadores de efetuarem entregas para o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), foi mesmo assim incorporada uma dotação orçamental média anual de investimento nesse fundo, no valor de €12.394,74 (conforme referido atrás no Ponto C – Plano de Investimentos Anual e Plurianual, no Capítulo II – Planos Anuais e Plurianuais), por se tratar de uma decisão de “suspensão”, que, como tal, poderá ser revertida a qualquer momento, acautelando-se, assim, a dotação orçamental devida.

No período em plano 2026 – 2030, a taxa média de IRS a reter aos trabalhadores considerada para efeitos do presente orçamento foi de 21,00% que leva em linha de conta as taxas de retenção das tabelas de IRS de 2025.

A taxa média dos encargos sociais por conta dos trabalhadores considerada para efeitos do presente orçamento foi de 11,39% que resulta das duas espécies os

vínculos laborais do pessoal ao serviço da Empresa (colaboradores originários da Autarquia que se encontram em regime de requisição de serviço ou em comissão de serviço e trabalhadores vinculados por contrato individual de trabalho, portanto, enquadrados no regime geral da Segurança Social).

### 7.3. - Diferimentos

Os diferimentos ativos referem-se basicamente a gastos de rendas e alugueres de hardware e software a imputar aos anos seguintes.

### 7.4. – Outras Contas a Pagar e a Receber

No período em plano 2026 – 2030, e perfazendo uma média anual de 6.233,3 mil euros, a rubrica de “Outras Contas a Pagar”, em passivo não corrente, engloba os valores de depósitos das garantias dadas pelos fornecedores, por responsabilidades inerentes às empreitadas em curso, quer por depósitos diretamente efetuados pelos fornecedores, quer por retenções efetuadas aquando dos pagamentos, e cujos valores serão oportunamente restituídos, conforme previsto na lei. Esta rubrica integra ainda os valores conhecidos a setembro de 2025 dos depósitos de garantia prestados a terceiros, os saldos devedores e de cobrança duvidosa de fornecedores. Nesta rubrica, mas ao nível do passivo corrente, estão relevados os acréscimos de gastos respeitantes à previsão para encargos com férias e subsídio de férias vencidos em 31 de dezembro de cada ano, e pagos no ano seguinte, aquando do gozo das respetivas férias.

A legislação portuguesa sobre o trabalho define que as férias relativas a qualquer ano de serviço sejam gozadas

pelo trabalhador no ano seguinte. Por tal facto, procedeu-se ao cálculo dos gastos daí decorrentes inerentes a cada exercício. Esta rubrica integra ainda os valores conhecidos a setembro de 2025 da especialização do subsídio e perdas por imparidade.

#### 7.5. – Reservas

As rubricas de Reservas Legais e de Outras Reservas incluem a aplicação de parte dos resultados líquidos positivos gerados, conforme o disposto nos Estatutos da GO Porto.

#### 7.6. – Capital Social

O capital social é composto por 100.000 ações nominativas de valor nominal de 5,00 € cada, e encontra-se integralmente realizado pelo Município do Porto.

#### 7.7. – Financiamentos Obtidos

Ponto não aplicável ao período em plano 2026 – 2030.

### 8 – Outros Assuntos

A dependência financeira do Município do Porto pode originar atrasos no pagamento de faturas a fornecedores da Empresa, situação que entra em confronto com o disposto no Código dos Contratos Públicos. Estas situações estão previstas no Contrato de Gestão de Empreendimentos, celebrado entre a GO Porto e o Município do Porto, o qual, regula as relações contratuais estabelecidas entre as partes e, consequentemente, quaisquer juros de mora reclamados por terceiros, não terão impacto líquido sobre as demonstrações financeiras da Empresa, na medida em que, existe uma total recuperação dos mesmos.

A seguir, apresenta-se um quadro síntese das principais responsabilidades eventuais, relativas aos contenciosos existentes:

PROCESSO	AUTOR	TIPO DE ACÇÃO	VALOR
<b>Tribunal judicial</b>			
Processos n.ºs 1140/04.2BEPRT (1768)	Jaime Ribeiro & Filhos, S.A. e Construtora Abrantina, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	755 204,36 €
Processo n.º 752/05.1BEPRT (1782)	Jaime Ribeiro & Filhos SA	Acção administrativa comum com processo ordinário	4 224 882,80 €
Processo n.º 1079/08.2BEPRT (1887)	Alberto Couto Alves, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	336 092,27 €
Processo n.º 1081/08.4BEPRT (1888)	Alberto Couto Alves, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	158 430,97 €
Processo n.º 2836/10.5BEPRT	Costeira Empreiteiros – Sociedade de Construções, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	277 946,41 €
Processo: n.º 1677/17.3BEPRT	CCCAH - PortoSushi, Actividades Hoteleiras, Lda. (GOSHO)	Acção administrativa comum com processo ordinário	391 672,34 €
Processo n.º 2071/09.5BEPRT (1945)	Jaime Queirós Ribeiro, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	825 150,49 €
Processo n.º 1218/12.9 TJVNF	Ré: Jaime Queirós Ribeiro, S.A.	Processo de Insolvência	392 708,40 €
Processos n.ºs 40/05.3BEPRT (1779B)	Jaime Ribeiro & Filhos, S.A. e Construtora Abrantina, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	267 718,14 €
Processo n.º 105/20.1BEPRT	M. Santos & Companhia, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	121 837,07 €
Processo n.º 2437/20.0BEPRT	M. Santos & Companhia, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	167 238,86 €
Processo: 1774/25.1BEPRT	ABB - Alexandre Barbosa, S.A.	Ação administrativa	802 142,03 €
Processo: 1586/25.2UEPRT	Sensetec - Engenharia e Construção. Lda	Processo de contencioso pré-contratual	1 978 988,00 €
Processo 46/25.6BEPRT UO 2	ABB - Alexandre Barbosa, S.A.	Ação administrativa	6 675 008,79 €
<b>Tribunal arbitral</b>			
Processo n. CNA 24-A/2021 Petição Inicial março de 2022	Lúcio & ACA - Bolhão ACE	Acção em Processo Arbitral	6 505 616,33 €



Em conclusão, é convicção da GO Porto que, salvo um ou outro caso pontual, não existe fundamento para a atribuição de qualquer compensação financeira adicional às diferentes autoras. Não obstante, não se ignora o risco, sempre existente em situações desta natureza contenciosa, de as contendas judiciais poderem vir a ser desfavoráveis.

9 – Conclusão

Para o período de plano 2026 – 2030, estima-se a obtenção de um resultado líquido médio anual positivo, no valor de €5.809,83.

Ressalva-se que as obras com prazos de término imperativo poderão acarretar encargos financeiros adicionais, caso a Autarquia do Porto não possa cumprir com os prazos de pagamento contratualmente estabelecidos.

Apresenta-se no quadro seguinte, alguns indicadores económico-financeiros para o período em plano:

INDICADORES	2025	2026	2027	2028	2029	2030
FINANCEIROS						
Liquidez geral	1,15	1,14	1,14	1,13	1,13	1,12
Autonomia Financeir.	9,61%	9,42%	9,30%	9,09%	8,92%	8,88%
Autofinanciamento	72 600	112 592	102 800	105 461	95 322	102 913

B – Orçamento de Exploração

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	NOTAS	2026	2027	2028	2029	2030
RENDIMENTOS E GASTOS						
VENDAS	I-A-3	20 000,00	30 000,00	35 000,00	35 000,00	35 000,00
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	I-A-3	42 043 309,74	80 665 569,86	80 365 613,66	78 001 530,98	44 345 220,73
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO OBTIDOS	I-A-3	4 909 000,00	5 075 000,00	5 186 000,00	5 261 000,00	5 357 000,00
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	I-A-4.1	-15 748,03	-23 622,05	-27 559,06	-27 559,06	-27 559,06
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	I-A-4.2	-43 803 239,37	-82 529 977,88	-82 294 369,10	-80 051 553,87	-46 473 317,73
GASTOS COM O PESSOAL	I-A-4.3	-3 137 005,91	-3 255 500,60	-3 305 698,64	-3 280 467,89	-3 291 044,16
IMPARIDADES DE INVENTÁRIOS (PERDAS/REVERSÕES)		-5 350,28	-5 350,28	-5 350,28	-5 350,28	-5 350,28
IMPARIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	I-A-7.4	-36 520,00	-1 000,00	-1 000,00	-1 000,00	-1 000,00
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	I-A-3	152 630,87	161 949,99	167 390,33	178 389,06	178 591,77
OUTROS GASTOS E PERDAS	I-A-4.5	-5 580,00	-5 580,00	-5 580,00	-5 580,00	-5 580,00
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES E GASTOS DE FINANCIAMENTO		121 497,01	111 388,94	114 446,91	104 408,94	111 961,28
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZAÇÃO	I-A-2/I-A-4.4	-106 335,86	-96 866,75	-99 853,91	-99 627,09	-97 355,73
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO)		15 161,16	14 522,20	14 593,00	14 781,85	14 605,55
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	I-D/I-A-5	5 200,00	5 200,00	5 200,00	5 200,00	5 200,00
JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS	I-A-5	-50,00	-50,00	-50,00	-50,00	-50,00
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS		20 311,16	19 672,20	19 743,00	19 931,85	19 755,55
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	I-A-6	-14 054,69	-13 739,00	-14 135,95	-14 236,79	-14 198,15
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		6 256,46	5 933,20	5 607,05	5 695,06	5 557,40

C – Orçamento de Tesouraria

ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL		ORÇAMENTO PARA O ANO 2026			PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL			
RUB.	DESIGNAÇÃO	PERÍODOS ANTERIORES	2026	SOMA	2027	2028	2029	2030
	<b>Receita corrente</b>	<b>603 630,46</b>	<b>49 056 495,39</b>	<b>49 660 125,85</b>	<b>89 105 184,68</b>	<b>88 674 251,00</b>	<b>86 162 717,24</b>	<b>52 176 542,06</b>
R1	Receita fiscal							
R1.1	Impostos Diretos	633,96	7 660,27	8 294,23	6 763,95	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00
R5.2	Subsídios Correntes	0,00	4 909 000,00	4 909 000,00	5 075 000,00	5 186 000,00	5 261 000,00	5 357 000,00
R6	Venda de bens e serviços	350 000,00	43 384 280,10	43 734 280,10	83 770 652,84	83 140 009,01	79 949 488,72	45 802 217,01
R7	Outras Receitas Correntes	252 996,50	750 385,03	1 003 381,53	247 567,88	343 041,98	947 028,52	1 012 125,05
	<b>Receita de capital</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R14	Saldo gestão anterior - oper. orçamentária	7 040 533,95	339 477,17	7 380 011,12	7 565 160,73	7 787 723,06	7 806 928,83	7 836 752,97
	Receita efetiva (1)	603 630,46	49 056 495,39	49 660 125,85	89 105 184,68	88 674 251,00	86 162 717,24	52 176 542,06
	Receita não efetiva (2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita Total (3) = (1) + (2)	603 630,46	49 056 495,39	49 660 125,85	89 105 184,68	88 674 251,00	86 162 717,24	52 176 542,06
	<b>Despesa corrente</b>	<b>280 145,95</b>	<b>48 770 056,26</b>	<b>49 050 202,21</b>	<b>88 873 573,43</b>	<b>88 300 370,80</b>	<b>86 011 426,70</b>	<b>51 989 984,44</b>
D1	Despesas com o pessoal							
D1.1	Remunerações certas e permanentes	50 645,95	2 319 078,95	2 369 724,90	2 465 997,99	2 510 638,14	2 476 936,88	2 479 014,07
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	0,00	116 786,15	116 786,15	120 139,73	123 593,93	127 151,74	130 816,30
D1.3	Segurança Social	33 000,00	635 918,25	668 918,25	691 436,82	698 175,40	705 719,31	710 441,41
D2	Aquisição de bens e serviços	196 500,00	45 474 417,52	45 670 917,52	85 530 340,63	84 902 300,30	82 689 341,77	48 628 348,15
D3	Juros e outros encargos	0,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00
D5	Outras Despesas Correntes	0,00	223 805,38	223 805,38	65 608,25	65 613,03	42 226,99	41 314,52
	<b>Despesa de capital</b>	<b>0,00</b>	<b>270 446,48</b>	<b>270 446,48</b>	<b>46 461,64</b>	<b>151 317,87</b>	<b>132 084,77</b>	<b>156 733,48</b>
D6	Aquisição de bens de capital	0,00	258 420,54	258 420,54	33 825,00	138 375,00	119 925,00	144 525,00
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	12 025,94	12 025,94	12 636,64	12 942,87	12 159,77	12 208,48
	<b>Despesa efetiva (4)</b>	<b>280 145,95</b>	<b>49 040 502,73</b>	<b>49 320 648,68</b>	<b>88 920 035,06</b>	<b>88 451 688,67</b>	<b>86 143 511,47</b>	<b>52 146 717,93</b>
	<b>Despesa não efetiva (5)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>Despesa Total (6) = (4) + (5)</b>	<b>280 145,95</b>	<b>49 040 502,73</b>	<b>49 320 648,68</b>	<b>88 920 035,06</b>	<b>88 451 688,67</b>	<b>86 143 511,47</b>	<b>52 146 717,93</b>
	<b>Saldo Total (5) - (6)</b>			<b>339 477,17</b>	<b>185 149,61</b>	<b>222 562,33</b>	<b>19 205,77</b>	<b>29 824,14</b>
	<b>Saldo Global (1) - (4)</b>			<b>339 477,17</b>	<b>185 149,61</b>	<b>222 562,33</b>	<b>19 205,77</b>	<b>29 824,14</b>
	Despesa Primária			49 320 648,68	88 920 035,06	88 451 688,67	86 143 511,47	52 146 717,93
	Saldo Corrente			609 923,64	231 611,25	373 880,20	151 290,54	186 557,62
	Saldo de Capital			-270 446,48	-46 461,64	-151 317,87	-132 084,77	-156 733,48
	Saldo Primário			339 477,17	185 149,61	222 562,33	19 205,77	29 824,14

## D – Balanço Previsional

BALANÇO PREVISIONAL	NOTAS	2026	2027	2028	2029	2030
<b>ACTIVO</b>						
<b>ATIVO NÃO CORRENTE</b>						
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	B-A-2/B-A-4.4	143 365,10	93 062,47	128 229,57	136 102,48	156 246,75
ATIVOS INTANGÍVEIS	B-A-2/B-A-4.4	51 586,13	166 305,01	144 594,00	144 594,00	144 594,00
INVESTIMENTOS EM CURSO	B-A-2/B-A-4.4	134 583,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	B-A-2/B-A-4.4/B-A-T.4	6 097 557,84	6 209 194,47	6 321 137,34	6 432 297,11	6 543 505,99
		<b>6 427 092,06</b>	<b>6 469 361,95</b>	<b>6 593 950,91</b>	<b>6 712 983,59</b>	<b>6 844 336,34</b>
<b>ATIVO CORRENTE</b>						
INVENTÁRIOS	B-A-4.1	62 794,16	53 821,84	40 912,50	28 003,17	15 093,83
CLIENTES, CONTRIBUÍNTES E UTENTES	I-D/B-A-3	426 558,02	426 496,50	516 226,68	719 737,71	687 979,99
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	B-A-4.3/B-A-6/B-A-T.2	105 819,41	135 049,02	111 668,64	110 977,99	110 977,10
OUTRAS CONTAS A RECEBER	B-A-T.4	102 899,79	106 742,27	112 942,81	121 893,60	134 184,81
DIFERIMENTOS	B-A-T.3	47 464,69	49 237,11	52 097,24	56 225,98	61 895,56
CAIXA E DEPÓSITOS	B-A-T.1	7 381 011,12	7 566 160,73	7 788 723,06	7 807 928,83	7 837 752,97
		<b>8 126 547,18</b>	<b>8 337 507,47</b>	<b>8 622 570,92</b>	<b>8 844 766,87</b>	<b>8 847 883,86</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>14 553 639,24</b>	<b>14 806 869,42</b>	<b>15 216 521,83</b>	<b>15 557 750,46</b>	<b>15 692 220,21</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO</b>						
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>						
PATRIMÓNIO/CAPITAL	B-A-T.6	500 000,00	500 000,00	500 000,00	500 000,00	500 000,00
RESERVAS	B-A-T.5	864 805,28	871 061,75	876 994,95	882 602,00	888 297,06
		<b>1 364 805,28</b>	<b>1 371 061,75</b>	<b>1 376 994,95</b>	<b>1 382 602,00</b>	<b>1 388 297,06</b>
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	B-B	6 256,46	5 933,20	5 607,05	5 695,06	5 557,40
<b>TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>		<b>1 371 061,75</b>	<b>1 376 994,95</b>	<b>1 382 602,00</b>	<b>1 388 297,06</b>	<b>1 393 854,46</b>
<b>PASSIVO</b>						
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>						
OUTRAS CONTAS A PAGAR	B-A-T.4	6 033 293,84	6 133 293,84	6 233 293,84	6 333 293,84	6 433 293,84
		<b>6 033 293,84</b>	<b>6 133 293,84</b>	<b>6 233 293,84</b>	<b>6 333 293,84</b>	<b>6 433 293,84</b>
<b>PASSIVO CORRENTE</b>						
FORNECEDORES	I-D/B-A-4.2	196 500,00	196 500,00	596 500,00	966 500,00	882 500,00
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	B-A-4.3/B-A-6/B-A-T.2	55 998,19	13 424,76	60 505,02	217 808,16	134 902,34
OUTRAS CONTAS A PAGAR	B-A-T.4	6 815 493,44	7 005 363,85	6 862 328,94	6 570 559,37	6 766 377,54
		<b>7 149 283,66</b>	<b>7 296 580,64</b>	<b>7 600 625,99</b>	<b>7 836 159,56</b>	<b>7 865 071,91</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>13 182 577,50</b>	<b>13 429 874,48</b>	<b>13 833 919,83</b>	<b>14 169 453,40</b>	<b>14 298 365,75</b>
<b>TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO</b>		<b>14 553 639,24</b>	<b>14 806 869,42</b>	<b>15 216 521,83</b>	<b>15 557 750,46</b>	<b>15 692 220,21</b>

# EQUILÍBRIO ECONÓMICO- FINANCEIRO

---

## **Equilíbrio Económico-Financeiro**

No âmbito da atividade operacional de Gestão e Exploração, os encargos diretos incorridos no período de plano 2026 – 2030, serão financiados através das receitas próprias geradas pela exploração do Mercado do Bôlhão e pelo subsídio à exploração atribuído pelo Município do Porto.

Os encargos com os gastos de obra (subcontratos) serão financiados através das receitas obtidas via o contrato de Gestão de Empreendimentos, firmado com o Município do Porto.

Por outro lado, os encargos de estrutura da Empresa – gastos operacionais indiretos – serão financiados pelo Município do Porto sob a forma de subsídio à exploração, atribuído pela Autarquia.

Para o período em plano 2026 - 2030, em condições de execução contratual regulares, o pretendido equilíbrio estará garantido, conforme se apresenta no mapa seguinte:



GASTOS	2026	2027	2028	2029	2030
<b>Gastos Operacionais</b>					
<b>Contrato de Obra</b>					
Fornecimentos e Serviços Externos Obra CGE	40 496 488,42	79 014 862,71	78 686 089,12	76 292 598,56	42 606 277,80
Fornecimentos e Serviços Externos Obra outras entidades	242 000,00	242 000,00	242 000,00	242 000,00	242 000,00
<b>Gastos contrato de Obra</b>	<b>40 738 488,42</b>	<b>79 256 862,71</b>	<b>78 928 089,12</b>	<b>76 534 598,56</b>	<b>42 848 277,80</b>
<b>Contrato de Exploração</b>					
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	15 748,03	23 622,05	27 559,06	27 559,06	27 559,06
Gastos com o Pessoal	315 928,36	315 928,36	315 928,36	315 928,36	315 928,36
Fornecimentos e Serviços Externos dos Equipamentos Explorados	2 201 786,82	2 388 792,14	2 474 149,96	2 627 290,15	2 718 688,10
Fornecimentos e Serviços Externos de Estrutura DGE	12 373,88	12 477,54	12 807,79	12 851,01	12 898,56
Imparidades de Inventários	5 350,28	5 350,28	5 350,28	5 350,28	5 350,28
Gastos de Depreciação e de Amortizações	0,00	44 856,51	44 856,51	44 869,97	0,00
Outros Gastos	4 880,00	4 880,00	4 880,00	4 880,00	4 880,00
<b>Gastos contrato exploração</b>	<b>2 556 067,57</b>	<b>2 795 906,88</b>	<b>2 885 531,97</b>	<b>3 038 728,83</b>	<b>3 085 304,35</b>
<b>Estrutura</b>					
Gastos com o Pessoal	2 821 077,55	2 939 572,24	2 989 770,28	2 964 539,53	2 975 115,80
Fornecimentos e Serviços Externos	850 590,26	871 845,49	879 322,22	876 814,15	893 453,27
Imparidades de Dívidas a Receber	36 520,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00
Gastos de Depreciação e de Amortizações	106 335,86	52 010,23	54 997,40	44 757,11	97 355,73
Outros Gastos	700,00	700,00	700,00	700,00	700,00
Juros e Gastos similares suportados	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00
<b>Gastos da estrutura</b>	<b>3 815 273,67</b>	<b>3 865 177,96</b>	<b>3 925 839,89</b>	<b>3 887 860,80</b>	<b>3 967 674,80</b>
Imposto Sobre Rendimento do Período	14 054,69	13 739,00	14 135,95	14 236,79	14 198,15
<b>Total</b>	<b>47 123 884,15</b>	<b>85 931 686,54</b>	<b>85 753 596,94</b>	<b>83 475 424,98</b>	<b>49 915 455,10</b>

PROVEITOS	2026	2027	2028	2029	2030
Prestação Serviços contrato de mandato - CGE	40 496 488,42	79 014 862,71	78 686 089,12	76 292 598,56	42 606 277,80
Prestação Serviços contrato outras entidades	242 000,00	242 000,00	242 000,00	242 000,00	242 000,00
Vendas contrato de exploração	20 000,00	30 000,00	35 000,00	35 000,00	35 000,00
Prestação Serviços contrato de exploração	1 304 821,32	1 408 707,15	1 437 524,54	1 466 932,42	1 496 942,93
Reversão de Imparidades de Inventários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Subsídio à Estrutura</b>	<b>4 909 000,00</b>	<b>5 075 000,00</b>	<b>5 186 000,00</b>	<b>5 261 000,00</b>	<b>5 357 000,00</b>
contrato de mandato	3 815 273,67	3 865 177,96	3 925 839,89	3 887 860,80	3 967 674,80
contrato de exploração	1 093 726,33	1 209 822,04	1 260 160,11	1 373 139,20	1 389 325,20
Outros Rendimentos e Ganhos	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00
Outros Rendimentos e Ganhos contrato de exploração	152 330,87	161 549,89	167 090,33	178 089,06	178 291,77
Juros e Ganhos Similares	5 200,00	5 200,00	5 200,00	5 200,00	5 200,00
<b>Total</b>	<b>47 130 140,61</b>	<b>85 937 619,74</b>	<b>85 759 203,98</b>	<b>83 481 120,04</b>	<b>49 921 012,50</b>
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>6 256,46</b>	<b>5 933,20</b>	<b>5 607,05</b>	<b>5 695,06</b>	<b>5 557,40</b>

---

Porto, 05 de dezembro de 2025

---

**Manuel Aranha**  
**Vice-Presidente do Conselho**  
**de Administração**

---

**Francisca Fernandes**  
**Vogal do Conselho**  
**de Administração**

Nota: O presente relatório encontra-se assinado pelos dois membros do Conselho de Administração que, à presente data, se encontram em funções, uma vez que o Senhor Presidente do Conselho de Administração apresentou a sua renúncia ao respetivo mandato

## **Decomposição dos Valores da Previsão de Obra a Executar para o Município do Porto por Empreendimento em 2026 – 2030**

ANEXO I – Decomposição dos  
Valores da Previsão de Obra a  
Executar para o Município do  
Porto por Empreendimento  
em 2026 – 2030

Resumo por Rubricas Orçamentais (valores com IVA):

Designação das Rubricas		2026	2027	2028	2029	2030
2	URBANISMO					
2.2	Valorização do Ambiente Urbano e Espaço Público	17 269 000	33 310 000	32 426 000	23 302 000	16 711 000
	Sub-total	17 269 000	33 310 000	32 426 000	23 302 000	16 711 000
3	AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE					
3.1	Natureza e Espaços Verdes	1 091 000	4 950 000	4 445 000	3 700 000	3 000 000
	Sub-total	1 091 000	4 950 000	4 445 000	3 700 000	3 000 000
4	COESÃO SOCIAL, SAÚDE PROTEÇÃO CIVIL					
4.4	Cidades da Saúde Primários	5 036 000	9 016 000	6 930 000	1 300 000	0
	Sub-total	5 036 000	9 016 000	6 930 000	1 300 000	0
6	DESPORTO, JUVENTUDE E ASSOCIATIVISMO					
6.1	Desporto Ativo	3 645 000	3 580 000	4 075 000	3 300 000	2 000 000
	Sub-total	3 645 000	3 580 000	4 075 000	3 300 000	2 000 000
7	ECONOMIA, EMPREENDEDORISMO, TURISMO E INTERNACIONALIZAÇÃO					
7.2	Comércio	100 000	150 000	0	0	0
	Sub-total	100 000	150 000	0	0	0
8	MOBILIDADE E TRANSPORTES					
8.2	Transição Modal	2 040 000	1 550 000	0	1 055 000	1 055 000
	Sub-total	2 040 000	1 550 000	0	1 055 000	1 055 000
9	EDUCAÇÃO, TALENTO E CONHECIMENTO					
9.1	Educação	2 300 000	8 400 000	15 350 000	17 260 000	9 000 000
	Sub-total	2 300 000	8 400 000	15 350 000	17 260 000	9 000 000
10	CULTURA E PATRIMÓNIO					
10.2	Património e Equipamentos Culturais	9 620 000	19 055 000	17 015 000	27 465 000	11 500 000
	Sub-total	9 620 000	19 055 000	17 015 000	27 465 000	11 500 000
11	GESTÃO E SERVIÇO PÚBLICO					
11.2	Gestão dos Serviços Municipais	697 000	1 590 000	695 000	335 000	275 000
11.2	Gestão dos Serviços Municipais- Outros	200 000	310 000	310 000	310 000	310 000
	Sub-total	897 000	1 900 000	1 005 000	645 000	585 000
TOTAL		41 998 000	81 911 000	81 246 000	78 027 000	43 861 000

# Decomposição dos Valores da Previsão de Obra a Executar para o Município do Porto por Empreendimento em 2026 – 2030

GO Porto   IGP 2026 - 2030   Detalhado por Empreendimentos		41 998 000 €	81 911 000 €	81 246 000 €	78 027 000 €	43 851 000 €
Rubrica Orçament	Empreendimento	2026	2027	2028	2029	2030
2.2. Valorização do Ambiente Urbano e Espaço Público	Alameda das Antas - Talude				300 000 €	
	Alameda de Aquilino Ribeiro   Pavimentação		170 000 €			
	Alameda de Cartes   Pavimentação			900 000 €		
	Arruamentos na Lapa   Requalificação	67 000 €	500 000 €	1 000 000 €	950 000 €	
	Avenida AEP   Beneficiação				1 000 000 €	2 000 000 €
	Avenida da Boavista   Hospital Militar   Pavimentação		274 000 €			
	Avenida de França   Pavimentação				400 000 €	
	Avenida dos Aliados e Envolvente   Pavimentação			400 000 €		
	Avenida Nun'Álvares   Construção	100 000 €	1 500 000 €	5 000 000 €	5 000 000 €	5 000 000 €
	Beneficiação Ruas Guedes Azevedo e Bonjardim			240 000 €	910 000 €	
	Edifício na Rua da Boavista   Demolição	25 000 €				
	Envolvente ao Edifício R. S. Dinis - Requalificação	38 000 €	545 000 €	550 000 €		
	GEP   Acordo Quadro para Projeto de Pavimentação de Vias 2024	35 000 €				
	GEP   Beneficiação da Rua de Leonardo Coimbra	100 000 €	350 000 €			
	GEP   Pavimentos na Rua de Belos Ares e Outra	50 000 €				
	GEP   Rede 20 - Rua de Cimo de Vila e Outras	212 000 €				
	GEP   Redimensionamento de Caldeiras - 02	72 000 €				
	GEP   Requalificação da Avenida de Camilo	100 000 €	1 300 000 €			
	GEP   Rua da Argentina e Travessa da Fonte Arcada	157 000 €				
	Largo da Fontinha, Rua da Fontinha e Travessa da Fontinha   Requalificação	2 000 €	50 000 €	1 000 000 €	1 000 000 €	500 000 €
	Largo de Mompilher - Requalificação				16 000 €	714 000 €
	Loteamento do Monte da Bela				1 000 000 €	2 000 000 €
	Loteamento do Monte Pedral - Construção	800 000 €	2 250 000 €	2 000 000 €		
	Obras de Arte – Fase 1	50 000 €	990 000 €	950 000 €		
	Obras de Arte – Fase 3	200 000 €	915 000 €			
	Obras de Arte   Lote 6	85 000 €	1 140 000 €			
	Obras de Arte   Lote 7	50 000 €	570 000 €			
	Obras de Arte   Lote 8	63 000 €		755 000 €		
	Obras de Arte   Lote 9			210 000 €		
	Praça da Corujeira - Requalificação	200 000 €	2 380 000 €	3 535 000 €	2 500 000 €	
	Praça de Gomes Teixeira   Pavimentação				200 000 €	
	Praça Pedro Nunes, Ruas de Ricardo Severo, Largo da Paz e outros   Requalificação	800 000 €	1 400 000 €	200 000 €		
	Praceta de Eduardo Soares   Pavimentação		60 000 €			
	Praceta de Luís António Verney   Pavimentação		25 000 €			
	Praceta de Ribeiro Sanches   Pavimentação		47 000 €			
	Praceta Gonçalves Coelho   Pavimentação		69 000 €			
	Praceta Maestro Resende Dias   Beneficiação	175 000 €				
	Programa Rua Direita - Soma	8 648 000 €	6 785 000 €	1 841 000 €		
	R. Arqº Lobão Vital - Prolongamento	600 000 €	1 500 000 €	700 000 €		
	Reabilitação urbana de Azevedo- Campanhã - Fase 2	800 000 €	1 400 000 €	600 000 €		
	Requalificação Espaço Público Lordelo	800 000 €	1 000 000 €	1 400 000 €	1 000 000 €	1 000 000 €
	Requalificação Ruas Galeria Paris e Picaria	506 000 €				587 000 €
	Residências Universitárias - Monte Pedral   Construção	1 000 €	1 000 €	1 000 €		
	Rua Bartolomeu Velho - Beneficiação	50 000 €				
	Rua Capitão Pombeiro e Tv. da Calçada   Beneficiação	29 000 €	310 000 €	940 000 €		
	Rua D. João Coutinho e Rua Padre Diamantino Gomes   Beneficiação	65 000 €	500 000 €	900 000 €	500 000 €	
	Rua da Agra de Ramalde   Requalificação					330 000 €
	Rua da Azenha   Beneficiação			146 000 €		
	Rua da Azenha   Pavimentação				146 000 €	
	Rua da Boa Hora e Rua do Rosário   Pavimentação				300 000 €	200 000 €
	Rua da Constituição   Requalificação				2 000 000 €	2 000 000 €
	Rua da Corujeira de Baixo   Beneficiação		24 000 €			
	Rua da Madeira	27 000 €	435 000 €	240 000 €		



# Decomposição dos Valores da Previsão de Obra a Executar para o Município do Porto por Empreendimento em 2026 – 2030

GO Porto   IGP 2026 - 2030   Detalhado por Empreendimentos		41 998 000 €	81 911 000 €	81 246 000 €	78 027 000 €	43 851 000 €
Rubrica Orçament	Empreendimento	2026	2027	2028	2029	2030
2.2. Valorização do Ambiente Urbano e Espaço Público	Rua da Nau S. Rafael I Beneficiação	14 000 €		350 000 €		
	Rua da Senhora de Campanhã I Beneficiação			193 000 €		
	Rua da Sociedade Protetora dos Animais I Requalificação	15 000 €	430 000 €			
	Rua das Andressas - Loteamento Municipal	11 000 €	730 000 €	700 000 €	300 000 €	
	Rua de Antero de Quental I Beneficiação	68 000 €	870 000 €	1 000 000 €	1 000 000 €	
	Rua de António Carneiro I Beneficiação				200 000 €	
	Rua de Barbosa du Bocage I Requalificação	2 000 €		350 000 €		
	Rua de Coelho Neto e Travessa do Poço das Patas I Requalificação					510 000 €
	Rua de João Pedro Ribeiro I Requalificação					300 000 €
	Rua de Joaquim Leitão I Beneficiação	565 000 €				
	Rua de Martim de Freitas e Rua Rafael Bordalo Pinheiro I Pavimentação			100 000 €		
	Rua de Mota Pinto e Praceta Gonçalves Coelho I Beneficiação	120 000 €				
	Rua de Pereiró, Rua D. Estevão da Gama e Travessa de Baixo de Pereiró I Requalificação	2 000 €	500 000 €	980 000 €		
	Rua de Salazar e Rua da Preciosa I Requalificação	3 000 €	1 000 000 €	1 600 000 €	1 200 000 €	
	Rua do Beato Inácio de Azevedo I Beneficiação	110 000 €				
	Rua do Cativo e Rua da Porta do Sol I Requalificação	410 000 €	400 000 €			
	Rua do Monte Pedral I Beneficiação	430 000 €				
	Rua do Seixal I Beneficiação	17 000 €	650 000 €	1 000 000 €		
	Rua dos Mártires da Liberdade I Requalificação				200 000 €	300 000 €
	Rua Eirinhas - Prolongamento	4 000 €	600 000 €	650 000 €		
	Rua General Sousa Dias, Rua Duque Loulé e Rua Saraiva Carvalho I Beneficiação	5 000 €	350 000 €	350 000 €		
	Rua Guerra Junqueiro e Rua Monsenhor Fonseca Soares I Beneficiação				300 000 €	800 000 €
	Rua Justino Teixeira e Rua Monte Estação - Beneficiação - fase 2	450 000 €				
	Rua Sarmento Beires I Requalificação	14 000 €			1 000 000 €	170 000 €
	Rua Sport Comércio e Salgueiros I Beneficiação	2 000 €	230 000 €	230 000 €		
	Rua Vale Formoso I Beneficiação	38 000 €	660 000 €	1 395 000 €	1 500 000 €	
	Travessa da Arrábida I Requalificação	73 000 €				
	Via de Ligação à Av. Fontes Pereira Melo				300 000 €	300 000 €
	Via de Ligação da Rua do Dr. Júlio de Matos à Rua Henrique de Sousa Reis	9 000 €	400 000 €			
	Viaduto Rua de Pedro Hispano I Acessibilidades			20 000 €	80 000 €	
	Subtotal >	17 269 000 €	33 310 000 €	32 426 000 €	23 302 000 €	16 711 000 €
3.1. Natureza e Espaços Verdes	Casa Tait I Requalificação Jardim	6 000 €				
	Cemitério de Agramonte I Edifício Administrativo I Remodelação	515 000 €				
	Crematório Prado do Repouso – Ampliação		600 000 €	1 030 000 €		
	EJR I Jardim Soares dos Reis I Beneficiação		300 000 €			
	Espaços Jogo e Recreio I Beneficiação	150 000 €	1 000 000 €	2 000 000 €	2 000 000 €	3 000 000 €
	Jardim Cordoaria	80 000 €				
	Jardim Emilio David I Reforço Drenagem			60 000 €		
	Jardins do Palácio de Cristal – Avenida das Tilias				1 700 000 €	
	Palácio de Cristal I Centro de Educação Ambiental I Beneficiação	25 000 €	220 000 €	275 000 €		
	Parque da Cidade I Casa das Máquinas e Lago II		1 000 000 €			
	Parque Urbano da Lapa - Construção	5 000 €	720 000 €			
	Passeio Alegre I Instalações Sanitárias I Reabilitação	240 000 €				
	Subtotal >	1 091 000 €	4 950 000 €	4 445 000 €	3 700 000 €	3 000 000 €



# Decomposição dos Valores da Previsão de Obra a Executar para o Município do Porto por Empreendimento em 2026 – 2030

GO Porto   IGP 2026 - 2030   Detalhado por Empreendimentos		41 998 000 €	81 911 000 €	81 246 000 €	78 027 000 €	43 851 000 €
Rubrica Orçament	Empreendimento	2026	2027	2028	2029	2030
4.4. Cuidados de Saúde Primários	CS Aldoar   Reabilitação	250 000 €	1 000 000 €	530 000 €		
	CS Carvalho   Construção	571 000 €	1 541 000 €	1 500 000 €		
	CS CDF e Serpa Pinto   reabilitação	35 000 €	500 000 €	1 000 000 €	1 300 000 €	
	CS Cerco   Reabilitação	940 000 €	550 000 €			
	CS Foz do Douro   Reabilitação	450 000 €				
	CS Garcia de Orta   Construção	970 000 €	1 970 000 €	1 000 000 €		
	CS Porto d'Ouro   Reabilitação	250 000 €	1 000 000 €	1 050 000 €		
	CS Santos Pousada e Porto Centro   Construção	460 000 €	1 815 000 €	1 850 000 €		
	CS Unidade Azevedo Campanhã   Construção	500 000 €	640 000 €			
	CS Vale Formoso   Reabilitação	610 000 €				
	Subtotal >	5 036 000 €	9 016 000 €	6 930 000 €	1 300 000 €	
6.1. Desporto Ativo	Campo Municipal de Campanhã   Construção	3 400 000 €				
	Parque Desportivo da Ervilha   Construção	210 000 €	2 360 000 €	2 660 000 €	3 000 000 €	
	Parque Desportivo de Ramalde   Reparações		515 000 €	515 000 €		
	Parque Desportivo Municipal Oriental   Construção	35 000 €	500 000 €	700 000 €	300 000 €	
	PDE   Intervenções Generalizadas					2 000 000 €
	Queimódromo   Drenagem de Águas Pluviais		205 000 €	200 000 €		
	Subtotal >	3 645 000 €	3 580 000 €	4 075 000 €	3 300 000 €	2 000 000 €
7.2. Comércio	Instalações sanitárias e de fiscalização   Rua Estação de Contumil   Construção		100 000 €			
	Praça da Vandoma   Proteção e Gradeamento   Construção	100 000 €				
	Praça de Santo Ildefonso   Iluminação		50 000 €			
	Subtotal >	100 000 €	150 000 €			
8.2. Transição Modal	Articulação de redes intraurbanas de ciclovias: Ligação PORTO-S. MAMEDE INFESTA	50 000 €	700 000 €			
	Asprela Campanhã   Ciclovia Ligação	590 000 €				
	Palácio de Cristal   Ligações Mecanizadas   Percursos Pedonais	1 400 000 €	850 000 €			
	Percursos Pedonais - Ligações Mecanizadas				1 055 000 €	1 055 000 €
	Subtotal >	2 040 000 €	1 550 000 €		1 055 000 €	1 055 000 €
9.1. Educação	EB da Ponte   Requalificação	1 040 000 €				
	EB Eugénio de Andrade   Requalificação	110 000 €	2 000 000 €	3 500 000 €	5 100 000 €	2 000 000 €
	EB Francisco Torrinha   Requalificação	60 000 €	4 000 000 €	5 100 000 €	3 100 000 €	
	EB Nicolau Nasoni   Requalificação	60 000 €	2 000 000 €	3 250 000 €	2 060 000 €	
	ES Infante D. Henrique   Reabilitação	100 000 €	400 000 €	3 500 000 €	7 000 000 €	7 000 000 €
	Esc. Sec. Alexandre Herculano – Arranjos Exteriores	930 000 €				
	Subtotal >	2 300 000 €	8 400 000 €	15 350 000 €	17 260 000 €	9 000 000 €
10.2. Património e Equipamentos Culturais	Antigo Matadouro Industrial do Porto - Reversão	4 500 000 €	4 590 000 €			
	Balletatro Escola de Artes   Reabilitação	900 000 €	1 850 000 €			
	BMAG   Beneficiação		450 000 €	1 000 000 €	1 000 000 €	
	BPMP - Requalificação	4 000 000 €	9 440 000 €	11 325 000 €	11 250 000 €	
	BPMP Painéis Azulejos   Remoção, recuperação e remontagem				15 000 €	
	Galeria Municipal - Beneficiação		100 000 €	640 000 €	600 000 €	
	Museu CACE - Reabilitação	70 000 €	1 850 000 €	2 200 000 €	1 830 000 €	
	Palacete dos Viscondes de Balsemão   Reabilitação		175 000 €	1 250 000 €	2 770 000 €	1 500 000 €
	Palácio São João Novo   Reabilitação		600 000 €	600 000 €	10 000 000 €	10 000 000 €
	Teatro Municipal Campo Alegre   Remodelação Interior	150 000 €				
	Subtotal >	9 620 000 €	19 055 000 €	17 015 000 €	27 465 000 €	11 500 000 €

Decomposição dos Valores da Previsão de Obra a Executar  
para o Município do Porto por Empreendimento em 2026 – 2030

GO Porto   IGP 2026 - 2030   Detalhado por Empreendimentos		41 998 000 €	81 911 000 €	81 246 000 €	78 027 000 €	43 851 000 €
Rubrica Orçament	Empreendimento	2026	2027	2028	2029	2030
11.2. Gestão dos Serviços Municipais	Edifício S. Dinis - Total	52 000 €	50 000 €	60 000 €	75 000 €	75 000 €
	Hangar no BSB – Requalificação	65 000 €	430 000 €	435 000 €		
	Instalações PC Pastelaria I Remodelação	150 000 €				
	Mercado do Bolhão - Total	300 000 €	630 000 €	200 000 €	260 000 €	200 000 €
	Parque da Cidade I Edifício Administrativo I Remodelação		480 000 €			
	Quinta do Mitra I Remodelação	130 000 €				
	Subtotal >	697 000 €	1 590 000 €	695 000 €	335 000 €	275 000 €
11.3. Gestão dos Serviços Municipais - Outros	Comunicação Obra Geral	100 000 €	210 000 €	210 000 €	210 000 €	210 000 €
	Consultoria Jurídica	100 000 €	100 000 €	100 000 €	100 000 €	100 000 €
	Subtotal >	200 000 €	310 000 €	310 000 €	310 000 €	310 000 €

## **Parecer do Revisor Oficial de Contas/Fiscal Único**

---

## **ANEXO II – Parecer do Revisor Oficial de Contas/Fiscal Único**





## **PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL 2026-2030**

### **Introdução**

Nos termos da alínea j) do n.º 6 do artigo 25.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, procedi ao exame dos Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) da Gestão e Obras do Porto, E.M. (a Entidade ou Go Porto), relativos ao período de 2026 a 2030, datado de 5 de dezembro de 2025, que compreendem os planos anuais e plurianuais de atividades, de investimento e financeiros, as demonstrações orçamentais previsionais, as notas explicativas ao orçamento, orçamento de exploração, orçamento de tesouraria e os balanços previsionais para o mencionado período, incluindo os pressupostos em que se basearam, os quais se encontram descritos nos pontos II e III dos IGP.

As demonstrações financeiras previsionais apresentam, para o ano de 2026, um total do ativo de 14 553 639 euros, um património líquido de 1 371 062 e um resultado líquido de 6 256 euros. O orçamento da receita e da despesa, para o ano de 2026, é de 49 660 126 euros e 49 320 649 euros, respetivamente.

### **Responsabilidades do órgão de gestão sobre os instrumentos de gestão previsional**

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pelo artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e nos termos da NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental.

### **Responsabilidades do fiscal único sobre o exame dos instrumentos de gestão previsional**

A minha responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo parecer.

si





O meu trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

## **Parecer**

Baseado na minha avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao meu conhecimento que me leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em minha opinião, as demonstrações financeiras prospetivas estão devidamente preparadas com base nos pressupostos e apresentadas numa base consistente de acordo com as políticas contabilísticas adotadas pela entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Devo, contudo, advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

## **Ênfases**

Sem afetar o parecer expresso no capítulo anterior, chamo a atenção para os seguintes factos:

1. O modelo de projeções financeiras que suporta os instrumentos de gestão previsional em apreciação, tem como ano base das previsões financeiras o exercício de 2025, projetado de acordo com a proposta do 4.º aditamento ao Contrato de Gestão de Empreendimentos 2023 – 2025, que procede a uma revisão, em baixa, do valor da obra a executar em 2025, e da proposta do 3.º aditamento ao Contrato-Programa 2024–2026. A sua construção exigiu estimar, de acordo com a informação disponibilizada pelo Conselho de Administração, o resultado líquido e os saldos de balanço reportados a 31 de dezembro de 2025. Consequentemente, o resultado líquido e o respetivo imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas estimados e incluídos no património líquido poderão estar sujeitos a alterações, bem como poderão ser diferentes os fluxos financeiros



devido ao impacto das diferenças entre os saldos de balanço estimados e os saldos finais apurados.

2. Os Instrumentos de Gestão Previsional relativos ao período de 2026 a 2030 foram elaborados tendo por base a proposta do 3º aditamento ao Contrato-Programa 2024–2026, que prevê um valor global de subsídio para o período de 13 214 243 euros, sendo o valor para o ano de 2026 de 4 909 000 euros, e a proposta do Contrato de Gestão de Empreendimentos para o triénio 2026–2028, com um valor global de obra de 205 155 000 euros (valor com IVA), sendo o valor para o ano de 2026 de 41 998 000 euros (valor com IVA). Para os anos de 2027 a 2030, o valor do subsídio considerado foi determinado em sede dos próprios IGP, no valor global de 20 879 000 euros. Foi considerado um volume global de obra de 121 878 000 euros (valor com IVA) para os anos de 2029 e 2030.
3. A Go Porto está subordinada, na sua prestação de serviços, ao grupo Câmara Municipal do Porto, procurando alargar a sua atividade a outras entidades, pelo que quaisquer atrasos significativos na geração de encomendas ou nos fluxos financeiros poderão afetar decisivamente as condições de exploração e o equilíbrio patrimonial e financeiro da Entidade.

Porto, 5 de dezembro de 2025

Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus

Revisora Oficial de Contas

1338

Registo na CMVM com o n.º 20160948

# IGP

---

## Instrumentos de Gestão Previsional

### 2026 → 2030

---

Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A.

Julho de 2025



# Índice

✓  
5

<b>1. Política e estratégia .....</b>	<b>6</b>
1.1 Visão, missão, valores e princípios estratégicos .....	6
<b>2. Enquadramento e pressupostos do orçamento de 2026-2030 .....</b>	<b>9</b>
2.1 Enquadramento do orçamento para 2026-2030 .....	10
2.2 Equilíbrio financeiro e aspetos legais e fiscais conexos .....	10
2.3 Investimentos propostos para o período de 2026-2030 .....	10
2.4 Contingências fiscais e de contencioso .....	11
2.5 Critérios de gestão .....	11
2.6 Plano de gestão e desenvolvimento de pessoas .....	12
2.7 Pressupostos dos Instrumentos de Gestão Previsional .....	13
<b>3. Plano de atividades .....</b>	<b>16</b>
3.1 Cultura .....	17
3.2 Comunicação e imagem .....	57
3.3 Desporto .....	58
3.4 Entretenimento .....	70
3.5 Manutenção .....	73
<b>4. Demonstrações orçamentais previsionais .....</b>	<b>78</b>
4.1 Orçamento e plano orçamental plurianual .....	80
4.2 Receita .....	81
4.3 Despesa .....	81
4.4 Plano plurianual de investimentos .....	81

✓  
5. 6

<b>5. Planos económico-financeiros e instrumentos de gestão previsional .....</b>	<b>83</b>
5.1 Plano de investimento e financiamento para o ano de 2026 .....	84
5.2 Plano de investimento em RH para o período 2026-2030 .....	85
5.3 Plano financeiro para o ano de 2026 .....	86
5.4 Demonstração dos resultados previsionais para 2026 .....	87
5.5 Demonstração de fluxos de caixa previsional para o ano de 2026 .....	93
5.6 Balanço previsional para o ano de 2026 .....	94
5.7 Planos económico-financeiros para o período de 2026-2030 .....	96
5.8 Fundamentação das verbas inscritas no contrato programa para o ano de 2026 .....	98
5.9 Prestação de serviços ao Município do Porto com o contrato de mandato para o ano de 2026 .....	99
5.10 Prestação de serviços no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) para o ano de 2026 .....	99
5.11 Transferências financeiras do Município do Porto 2025 vs. 2026 .....	100
 <b>6. Parecer do Fiscal Único sobre os Instrumentos de Gestão Previsional .....</b>	 <b>102</b>





✓  
6  
5

Instalação *Praia de Ruínas*, de Andreas Angelidakis  
Galeria Municipal do Porto



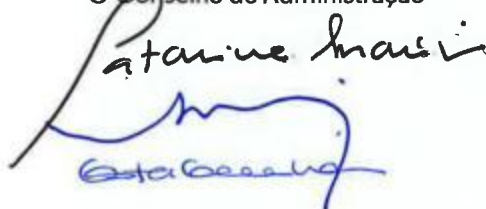
# Mensagem do Conselho de Administração

Desde o momento da sua criação, em 2019, sucedendo à antiga Porto Lazer, até ao presente, a atividade da Ágora tem sido pautada pelo crescimento continuado de atribuições e de responsabilidades, alargando-se o perímetro da sua intervenção com a receção de novos equipamentos culturais e desportivos e com a ampliação do conjunto de programas e atividades desenvolvidos. Ultrapassado o primeiro ciclo de afirmação da empresa, estima-se que os próximos anos sejam marcados por um esforço de consolidação, que será enformado pela missão, objetivos e valores assumidos, no quadro das opções estratégicas que vierem a ser definidas pelo município.

Prevendo-se em 2026 a conclusão dos processos de reabilitação das instalações do Matadouro – Centro Cultural do Porto, bem como do antigo CACE, estima-se que os próximos anos sejam marcados de modo indelével pela abertura do novo Museu das Convergências e do polo de extensão da Galeria Municipal do Porto, assim como pelo reforço da ligação entre a prática artística e os processos de coesão social. No desporto, esse período será pautado pela conclusão de duas obras principais, o Campo Municipal de Campanhã e o Campo Municipal da Ervilha, com concomitante ampliação da oferta desportiva aos clubes e associações da cidade. Prevê-se ainda a continuidade da aposta alargada em programas acessíveis na cultura, desporto e entretenimento, garantindo-se o seu provisionamento com qualidade e em volume adequado à população.

Em resultado da experiência acumulada, dos ganhos de aprendizagem entretanto registados e da consolidação da atividade e dos instrumentos de gestão da empresa, é nossa convicção de que o novo ciclo que se avizinha poderá dedicar-se mais afincadamente à promoção de melhorias de eficiência da empresa, que poderão materializar-se em níveis de serviço e de qualidade superiores. Tal permitirá ir ao encontro das necessidades e aspirações dos munícipes e visitantes da cidade, melhorando os seus níveis de bem-estar e de qualidade de vida.

O Conselho de Administração



Catarina Masci

✓  
6  
5

# 1

## Política e estratégia

## 1.1 Visão, missão, valores e princípios estratégicos

✓  
6  
f

### Visão

Olhar a cidade como um todo, onde a cultura, o desporto e o entretenimento percorrem todos os territórios e podem acontecer em todos os lugares, envolvendo os cidadãos e convocando os seus mais diversos agentes dinamizadores.

### Missão

Ser o catalisador da mudança e a referência de uma cidade que se quer cada vez mais irreverente, arrojada e cheia de vida, promovendo a diversidade da oferta através de uma intervenção inovadora, criativa e sustentada, em diálogo permanente entre a cidade e os seus diferentes públicos.

### Valores

**Qualidade:** assegurar a provisão de produtos e serviços de qualidade numa lógica de melhoria contínua, otimizando recursos e adequando-os à satisfação das necessidades dos clientes (internos e externos), monitorizando a sua satisfação e garantindo o cumprimento de normas e padrões, confiabilidade, eficiência e tempos de resposta adequados.

**Inovação:** fazer mais e melhor, procurando criar e inovar, com foco na excelência e criação de valor.

**Integridade:** assumir e promover dentro da organização uma conduta reta e de respeito para com os outros, cumprindo e fazendo cumprir as normas vigentes e disponibilizando informação confiável, correta e adequada.

**Inclusão:** criar, promover e manter um ambiente de trabalho onde todas as pessoas, independentemente das suas diferenças, se sintam respeitadas, valorizadas e envolvidas.

**Sustentabilidade:** integrar práticas que visem a proteção do meio ambiente, a responsabilidade social e a viabilidade económica nas ações quotidianas e na tomada de decisões.

## Princípios estratégicos

A Ágora tem por objeto social a promoção e desenvolvimento da cultura, da atividade física, desportiva e de animação, bem como a promoção e desenvolvimento de marcas associadas à cidade do Porto, para além das atividades que sejam definidas no âmbito da gestão dos espaços e equipamentos delegados.

No âmbito da prestação de serviço público, constituem atribuições e objetivos da Ágora:

- Assegurar a programação e gestão dos espaços e equipamentos que, a cada momento, lhe estejam afetos;
- Colaborar com o Município do Porto no cumprimento dos programas relacionados com a sua área de atuação, de iniciativa ou com a participação deste;
- Participar em coproduções com outras entidades, públicas ou privadas, que se enquadrem no seu objeto social;
- Assegurar a programação, produção e supervisão de atividades culturais e de animação municipais que se enquadrem no âmbito das opções culturais e de fomento e apoio à cultura definidas pelo Município do Porto;
- Promover e dinamizar a prática das diferentes atividades físicas e desportivas na cidade, com especial enfoque no desporto adaptado, no desporto de formação, promovendo a igualdade de género e privilegiando a responsabilidade social das instituições;
- Contribuir para o desenvolvimento desportivo do Porto e da sua Área Metropolitana;
- Otimizar a gestão das infraestruturas desportivas da cidade, no âmbito da sua operação, manutenção e utilização;
- Contribuir para a formação de públicos, designadamente dos mais jovens, nos domínios da sensibilização e da divulgação das artes do espetáculo e da arte contemporânea;
- Fomentar o intercâmbio cultural e desportivo de âmbito nacional e internacional;
- Organizar e apoiar ações culturais e desportivas de prestígio;
- Manter e criar espaços de divulgação e acompanhamento das várias atividades de desporto, cultura e ativação da marca da cidade;
- Promover as obras de conservação ou reabilitação dos edifícios e estruturas municipais afetos ou a afetar às atividades relacionadas com a área de atuação da Ágora;
- Colaborar na elaboração, cumprimento e execução dos regulamentos e das decisões dos órgãos municipais sobre a utilização e funcionamento dos espaços e equipamentos;
- Adquirir os bens e equipamentos, bem como os direitos correlacionados e necessários às suas atividades, mantendo o cadastro dos bens que lhe são confiados organizado e atualizado;
- Promover os processos de expropriação necessários relativamente a bens afetos ou a afetar ao exercício das atividades constantes do objeto social;
- Exercer as atividades que lhe venham a ser cometidas pela Câmara Municipal do Porto e que se mostrem compatíveis com o seu objeto social;
- Praticar os demais atos necessários à prossecução do seu objeto social.

5  
6  
5

2

# Enquadramento e pressupostos do orçamento de 2026–2030



## 2.1 Enquadramento do orçamento para 2026–2030

A elaboração dos Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) teve por base as seguintes orientações estratégicas:

- Afetação eficiente dos recursos disponíveis para a prossecução dos objetivos estratégicos;
- Priorização estratégica dos projetos culturais, desportivos e de entretenimento, potenciando a maximização o retorno social, físico-emocional, cultural e económico dos portuenses e visitantes da cidade;
- Compatibilização entre gastos e rendimentos disponíveis;
- Gestão equilibrada dos gastos relativos a: (i) contratos que se encontram em vigor; (ii) estratégia de manutenção de natureza preventiva (visando por esta via uma gestão eficiente dos encargos com a manutenção corretiva); (iii) segurança e preservação do património; (iv) gastos com remunerações; e (v) obrigações fiscais e legais;
- Concretização de iniciativas que permitam manter os níveis de segurança e preservação dos ativos patrimoniais da Ágora e dos que se encontrem sob a sua gestão.

## 2.2 Equilíbrio financeiro e aspetos legais e fiscais conexos

Os IGP têm por base um orçamento de exploração equilibrado, que inclui o subsídio atribuído pelo Município do Porto. O subsídio de exploração é atribuído com o intuito de financiar, por um lado, as despesas com os serviços transversais e de suporte e atividades de natureza desportiva, cultural e de entretenimento desenvolvidas pela Ágora e, por outro, o diferencial entre os preços de mercado e os preços praticados pela Ágora no que respeita à exploração das infraestruturas desportivas e culturais do município. Este subsídio não é sujeito a Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

A regulação do subsídio atribuído à Ágora encontra-se prevista em contrato programa, que define os objetivos e os indicadores de resultados para o período coberto, conforme previsto no artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Adicionalmente, a Ágora desenvolve um plano de manutenção preventiva e corretiva das instalações e equipamentos e modernização de infraestruturas e equipamentos sob gestão da Ágora, que se consubstanciam na prestação de serviços ao Município do Porto (Contrato de Mandato). A este respeito cumpre referir que os referidos serviços são sujeitos a IVA à taxa normal.

## 2.3 Investimentos propostos para o período de 2026–2030

O investimento previsto irá abranger as seguintes áreas:

- Aquisição de equipamentos indispensáveis na esfera da comunicação;
- Equipamento para a produção de eventos;
- Aquisição de equipamentos informáticos e *software* destinado à implementação de melhorias nos procedimentos de trabalho.



## 2.4 Contingências fiscais e de contencioso

O processo relativo à aplicação do Imposto Municipal sobre as Transações Onerosas de Imóveis (IMT) encontra-se em fase de impugnação judicial, não sendo reconhecida pela Ágora a obrigação de pagamento destes impostos no âmbito da entrega, pelo Município, do Monte Aventino. A Ágora obteve decisões favoráveis quer relativamente ao IMT da sede quer ao do Monte Aventino, tendo a Autoridade Tributária recorrido somente do IMT deste último.

## 2.5 Critérios de gestão

Os IGP do período 2026–2030 foram estabelecidos com base no princípio da continuidade da empresa.

Com recurso a uma gestão orçamental eficiente e rigorosa, será possível concretizar os projetos equacionados para o período em causa, sem descuidar o equilíbrio das contas, num esforço contínuo de alinhamento entre rendimentos auferidos e gastos.

A execução do plano de intervenção da Ágora para o período de cinco anos visará igualmente:

- Reforçar as parcerias com entidades do universo do município do Porto, assim como com outras entidades públicas e privadas, dinamizando a atividade na cidade; e,
- Adequar os gastos aos rendimentos disponíveis na esfera das infraestruturas desportivas, culturais e plataformas sob gestão da Ágora, atendendo à função social da empresa, que decorre da delegação de competências pelo Município do Porto.



## 2.6 Plano de gestão e desenvolvimento de pessoas

A política de gestão de pessoas mantém-se como objetivo primordial da empresa. A este nível, os maiores desafios antevistos prendem-se com a implementação de novos procedimentos, a aprendizagem de novas competências e a necessária adaptação às dinâmicas da empresa. Reforçar-se-á ainda a componente de desenvolvimento de políticas laborais e sociais.

### Estrutura previsional de recursos humanos

A Ágora apresenta o seguinte quadro previsional de pessoal de 350 trabalhadores para o ano de 2026, segundo os seguintes vínculos contratuais:

Vínculo	Trabalhadores
Conselho de Administração	3
Quadro	318
Cedência	29
<b>Total</b>	<b>350</b>

De acordo com o enquadramento legal vigente para o setor empresarial local, apenas dois membros do Conselho de Administração são remunerados.

### Custos

Os valores considerados em termos de custos com o pessoal são globais, e retratam a correspondência dos vencimentos à tabela salarial em vigor e às atualizações salariais a aplicar de acordo com o previsto na função pública.

Este ponto encontra-se desenvolvido na parte financeira dos IGP.

### Desenvolvimento pessoal

Prosseguir-se-á a aposta na melhoria da comunicação interna da Direção de Gestão de Pessoas, Organização e Sistemas de Informação, em articulação com a Direção de Comunicação e Imagem.

Continuar-se-á a desenvolver um conjunto de políticas de promoção de saúde e bem-estar no trabalho, articulando com as várias unidades orgânicas a sua aplicação. Em simultâneo, avançar-se-á no sentido de proceder a uma melhoria das condições de trabalho, bem como de maior conciliação entre vida profissional e vida familiar.

Tendo presente que o desenvolvimento pessoal e de carreira dos trabalhadores passa pela articulação e valorização da avaliação de desempenho e da formação, serão estas as pedras basilares da política de Gestão de Pessoas nos próximos anos.

No que respeita a formação, o plano de formação para o período 2026-2030 procura corresponder às necessidades identificadas por cada direção, e colmatando eventuais lacunas de conhecimento.

Outro compromisso está associado à manutenção do sistema de Gestão da Qualidade (ISO 9001:2015) através do controlo da implementação de ações corretivas e de melhoria, e de dinamizando de ações formativas com foco na qualidade.

Numa perspetiva de melhoria, cruzar-se-á com o processo de revisão dos normativos internos, adequando os mesmos à realidade e necessidades vividas a cada momento.

*[Handwritten signature and initials]*

## 2.7 Pressupostos dos Instrumentos de Gestão Previsional

### a) Contrato programa de 2026–2028

As transferências financeiras ao abrigo do contrato programa estão enquadradas como subsídio à exploração, tendo em vista assegurar as despesas associadas aos seguintes setores:

- Serviços transversais e de suporte;
- Gestão da rede de infraestruturas desportivas pertencentes ao município do Porto;
- Gestão da rede de equipamentos culturais pertencente ao município do Porto;
- Atividades nas áreas da cultura, desporto e entretenimento.

### b) Contratos de prestação de serviços com o Município do Porto de 2026

As transferências financeiras ao abrigo do contrato de prestação de serviços estão enquadradas com rendimentos de exploração as quais se destinam a assegurar:

- Prestação de serviços de coordenação na área das atividades de enriquecimento curricular (AEC) ao município do Porto.

### c) Contrato de Mandato 2026–2028

As transferências financeiras ao abrigo do contrato de mandato estão enquadradas como prestação de serviços, tendo em vista assegurar as despesas associadas aos seguintes setores:

- Cumprimento do plano de manutenção preventiva e corretiva das instalações e equipamentos e modernização de infraestruturas e equipamentos sob gestão da Ágora;
- Infraestruturas e equipamentos que, por título contratual celebrado com terceiros pelo Município do Porto, determine entregar à Ágora a respetiva manutenção e conservação.

### d) Atividade não comparável com o ano de 2025

Prevê-se a continuidade da atividade da Ágora no período 2026–2030 em condições similares ao período corrente.

### d) Critérios e pressupostos macroeconómicos

Na elaboração dos Instrumentos de Gestão Previsional para o exercício de 2026–2030, foram considerados os seguintes pressupostos:

Pressupostos	2026	2027	2028	2029	2030
Taxa de inflação anual <sup>1</sup>	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de IRC e Derrama Municipal	21,50%	21,50%	21,50%	21,50%	21,50%
Taxa média de progressão salarial	3,65%	3,65%	3,65%	3,65%	3,65%
Tempo médio de recebimento de clientes (n.º de dias)	10	10	10	10	10
Tempo médio de pagamento a fornecedores (n.º de dias)	10	10	10	10	10

<sup>1</sup> Fonte: Banco de Portugal

**e) Outros Pressupostos****Processos de impugnação judicial – IVA liquidado em excesso ao município (2010, 2011 e 2012)****Breve sumário dos processos judiciais pendentes****• IVA 2010 e 2011**

Em 30/12/2014, a Ágora formulou pedido de revisão oficiosa, em conformidade com o disposto no artigo 78.º da Lei Geral Tributária (LGT) e no artigo 98.º do Código do IVA (CIVA), relativamente aos atos de autoliquidação de IVA, referentes aos diversos períodos de 2010 e 2011, peticionando a regularização, a seu favor, do IVA liquidado em excesso no períodos em referência, no valor de € 504.226,66.

A Autoridade Tributária e Aduaneira não concedeu provimento ao pedido de regularização do IVA liquidado em excesso, por considerar que os atos de autoliquidação de IVA não foram objeto de tempestiva retificação [prazo de 2 anos], razão pela qual concluiu não existir erro na autoliquidação passível de revisão oficiosa, nos termos do artigo 78.º, n.º 1 e 2 da LGT, conjugados com o n.º 1 do artigo 98.º do CIVA.

A Ágora deduziu impugnação judicial, que correu termos no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, sob o processo n.º 549/17.6BEPRT.

Por sentença proferida em 23/06/2021, transitada em julgado em 16/09/2021, o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, julgou procedente a impugnação judicial deduzida pela Impugnante, concluindo pela tempestividade do pedido de revisão oficiosa apresentado, e determinou a remessa do procedimento à Autoridade Tributária para apreciação do mérito da pretensão formulada, *maxime* o pedido de regularização do IVA liquidado em excesso.

Apreciando o mérito do pedido de revisão apresentado, a Autoridade Tributária indeferiu novamente a peticionada regularização de IVA, desta feita, por entender que relativamente aos períodos de tributação de janeiro a outubro de 2010, ser intempestivo o pedido de revisão apresentando em 30/12/2014, nos termos do n.º 1 do artigo 78.º da LGT; e relativamente aos períodos de tributação de novembro e dezembro de 2010 e restantes períodos de 2011, por entender que a ÁGORA não logrou demonstrar que o adquirente tomou conhecimento da retificação ou de que foi reembolsado do imposto, nos termos do n.º 5 do artigo 78.º do CIVA, apenas tem em conta o valor desse período, no montante de 353.612 euros.

Neste seguimento, em 28/04/2023, a Ágora deduziu, nova impugnação judicial da decisão de indeferimento do procedimento de revisão, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, sob o processo n.º 877/23.1BEPRT, onde se discute a violação do caso julgado relativamente aos períodos de janeiro a outubro de 2010, e o cumprimento dos pressupostos de que depende a regularização do IVA, relativamente aos períodos de novembro e dezembro de 2010 e restantes períodos de 2011.

O processo encontra-se atualmente a aguardar o agendamento da diligência de inquirição de testemunhas, conforme resulta do último despacho proferido em 31 de outubro de 2023, e do requerimento de resposta apresentado pela Ágora.

**• IVA março a dezembro de 2012**

Em 30/03/2016, a Ágora formulou pedido de revisão oficiosa, em conformidade com o disposto no artigo 78.º da Lei Geral Tributária (LGT) e no artigo 98.º do Código do IVA (CIVA), relativamente aos atos de autoliquidação de IVA, referentes aos períodos de março a dezembro de 2012, peticionando a regularização, a seu favor, do IVA liquidado em excesso no períodos em referência, no valor de € 802.574,73.

Decorridos mais de quatro meses desde a data da apresentação do pedido de revisão oficiosa, sem que a Autoridade Tributária se tenha pronunciado sobre o mesmo, a Ágora deduziu impugnação judicial do indeferimento tácito, que correu termos no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, sob o processo n.º 2635/16.0BEPRT.

✓  
6  
4

Já no decurso do processo de impugnação judicial, a Ágora foi notificada do indeferimento expresso do pedido de revisão oficiosa, passando a ser este ato o objeto imediato do processo de impugnação, tendo a A.T. concluído que os atos de autoliquidação de IVA não foram objeto de tempestiva retificação [prazo de 2 anos], razão pela qual concluiu não existir erro na autoliquidação passível de revisão oficiosa, nos termos do artigo 78.º, n.º 1 e 2 da LGT, conjugados com o n.º 1 do artigo 98.º do CIVA.

Mais tendo acrescentado que a Ágora não cumpriu o ónus previsto no n.º 5 do artigo 78.º do CIVA, porquanto não apresentou comprovativos credíveis que provem que o Município do Porto tomou conhecimento da retificação efetuada, em sede de IVA.

Por sentença proferida em 20/05/2024, transitada em julgado em 24/06/2024, o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, julgou procedente a impugnação judicial deduzida pela Ágora, concluindo pela tempestividade do pedido de revisão oficiosa apresentado, e determinou a remessa do procedimento à Autoridade Tributária para apreciação do mérito da pretensão formulada, maxime o pedido de regularização do IVA liquidado em excesso.

Apreciando o mérito do pedido de revisão apresentado, a Autoridade Tributária indeferiu novamente a peticionada regularização de IVA, desta feita, por entender que a Ágora não logrou demonstrar que o adquirente tomou conhecimento da retificação ou de que foi reembolsado do imposto, nos termos do n.º 5 do artigo 78.º do CIVA.

Neste seguimento, o referido processo encontra-se atualmente a aguardar a apresentação da contestação pela Fazenda Pública, tendo a respetiva citação ocorrido em 14 de março de 2025, conforme resulta dos autos.

Conforme referido anteriormente, tendo por base a jurisprudência existente sobre a matéria em discussão, o Conselho de Administração da Ágora tem a firme convicção de que, em sede de impugnação judicial, será reconhecido o mérito dos fundamentos subjacentes aos pedidos de revisão do ato tributário descritos anteriormente.

No entanto, em caso de decisão desfavorável e conforme instrução do Município do Porto, e suportada em parecer jurídico, a Ágora procederá à reversão dos movimentos contabilísticos inicialmente efetuados sem qualquer impacto a nível do Património Líquido, dando conhecimento do facto do Município conforme instrução do mesmo.

Handwritten marks in the top right corner, including a checkmark, a small circle, and the letter 'h'.

# 3

## Plano de atividades



### 3.1 Cultura

#### 3.1.1 Direção de Artes Performativas



- a) Teatro Municipal do Porto
- b) DDD – Festival Dias da Dança
- c) CAMPUS Paulo Cunha e Silva
- d) Ecologia e Sustentabilidade
- e) Acessibilidade e Inclusão

A Direção de Artes Performativas da Ágora (DAP), através do Teatro Municipal do Porto – Rivoli e Campo Alegre (TMP), do DDD – Festival Dias da Dança (DDD) e do CAMPUS Paulo Cunha e Silva (CAMPUS PCS) desenvolve e apresenta uma programação local, nacional e internacional traduzida pela presença de inúmeros artistas e companhias, incentivando e promovendo o crescimento do tecido artístico e gerando uma maior diversidade da oferta cultural para a cidade.

Sob a Direção Artística de Drew Klein, prosseguem-se a missão e os objetivos estratégicos do TMP, do DDD - Festival Dias da Dança e do CAMPUS Paulo Cunha e Silva, com base nos seguintes eixos:

- O forte investimento no apoio aos artistas e na criação e formação de públicos, auscultando e dialogando com as estruturas, com as companhias e com os parceiros locais, nacionais e internacionais, numa cumplicidade e num compromisso inabaláveis com o Porto e com a Cultura;
- A organização do DDD – Festival Dias da Dança, envolvendo os municípios de Matosinhos e Vila Nova de Gaia, coprodutores e parceiros do festival, uma vez mais contando com o mecenato do BPI/Fundação La Caixa. O festival permite alargar a circulação de algumas criações por outros territórios, reforçando também a aposta no programa de atividades, com uma oferta de formação intensiva dirigida a profissionais e estudantes das artes performativas;
- A afirmação do projeto artístico e da missão do espaço de trabalho e residências artísticas do CAMPUS PCS, através da implementação de uma programação contínua que permita o acompanhamento regular e aprofundado de um conjunto de artistas selecionados por *open call*. A crescente procura por parte de artistas internacionais reforça a projeção global do projeto, enquanto se promove uma articulação ativa com a comunidade artística local e nacional. O CAMPUS PCS afirma-se, assim, como um polo de criação, experimentação, investigação e de residências artísticas, com impacto local, nacional e internacional;
- A manutenção da inscrição e da atividade do TMP e do DDD no circuito internacional das artes performativas, pela via de coproduções internacionais e pela via da participação em projetos europeus;
- A continuidade de sólidas e importantes parcerias que alicerçam a programação do TMP, com instituições de referência da cidade, do país e do contexto internacional;
- Ao nível da cooperação internacional, dar-se-á continuidade aos projetos internacionais já espoletados, como o IMPACT, o Big Pulse / Visiting Artists, a Rede Grand Luxe e a Associação Cultural Mindelact, com a qual a Ágora estabeleceu um protocolo de intercâmbio cultural, entre outros a identificar;
- O acolhimento de iniciativas que cruzam a missão e os objetivos estratégicos da DAP, promovidos pelo Município do Porto, por instituições parceiras ou por outras com reconhecido mérito;
- O contínuo e transversal investimento nas questões de acessibilidade e inclusão no que concerne aos públicos, aos artistas e às equipas, envolvendo o TMP, o DDD e o CAMPUS PCS;
- No que concerne ao plano de ecologia e sustentabilidade, prosseguir-se-á o esforço e o trabalho já desenvolvidos nas temporadas anteriores, tendo em vista a redução da pegada ecológica por via de ações que visam a minimização e substituição do uso de papel (do qual é exemplo o CAMPUS PCS - espaço totalmente *paper free*), a implementação de soluções de comunicação digitais através de diversos conteúdos e formatos (utilização de diversas plataformas digitais e das redes sociais) bem como soluções aplicadas tanto aos métodos e práticas de trabalho da equipa da DAP e nos materiais de divulgação.

As futuras temporadas serão assim norteadas por estes eixos, robustecendo a condição e a ação da DAP nos planos nacional e internacional das artes performativas.

## DAP – A missão e os principais eixos estratégicos

A DAP concentra a sua atividade e programação artística sobretudo em três eixos distintos: o apoio e a apresentação do trabalho de agentes culturais da cidade, a circulação e apresentação dos mais recentes trabalhos de reconhecidos criadores nacionais, e dos mais proeminentes artistas da cena internacional, em estreia nacional ou mesmo absoluta.

O apoio continuado a artistas, companhias e estruturas/festivais do Porto prosseguirá, numa relação com base no diálogo e na proximidade, visando estimular a criação artística da cidade e a sua projeção e circulação nacional e internacional. De igual forma, manter-se-á na programação a forte presença de destacados artistas nacionais e internacionais (por vezes, com apoio reforçado no contexto de coproduções), reconhecendo a importância da apresentação dos seus projetos aos diferentes públicos da cidade – de entre os quais os estudantes das artes performativas e o próprio tecido cultural.

Assim, o TMP desenvolve um projeto artístico multidisciplinar, orientado para as artes performativas e outras disciplinas – Dança, Teatro, Música, Circo Contemporâneo, Literatura, Pensamento – num programa orientado para (e aberto a) diferentes e diversos públicos. O *Programa para a Comunidade Escolar*, os projetos participativos e a atividade de mediação estabelecem e promovem a proximidade com os diferentes públicos da DAP, estimulando a acessibilidade (social, económica, cultural e estética) da prática artística contemporânea, através de um discurso e de um diálogo permanentes e acessíveis que estimulam a reflexão e uma perspetiva crítica e ativa.

Destacam-se também o DDD – Festival Dias da Dança e o CAMPUS Paulo Cunha e Silva. O DDD, enquanto projeto basilar que integra a missão da DAP, no que diz respeito ao apoio, circulação e internacionalização de artistas (com enfoque para os artistas que trabalham a partir da cidade) na área da dança contemporânea expandida. O significativo crescimento do festival nas suas últimas edições, tornou-o agregador e inscreveu-o nos circuitos internacionais.

Mantendo-se atento ao panorama regional e nacional, o DDD é atualmente um ponto de passagem (e paragem) obrigatória, no mês de abril, para artistas, programadores e públicos das artes performativas. O CAMPUS PCS promove uma dinâmica ativa de partilha entre artistas, aliando momentos de formação à reflexão crítica sobre formas, processos e metodologias de criação artística. Com um foco claro no fortalecimento do tecido cultural — em especial no apoio a artistas e companhias sediadas no Porto —, atua nas áreas da dança contemporânea, teatro contemporâneo, circo contemporâneo, formas animadas, cruzamentos disciplinares, escrita e pensamento contemporâneos. Através deste compromisso com a investigação artística e o desenvolvimento sustentável da criação, o CAMPUS PCS posiciona-se como um projeto estruturante a médio e longo prazo, contribuindo para uma ativação permanente dos discursos artísticos contemporâneos.

### A DAP orienta-se e define-se, assim, com base nos pontos seguintes:

1. Um projeto cultural que agrega dois teatros emblemáticos da cidade (TMP - Rivoli e Campo Alegre), um polo dedicado a residências artísticas e à formação (CAMPUS PCS) e o maior Festival de dança contemporânea de Portugal (DDD) e já um dos mais relevantes ao nível europeu, implementando a visão e a estratégia do Executivo Municipal e da Ágora para as artes performativas, no Porto e na região, com impacto ao nível nacional e internacional;
2. Uma programação multidisciplinar de reconhecida qualidade, abrangendo numerosos e diferentes públicos;
3. Um projeto já enraizado na comunidade artística e académica – visto e tido como referência para estas comunidades – com visibilidade nacional já estabelecida e notoriedade internacional;
4. Um projeto ativo e crucial na formação de novos públicos, no seio da comunidade estudantil em todas as suas etapas e ciclos formativos, no tecido cultural e no seio da comunidade em geral, por via de um plano de atividades que contempla a programação artística e outras iniciativas de interesse/mérito reconhecido;
5. Uma forte componente de aproximação e sensibilização dos públicos infanto-juvenis, jovens adolescentes e adultos para as Artes Performativas, através do *Programa para a Comunidade Escolar*, de projetos participativos e da *Mediação*, com programação de espetáculos, oficinas e muitas outras atividades especialmente dedicadas ao contexto de participação de comunidades e grupos escolares;
6. Uma atenção crescente no que diz respeito às questões de ecologia, sustentabilidade e acessibilidade através da renovação e integração de novas práticas de trabalho e da oferta de conteúdos artísticos acessíveis a diferentes públicos.



6  
5



## A Direção de Artes Performativas em 2026-2030

### a) O Teatro Municipal do Porto (TMP)

✓  
h

#### Estratégia de programação

A programação do TMP para os anos vindouros assentará nos pontos seguintes:

1. Manutenção do diálogo e proximidade com artistas e companhias, sobretudo da cidade, promovendo condições para o desenvolvimento dos seus trabalhos, assim como a consolidação dos hábitos e das rotinas que têm vindo a ser estimulados junto dos diferentes públicos;
2. Prossecução de um equilíbrio entre programação internacional, nacional e de estruturas/artistas que trabalham a partir da cidade, apresentando uma oferta diversificada e pensando nos diferentes públicos;
3. Reforço do investimento no apoio à criação artística, através do robustecimento das coproduções nacionais e internacionais, consolidando o posicionamento do TMP no circuito internacional das artes performativas (concretizado também pela via de parcerias internacionais com proeminentes estruturas culturais e artísticas de diferentes partes do mundo);
4. A contínua internacionalização da DAP através da manutenção em projetos europeus, redes internacionais de criação e intercâmbio de artistas em curso (e da integração em novos projetos), e ainda pela via da coapresentação com diversos teatros e festivais internacionais, contribuindo deste modo para uma maior circulação de artistas nacionais e internacionais.

O desenho artístico do TMP manterá a sua multidisciplinaridade, assente em diferentes estéticas e na proveniência de diversas latitudes, pontuada por programas e projetos de foco em artistas/temáticas/disciplinas/contextos específicos, assim como por projetos desenvolvidos e/ou apresentados em parceria.

Destacam-se, em seguida, alguns dos momentos da programação (sobretudo, no que concerne a 2026), que entre muitos outros, irão implementar e materializar a missão do TMP, com base nas estratégias delineadas:

- O Aniversário do Teatro Rivoli, em janeiro, continuará a ser celebrado com um programa composto por artistas da cidade, artistas nacionais e artistas internacionais (numa amostra da programação do TMP ao longo das suas temporadas). Considerando a data e a ocasião, na qual se celebra a existência e longa vida do Teatro da Cidade, manter-se-á o carácter gratuito da programação;
- O programa *Make Trouble*, o apoio e a coprodução de relevantes festivais de teatro, música, teatro de marionetas e circo contemporâneo da cidade, como são o FITEI – Festival Internacional de Teatro e Expressão Ibérica, o Festival Porta-Jazz, o FIMP – Festival Internacional de Marionetas do Porto e o TRENGO – Festival de Circo, respetivamente.

## Dança

A dança contemporânea manter-se-á em destaque na programação do TMP, a par de outras disciplinas, num universo que apresenta e perpassa espetáculos de artistas que trabalham a partir da cidade, artistas nacionais e internacionais, a formação, a reflexão e o acolhimento de residências artísticas e artistas / companhias / estruturas residentes. A programação de dança do TMP tem vindo a contar, anualmente, com o mecenato do BPI / Fundação La Caixa.

### Eixos:

- Programação de artistas da cidade, nacional e internacional;
- Residências artísticas com artistas da cidade, nacionais e internacionais;
- Pensamento e reflexão, *workshops*, encontros, conferências, formação;
- Acessibilidade – sessões em Língua Gestual Portuguesa, audiodescrição e legendagem.

No que diz respeito à programação já alivinhada para 2026, enunciam-se os seguintes convidados:

**Artistas / Companhias nacionais:** Companhia Instável/Catarina Miranda, CNB – Companhia Nacional de Bailado, Né Barros e as sessões em noite *Double Bill* dos *Palcos Instáveis* nas temporadas 2025/2026 e 2026/2027 (sessões compostas pela apresentação de artistas).

**Artistas / Companhias internacionais:** Ballet de Lyon (França), Miet Warlop (Bélgica), Francisco Thiago Cavalcanti (Brasil), Lia Rodrigues (Brasil), Benjamin Abel Meirhaeghe (Bélgica) entre outros ainda a definir.

Destacam-se, deste leque de artistas, as coproduções nacionais dos trabalhos da Companhia Instável/Catarina Miranda, Né Barros e os vários artistas que integram as sessões dos *Palcos Instáveis*, bem como as coproduções internacionais dos trabalhos de Miet Warlop, Francisco Thiago Cavalcanti, Lia Rodrigues, entre outras a definir, reforçando o estatuto do TMP no panorama das artes performativas, ao nível nacional e internacional.

---

## Teatro

A programação de teatro do TMP é delineada tendo em consideração a oferta cultural, em diálogo com outras instituições da cidade, selecionando os projetos de forma particular e complementar. Com privilégio para as companhias da cidade, para que estreiem as suas mais recentes criações no TMP – com especial enfoque nas novas dramaturgias –, o teatro internacional continuará a ocupar um lugar de especial destaque nos palcos do Rivoli e do Campo Alegre.

### Eixos:

- Programação de artistas da cidade, nacional e internacional;
- Residências artísticas com artistas da cidade, nacionais e internacionais;
- Pensamento e reflexão, *workshops*, encontros, conferências, formação;
- Acessibilidade: sessões em Língua Gestual Portuguesa, audiodescrição e legendagem.

No que diz respeito à programação já alivinhada para 2026, enunciam-se os seguintes convidados:

**Encenadores / Companhias nacionais:** Estação Invisível, Catarina Sobral, Cláudia Gaiolas, Estrutura & Capicua, Marco Martins, Pedro Vilela, Mariana Leite Soares, Ensemble Sociedade de Actores, Isabel Zuá, TEP – Teatro Experimental do Porto, Joana Providência e Teatro Praga.

**Encenadores / Companhias internacionais:** Companhia Portmanteau (Finlândia), Carolina Bianchi (Brasil), entre outras coproduções internacionais a definir, reforçando o estatuto do TMP no panorama das artes performativas, ao nível nacional e internacional.

Destacam-se, deste leque de artistas, as coproduções nacionais dos trabalhos de Marco Martins, Pedro Vilela, Mariana Leite Soares, Isabel Zuá, TEP – Teatro Experimental do Porto, Joana Providência, Teatro Praga, Estação Invisível (Nuno Preto e Daniela Cruz), Catarina Sobral e Estrutura & Capicua.



No pressuposto mantido ao longo das edições anteriores, o FITEI – Festival Internacional de Teatro e Expressão Ibérica terá no TMP uma âncora central. A programação apresentada no Teatro Rivoli e Teatro Campo Alegre conta com nomes de artistas e companhias de teatro locais e nacionais, como Sara Barros Leitão, João Branco, Tita Maravilha, Teatro Meia Volta e Depois à Esquerda Quando Eu Disser. Ao nível internacional, serão também apresentados os mais recentes trabalhos artísticos de reconhecidos artistas e companhias.

A programação do FITEI conta ainda com um extenso programa de atividades de mediação e formação, das quais se destacam *workshops*, conversas pós-espetáculo e lançamento de livros com os artistas que se apresentam no festival.

## Música

**As escolhas na música seguem a linha de orientação programática que conduziu à seleção das propostas na área do Teatro Municipal do Porto.**

### Eixos:

- Concertos de câmara no Pequeno Auditório do Teatro Rivoli;
- *Understage*: ciclo dedicado à música contemporânea, inserida no circuito alternativo (a decorrer no subpalco do Teatro Rivoli);
- Contraponto e equilíbrio em relação à programação da Casa da Música, do Coliseu do Porto Ageas ou do Hard Club.

Será no Teatro Rivoli que a música manterá a sua particularidade e o seu ritmo na programação do TMP, fortalecendo a conexão com a riqueza musical da cidade do Porto, e continuando a dar visibilidade a projetos de música contemporânea, de sonoridades diversas e de maior ou menor dimensão, com uma periodicidade mensal. Ao longo da temporada, artistas de renome nacional e internacional (como, entre outros, Niño de Elche, em 2026) trarão a música ao Grande Auditório do Teatro Rivoli ou ao Auditório do Teatro Campo Alegre num formato de concerto sentado. Propõe-se, assim, momentos em que a música toma o palco numa experiência simultaneamente imersiva e contemplativa, nas quais o som é descomposto e altamente trabalhado à vista (e à escuta) do público.

A temporada de música é fortalecida por ciclos e parcerias já estabelecidas e descritas abaixo, como o ciclo *Understage*, o ciclo *Novos Talentos* e o Festival Porta-Jazz, respetivamente.

Mais concretamente no que diz respeito ao ano de 2026, o ciclo *Understage*, iniciado em 2015, contará novamente com a parceria de três estruturas da cidade: a Matéria Prima, a Lovers&Lollypops e a Amplificasom, responsáveis pela programação. Este ciclo acontece uma vez por mês, no subpalco do Grande Auditório do Teatro Rivoli, programado em alternância pelas três estruturas enunciadas.

Em 2026 manter-se-á, de igual forma, a parceria com o Curso de Música Silva Monteiro, dando a conhecer os *Novos Talentos* da música clássica, em sessões / concertos duplos com regularidade bimensal, formato que se manterá até ao final da temporada 2025-2026.

De referir ainda a realização do Festival Porta-Jazz, que concretiza e torna visível, uma vez por ano, a dedicação e o trabalho desenvolvidos pela Associação Porta-Jazz na promoção deste estilo musical.

Em 2026, no *Programa para a Comunidade Escolar*, será apresentado o espetáculo *E as Flores?*, de Joana Gama - um projeto que cruza a música e a botânica -, mantendo-se a parceria no âmbito dos *Concerts4Good*, com a apresentações da Orquestra Juvenil da Bonjónia, projeto promovido pela Câmara Municipal do Porto.

## Marionetas / Formas Animadas

**As Marionetas e as Formas Animadas manterão a sua presença na programação do TMP, como já é tradição. Esta presença é mais intensa em outubro, materializando-se na coprodução do FIMP – Festival Internacional de Marionetas do Porto.**

Na edição do FIMP 2026, prevista para o período entre 6 e 18 de outubro, o festival manterá o seu quartel-general no Teatro Rivoli e no Teatro Campo Alegre. Serão apresentados no TMP artistas e companhias locais e nacionais, como A Tarumba e o Teatro de Ferro. Ao nível internacional, serão também apresentados os mais recentes trabalhos de reconhecidos artistas e companhias, como são exemplo Courtney May Robertson, El Patio, Tof Theatre, Marl Down, Hotel Modern, Justin Shoulder e Olivier Sagazan.

Ainda em 2026, no *Programa para a Comunidade Escolar*, incluem-se as coproduções e apresentações dos trabalhos de Catarina Sobral e Companhia Portmanteau.



6  
4. 6

### **Circo Contemporâneo**

O TMP continuará a dedicar, nos próximos anos, grande atenção ao circo contemporâneo, disciplina que marca presença de forma regular na sua programação, por via do TRENGO – Festival de Circo, da Mostra Estufa e de apresentações espetáculos e/ou apontamentos nas sessões do ciclo *Quintas de Leitura*.

#### **Eixos:**

- Programação de artistas da cidade, nacional e internacional;
- Incremento no investimento e na visibilidade desta disciplina.

Assim, manter-se-á o apoio ao TRENGO – Festival de Circo do Porto (junho) e a coprodução à Mostra Estufa (novembro), ambos promovidos pela Erva Daninha, uma das mais reconhecidas companhias do país, na área do circo contemporâneo.

---

### **Cinema**

O Cinema manterá presença regular no TMP. Para além da programação diária da Medeia Filmes no Teatro Campo Alegre, outras colaborações poderão desenvolver-se, na sequência de parcerias continuadas.

#### **Eixos:**

- Programação assente em parcerias com estruturas/iniciativas dedicadas à promoção do cinema, sobretudo autoral e fora dos circuitos comerciais, em torno de distintos universos e temáticas – promovendo a diversificação dos públicos.

---

### **Literatura**

O ciclo *Quintas de Leitura* mantém-se enquanto projeto basilar e de referência na promoção da palavra e das letras, com base estabelecida no Teatro Campo Alegre, comemorando em 2026 o seu 25.º aniversário. O TMP Café continuará a acolher lançamentos de livros, de obras e autores relevantes no contexto literário nacional.

### **Performance / Cruzamentos Disciplinares**

O programa *Make Trouble* concentra algumas propostas de programação conjugada, mediante a temática e/ou os formatos de apresentação. *Make Trouble* é um espaço para a apresentação de projetos de artistas de diferentes latitudes geográficas e disciplinares, espaço laboratorial para a apresentação, experimentação e discussão de projetos multidisciplinares.

Relativamente a 2026, em março, serão apresentados os trabalhos de Francisco Thiago Cavalcanti (Brasil), Pedro Vilela e Mariana Leite Soares, no contexto deste programa.

A continuidade do *Make Trouble* nas temporadas vindouras aprofundará a regência por temáticas curatoriais, espoletando nos artistas e públicos o encruzamento da estética com o pensamento crítico – no sentido de urgente e de ponderação. Assim, cada momento de apresentação contará com práticas artísticas de diferentes autorias, correntes ou até artes, ligadas todavia por um interesse temático quer por associação ou contraponto.

#### **Eixos:**

- Possibilidade de apresentação pontual de projetos híbridos, que cruzam universos distintos e que possibilitam, por isso, uma interação com novos públicos e a sua cativação;
- Programação cuidada que propõe cruzamentos de práticas artísticas com aproximações a um tema comum, quer por via da associação ou do contraponto;
- Programação assente em parcerias com estruturas/iniciativas dedicadas à promoção de disciplinas artísticas que não se encontram tão presentes no TMP (como a performance, as artes visuais etc.) – maximizando a diversificação dos públicos –, sobretudo no contexto do programa *Make Trouble*.

## Programas e Projetos

### Programa para a Comunidade Escolar e projetos participativos / Mediação

A DAP tem na mediação e na relação com os públicos um dos seus principais eixos de ação, propondo um conjunto de conteúdos e atividades conectados com a programação artística, para todos os públicos. Tal traduz-se em conteúdos digitais – *Descortinar* e *Mescla* – mas também em atividades *online* e/ou presenciais, podendo, neste caso, ter lugar no TMP, no CAMPUS PCS ou em contexto escolar. A partir da diversidade das obras artísticas apresentadas, pretende-se possibilitar aos públicos da DAP um diálogo próximo e construtivo com estas obras, os seus criadores e processos, fornecendo chaves para um descortino consciente e sustentado. Estas atividades e conteúdos visam, assim, expandir a reflexão e o debate sobre as artes performativas na sua desejável relação com outras áreas artísticas, do saber e do viver em sociedade.

#### Eixos:

- Promover a proximidade dos diferentes públicos às artes performativas e aos seus intervenientes, apresentando propostas diferenciadas para diferentes públicos-alvo, sem descuidar as atividades dirigidas especificamente para grupos escolares e famílias;
- Desenvolver e potenciar uma perspetiva crítica, ativa e reflexiva;
- Apresentar propostas em diferentes áreas artísticas;
- Trabalhar em parceria com outras instituições artísticas e culturais, no sentido de viabilizar e rentabilizar a encomenda e apresentação de novos projetos;
- Promover o trabalho dos artistas da cidade do Porto, assim como dos artistas nacionais e internacionais;
- Apresentar propostas e desenvolver projetos que promovam a inclusão e a capacitação dos públicos/participantes;
- Promover ações de formação, experimentação, reflexão e intercâmbio dirigidas a jovens profissionais na área das artes performativas.

#### Participar

##### Aquecimento Paralelo

Uma oficina dinamizada por um artista – sempre associada a um espetáculo – desafiando quem nela participa a experimentar, pelo movimento, o vocabulário e a dramaturgia de determinada obra. Esta oficina possibilita uma breve abordagem a diferentes linguagens artísticas e proporciona uma entrada e uma relação com os espetáculos bastante diferentes da tradicional.

##### Masterclasses

Orientadas por artistas presentes na programação regular do TMP, as *masterclasses* têm como objetivo aprofundar, descobrir ou complementar os espetáculos. Por norma, são convidados artistas estudantes de artes performativas e de outras áreas a dialogar, a ouvir, e a experimentar na primeira pessoa, as práticas e experiências dos artistas que integram a temporada.

##### Conversas pós-espetáculo

A conversa pós-espetáculo tem como intuito a partilha direta e participada com os artistas e uma aproximação às ideias e processos base do trabalho que acaba de ser

apresentado e sobre o qual se pretende estimular uma reflexão consciente, por parte de todos daqueles que assistiram ao trabalho.

##### Palco para toda a Obra

Artistas vão às escolas para a realização de uma oficina com os alunos, na fase da criação de um novo espetáculo ou a propósito de um espetáculo já estreado, inserido na programação do Programa para a comunidade escolar do TMP, em estreita articulação com os docentes e demais profissionais das escolas e jardins de infância, assim como com as equipas artísticas e/ou pedagógicas associadas aos espetáculos e iniciativas que integram a programação.

##### Visitas guiadas

O TMP abre as portas dos seus dois polos, Rivoli e Campo Alegre, de forma a desvendar os seus bastidores e dá a conhecer estes dois teatros, o trabalho desenvolvido e a equipa que neles trabalha. Perspetivam-se, ainda, outras atividades de mediação, de formatos distintos, pensadas com as equipas criativas dos projetos e a partir da especificidade do espetáculo.

4. 6

### **Camping CND**

O TMP apoia uma pessoa residente na Área Metropolitana do Porto, que tenha completado a sua formação numa das instituições de ensino secundário articulado, profissional ou superior do município do Porto na área da dança contemporânea, tendo em vista a frequência da formação avançada em dança do CAMPING CND, em França, constituindo uma oportunidade única de aprendizagem/formação. Assim, é lançado um open call, destinado a todos os que se enquadrem nos critérios referidos, para a seleção do/a candidato/a vencedor/a.

---

### **Programa de Residências Artísticas**

O programa de residências artísticas do TMP concentra-se, sobretudo, e desde junho de 2021, nos programas do CAMPUS PCS – ao abrigo dos *open calls* de residências técnicas e artistas, e da possibilidade de reserva de estúdios, por parte de artistas/companhias do Porto -, na atribuição de espaços de trabalho às coproduções do TMP e DDD – Festival Dias da Dança e em residências de longa duração que prosseguem no Teatro Campo Alegre.

---

### **Aniversário do Teatro Rivoli**

Anualmente, em torno do dia 20 de janeiro, celebra-se a data de Aniversário do Teatro Rivoli, o teatro da cidade, com portas abertas e uma programação que atravessa áreas fundamentais da programação do TMP. Para assinalar a data, as celebrações são levadas a cabo no Rivoli, com propostas de artistas que trabalham a partir da cidade e artistas nacionais e internacionais: para 2026, por exemplo, está já prevista a apresentação de Daniela Cruz e Nuno Preto (Estação Invisível, com o espetáculo *LUGARES* com a comunidade sénior), entre outros, numa programação multidisciplinar que abrange a dança, o teatro e a música.

## **b) DDD – Festival Dias da Dança em 2026-2030**

O DDD – Festival Dias da Dança partiu da ideia de ligação entre as cidades do Porto, Matosinhos e Gaia, na oferta de uma programação que atesta a diversidade no âmbito da dança contemporânea e promove a deambulação entre espaços de apresentação e espaço público.

Este festival internacional de dança contemporânea, de periodicidade anual, organizado pelo Município do Porto através da Ágora – por via da sua Direção de Artes Performativas –, em parceria com as câmaras municipais de Matosinhos e Gaia, é ainda sustentado por inúmeras outras parcerias institucionais, artísticas, de comunicação e difusão, logísticas entre outras, das quais se destacam as estabelecidas com a Fundação de Serralves, o Balletteatro, o Palácio do Bolhão, a CRL – Central Elétrica, a mala voadora e a Associação Cultural Mindelact. O DDD tem vindo a contar, anualmente, com o mecenato do BPI / Fundação La Caixa.

### **A Missão do DDD assenta nos seguintes eixos:**

- A promoção e o desenvolvimento do sector da dança contemporânea em Portugal, enquanto disciplina artística agregadora de múltiplos estilos e estéticas, de carácter universal e transnacional – pela priorização do movimento face à palavra -, e consequentemente de vasta abrangência e largo alcance no potencial de circulação de obras e na cativação e formação de novos públicos para as artes e a cultura;
- A capitalização do crescente fulgor que se tem vindo a registar na criação artística no campo das artes performativas – mais concretamente, na dança contemporânea – a partir do Porto, consequência do forte investimento realizado nos últimos anos pelo Município do Porto nas estruturas artísticas locais e nacionais, fortalecendo e cimentando as suas condições e capacidades de trabalho, estimulando e impulsionando outras fontes de financiamento, com múltiplas replicações no panorama artístico regional e nacional;
- O contributo para o reconhecimento e o desenvolvimento crescente, e sustentável do sector das artes performativas – especificamente da dança contemporânea – e dos seus profissionais, nos panoramas nacional e internacional.

### Como principais objetivos, o DDD almeja:

- O incremento quantitativo e qualitativo da oferta cultural e artística na região norte do país, com enfoque na dança contemporânea e a promoção de uma intensa circulação de públicos nacionais e internacionais, através de uma programação vasta e diversificada – nos conteúdos e na forma –, na qual se apresenta uma multiplicidade aportada pelas diferentes latitudes, linguagens, estéticas e gerações das quais provêm os artistas presentes em cada edição do festival;
- A internacionalização do festival e o investimento na vinda de programadores internacionais, estimulando assim a promoção e difusão do trabalho artístico nacional fora de portas;
- A contribuição ativa para a criação de novos públicos e para a formação artística, ancorada na diversidade, abrangência e no volume de propostas do festival, consolidando a corrente de públicos da dança que se tem vindo a formar na região, mas também atraindo e captando novos públicos, ainda afastados desta expressão artística, fomentando uma interseção entre a fruição de espetáculos e a participação em projetos pontuais e/ou continuados e duracionais (desde *workshops* a *masterclasses*, conversas, mesas redondas e demais encontros);
- A consolidação de um festival enquanto plataforma de mediação de públicos, intermediando, traduzindo, desconstruindo e desmistificando – tornando assim mais acessível – as práticas artísticas contemporâneas, nas artes performativas em geral, e na dança em particular;
- A relação próxima com as Escolas e Comunidade ligadas à dança, através do Serviço Educativo – Escolas e Comunidade, apresentando e propondo um conjunto de conteúdos e atividades integrantes no DDD.

### A programação em 2026

O DDD – Festival Dias da Dança assume-se como um festival consolidado no circuito nacional e internacional das artes performativas. Em 2026, realizar-se-á a 10ª edição do DDD. Serão dez edições a apoiar a criação artística, destacando as coproduções atribuídas a companhias e artistas que trabalham a partir das cidades do festival, potenciando a sua circulação e internacionalização, apresentando espetáculos – muitas vezes em estreia – dos mais reputados coreógrafos nacionais e internacionais, da dança contemporânea.

Na edição de 2026, ao longo de cerca 12 dias de festival, serão apresentados aproximadamente 26 espetáculos, entre coproduções de artistas nacionais e artistas internacionais, em estreia absoluta ou estreia nacional.

Num programa ainda em definição, juntam-se ao festival nomes como Diana Niepce, Catarina Miranda, Luísa Saraiva, Ana Rita Xavier e Daniel Conant, Afrontosas, Xana Novais, Wura Moraes, Gio Lourenço e Sofia Berberan, Piny, Maurícia Neves, Joana von Mayer Trindade e Hugo Calhim Cristóvão, Cherish Menzo, entre outros. Serão ainda apresentados seis espetáculos no espaço público, no âmbito do programa *CORPO+CIDADE*, desenvolvido em colaboração com o balleteatro. Como tem vindo a suceder nas últimas edições, será também desenvolvido um programa de atividades paralelas, que integrará conversas expandidas, *masterclasses*, *workshops*, festas, entre outras iniciativas, tais como o programa *DDD Próximo* (um momento de aproximação a artistas nacionais que se apresentam no festival, envolvendo uma rede de programadores nacionais e internacionais) e o programa DDD Residentes (artistas em residência ao longo do período de realização do festival, com o objetivo de aprofundarem os seus projetos em fase de criação).

Será uma edição de celebração e consolidação do festival. As temáticas e conteúdos do programa versam sobretudo na prática e experimentação, no desenvolvimento de ferramentas/técnicas/métodos de criação, na pesquisa, na análise e no pensamento crítico, na interdisciplinaridade, na reflexão e no empreendedorismo. A edição de 2026 centra-se em temas emergentes – a mitologia e o misticismo –, com os artistas a explorarem passados, tanto vividos como imaginados, bem como possíveis desenvolvimentos futuros na sociedade e na cultura.

Adicionalmente, o DDD promove um programa destinado a programadores/as que visitam o Porto, Matosinhos e Vila Nova de Gaia durante o festival. Ao ritmo dos espetáculos apresentados nas três cidades, serão promovidos momentos informais de encontro, contacto com artistas (e as suas obras) e discussão de assuntos relacionados com as práticas artísticas e a sociedade. O DDD assume-se, cada vez mais, como um festival que coproduz novas criações, dando espaço à fervilhante comunidade artística que vive em Portugal e à comunidade artística internacional.

### c) O CAMPUS Paulo Cunha e Silva (CAMPUS PCS)

Espaço para a prática, a pesquisa de disciplinas convergentes e para o desenvolvimento artístico, esta infraestrutura afirma-se como um equipamento vital na cidade, posicionando-se no panorama artístico local, nacional e internacional. O CAMPUS PCS promove um programa plural, de acesso livre por via de marcação/reserva de estúdios ou através das *open call* de residências artísticas e técnicas, permitindo desta forma dar resposta à anterior falta de espaços na cidade para este efeito. Em simultâneo, o CAMPUS PCS constitui-se como um projeto basilar, relativamente ao acompanhamento artístico de residências e à promoção da pesquisa, do pensamento e da investigação.

Ao nível internacional, o CAMPUS PCS manterá o programa de residências artísticas – *Residências Cruzadas*. Este programa proporciona aos artistas internacionais uma oportunidade para o desenvolvimento do seu trabalho artístico no CAMPUS PCS, ao longo de duas semanas, com condições logísticas e similares às dos artistas selecionados no âmbito do *open call*. Paralelamente, estimula a circulação de artistas locais e nacionais, junto de parceiros internacionais como o Graner – Centre de Creació de Dansa i Arts Vies e o Centre Chorégraphique National de Caen en Normandie, por via da realização de residência artística, cujas as condições financeiras são suportadas pelo CAMPUS PCS ao abrigo de protocolos com estas instituições.

#### Programa de Residências Artísticas

Para além das residências de longa duração no Teatro Campo Alegre, o CAMPUS PCS acolhe um grande número de residências artísticas (através de *open call*), tendo alargado a capacidade de resposta da DAP – e, consequentemente, da cidade – às inúmeras solicitações de artistas e companhias que necessitam de espaços para o desenvolvimento do seu trabalho. Esta componente contempla um apoio financeiro e destina-se a artistas locais, nacionais e internacionais, que operem nas áreas da dança contemporânea, do teatro contemporâneo, do circo contemporâneo, das formas animadas e de cruzamentos disciplinares.

Adicionalmente, cerca de 50% da utilização dos estúdios do CAMPUS PCS corresponde à possibilidade de reserva imediata de espaço de trabalho, gratuita, em plataforma digital, por parte de artistas/estruturas do Porto. Disponibilizam-se, assim, recursos e espaços com condições excecionais que proporcionam, aos artistas, tempo e espaço para a pesquisa, criação, ensaio e partilha de processos criativos.

#### Programa de Residências Técnicas

O programa de *Residências Técnicas* do CAMPUS PCS (também implementado por via de *open call*), dirige-se a artistas e companhias profissionais (estabelecidos ou emergentes), cujas linhas de trabalho se situam no domínio da dança contemporânea, do teatro contemporâneo, do circo contemporâneo, das formas animadas e de cruzamentos disciplinares, com o objetivo de desenvolver projetos artísticos na sua fase de criação, ou para aprofundamento/remontagem de peças já existentes – privilegiando-se a primeira situação (trabalhos na fase final de criação, antecedendo a estreia). Este programa consiste na atribuição de três residências técnicas de âmbito local, nacional e internacional. As residências são realizadas no Teatro Campo Alegre, com a duração de duas semanas consecutivas, em horário a estipular pela equipa técnica e de produção da DAP, de acordo com o plano de trabalhos sugerido pelo artista/companhia/coletivo.

Em complemento à cedência de espaço e recursos técnicos, é atribuído um apoio financeiro aos titulares dos projetos selecionados, no valor de 1.100,00 euros (correspondente às duas semanas de trabalho). É ainda disponibilizado o alojamento para um máximo de quatro pessoas, nos apartamentos do Teatro Campo Alegre, mediante disponibilidade.





### Reclamar Tempo

Um programa de pesquisa e investigação artística, que permite aos artistas desacelerar, (re)pensando os processos criativos e os modos de produção e refletindo sobre a construção de discurso e a prática artística.

Neste programa, resgata-se o tempo para investigar, solidificar ideias e conceitos, gerar discurso e pesquisar práticas, o que seguramente enriquecerá o conhecimento e universo artístico de cada um. O programa tem em vista a viabilização de projetos de investigação e pesquisa, na área das artes performativas, e é dirigido a artistas locais e nacionais. Para além da cedência de espaço, é atribuído aos titulares dos projetos selecionados um apoio financeiro.

O desenvolvimento dos projetos divide-se em duas fases. A primeira decorrerá nos espaços próprios dos artistas e a segunda concretizar-se-á no CAMPUS PCS, ao longo de duas semanas, em espaço partilhado, resultando num momento de partilha dos seus processos, contando com acompanhamento da equipa de programação da DAP e de um “olhar externo”.

A partilha de processos poderá ter diversos formatos que serão decididos pelos participantes: *artist talk*, palestra-performance, ensaio aberto, partilha de textos/imagens produzidas, vídeo ou outros formatos resultantes e condizentes com a pesquisa efetuada.

---

### Práticas Expandidas

As *Práticas Expandidas* – anteriormente conhecidas como *Aulas* – são abertas a profissionais de artes performativas locais, mas também a artistas e entusiastas de outras disciplinas. Em cada prática é proposto mergulhar, experimentar, discutir, pesquisar e indagar num exercício de possibilidades. Este novo conceito, instiga uma visão expandida de formação que abrange práticas de dança e teatro, abordagens somáticas e/ou técnicas de voz e luta, potenciando conhecimento, método e discurso.

De dois em dois meses, às quartas-feiras, as práticas expandem-se à sala do CAMPUS PCS, num formato de aula-conversa-única, abordando temas pertinentes para o desenvolvimento e aprofundamento das artes performativas, desde a difusão à programação, desde a crítica aos modos de produzir, desde a acessibilidade à sustentabilidade, entre outros. São convidados a lecionar artistas locais, bem como artistas de renome internacional e nacional. Entre eles coreógrafos, encenadores e intérpretes de companhias que estejam de passagem na cidade.

---

### Grand Luxe Network

Criada em 2015, a Grand Luxe Network é uma rede internacional composta por oito instituições europeias que trabalham no campo das artes performativas: Grand Studio (Bruxelas), Centre Chorégraphique National/ Ballet de Lorraine (França), Ballet de l'Opéra national de Rhin / CCN de Mulhouse (França), PÔLE SUD / Centre de Développement Chorégraphique National (Estrasburgo), TROIS C-L / Centre de Création Chorégraphique du Luxembourg (Luxemburgo), Freiburg Theater (Alemanha), L'Abri (Geneva) e Onassis Stegi (Grécia). Esta rede pretende proporcionar a coreógrafos emergentes, apoio e oportunidades de *networking*, através da experiência e do conhecimento de cada um dos seus parceiros, suportando as necessidades específicas dos artistas envolvidos, com recurso à formação, espaços de trabalho, oportunidades de *networking*, *coaching* e seminários regulares sobre diferentes temas no âmbito das artes performativas.

Todos os anos, parceiros desta rede são convidados a selecionar artistas, para integração no programa de apoio da Rede. Em contrapartida, é-lhes solicitada a possibilidade de acolhimento de artistas que promove/apoia, mediante as suas necessidades específicas. O programa de apoio, definido em colaboração com os artistas, é desenvolvido anualmente pela Grand Luxe Network, numa análise que tem em conta as competências e recursos dos diferentes parceiros, implicando a coprodução de um projeto por parceiro.

Enquanto parceiro da Grand Luxe Network, o CAMPUS PCS é convidado a propor um artista local por temporada, para integração neste programa. Em contrapartida, o CAMPUS PCS acolhe artistas (coletivos) da rede.



4  
5. 6

#### Aniversário CAMPUS Paulo Cunha e Silva

Anualmente, no dia 9 de junho, o CAMPUS PCS assinala o seu aniversário. Inaugurado a 9 de junho de 2021, o CAMPUS PCS celebrará cinco anos de atividade em 2026, enquanto espaço municipal dedicado ao apoio à criação e experimentação artística contemporânea. Desde a sua abertura, o CAMPUS PCS tem vindo a afirmar-se como um espaço de referência local, nacional e internacional, acolhendo artistas e companhias em processos de residência, experimentação, investigação artística e partilha. O CAMPUS PCS continuará a promover um modelo de trabalho baseado na escuta ativa, na transversalidade disciplinar e no acompanhamento próximo aos processos de criação artísticas, com especial atenção ao tecido cultural da cidade do Porto, contribuindo para a renovação dos discursos artísticos e o desenvolvimento de práticas emergentes (nas áreas da dança, do teatro, do circo, das formas animadas, cruzamentos disciplinares, escrita e pensamento contemporâneos).

A celebração do 5.º aniversário representará mais um momento de afirmação pública do percurso já realizado e da visão estratégica para o futuro. A programação (ainda em definição), dirigida a profissionais das artes performativas, incluirá práticas, workshops e momentos de reflexão partilhada. Ainda no âmbito da programação, será realizada uma visita guiada ao edifício, promovendo ao público geral um conhecimento mais alargado do espaço e o encontro entre artistas, agentes culturais e a comunidade. Com esta celebração, o CAMPUS Paulo Cunha e Silva reforça o seu papel enquanto plataforma de apoio estruturado à criação contemporânea, contribuindo para a qualificação do ecossistema cultural, a valorização do pensamento artístico e a projeção internacional da criação local.

#### d) Ecologia e Sustentabilidade

A ecologia e sustentabilidade constituem focos prioritários, no que concerne ao pensamento estratégico e da ação da DAP. Como tal, desenvolvem-se medidas tendo em vista a minimização e substituição do uso de papel e a implementação de soluções de comunicação digital, através de diversos conteúdos e formatos (utilização de diversas plataformas digitais e das redes sociais). A contínua formação e capacitação da equipa da DAP na área da acessibilidade digital tem também um papel preponderante na estratégia de sustentabilidade.

A redução de tiragem de agendas e programas assenta ainda numa reestruturação estratégica do processo de distribuição, realizado de forma regular e quinzenal, atuando em espaços incisivos para a disseminação da informação.

Assim, prevê-se a continuidade destas medidas, envolvendo:

- A redução de dimensão e de tiragem de agendas e programas da DAP;
- A utilização sempre que possível, de papel reciclado ou outra alternativa mais sustentável, considerando a otimização de recursos, incluindo variáveis com o tratamento de papel, transporte, entre outros;
- Programas e folhas de sala serão disponibilizados digitalmente através de Qr Code, o que permite extinguir ou diminuir a sua produção (exceto em casos pontuais);
- Reflexão sobre a pertinência do *merchandise* (*totebags*, por exemplo) dos diferentes projetos da DAP, avaliando materiais, fornecedores, periodicidade e quantidade;
- O aumento do investimento no digital, quer por meio de publicidade paga em redes digitais, assim como a periodicidade da *newsletter* do TMP através da plataforma E-goi, que permite analisar dados de retorno;
- Desenvolvimento de projeto de *upcycling*, partindo de material de arquivo tais como lonas, para a criação de novos materiais.

## e) Acessibilidade e inclusão

Na DAP, o investimento e a preocupação transversal pelas questões de acessibilidade e inclusão no que concerne a públicos, artistas e equipas, é cada vez mais visível. Desde logo, pela melhoria das condições de acesso e circulação nos dois teatros, pela realização de espetáculos com legendagem, audiodescrição e interpretação em Língua Gestual Portuguesa (ILGP) e pela produção de materiais de comunicação complementares mais acessíveis, nomeadamente com linguagem mais clara, em braille e com texto alternativo.

Assim, nos próximos anos, dar-se-á continuidade a intervenções e projetos desenvolvidos nestas áreas, como:

### 1. Acessibilidade física dos edifícios:

- Realização de visitas técnicas de levantamento das intervenções necessárias no Rivoli e no Campo Alegre para a melhoria do acesso e circulação em ambos os polos, dando o maior cumprimento possível à legislação mais recente e considerando a diversidade funcional dos públicos;
- Intervenções no Rivoli e no Campo Alegre para adaptação de espaços para pessoas com mobilidade condicionada;
- Implementação/atualização/adequação da sinalética a pessoas com necessidade específicas, melhorando as condições de circulação e de informação no Teatro Rivoli, Teatro Campo Alegre e CAMPUS PCS.

### 2. Acesso à programação e à informação para pessoas com necessidades específicas:

- Reforço do trabalho junto das equipas artísticas, nomeadamente em contexto de coprodução, para a inclusão de práticas de acessibilidade artística nos espetáculos (legendagem, audiodescrição e ILGP);
- Continuidade do trabalho de ILGP no ciclo *Quintas de Leitura* e em momentos públicos, como conversas e conferências de imprensa;
- Continuidade das sessões de audiodescrição, em espetáculos de teatro e dança, no âmbito do DDD, da temporada regular e do programa para a *Comunidade Escolar* do TMP;
- Impressão de brochuras do DDD e do TMP em braille e texto ampliado com informação útil sobre a programação, nomeadamente os espetáculos com audiodescrição;
- Realização de atividades de mediação especialmente focadas nos públicos com necessidades específicas, fomentando a sua relação com as artes performativas;
- Continuidade do trabalho de comunicação no sentido de assegurar materiais e conteúdos mais inclusivos e acessíveis (e.g. linguagem clara, pictogramas, *design* gráfico);
- Inclusão de legendagem em todos os conteúdos de vídeo difundidos nos canais digitais do TMP, CAMPUS PCS e DDD;
- Manutenção das páginas exclusivas para a acessibilidade nos *websites* do DDD e do TMP, assim como nas agendas impressas;
- Levantamento e implementação das melhorias a serem efetuadas nos *websites* do DDD, TMP e CAMPUS PCS para o cumprimento dos requisitos de acessibilidade aplicados à navegação na internet e aplicações móveis;
- Inclusão de ações de capacitação relativas à acessibilidade e inclusão no plano de formação das equipas, caso a oferta/opportunidade para tal surja;
- Manutenção do Protocolo de colaboração com o curso de Pós-graduação em Audiodescrição para as Indústrias Criativas do ISCAP/IPP.

### 3. Auscultação de pessoas com necessidades específicas e divulgação do trabalho de acessibilidade e inclusão:

- Realização de reuniões com associações que apoiam/representam pessoas com deficiência;
- Partilha da informação sobre os espetáculos e atividades com práticas de acessibilidade junto de associações relacionadas e no *website* Cultura Acessível – Agenda de Programação Acessível;
- Reforço do trabalho de imprensa dedicado à divulgação do trabalho de acessibilidade e inclusão no DDD, TMP e CAMPUS PCS.

### 3.1.2 Direção de Arte Contemporânea

#### a) Projetos de Arte Contemporânea

##### O presente e o futuro

No período 2026–2030, a Direção de Arte Contemporânea (DAC) manterá o empenho na consolidação da sua missão, revendo estratégias e aprofundando o compromisso com a promoção da arte e cultura contemporâneas.

A GMP dará continuidade aos ciclos programáticos de exposições e programas públicos nos diferentes espaços da Galeria – piso 1, piso 0, piso -1 e terreiro. Além dos três ciclos anuais, com a abertura de três novas exposições por ciclo, manter-se-á o programa de arte em movimento *Fogo Fátuo*, o festival *Abril Febril* e da instalação artística anual que ocupará o terreiro. Será também assegurada a continuidade dos programas *Visitas de Estúdio* e *Conversas na Galeria*, das *Edições* da GMP e do *Programa de Incursão à Galeria (ping!)*.

A plataforma *PLÁKA* manterá a missão de apoiar, através de diferentes abordagens, a prática artística contemporânea, gerindo e acompanhando os vários programas que integram a plataforma e os projetos apoiados através deles, como o *Criatório*, *Shuttle*, *Aquisições* e *InResidence*, bem como a iniciativa *OutResidence*, criada em 2025. A nomeação dos júris de avaliação e comités dos projetos que abrangem diversos âmbitos de ação da plataforma – apoios a espaços de programação e a projetos de criação artística, estímulo a projetos de internacionalização artística e a aquisição de obras para a coleção municipal de arte – terá em atenção a necessidade de incluir profissionais especialistas nas suas áreas, que garantam a qualidade e diversidade dos projetos apoiados. Para a continuidade destas iniciativas, tem especial relevância a resposta positiva e a demonstrada adesão aos programas de apoio e incentivo, que realçam a importância da missão levada a cabo pelo Município nesta área.

Os *Coletivos Pláka* manterão como propósito promover a relação da cidade com a reflexão e discussão em torno de temas que marcam a contemporaneidade, perspetivando-se a continuidade desta iniciativa no próximo ciclo, com foco em figuras de especial relevo em várias áreas de atividade artística e social.

Dando cumprimento à sua missão, para além das várias resenhas, artigos e *podcasts* que são possíveis de consultar no *website*, as atividades públicas e pedagógicas da Fonoteca Municipal do Porto (FMP) manter-se-ão no próximo ciclo, através de novos programas e atividades educativas e comunicativas a implementar.

O programa *Circuitos – Arte Contemporânea Porto*, que pretende mapear os espaços de arte contemporânea locais e convidar a cidade, ao longo de um fim de semana, a fazer dois percursos diários, num total de seis, que juntam instituições culturais, galerias comerciais e espaços de arte independentes, prevê a sua continuidade e expansão do envolvimento e projeção local, nacional e internacional durante as próximas edições.

##### A missão e os principais eixos estratégicos

#### a) Projetos e equipamentos municipais de Arte Contemporânea

O papel da arte contemporânea no projeto social da Câmara Municipal do Porto é decisivo. Continuam, por isso, a ser implementadas medidas de apoio aos equipamentos municipais dedicados às artes visuais contemporâneas, permitindo a execução de um plano sustentado em princípios estratégicos garantidos pela Ágora.

Destes, destacam-se:

- A promoção de oportunidades educativas a partir da criação artística contemporânea, nacional e internacional, contribuindo para a formação de públicos nos múltiplos domínios da cultura e das artes atuais;
- A dinamização dos espaços e programas municipais, que permitem a apresentação, o desenvolvimento e o conhecimento de novos discursos e práticas artísticas nas artes visuais e no pensamento contemporâneo;
- O apoio direto a artistas para a criação de projetos originais, inseridos no contexto da cidade do Porto;
- A ampliação de oportunidades competitivas para a fixação de artistas na cidade, abrangendo diversas idades e territórios de criação contemporânea;

- A valorização, preservação e difusão do património artístico contemporâneo, material e imaterial, da cidade do Porto, promovendo também o diálogo com o seu património histórico;
- O fomento do intercâmbio artístico, a nível nacional e internacional, e a internacionalização da arte contemporânea criada na cidade do Porto;
- O fomento da democratização das artes e cultura através de uma oferta que, centrada na arte contemporânea, promove um cruzamento com linguagens como por exemplo com a música, a dança, a arquitetura ou a literatura. Ao mesmo tempo a amplitude de questões abordadas pelo programa materializa uma abrangência de públicos (desde o mais especializado ao mais generalista) que abraça a sociedade como um todo na sua diversidade.

## Galeria Municipal do Porto

A Galeria Municipal do Porto abraça práticas contemporâneas de escultura, fotografia, imagem em movimento, instalação, pedagogia, performance, pensamento e pesquisa, pintura ou som como veículos de exploração das artes e a cultura do século XXI.

O programa da GMP aborda questões prementes que definem o presente e o futuro próximo, com o objetivo de envolver um diverso conjunto de públicos. Desde o relançamento da sua missão institucional em 2014, a Galeria Municipal do Porto colabora com parceiros locais, nacionais e internacionais.

### Tem como objetivos estratégicos fundamentais:

- Promover o interesse pela arte, com particular incidência na produção de arte contemporânea;
- Formar públicos escolares e não escolares, sensibilizando-os para a apreciação e compreensão das práticas artísticas contemporâneas, bem como do património artístico contemporâneo da cidade;
- Estimular a compreensão sobre a arte da cidade do Porto, considerando a sua relação com as práticas artísticas nacional e internacional;
- Fomentar a criação artística e os diálogos interdisciplinares;
- Contribuir para o desenvolvimento cultural do município e da região através da arte contemporânea;
- Incentivar o diálogo cultural entre diferentes parceiros no domínio da arte contemporânea, em contextos locais, nacionais e internacionais.
- Fortalecer o papel da arte e cultura, nomeadamente da arte contemporânea, como um agente social relevante, que participe de forma produtiva nos diálogos prementes que marcam o espaço público e a sociedade como um todo.

6  
6  
6



Exposição na GMP Escarlata Profundo, Rubi Gritante  
- The Freestanding Joys, de Pauline Curnier Jardin  
(1980, Marselha, França)



## PLÁKA

**PLÁKA** reúne projetos que consubstanciam a política municipal de apoio à prática artística contemporânea no Porto, dando forma às iniciativas *Aquisições*, *Coletivos Pláka*, *Criatório*, *Shuttle* e *InResidence* – este último desdobrado em *Ateliers Municipais* e *Bolsas InResidence*.

Mediando processos de criação, reflexão e investigação em diferentes territórios da arte contemporânea, constitui-se enquanto plataforma de medidas de apoio financeiro, científico e crítico a artistas e agentes culturais no campo da criação contemporânea, e simultaneamente de reflexão sobre a sua articulação com a política cultural do município.

### i) Aquisições

O programa *Aquisições* privilegia a documentação da prática artística do Porto através da aquisição de novas obras a integrar na Coleção Municipal de Arte. As novas obras são adquiridas em formatos de compra distintos: por um lado, através de recomendações realizadas ao Município por dois grupos de especialistas em diferentes domínios da arte contemporânea e em duas modalidades distintas – compra direta a artistas visuais sediados no Porto, mediante propostas enviadas pelos mesmos e compra a galerias comerciais da cidade, através do acompanhamento de projetos artísticos apresentados ao longo do ano –, e por outro lado através de obras selecionadas pela Direção Artística no contexto das exposições apresentadas na Galeria Municipal do Porto. O projeto tem como principais objetivos dinamizar a Coleção Municipal de Arte, valorizar o património artístico do Porto e documentar a memória da prática artística da cidade.

### ii) Coletivos Pláka

O programa *Coletivos Pláka* reúne grupos de pensamento, discussão e ação sobre a sociedade, cultura e arte contemporânea estruturados em forma de cursos e workshops, concebidos por pessoas especialistas em diversas áreas, que a convite da DAC programam os cursos em torno de temáticas específicas.

Esta iniciativa tem como objetivo central exponenciar as oportunidades de pensamento, aprendizagem e partilha de conhecimento entre artistas e agentes culturais residentes no Porto, possibilitando oportunidades de encontro com discursos relevantes nos domínios da arte contemporânea e novas formas de reflexão sobre a produção artística.

Os grupos podem ser integrados pelos participantes através de candidaturas. Os resultados de cada ciclo de formação são apresentados através de uma série de publicações.

### iii) Criatório

*Criatório* é um concurso anual de apoio à criação e programação artísticas no Porto, que abrange as diversas áreas artísticas. Este programa de financiamento tem como principais objetivos contribuir para a consolidação da atividade de artistas e agentes culturais provenientes de múltiplas disciplinas artísticas, e que no Porto podem encontrar um contexto propício ao desenvolvimento da sua prática profissional.

O concurso desdobra-se em duas modalidades: *Projetos de Criação*, que tem como finalidade apoiar artistas e agentes culturais através do financiamento de projetos de criação ou programação artística desenvolvidos na cidade do Porto; e *Espaços de Programação*, que tem como finalidade apoiar os espaços de programação artística sediados no Porto, através do financiamento das suas necessidades logísticas, estruturais, de recursos humanos e outras que resultem da sua atividade de programação. O concurso conta com um júri composto por dois grupos distintos, que se ocupam de avaliar, separadamente, as áreas de criação artística e os espaços de programação. O concurso atribui um total de 29 bolsas – 12 para *Espaços de Programação*, no valor de 20.000 euros cada, e 17 para *Projetos de Criação e Investigação Artística*, no valor de 15.000 euros.

### iv) Shuttle

O programa *Shuttle* tem como principais objetivos promover internacionalmente a cultura da cidade e o trabalho de artistas, autores e agentes culturais sediados no Porto. Esta iniciativa visa atribuir bolsas de apoio à internacionalização nas áreas de artes visuais e curadoria, artes performativas, performance e composição musical, tradução e criação literária e ensaística. O programa dispõe de um orçamento total de 100.000 euros para atribuição de bolsas entre os 1.500 euros e os 7.500 euros.



5.6

#### v) InResidence

*InResidence* é uma plataforma que aproxima artistas a oportunidades de trabalho, na área de artes visuais e demais disciplinas artísticas, em espaços da cidade do Porto e que integra dois projetos distintos:

- *Bolsas InResidence*, um programa de financiamento a projetos de residência artística, com a duração mínima de dois meses, em espaços de residência não municipais (atualmente existem 15 espaços da cidade inscritos na plataforma);
- *Ateliers Municipais*, composto por seis espaços com renda acessível durante um período de dois anos, tendo sido atribuídos por concurso em outubro de 2024.

Os valores anuais de financiamento das *Bolsas InResidence* são diretamente atribuídos aos espaços gestores dos programas de residência, variando entre os 4.000 euros e os 6.000 euros, consoante a origem do artista seja nacional, europeia ou de fora da Europa.

#### vi) OutResidence

O mais recente programa da DAC (iniciado em 2025), procura estabelecer parcerias com instituições e organizações de arte internacionais para neles promover a realização de residências artísticas destinadas a artistas do Porto, promovendo a investigação, criação e exposição artística em contexto internacional. A seleção é realizada por *open call* que conta com um júri composto por elementos da DAC e elementos dos espaços de arte parceiros da iniciativa.

### Circuitos – Arte Contemporânea Porto

Celebrando a forte cultura artística que define o Porto, e a presença histórica de instituições culturais e galerias de arte na cidade, o objetivo deste programa é mapear os espaços de arte contemporânea da cidade, dando-os a conhecer ao público generalizado local e nacional, bem como ao público especializado internacional. O programa propõe a realização de três circuitos ao longo de um fim de semana, cruzando uma grande diversidade de propostas programáticas, incluindo um programa especial realizado pela DAC, entre conversas e espetáculos, que decorre na Galeria Municipal do Porto.

### Fonoteca Municipal

A Fonoteca Municipal do Porto (FMP) é um arquivo sonoro e um espaço público de apreciação musical constituído pela coleção de discos de vinil da cidade. Inserida no complexo da Arda, em Campanhã, o projeto inclui um acervo de cerca de 35 mil fonogramas, na sua grande maioria provenientes de coleções doadas à Câmara Municipal do Porto pela Rádio Difusão Portuguesa e pela Rádio Renascença.

A FMP assume um compromisso divulgativo e pedagógico aberto a todos os públicos, oferecendo uma agenda de atividades que reflete a intenção de relacionar a história da música com a cultura contemporânea.

### Coproduções e Apoios – Projetos de Arte Contemporânea

O projeto de coproduções tem o propósito de apoiar ações culturais e artísticas de qualidade e diversidade reconhecidas, com especial incidência na área das artes visuais. Ao longo dos últimos anos foram promovidas coproduções com diversas entidades culturais, tais como a *Lovers&Lollypops* e a *Matéria Prima* com projetos musicais apresentados na Fonoteca Municipal, a *Kunsthalle Lissabon*, com a monografia da dupla Mariana Caló & Francisco Queimadela, o apoio à edição do novo disco do artista *Vaiapraia*, entre outras.

## Os projetos para o ciclo 2026–2030

### Galeria Municipal do Porto

O ciclo programático para o período de 2026 a 2030 contemplará o formato que tem sido seguido desde 2024, sob a direção artística de João Laia.

#### Exposições

Pretende-se dar continuidade à programação de arte contemporânea voltado para um público diversificado, tanto especializado como generalista, com a apresentação de três ciclos de exposições por ano, compostos por grandes exposições no piso 0, exposições no piso 1 e no novo espaço do piso -1, dedicado a novos artistas da cidade. No total serão apresentadas entre sete a oito exposições por ano, complementados com uma instalação artística que ocupará o espaço do terreiro, iniciativa com uma comissão de verão, ao ar livre, que decorrerá também anualmente de maio a outubro.

#### Edições

A Galeria Municipal do Porto concebe as suas Edições a partir de exposições e programas públicos e educativos, com o objetivo de documentar, aprofundar e promover a investigação em torno das artes e do pensamento contemporâneo. Prevê-se editar uma publicação anualmente que esteja relacionada com um dos projetos expositivos apresentados nesse ano.

#### Programas Públicos

Os Programas Públicos da GMP propõem encontros informais entre públicos ao consolidar um conjunto de iniciativas desenvolvidas em colaboração com artistas e curadores no contexto das exposições. Com uma nova estrutura que tem como base três tipologias de ações públicas gratuitas – *Visitas*, *Conversas* e *Performances* –, os programas partem das especificidades e potencialidades de cada exposição, podendo também incluir concertos, cinema e outras atividades. Cada exposição promove um programa paralelo de atividades programado pelos curadores, artistas e a equipa artística da GMP, estruturado a propósito de cada uma das exposições de acordo com os seus conteúdos. No próximo quadriénio pretende-se elaborar um programa público com diversas atividades com estreita relação com as exposições apresentadas ao longo de cada ano.

#### Ciclo de Ações Performativas

Para o período de 2026 a 2030, a GMP pretende dar continuidade às ações performativas iniciadas em 2024, com a organização de novas edições de *Fogo Fátuo* e de *Abril Febril*.

*Fogo Fátuo* é um dia dedicado à arte em movimento. Reunindo artistas e coletivos de diversas geografias, cruza tradições populares com expressões contemporâneas. Apresentado em diferentes locais, dentro e fora da Galeria Municipal do Porto, *Fogo Fátuo* oferece um programa dinâmico que abarca performances acústicas intimistas e experiências audiovisuais imersivas, revelando a amplitude e a riqueza das práticas artísticas performativas e sonoras.

*Abril Febril* é uma homenagem à fervorosa atmosfera de Abril de 1974 e de reflexão sobre o seu significado nos dias de hoje. Depois da primeira edição de celebração dos 50 anos da Revolução dos Cravos, a GMP pretende voltar a reunir anualmente na Concha Acústica do Palácio de Cristal uma série de projetos musicais em torno de uma causa comum: manter viva a chama da revolução e os ideais que ela representa.

#### Visitas de Estúdio

*Visitas de Estúdio* é um programa que promove visitas a estúdios de artistas sediados no Porto e se constitui como uma série de conversas sobre os modos de fazer de cada agente cultural visitado. Realizado pela equipa artística da GMP, esta iniciativa continuará a integrar a programação da GMP no próximo quadriénio, convidando também agentes culturais e curadores, nacionais e internacionais, a conhecer a prática de artistas do Porto, com o objetivo de contribuir para a internacionalização da arte portuguesa. As visitas constituem-se como uma série de conversas sobre os modos de fazer de cada agente cultural visitado, sendo posteriormente divulgada uma síntese do encontro no *website* e nas redes sociais da GMP.

5. L  
E

### Conversas de Galeria

O programa público iniciado em 2025 a que se pretende dar continuidade nos próximos anos. A iniciativa promete trazer figuras centrais do pensamento contemporâneo para conversas informais em torno da importância da Arte na Vida. Coordenado por Matilde Seabra, *Conversas de Galeria* convida pessoas das mais diversas áreas para partilhar como a cultura e as artes têm influência nos seus quotidianos ou, ainda, quais são as memórias, influências e referências que, continuamente, convocam para o presente.

### *ping!* – Programa de Incursão à Galeria

De forma paralela à programação expositiva, a GMP estabeleceu um programa educativo chamado *ping!* – *Programa de Incursão à Galeria*, que visa criar laços de proximidade e continuidade com públicos educativos, escolares e não escolares, a partir de um vai e vem prático e discursivo. Artistas e investigadores são convidados a desenvolver colaborações a partir das suas pesquisas e práticas artísticas dentro de diferentes eixos de programação. O *ping!* apresenta um programa assente em diferentes eixos temáticos:

- **Gineceu+Estigma**, relacionado com a paisagem e a botânica dos Jardins do Palácio de Cristal. No âmbito deste programa, foi editada a publicação *Gineceu&Estigma*, com Ellen Lima e Paulo Pires do Vale;
- **Memória de Elefante**, uma investigação a partir do legado da Primeira Exposição Colonial Portuguesa. No âmbito deste programa, realizou a conferência *Ecologia Decolonial*, por Malcom Ferdinand.

- **Massa-Mãe**, práticas e reflexões sobre políticas alimentares e comensalidade. No âmbito deste eixo, realizou o *workshop* de produção de som *Mesa*, só de misturas, com Frankão, O Gringo Sou Eu e Sons do Bairro; e o *workshop* de massa *Oficina Fritta*, para cozer bolos e biscoitos.
- **Exodus**, um programa que realiza em contínuo excursões pela vizinhança urbana e artística da Galeria.
- **Visitas-Pavão**, um programa realizado em contínuo, para crianças que visitem as exposições da Galeria Municipal do Porto e os Jardins do Palácio de Cristal.
- **pings!**, um programa realizado em contínuo para um coletivo para jovens-estudantes, entre os 16 e os 22 anos, interessados na vida artística e cultural do Porto, que se reúnem uma vez por mês para a participação em diferentes atividades.

Para o próximo período programático, pretende-se dar continuidade ao programa educativo da Galeria Municipal com a realização de diversas atividades por ano que envolvam o público escolar, grupos organizados, entidades da cidade e público generalista, através de visitas guiadas, oficinas, percursos, conferências e conversas, espetáculos, envolvimento da Galeria Municipal do Porto em comemorações como o Dia da Criança ou o Dia dos Museus, entre outras.



## PLÁKA

### i) Aquisições

Será dada continuidade à iniciativa de compra de novas obras para integrar a Coleção Municipal de Arte, nas três modalidades existentes desde 2024: compra direta a artistas, compra a galerias comerciais da cidade e compra direta de obras que integram exposições da Galeria Municipal do Porto, e que contam neste momento com um orçamento total de 270.000 euros.

No início de cada ano são constituídos novos comités de seleção para as modalidades de compra direta a artistas e de compra a galerias comerciais. No caso da primeira modalidade, o período público de submissão de propostas por artistas manter-se-á no primeiro semestre de cada ano; por seu lado, a compra a galerias comerciais contará com o acompanhamento anual do seu comité especializado, que elaborará pontualmente propostas de aquisição.

As obras de arte que integram as exposições da GMP serão selecionadas pela sua Direção Artística, mapeando assim o programa expositivo apresentado ao longo deste ciclo.

### ii) Colectivos Pláka

Os cursos dos Colectivos Pláka continuarão a promover oportunidades de diálogo, aprendizagem e partilha de conhecimento entre várias tradições epistemológicas e comunidades criativas, permeando os encontros e discursos no campo da arte contemporânea com outras formas de reflexão e produção. O foco da realização dos cursos será o convite a figuras singulares que têm dado contributos significativos nas suas respetivas áreas.

### iii) Criatório

O programa de apoio à criação e programação artísticas, Criatório, continuará a sua missão de estímulo ao tecido artístico e trabalho criativo desenvolvido na cidade. Após quase uma década de atividade e centenas de projetos apoiados, o modelo atual do programa conta com 17 bolsas de 15.000 euros para a modalidade *Projeto de Criação Artística* e 12 bolsas de 20.000 euros para *Espaços de Programação*, num orçamento total de 495.000 euros.

### iv) Shuttle

Com uma procura cada vez maior pela comunidade artística da cidade, o *Shuttle* continuará a proporcionar a possibilidade de internacionalizar projetos artísticos através da atribuição de bolsas. Em 2025, o programa foi sujeito a algumas alterações no modo de atribuição das bolsas, de modo a garantir a sustentabilidade dos projetos de internacionalização apoiados, contado atualmente com um orçamento anual de 100.000 euros.

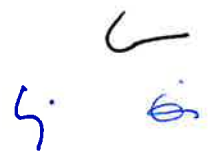
### v) Inresidence

Para a atribuição das bolsas *InResidence*, os espaços não municipais serão novamente convidados, no início de cada ano, a apresentar as suas propostas de residência de artistas internacionais, que serão analisadas e selecionadas pela Direção Artística da DAC.

Quanto aos *Ateliers Municipais*, em 2026 terminará o biénio do atual grupo de artistas residentes, e será lançado um novo concurso para atribuição dos seis ateliers que existem neste momento, por um novo período de dois anos.

### vi) OutResidence

Ao longo do próximo ciclo serão estabelecidas anualmente novas parcerias com instituições artísticas de diferentes geografias e com uma reputação internacional, potenciando o alcance, exposição e oportunidades de artistas da cidade em novos contextos.



### **Circuitos – Arte Contemporânea Porto**

Na sequência da edição inaugural realizada em 2024, o fim de semana dedicado aos espaços de arte contemporânea da cidade do Porto manter-se-á como um evento regular. Pretende-se, a cada edição, reforçar o envolvimento das estruturas artísticas locais, bem como alargar a participação de entidades internacionais, promovendo a divulgação e o reconhecimento das dinâmicas artísticas da cidade além-fronteiras.

### **Coproduções – Projetos de Arte Contemporânea**

No plano das coproduções, estas serão definidas pela Direção de Arte Contemporânea, de acordo com o programa e missão dos seus equipamentos e projetos.

### **Fonoteca Municipal do Porto**

Após cinco anos de atividade, a FMP continuará a apostar nas suas atividades presenciais e no contacto do público com o acervo, nomeadamente através da já conhecida atividade semanal *Hora de Ponta*, bem como a rubrica mensal *Escuta Ativa*, que convida personalidades de várias áreas a partilharem com o público um disco do acervo da Fonoteca e qual a sua relação com esse objeto. A FMP continuará também a ser um espaço aberto a outras atividades pontuais que promovam a ideia de um acervo vivo, cruzando-se com a programação da DAC e outras estruturas externas. Continuará também a criação de conteúdos, que em 2025 compilou numa publicação, tais como os artigos, resenhas e *podcasts* que podem ser consultados no seu *website*.



✓  
e  
h





### 3.1.3 Direção de Convergências

- a) Polos Culturais e Projetos
- b) Museu das Convergências
- c) Gabinete de Arte e Coesão

A Direção de Convergências tem como missão definir e implementar a estratégia de programação e a gestão dos equipamentos culturais situados na zona oriental do Porto, assim que os processos de requalificação dos espaços estejam concluídos, nomeadamente os polos culturais a desenvolver no antigo Matadouro Industrial do Porto e no antigo CACE Cultural do Porto. Pretende-se promover programas artísticos e culturais multidisciplinares de alta qualidade, promotores de dinâmicas de integração e coesão social do tecido envolvente, geradores de novos públicos e fonte de impacto cultural, social e económico de carácter sustentável.

Considerando o estado de desenvolvimento dos polos culturais referidos, ainda em fase de construção e por isso com condições muito limitadas de acesso público, a Direção de Convergências orientará a sua atividade no ano de 2026 com as seguintes perspetivas:

- Acompanhar os projetos de reabilitação destes dois polos culturais;
- Aprofundar o conhecimento do território;
- Conceber e implementar projetos de criação artística no contexto das suas áreas de intervenção;
- Promover o envolvimento da comunidade próxima no projeto do Matadouro;
- Construir a rede de parcerias que potenciem o desenvolvimento do ecossistema cultural da zona oriental nas diferentes perspetivas, produção artística e cultural, geração de fluxos, criação de públicos e possibilidades de financiamento;
- Concluir o processo de conceção das marcas Matadouro – Centro Cultural do Porto e Museu das Convergências – fazendo o seu lançamento e apresentação à comunidade e dinamizando as atividades que antecipam a abertura deste polo cultural;
- Preparar a sua abertura, com data e calendário mais detalhado a definir posteriormente, construindo e consolidando os processos internos que promovam a fluidez de atuação das equipas e estruturas.

#### a) Polos Culturais e Projetos

##### **Polo do antigo Matadouro Industrial do Porto:**

##### **Matadouro – Centro Cultural do Porto**

Em 2026 serão consolidadas as premissas e os programas de implementação futura, com a abertura deste polo cultural, no contexto dos projetos e equipamentos que coabitam no espaço, nomeadamente:

- O Museu das Convergências, destinado primeiramente a acolher a Coleção Távora Sequeira Pinto, cuja preparação e programação cabe à equipa do Museu, em articulação com a Direção de Convergências;
- Um segundo polo da Galeria Municipal do Porto, programado pela Direção de Arte Contemporânea;
- Espaços para reserva museológica e tratamento de obras de arte associados aos dois equipamentos referidos nas alíneas anteriores;
- Espaço destinado às práticas artísticas comunitárias;
- Espaço destinado à investigação e práticas educativas.

Neste sentido, e em coordenação com os responsáveis do Museu das Convergências, da Galeria Municipal do Porto e do Gabinete de Arte e Coesão, em 2026 a Direção de Convergências centrará a sua atividade nas seguintes tarefas:

- Preparação e acompanhamento das reuniões de obra com projetistas, equipa da GO Porto e equipa da Mota Engil, bem com o colecionador Álvaro Sequeira Pinto, para articulação e discussão de todas as especificidades de cada projeto, de modo a garantir que a implementação da arquitetura se adequa aos objetivos dos vários projetos que integram o Centro Cultural;
- Promover sinergias de ação e programação com várias entidades e agentes culturais da cidade, desde logo com as várias direções da empresa e do Município, com vista a coordenar, desenvolver e realizar projetos e programas na zona de proximidade do futuro centro cultural.

### **Polo do antigo CACE Cultural do Porto**

O antigo CACE Cultural do Porto consiste num edifício onde funcionavam, originalmente, as oficinas da Central Termoelétrica do Freixo, tendo sido desenhado na década de 60 do séc. XX pelo arquiteto Januário Godinho.

Com projeto de reabilitação a cargo do arquiteto Guilherme Machado Vaz, a abertura deste novo polo cultural ligado às artes no Porto oriental consiste num reforço dos equipamentos culturais do Município nessa zona, consolidando assim a estratégia de desenvolvimento cultural nesta área da cidade.

Este equipamento contará com diversos espaços para práticas culturais e artísticas diversas, particularmente museológicas e performativas, nomeadamente:

- O Museu da Indústria, polo museológico do Museu do Porto, a instalar na nave central do edifício, museu destinado a acolher a coleção industrial do município, cuja implementação e programação caberá à Direção Municipal de Cultura e Património;
- Um espaço para exposições de carácter temporário;
- Salas de trabalho e ensaio dedicadas às artes performativas;
- Um pequeno auditório;
- Uma blackbox;
- Ateliês Municipais.

Em 2026 caberá à Direção de Convergências:

- Promover junto da GO Porto - empresa responsável pela condução da obra de reabilitação do edifício -, da Direção de Cultura e Património do Município, da equipa projetista e demais envolvidos, a articulação necessária para a realização dos objetivos programáticos definidos pelo município para este polo cultural;
- Promover contactos regulares com as companhias de teatro e outros agentes culturais que já estão sediados neste local ou que nele tenham trabalhado, nomeadamente o Teatro Experimental do Porto (TEP) e a Companhia Circolando, no sentido de colaborar futuramente em projetos de programação conjunta.

6  
5. 6

### **Projetos da Direção de Convergências**

Com um forte compromisso para com a zona do Porto Oriental, a Direção de Convergências procurará, em 2026, implementar projetos e programas que, sendo transversais aos objetivos e equipamentos dos dois polos culturais que estarão na sua coordenação e gestão, promovam o conhecimento e a divulgação dos seus projetos e estimulem a reflexão do seu contexto e da sua ação conjunta.

#### **Colóquios internacionais**

A abertura de novos equipamentos culturais com as características e dimensão do Matadouro ou do CACE, e considerando a previsão de abertura do Matadouro em 2027, cria a oportunidade de serem promovidas diversas iniciativas que promovam o conhecimento e reflexão sobre o papel dos equipamentos culturais na construção das cidades, na promoção da coesão social, os seus impactos e as melhores práticas a nível global.

#### **Plataformas**

Promoção de projetos artísticos que utilizem arquiteturas efémeras como forma de agir em zonas/ espaços de abandono ou com equipamentos e infraestruturas urbanas inativas no Porto Oriental, seja em espaços interiores ou exteriores, procurando introduzir novas ideias espaciais e novas programáticas nos locais a interagir, potenciando uma outra vida através da sua utilização renovada e procurando incentivar novas possibilidades para a fruição do espaço comum e/ou público.

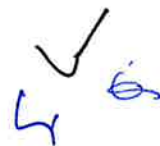
#### **Caminhos a Oriente**

Este programa de percursos pedonais na zona oriental do Porto procura estimular o interesse, a valorização, o conhecimento ou mesmo a resignificação desta zona da cidade. A proposta, sob a forma de “novo inquérito” a este território, valoriza a intencionalidade da experiência de caminhar em conjunto, destacando o seu impacto cultural e social, como uma prática multifacetada, explorando dimensões individuais e coletivas e revelando o seu potencial crítico e transformador.

#### **Contacto**

Enquanto centros culturais de território, estes polos (Matadouro e CACE) têm como um dos seus principais objetivos envolver a comunidade local. Neste sentido, a Direção de Convergências procurará estimular o sentido de pertença e a confiança nos projetos, através da implementação de ações concretas. Assim, ao longo de 2026, serão desenvolvidas *Sessões de Contacto*, de partilha e sugestão, procurando inscrever esta população no processo de participação ativa e na construção e definição do seu projeto, tornando-o permeável e acessível e promovendo uma futura oferta cultural plural e participada.

No âmbito deste eixo de actuação iniciaremos o estabelecimento de relações com a comunidade escolar por via das instituições de educação, formais ou informais, e das populações das áreas envolventes a este equipamento afigura-se como o gesto central desta proposta, que dá início ao estabelecimento de um vínculo que é basilar na conquista e envolvimento de públicos e de criação de sentido de pertença.



## b) Museu das Convergências

O estabelecimento do Museu das Convergências, enquanto equipamento cultural com funções museológicas, parte do programa estratégico do Município para a valorização do património cultural e do reconhecimento do valor da cultura como agente de dinamização das atividades culturais, artísticas e como fator de coesão social e dinamização das comunidades, em especial na zona oriental da cidade do Porto.

Parte também da celebração do contrato de comodato entre a Câmara Municipal do Porto e o colecionador Álvaro Sequeira Pinto, celebrado com o objetivo de colocar em depósito, num novo museu, a Coleção Távora Sequeira Pinto. Esta coleção particular é constituída por bens culturais de origens e tipologias muito distintas — nomeadamente, escultura, mobiliário, cartografia, desenho, pintura, têxteis, joalharia e prataria, porcelanas e faianças —, incidindo especialmente na presença portuguesa e europeia na Ásia, e cobrindo, igualmente, outras zonas geográficas, como África e América do Sul, destacando-se ainda núcleos de arte da antiguidade, arte europeia tardo-medieval, renascentista, barroca e do período Romântico.

O Museu das Convergências será um museu de arte, vocacionado para o estudo e exposição de bens culturais e artísticos relacionados com os processos de transculturalidade da arte e as histórias de arte conectadas como resultado das mobilidades humanas e da transferência de conhecimento entre culturas.

Será um museu de vocação global que privilegiará as transformações que decorreram a partir de processos de transferência e circulação da arte, da cultura, do conhecimento, da ciência e a sua relevância na construção do mundo moderno e no contexto das sociedades atuais. Sendo um museu vocacionado para as temáticas acima descritas, o programa museológico do Museu das Convergências não será delimitado por uma abordagem cronológica nem geográfica da arte.

Em 2026, este projeto dará continuidade à definição da sua visão, dos seus valores e objetivos, orientado pelos seguintes princípios:

- Estudar, investigar, salvaguardar, musealizar, valorizar e divulgar a Coleção Távora Sequeira Pinto e todos os bens culturais incorporados no acervo do museu;
- Promover e sustentar parcerias locais, nacionais e internacionais para assegurar estudos e investigação do acervo do museu e garantir a maior visibilidade e internacionalização das coleções, afirmando o Museu das Convergências como um museu de referência internacional;
- Divulgar a investigação através de exposições, edições e programação cultural, no museu e em parceria com outras instituições, envolvendo diversos públicos.
- Colaborar com instituições com funções museológicas, instituições na área da educação, ciência e cultura em Portugal e no estrangeiro;
- Colaborar com associações de desenvolvimento local e regional de carácter cultural, educativo e social do Porto com o objetivo de promover relações de integração entre o museu, a comunidade local e a sociedade;
- Promover o museu como espaço de diálogo e reflexão sobre encontros e trocas culturais ao longo da história, reforçando valores cívicos como inclusão, igualdade, sustentabilidade e acessibilidade.
- Promover a participação das comunidades locais e globais e disseminar valores, atitudes e comportamentos condutivos ao diálogo intercultural, à não-violência, a um discurso não discriminatório e a uma aproximação de diferentes culturas através de programas educativos formais e informais;
- Operar num modelo de gestão e promoção cultural, conjugando de forma equilibrada a investigação sobre património cultural, educação e divulgação, e a dinamização da oferta cultural, educativa e turística na cidade do Porto;
- Garantir o acesso universal à informação e conhecimento que resulte dos programas de investigação dinamizados pela atividade do museu, produzindo recursos digitais em acesso aberto e a integração de tecnologias digitais de modo a assegurar a disponibilização de conteúdos educativos, lúdicos, e para a o desenvolvimento do conhecimento.

Seguindo estes princípios e no âmbito da abertura do seu equipamento no Matadouro – Centro Cultural do Porto, o Museu das Convergências desenvolverá ações prévias de gestão da coleção – estudo, investigação e ações de conservação e restauro – assim como de programação e divulgação do seu futuro programa e dos seus objetivos.

## **Desenvolvimento do projeto de museu e gestão do acervo**

### **Inventariação do acervo em INARTE e inWEB**

Ao longo de 2026, dar-se-á sequência aos trabalhos de registo informatizado do acervo do museu, nomeadamente da Coleção Távora Sequeira Pinto, e de quaisquer outros bens culturais que venham a ser incorporados no acervo do Museu das Convergências. A inventariação do acervo será realizada de acordo com princípios gerais de inventário definidos pelo ICOM, pela Lei-Quadro dos Museus Portugueses (Lei n.º 47/2004) e pelas leis e normas do tratamento biblioteconómico e arquivístico.

### **Documentação fotográfica do acervo**

Em paralelo à inventariação da coleção, o museu irá garantir a documentação fotográfica do acervo, realizando e coordenando os trabalhos de restauro, conservação preventiva, limpeza e acondicionamento do acervo com vista à transferência para as futuras instalações do Museu das Convergências. Uma das prioridades das ações de gestão do acervo são os trabalhos de restauro, conservação preventiva, limpeza e acondicionamento da Coleção Távora Sequeira Pinto, e de outros bens culturais que venham a ser integrados no acervo do museu, com vista à transferência para as futuras instalações do museu.

Em 2026, a equipa de conservação e restauro irá proceder ao diagnóstico e ao tratamento das peças, realizando, nomeadamente, trabalhos de desinfestação por anóxia, consolidação de peças com destacamentos, tratamento de camadas pictóricas, limpeza de metais e embalamento de todas as peças.

### **Estudos e investigação laboratorial de bens culturais e artísticos, em colaboração com unidades de investigação especializadas nestas áreas**

No âmbito do programa de investigação do acervo iniciar-se-ão projetos de colaboração com unidades de investigação dedicadas ao estudo laboratorial de bens culturais e artísticos, nomeadamente de pintura e de objetos em prata. O objetivo destes projetos é a análise das composições materiais que permitem conhecer as técnicas de produção, a proveniência dos materiais que compõem os objetos e, a partir desta informação, poder obter cronologias de produção, identificar autoria, locais de produção, etc.

### **Comunicação do Museu das Convergências**

Será desenvolvida uma estratégia e implementado um plano de comunicação para o Museu das Convergências, em estreita articulação com a Direção de Comunicação e Imagem da Ágora.

### **Coordenação científica dos projetos editoriais em curso**

Considerando os trabalhos de preparação para a abertura do museu e os trabalhos em colaboração com investigadores, dar-se-á continuidade aos projetos editoriais, nomeadamente dos livros que acompanham as exposições inaugurais do Museu das Convergências.

### **Participação em eventos públicos, em eventos académicos em Portugal e no estrangeiro, com vista à divulgação do museu e à internacionalização do acervo**

No âmbito do programa de investigação, a participação em conferências e outros eventos académicos é um elemento estratégico para a divulgação das atividades do museu, designadamente do estudo do seu acervo.

### **Participar em reuniões de trabalho com vista ao estabelecimento de parcerias e colaboração de projetos com outros museus, universidades, unidades de investigação e outros equipamentos culturais**

Continuar os contactos para o estabelecimento de parcerias, protocolos de cooperação e participação em projetos em colaboração com outros museus, universidades, unidades de investigação e outras instituições culturais na cidade, dentro e fora do país.

✓  
5 6**Ações de Programação****Dia Internacional dos Museus**

Maio 2026

O Museu das Convergências apresenta-se publicamente com programação integrada no âmbito das comemorações do Dia Internacional dos Museus.

**Projeto expositivo e de mediação itinerante****Museu das Convergências: Um Museu em Viagem**

Enquanto decorrem as obras no futuro edifício onde se instalará o Museu das Convergências, o projeto *Museu das Convergências: Um Museu em Viagem* tem o objetivo de assinalar o começo de uma viagem, fazendo um percurso pela cidade do Porto, permitindo criar uma relação de afinidade entre o público e os objetos do acervo do museu. Os objetos criteriosamente escolhidos para este projeto carregam em si esta experiência da viagem, ao longo do espaço e do tempo, e acumulam as histórias das vivências destas relações entre as pessoas e os objetos.

Este projeto consiste na programação e instalação temporária de núcleos expositivos em diversos pontos da cidade, nomeadamente em museus, universidades, bibliotecas, salas de espetáculo ou espaços comerciais. O projeto inicia em fevereiro de 2026 e termina com a abertura do Museu das Convergências, numa itinerância por diversos espaços da cidade, com origem e destino na zona de Campanhã e parte oriental da cidade.



### c) Gabinete de Arte e Coesão

A abertura do polo cultural do Matadouro – Centro Cultural do Porto, considerando as futuras valências existentes (Museu das Convergências + Extensão Galeria Municipal + Espaço Práticas Artísticas Comunitárias + Espaço Práticas Educativas Comunitárias e demais possibilidades existentes) potencia o desenvolvimento de programas alicerçados na experiência e competências desenvolvidas nesta área nos últimos 11 anos, com o programa *Cultura em Expansão*. Será pois um eixo central da actuação da direção a promoção de um forte envolvimento com a comunidade, assumindo a cultura e as artes como fator de coesão social e de desenvolvimento local.

O Gabinete de Arte e Coesão (GAC) tem como missão o desenvolvimento de programas que contribuam para a transformação social e desenvolvimento local através da promoção de práticas culturais, artísticas e de inclusão social da cidade do Porto, de modo profundo e contínuo, favorecendo a emancipação cívica e cultural, combatendo desigualdades e contribuindo para a redução da exclusão social.

A localização no polo cultural do Matadouro, com a disponibilidade de espaços para as práticas artísticas comunitárias e para as práticas artísticas educativas, favorece a promoção e valorização das comunidades artísticas de Campanhã e da Zona Oriental do Porto através de oportunidades de criação e apresentação de projetos culturais de importante valor comunitário e cívico.

A ação do GAC focar-se-á no aprofundar o conhecimento sobre a realidade social da Zona Oriental do Porto, na construção de redes de parcerias e colaboração favorecedoras do desenvolvimento de programas artísticos e culturais, no constante mapeamento, discussão e reflexão sobre as práticas desenvolvidas e avaliação do impacto destas.

O GAC orientará a sua ação no contexto dos ODS procurando desenvolver mecanismos de sustentabilidade e resiliência das comunidades com que se relaciona.

#### Laboratório de Partilha de Práticas

Em 2026, o GAC procurará estimular a constituição de um laboratório de partilha de práticas criativas, convocando para esse efeito a colaboração e as experiências de estruturas, coletivos e outros agentes culturais da cidade, promovendo a partilha de modos e pensamentos sobre a constante necessidade de interpretar a forma como a atividade cultural cresce e se transforma, como o tecido social muda e como os públicos reagem e participam na oferta cultural, considerando os últimos 10 anos da ação cultural desenvolvida no Porto e a própria transformação da cidade. Pretende-se que esta seja também uma ferramenta de construção de uma rede de agentes culturais com intervenção efectiva na cidade por via da ação artística promotora de factores de articulação e de resposta a efetivas necessidades sociais.

#### Cultura em Expansão

Criado em 2014, o *Cultura em Expansão* é um programa anual de promoção cultural e artística, que se materializa em diferentes iniciativas em associações de moradores, coletividades e diferentes espaços por toda a cidade. Permitindo a fruição e o acesso direto e gratuito a uma programação multidisciplinar, apresenta um vasto número de projetos nas áreas da música, teatro, cinema, dança, literatura e performance. Tem como missão democratizar o acesso a experiências, bens culturais e práticas artísticas em territórios descentralizados, fomentando a participação das comunidades e potenciando a criação um ambiente social mais justo, inclusivo e harmonioso.

O *Cultura em Expansão* promove a experimentação artística em espaços não convencionais, criando oportunidades para diferentes comunidades e incentivando novas formas de descoberta do território e de encontro entre públicos. Desde a sua criação, tem acompanhado e reforçado a dinâmica cultural da cidade, expandindo-se geograficamente e em número de iniciativas.

Tendo sido reformulado em 2025 com a adoção de um modelo de chamada de propostas, e face ao acolhimento positivo registado, este modelo será mantido em 2026, integrando fatores de valorização identificados na avaliação da edição anterior. Paralelamente, será realizado um novo '*Festival Cultura em Expansão*', à semelhança de edições passadas, como momento de celebração e partilha dos projetos desenvolvidos, promovendo a colaboração entre comunidades através de criações conjuntas e associando-se, já em 2026, ao Matadouro – Centro Cultural do Porto.

### 3.1.4 Direção de Cinema e Imagem em Movimento

- a) Batalha Centro de Cinema
- b) Filmaporto – *film commission*
- c) Apoios e coproduções de Cinema
- d) Sustentabilidade
- e) Acessibilidade e Inclusão

A Direção de Cinema e Imagem em Movimento (DCIM) tem como missão promover o conhecimento e a fruição cultural através do cinema e da imagem em movimento, estimulando a cinefilia e a cultura cinematográfica por meio de projetos que complementem e potenciem a dinâmica cultural atual da cidade do Porto.

O Batalha Centro de Cinema é um espaço cultural de referência na cidade do Porto, dedicado ao cinema e à imagem em movimento. A sua programação articula história, contemporaneidade e cruzamentos disciplinares, com um forte compromisso na formação de públicos, especialmente em contexto escolar e educativo.

A Filmaporto – *film commission* dedica-se à simplificação de processos burocráticos para a obtenção de licenças de filmagens, promovendo a cidade do Porto em festivais internacionais de relevância na indústria cinematográfica. Adicionalmente, estabelece contactos com agentes do setor do cinema e audiovisual local, com o objetivo de compreender os desafios enfrentados e identificar oportunidades de desenvolvimento.

No cumprimento da missão da DCIM de disseminar a cultura cinematográfica na cidade do Porto, o projeto de *Apoios e Coproduções de Cinema* continua a apoiar e cofinanciar um conjunto de atividades que expandem e enriquecem a oferta cinematográfica na cidade.

Para o quadriénio 2026–2030, a DCIM consolidará o seu papel enquanto estrutura de referência na promoção da cultura cinematográfica no Porto, prosseguindo os eixos estratégicos já definidos e introduzindo novas linhas de ação orientadas para o aprofundamento da relação com os públicos, o apoio à criação e a sustentabilidade do setor audiovisual.

#### A missão e os principais eixos estratégicos

##### a) Batalha Centro de Cinema

O Batalha Centro de Cinema tem como missão promover o conhecimento e a fruição cultural, colocando o cinema e a imagem em movimento no centro das suas atividades. O seu programa engloba a apresentação de retrospectivas, ciclos temáticos, focos em práticas cinematográficas contemporâneas e explorações das interseções entre o cinema e outras formas de arte. O incentivo à cinefilia e o fortalecimento da cultura cinematográfica são fundamentais e concretizam-se através de projetos educativos, editoriais, formativos e de debate.

No âmbito do seu plano de atividades para o quinquénio 2026–2030, o Batalha Centro de Cinema compromete-se a manter como prioridade o seu papel de complementar e potenciar a dinâmica cultural da cidade do Porto, contribuindo de forma ativa para o enriquecimento do seu ecossistema artístico e cultural.

- Identificar as principais lacunas no domínio do conhecimento sobre Cinema e Imagem em Movimento, nos seus diferentes períodos históricos e estéticos, incluindo as correntes contemporâneas;
- Considerar o tecido sociocultural da cidade em toda a sua diversidade, nomeadamente ao nível das práticas de consumo e de programação cultural, desenvolvendo programas continuados de ligação com quem habita ou trabalha na sua proximidade;
- Atender às vicissitudes logísticas e tecnológicas contemporâneas na área da exibição cinematográfica.



A partir deste quadro operativo, definem-se os seguintes eixos estratégicos como orientadores da missão programática do projeto Batalha Centro de Cinema:

- A promoção de conhecimento da história do cinema através de sessões regulares de cinema de arquivo, em formatos analógicos e digitais, realizadas em parceria com a Cinemateca Portuguesa e outros arquivos internacionais de renome;
- A disseminação de discursos contemporâneos na área do cinema sem canais de difusão no circuito comercial e nos festivais de cinema existentes;
- A exibição de cinema português, de arquivo e contemporâneo, através de diferentes eixos programáticos em continuidade, apresentado sempre em sessões com legendagem em inglês para fomentar públicos internacionais;
- O apoio a agentes programadores e distribuidores na apresentação de novas cinematografias e novos debates, na área do Cinema e da Imagem em Movimento;
- O apoio à investigação nos domínios da história do cinema e do pensamento crítico sobre a imagem em movimento, nomeadamente através do trabalho desenvolvido com a nossa biblioteca e filmoteca;
- As ações de cruzamento disciplinar entre imagem em movimento e outras artes, nomeadamente as visuais, através de projetos expositivos;
- A produção textual sobre cinema, através de projetos editoriais como as folhas de sala ou a edição e publicação de livros relacionados com o programa – acompanhando e expandido a leitura de ciclos individuais –, ou que exploram a obra de artistas e realizadores contemporâneos, portugueses e internacionais, ainda sem publicações a si dedicadas;
- A exibição de um programa de cinema adequado ao público escolar organizado em temáticas relevantes no contexto escolar e social, com enfoque no conhecimento da história do cinema e da sua diversidade de formatos e narrativas;
- A promoção de estratégias de aproximação do público geral e de públicos específicos através de um trabalho cuidado e dirigido de mediação entre o programa do Batalha e vários grupos e instituições da sociedade civil e do ensino superior;
- A promoção do diálogo entre as escolas de cinema do Porto e o programa do Batalha Centro de Cinema, através do acolhimento pontual de sessões privadas, no programa de aulas abertas, e também através da mostra de cinema de filmes de licenciatura;
- A definição de atividades para público geral com carácter formativo e reflexivo, nomeadamente através de cursos gerais sobre cinema e de grupos de cinefilia, com o objetivo de expandir o conhecimento cinematográfico do público geral e aumentar a sua fidelização ao programa;
- A construção de relações de continuidade, através do cinema, com populações e estabelecimentos próximos do Batalha, associações e instituições através de programas desenvolvidos em conjunto com estas comunidades ou que interajam com a vizinhança do Batalha Centro de Cinema;
- A fomentação de ações de melhoria da acessibilidade intelectual e social, através de sessões com apresentação com tradução para Língua Gestual Portuguesa, sessões especiais no âmbito do serviço educativo, sessões com legendagem para pessoas surdas ou ensurdecida e sessões com audiodescrição.

Este projeto, juntamente com todas as iniciativas programáticas a ele associadas, tem como objetivo alcançar os seguintes resultados:

- Formar novos públicos para a cultura através do cinema;
- Dar a conhecer a cultura nacional e internacional através da história do cinema e da imagem em movimento;
- Estimular o pensamento sobre as sociedades de hoje através do cinema;
- Valorizar o património material e imaterial da cidade do Porto;
- Criar dinâmicas de fruição cultural e de lazer no centro da cidade através do cinema, nomeadamente a partir de uma ligação intensa a públicos escolares e a conteúdos curriculares educativos.

✓  
5 6







## b) Filmaporto – film commission

A missão da Filmaporto – *film commission* consiste em promover a cidade do Porto como um destino privilegiado para filmagens, facilitando todos os procedimentos necessários para os pedidos de rodagens por produtores, tanto portugueses como estrangeiros. O seu objetivo é criar condições que consolidem e promovam a cidade como um local de excelência para a produção e realização de filmagens, simplificando e agilizando todo o processo.

Adicionalmente, a Filmaporto atua como uma plataforma de promoção de sinergias entre as indústrias criativas e o território, incentivando a colaboração entre empresas e profissionais do setor, incrementando o número de produções na sua região, contribuindo para o desenvolvimento e consolidação da indústria cinematográfica para, assim, induzir benefícios económicos, laborais, culturais e promocionais para a cidade.

Para cumprir esta missão, definem-se os seguintes eixos de intervenção que orientam a atuação da Filmaporto:

- Aumentar o número de projetos cinematográficos desenvolvidos no Porto e promover as potencialidades do nosso território, assim como o talento dos artistas e agentes locais, a produtores e investidores nacionais e estrangeiros;
- Mediação de mais-valias disponibilizadas pelo município designadamente as de logística e licenças, meios humanos, espaços municipais e Apoio financeiro através de programas que procurem apoiar projetos e produções locais, em diferentes fases de trabalho e contextos, desde da sua conceção até à sua exibição;
- Receção e avaliação de propostas de filmagem na cidade do Porto, comerciais e não comerciais, que permitam ao município arrecadar receita através do seu potencial de filmagem e mais-valias cenográficas;
- Apoio financeiro e logístico ao audiovisual, analisando propostas para apoio logístico a rodagens a acontecer na cidade do Porto, avaliados por comissões externas especializadas em cinema, para suportar custos operacionais – como ocupação de espaço público, estadias, deslocações e ambientes cénicos – que viabilizem produções específicas. A este apoio logístico acresce o apoio financeiro a produções de audiovisual de agentes locais, a decorrer na própria cidade, para que os projetos se possam viabilizar no contexto da cidade do Porto;
- Captação de produções cinematográficas, nacionais e internacionais para produção e realização de filmagens na cidade, através de interação nos mercados e festivais internacionais do setor, com produtoras de cinema, séries, canais de televisões ou investidores privados;
- Apoiar os produtores e produtoras locais na captação de apoios nacionais e internacionais para a produção de projetos na região, através do acolhimento de eventos da indústria cinematográfica internacional e a promoção de projetos cinematográficos da cidade em encontros do setor fora de Portugal;
- *Location scouting*: dar a conhecer as potencialidades do território, como um atrativo destino para as mais diversificadas necessidades de filmagem e *repérages*;
- Disponibilização de informação de recursos técnicos através da manutenção de uma base de dados de serviços de aluguer de todo o tipo de equipamento técnico necessário as produções;
- Disponibilização de informação e capacitação de profissionais, através da manutenção de uma base de dados de profissionais técnicos de produção e pós-produção, assim como o apoio e a realização de ações de formação para profissionais do audiovisual, visando o reforço das competências dos profissionais que operam na cidade, aumentando as possibilidades de empregabilidade no setor – uma condição essencial para atrair projetos relevantes no contexto audiovisual;
- *Casting*: agilização de procuras especializadas em colaboração com as principais agências de casting e figuração nacionais, disponibilizando, através de parceiros, listas de atores e base de dados de casting local;
- Comunicação e Promoção: produção de conteúdos audiovisuais de promoção do território e da capacidade instalada.

### c) Apoios e coproduções de Cinema

Reconhecendo a importância central do cinema para a cultura da cidade do Porto, a DCIM pretende continuar a apoiar e cofinanciar um conjunto de atividades que ampliam e diversificam a oferta cinematográfica na cidade. Assente numa política de coprodução e parceria com várias iniciativas de exibição cinematográfica – de diferentes formatos, escalas e temáticas – será dada prioridade à promoção e divulgação do cinema no Porto, fomentando a criação de ligações entre diversos agentes culturais, tanto a nível local como nacional e internacional.

Para além da promoção e divulgação, estes apoios visam ainda incentivar e facilitar a criação de sinergias entre estruturas de programação e exibição cinematográfica, festivais de cinema e os variados públicos da cidade. Esta articulação entre agentes culturais e públicos contribui para a consolidação de uma rede de oferta cultural diversificada e acessível, reforçando o cinema como um elemento central na dinamização cultural do Porto.

Deste modo, definem-se os seguintes eixos estratégicos para orientar a missão programática deste projeto:

- Fomentar a oferta e a diversidade estética cinematográfica na cidade a partir do apoio a diversos festivais de cinema e a estruturas de exibição regular e contínua;
- Contribuir para a ativação e formação de públicos e práticas de fruição cultural na área do cinema;
- Promover oportunidades de aprendizagem que partem do cinema como plataforma de discussão dos temas mais relevantes da atualidade, permitindo o encontro com novas formas de ver e pensar o mundo;
- Dinamizar uma política de acesso privilegiado ao circuito de cinema no centro do Porto, com descontos e outros benefícios em várias salas com programação regular, que proporciona a fruição do cinema a preços acessíveis para todos;
- Promover a cultura cinematográfica, exibindo novas formas, discursos e práticas do cinema contemporâneo, assim como estimular a apresentação de obras cinematográficas que não se encontram disponíveis nos canais regulares de distribuição.

## Resumo da atividade a desenvolver entre 2026 e 2030

### a) Batalha Centro de Cinema

Para o quinquénio 2026–2030, o programa de exibição do Batalha Centro de Cinema manterá a sua estrutura, composta por retrospectivas monográficas, ciclos temáticos e focos programáticos dedicados a práticas e autores contemporâneos. A programação incluirá igualmente debates e conversas, projetos editoriais, performances, parcerias com festivais de cinema da cidade e um projeto específico orientado para a formação de comunidades de apreciação fílmica, promovendo a inclusão de diferentes públicos.

Destacam-se os seguintes eixos de programação que irão materializar a missão do Batalha:

- **Ciclos Temáticos:** focados em temas específicos e grandes temas da atualidade. Os ciclos temáticos integram diferentes tipos de cinematografias e abordagens ao cinema e expandem-se a outras áreas artísticas e do conhecimento. Através destes ciclos serão exploradas e debatidas questões sociais, culturais e políticas urgentes;
- **Focos e Retrospectivas:** dedicados a nomes fundamentais do cinema de arquivo e contemporâneo. São programas dedicados à filmografia – completa ou essencial – de cineastas e artistas, nacionais e internacionais, com especial atenção à diversidade e complementaridade formal, temática, geracional e geográfica;
- **Seleção Nacional:** programa inteiramente dedicado ao cinema português e à sua história e matrizes, com uma cadência quinzenal. Este programa é realizado em parceria com a Cinemateca Portuguesa e apresentado com legendas em inglês para fomentar públicos internacionais;
- **Matinés do Cineclub:** Partindo da vontade de retomar uma ligação histórica, cujo início remonta aos anos 40, o Batalha convida o Cineclub do Porto a recuperar as matinés que marcaram este espaço durante décadas. Quinzenalmente, aos domingos, revisitamos momentos-chave da história do mais antigo cineclub português ainda em atividade, explorando o seu papel na cidade e no país.



S. 6

- **Luas Novas:** programa mensal que destaca o trabalho de novos talentos do cinema nacional, oferecendo oportunidades de descoberta e aprofundamento de obras de cineastas cujo percurso revela forte potencial artístico;
- **Programas contínuos quinzenais:** focados na história do cinema e na produção cinematográfica internacional contemporânea, com regularidade que permite fidelização e aprofundamento por parte do público;
- **Especiais:** apresentações de curta duração, como programas de cinema ao ar livre ou sessões associadas a efemérides e datas simbólicas;
- **Famílias:** sessões desenhadas a partir da programação geral, adaptadas a públicos intergeracionais. Estas iniciativas incentivam as famílias – formais e afetivas – a desenvolverem uma relação pessoal, divertida e formativa com o cinema;
- **Festivais e Mostras:** acolhimento dos principais festivais e mostras de cinema da cidade, posicionando o Batalha como ponto de encontro entre cinefilia, criação e pensamento. Inclui também as Sessões *Filmaporto*, dedicadas a filmes de autores e produtoras da cidade do Porto;
- **Exposições e Instalações:** projetos concebidos em colaboração com artistas e cineastas contemporâneos, a partir de obras existentes ou de novas produções, apresentados na Sala-Filme e em outros espaços do edifício. Estas propostas aprofundam o diálogo entre imagem em movimento e práticas das artes visuais;
- **Música e Performance:** uma extensão crítica da programação cinematográfica, através de filmes-concerto e performances transdisciplinares que articulam som, palavra e imagem em movimento. Inclui estreias nacionais de projetos já existentes e criações inéditas encomendadas pelo Batalha;
- **Cinema ao Redor:** programa que promove o encontro, a aprendizagem e o lazer fora da sala escura. Inclui grupos de discussão, cursos e oficinas para crianças, jovens e adultos, garantindo igualdade de acesso e estimulando uma relação ativa com o cinema.

Os grupos pretendem aproximar o público geral do Batalha, fomentando a discussão em torno da imagem em movimento e outras áreas de interesse.

O *Curso de Crítica de Cinema* propõe uma reflexão sobre o que é a crítica, para que serve, o que a compõe e como se produz. Já o *Curso de Cinema do Porto* apresenta ao público geral uma história da relação da cidade com o cinema.

Serão ainda realizadas oficinas de animação e realização nos períodos de pausa letiva.

No âmbito do projeto *Vizinhos*, destaque para *Batalhawood*, desenvolvido com a comunidade de Bangladesh, uma das mais antigas e expressivas comunidades imigrantes do Porto e *Vai e Vem*, um circuito de cinema a partir da Filмотeca do Batalha que ocupa durante uma tarde vários espaços conhecidos e outros mais secretos da Praça da Batalha promovendo boas relações de vizinhança.

No âmbito do projeto *Cinema ao Redor*, prevê-se ainda a realização de visitas guiadas e as sessões do *Batalha Quiz* a terem lugar na Cafeteria & Bar do Batalha.

- **Escolas:** relação continuada com a comunidade escolar, através de sessões, debates, materiais pedagógicos e atividades específicas, organizadas em subprogramas como *Cinema para Escolas*, *Proximidade*, *Grupo Professores* e *Big Show*;
- **Indústria e Parcerias:** acolhimento de eventos do setor cinematográfico, como visionamentos técnicos, sessões de imprensa e conferências, em articulação com a *Filmaporto*. Inclui ainda apoio à investigação e à formação especializada, através de parcerias com escolas de cinema e entidades de produção audiovisual;
- **Escrita:** programa contínuo de promoção da reflexão e criação escrita nas áreas do cinema e da imagem em movimento. Inclui publicações próprias e encomenda de textos críticos, materializados em folhas de sala, cadernos temáticos ou edições especiais;
- **Filмотeca e Biblioteca:** os acervos bibliográfico e fílmico continuarão a ser regularmente atualizados. A biblioteca inclui publicações sobre história do cinema, teoria, realizadores e festivais, com ligação direta à programação. A Filмотeca reúne obras audiovisuais relacionadas com o Porto, seja pelo conteúdo, autoria ou contexto de produção, abrangendo ficção, animação, documentário e registos experimentais.

## b) Filmaporto – *film commission*

Para o período de 2026 a 2030, a Filmaporto – *film commission* continuará a desenvolver a sua missão de promoção da cidade do Porto como um destino de excelência para produções audiovisuais. A sua ação incidirá na facilitação de processos de licenciamento, apoio à produção, articulação com agentes do setor e promoção estratégica do território em contexto nacional e internacional.

Entre as principais áreas de intervenção previstas para este quadriénio, destacam-se:

- **Programas de apoio:** além das *Bolsas Filmaporto*, a atribuição anual de cinco bolsas destinadas ao financiamento de projetos realizados integralmente na cidade do Porto, a Filmaporto pretende implementar mais dois concursos públicos, um destinado à promoção de projetos ainda em fase embrionária em mercados e feiras intercionais, destinado a produtores locais, e outro focado na exibição e distribuição de obras de cinema produzidas por produtores locais, orientada a distribuidores e exibidores de filmes;
- **Exibição de filmes e projeção de projetos locais:** organização de sessões mensais dedicadas à exibição de filmes realizados na cidade ou por realizadores locais, em articulação com o Batalha Centro de Cinema, promovendo a visibilidade da criação audiovisual local. Procurar, igualmente, dar a conhecer projetos de produtores locais em eventos fora da cidade, onde a indústria internacional estará representada;
- **Sustentabilidade no cinema e no audiovisual:** reforço da promoção de práticas sustentáveis na produção cinematográfica, através da divulgação de boas práticas, ações de sensibilização e articulação com iniciativas europeias e internacionais no domínio da sustentabilidade cultural. Criar um guia de práticas sustentáveis para filmagens na cidade do Porto, que tenha em conta as idiossincrasias da cidade, assim como as possibilidades que esta oferece para garantir produções mais ecológicas;
- **Comunicação:** consolidação da estratégia de comunicação institucional da Filmaporto, com destaque para a promoção pública dos projetos apoiados que irão estrear no período 2026–2030, e valorização dos impactos no território;
- **Contactos com o setor:** participação em festivais e mercados internacionais de cinema e audiovisual, com o objetivo de captar novas produções, conhecer tendências e reforçar as redes de cooperação com estruturas de promoção do território e representantes da indústria audiovisual;
- **Promoção do território:** identificação e valorização das vantagens cénicas, logísticas e técnicas da cidade e da região como espaço privilegiado para filmagens. Este eixo inclui o desenvolvimento de materiais promocionais, a atualização da base de dados técnica e a disponibilização de conteúdos digitais para produtores e profissionais;
- **Relações institucionais:** aprofundamento da articulação com a plataforma *Greater Porto*, promovendo a harmonização de procedimentos de licenciamento nos municípios do Porto, Gaia e Matosinhos e facilitando a interlocução com produtores internacionais;
- **Empregabilidade e formação:** reforço da ligação entre profissionais da cidade e estruturas de produção, através de bases de dados especializadas, ações de capacitação e parcerias com associações e sindicatos do setor audiovisual;
- **Location scouting:** expansão do serviço de prospeção de locais de filmagem no concelho do Porto, de acordo com os requisitos técnicos e estéticos das produções, incluindo mediação entre produtores e parceiros locais, e articulação com outras *film commission* nacionais e internacionais;
- **Simplificação burocrática:** criação de um formulário único digital para licenciamento de filmagens e determinar uma taxa de filmagem, aplicável a projetos com fins comerciais e lucrativos, de forma a tornar mais justa e honesta a relação do audiovisual com a cidade;
- Promover estudos sobre o impacto social e económico do setor audiovisual e cinematográfico na cidade.

Estas linhas de ação procurarão, em conjunto, fortalecer a atratividade da cidade enquanto centro de criação, produção e exibição cinematográfica, contribuindo para o desenvolvimento sustentado do setor audiovisual no Porto.

✓  
5 6

### c) Apoios e Coproduções de Cinema

Entre 2026 e 2030, a Direção de Cinema e Imagem em Movimento continuará a desenvolver uma política de coprodução e apoio a iniciativas de exibição cinematográfica com impacto relevante na vida cultural da cidade do Porto.

O apoio a festivais e mostras será atribuído com base em critérios que valorizam a diversidade estética e temática das propostas, a representatividade geográfica, geracional e de género, a qualidade curatorial, o trabalho de mediação com públicos e a abrangência dos formatos e escalas. Serão privilegiadas iniciativas que promovam o acesso à criação cinematográfica por parte de públicos diferenciados, incluindo crianças, jovens, adultos e populações com menor acesso à cultura.

O conjunto de apoios abrangerá festivais de diferentes naturezas – internacionais, locais, emergentes ou consolidados – bem como estruturas de exibição contínua e projetos com especial relevância na dinamização do tecido cultural da cidade.

Paralelamente, será mantido o desenvolvimento do projeto *Tripass*, que promove o acesso facilitado à programação das principais salas de cinema da cidade (Batalha, Trindade e Passos Manuel), incentivando hábitos regulares de fruição cinematográfica e fortalecendo a relação entre as salas e os seus públicos.

Esta linha de ação será continuamente acompanhada, com base em indicadores de participação, diversidade de programação, envolvimento comunitário e contribuição para o ecossistema cinematográfico local.

### d) Sustentabilidade

A Direção de Cinema e Imagem em Movimento reconhece a sua responsabilidade na adoção de práticas sustentáveis e na promoção ativa de uma cultura ambientalmente consciente. Em resposta à emergência climática, o compromisso com a sustentabilidade será transversal a todas as áreas de intervenção da DCIM durante o quinquénio 2026–2030.

Serão reforçadas as medidas já implementadas, com o objetivo de reduzir a pegada ecológica das atividades e assegurar uma gestão responsável dos recursos naturais, humanos e tecnológicos. Entre as ações prioritárias previstas, destacam-se:

- **Funcionamento sustentável dos equipamentos:** continuidade da utilização de projetores de cinema DCP com tecnologia laser, com elevada durabilidade e menor necessidade de substituição, contribuindo para uma redução significativa do consumo energético;
- **Desmaterialização de suportes físicos:** manutenção da programação da Filmoteca e de outras iniciativas em formato digital, evitando o uso de DVDs, Blu-rays e outros formatos poluentes;
- **Digitalização do transporte de conteúdos:** substituição sistemática do envio físico de cópias de filmes por sistemas de transferência digital em alta velocidade, reduzindo significativamente a pegada carbónica associada ao transporte internacional e nacional de conteúdos audiovisuais;
- **Mobilidade consciente:** sempre que possível, priorização de viagens de comboio para deslocações de equipa e convidados, com recurso a transporte aéreo apenas quando estritamente necessário;
- **Consumo alimentar responsável:** manutenção de uma oferta alimentar acessível, saudável e sustentável no serviço de cafetaria e bar do Batalha, com enfoque em produtos frescos, locais e sazonais, promoção de opções vegetarianas, e eliminação progressiva de embalagens descartáveis e alimentos de alto impacto ambiental;
- **Redução de resíduos:** distribuição de garrafas e copos reutilizáveis à equipa e aos convidados, complementada pela existência de pontos de água potável e filtrada no edifício;
- **Programação crítica e educativa:** inclusão de temáticas ecológicas na programação do Batalha, em especial no programa *Escolas*, com sessões dedicadas à crise climática, relações entre sociedade e natureza e práticas sustentáveis;
- **Monitorização ambiental:** desenvolvimento e aplicação de indicadores para avaliação da pegada ecológica dos projetos desenvolvidos e apoiados, permitindo melhorar os processos internos e definir metas ambientais claras.

Estas medidas integram um plano de sustentabilidade cultural que visa não só a redução do impacto ambiental direto da DCIM, mas também a sensibilização dos seus públicos e parceiros para um compromisso ecológico ativo e contínuo.



## e) Acessibilidade e Inclusão

A Direção de Cinema e Imagem em Movimento assume a acessibilidade e a inclusão como princípios estruturantes e transversais à sua atuação. Estes valores orientam não apenas a forma como os espaços e serviços são disponibilizados, mas também os conteúdos programáticos, os modelos de participação e os públicos que se procuram envolver.

Durante o quinquénio 2026–2030 serão aprofundadas as políticas de acessibilidade física, social e intelectual, tendo como referência boas práticas nacionais e internacionais e uma abordagem colaborativa com parceiros da área da deficiência, da inclusão social e da mediação cultural.

No que diz respeito ao edifício do Batalha Centro de Cinema, classificado como Monumento de Interesse Público desde 2012, continuarão a ser asseguradas as condições necessárias para o acolhimento de pessoas com mobilidade reduzida. O equipamento dispõe de um elevador e de soluções arquitetónicas que garantem o acesso a todos os pisos. Ambas as salas de cinema incluem lugares adaptados, com entrada gratuita para pessoas com mobilidade condicionada e respetivos acompanhantes.

Paralelamente, será reforçado o compromisso com a acessibilidade aos conteúdos programáticos. Assim, estão previstas medidas como:

- Sessões com legendagem para pessoas surdas ou ensurdecidas;
- Legendagem em inglês para a maioria dos filmes falados em português;
- Sessões com interpretação em Língua Gestual Portuguesa;
- Sessões com tradução simultânea para português, quando aplicável;
- Adoção de critérios de programação que favoreçam a diversidade de perspetivas, experiências e representações.

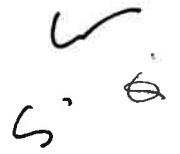
Será também aprofundado o trabalho com públicos com deficiência visual, deficiência intelectual, mobilidade condicionada ou outras necessidades específicas, através da criação de condições que assegurem a participação autónoma e permanente, nomeadamente:

- Desenvolvimento de planos de acessibilidade física, programática e de acolhimento;
- Sessões adaptadas no âmbito do programa *Escolas* e de outros ciclos regulares;
- Formação contínua das equipas para acolhimento inclusivo.

A estratégia da DCIM para o período 2026–2030 prevê ainda a promoção ativa da diversidade nas equipas envolvidas nos projetos, incluindo convidados e especialistas externos, com especial atenção à representatividade geográfica, étnica, de classe, de género e, sempre que possível, de orientação sexual.

O critério de equidade será igualmente aplicado ao acesso à programação e aos serviços do Batalha Centro de Cinema, através de uma política de preços que contempla descontos para estudantes, pessoas desempregadas, seniores, acompanhantes de pessoas com deficiência e titulares de diversos cartões de filiação. O acesso à biblioteca, filmoteca e galeria manter-se-á gratuito.

Por fim, será promovido o envolvimento direto de comunidades sub-representadas na conceção de atividades, reforçando a escuta ativa, a representatividade e a construção de um espaço cultural em que todas as pessoas se sintam acolhidas, reconhecidas e com vontade de participar.



## 3.2 Comunicação e Imagem

**A Direção de Comunicação e Imagem (DCI) assume um papel fundamental no desenvolvimento de uma estratégia de comunicação eficaz e abrangente, que reflete a diversidade das atividades promovidas pela empresa na cidade do Porto.**

Esta direção é responsável pela execução de ações de comunicação que contribuem significativamente para a visibilidade e notoriedade da Ágora e, por consequência, do município do Porto, promovendo a marca “Porto.” de forma consistente.

O trabalho da DCI passa pelo planeamento e execução de uma política de comunicação integrada, que assegura o controlo de todas as ações e a articulação com a Câmara Municipal do Porto. Este esforço coordenado visa garantir a disseminação eficaz de materiais informativos assim como a gestão rigorosa dos suportes de comunicação associados a eventos e outras iniciativas municipais. A promoção da marca “Porto.” é uma prioridade, sendo respeitadas todas as normas do Manual de Identidade, que conferem uniformidade à imagem institucional e reforçam a sua presença tanto a nível local como nacional.

Para além da produção de conteúdos informativos escritos e da coordenação da presença da Ágora nas redes sociais, esta direção tem um papel central na validação dos suportes de comunicação de eventos, sejam eles organizados diretamente pelo Município ou em coprodução com entidades externas.

O contacto com os meios de comunicação social também é uma das suas atribuições, permitindo uma maior amplificação das iniciativas e projetos que vão desde a cultura ao desporto, passando pelo entretenimento e lazer.

Entre os projetos mais recentes destaca-se a Agenda Porto, uma publicação editorial de carácter mensal, lançada em 2024, que visa agregar e divulgar a vasta oferta cultural, desportiva e de entretenimento da cidade. A Agenda, distribuída em formato impresso e digital, tem-se afirmado como um importante veículo de informação, reunindo eventos de várias entidades e facilitando o acesso a um público diversificado. O projeto complementa-se com a criação de conteúdos editoriais que valorizam o património, as pessoas e a dinâmica cultural do Porto.

Signatária do Pacto do Porto para o Clima, a Ágora tem vindo a investir em projetos de sustentabilidade, como é exemplo o projeto de *upcycling*, que promove a reutilização criativa de materiais em novos contextos. Este projeto alia a vertente ambiental a uma importante componente social, ao envolver reclusos no processo de criação, permitindo-lhes uma remuneração e contribuindo para a sua reintegração.

Entre as iniciativas mais ambiciosas e com grande impacto para a cidade está o projeto de comunicação para ativar e promover o futuro polo cultural do Matadouro, que integrará o Museu das Convergências. Este projeto cultural, de enorme relevância para a zona oriental da cidade, pretende promover não só o novo equipamento, mas também a sua relação com os munícipes, particularmente os residentes em Campanhã. Atualmente, está a ser desenvolvido um plano de conteúdos digitais, com o objetivo de aproximar o Matadouro – Centro Cultural do Porto à cidade, estabelecendo pontes entre o património humano e material de Campanhã e o restante território municipal.

Este projeto de comunicação poderá integrar iniciativas no terreno, direcionadas para os habitantes da zona Oriental, criando um espaço de diálogo entre o centro cultural e os munícipes, potenciando a interação entre a cultura e o quotidiano das pessoas que ali vivem e trabalham.

No que respeita à comunicação digital, a DCI tem também apostado no desenvolvimento de novos formatos, como o *podcast Porto de Alta Competição*, que conta já com duas temporadas. Esta série semanal aproxima o público das histórias dos atletas e dos desafios enfrentados no mundo do desporto, numa estratégia que procura atrair audiências mais jovens, explorando as potencialidades do meio digital.

Desta forma, a DCI reforça o seu compromisso com uma comunicação dinâmica e inovadora, que reflete a pluralidade de iniciativas culturais e desportivas que marcam a cidade do Porto, contribuindo para o seu desenvolvimento e para o fortalecimento da sua identidade.



### 3.3 Desporto

O desporto faz parte da identidade e da história da cidade do Porto. Promover o desporto e a atividade física são fatores determinantes na construção de um Porto que se quer cada vez mais coeso, inclusivo, moderno e sustentável. A exemplo de outras áreas, esse é também um desígnio e uma das metas a perseguir pela Ágora. Para além de contribuir para o bem-estar físico e mental, o desporto tem um papel importante na ajuda em ultrapassar problemas como a exclusão, a desigualdade, o racismo e a xenofobia, e contribui para a formação e educação dos jovens e para a qualidade de vida de todos.

Nos últimos anos, o desporto e a atividade física registaram um grande desenvolvimento na cidade do Porto, com a criação de novas infraestruturas desportivas e a renovação das existentes, a realização de novos programas desportivos informais, muitos deles de cariz inovador e inclusivo e ainda a aposta em eventos desportivos de dimensão nacional e internacional, com relevante impacto económico.

Em 2025, a Ágora continuará a aposta no desporto e na consciencialização dos munícipes para a prática regular do exercício físico, promovendo estilos de vida saudáveis e reduzindo comportamentos sedentários, independentemente da idade, género ou condição.

#### Objetivos gerais

O desporto e a prática da atividade física constituem uma componente importante do quotidiano dos munícipes, com reflexos diretos na sua qualidade de vida.

Sob a orientação estratégica do Pelouro do Desporto, a Ágora dá resposta a esse desígnio, promovendo e fomentando a atividade desportiva regular, quer *indoor*, com especial incidência nas infraestruturas desportivas municipais, quer *outdoor*, através do desenvolvimento de programas regulares ao ar livre e no apoio ou organização dos mais diversos eventos desportivos no espaço público.

---

#### Objetivos estratégicos

Os principais eixos estratégicos da Direção de Desporto da Ágora são:

- Promover a prática da atividade física e desportiva mediante a renovação dos programas existentes e a dinamização de novos eventos desportivos;
- Alargar a rede municipal desportiva da cidade e implementar novos equipamentos desportivos;
- Requalificar e modernizar as infraestruturas desportivas da cidade através de investimentos criteriosos, por exemplo, ao nível das suas acessibilidades, garantindo elevados índices de satisfação dos utilizadores;
- Implementar políticas de descarbonização nas infraestruturas desportivas contribuindo de forma determinante para a mitigação das alterações climáticas;
- Reforçar a aposta no associativismo, desenvolvendo parcerias com clubes e associações da cidade de forma a promover a atividade física informal e a prática desportiva federada;
- Garantir a gestão eficiente, integrada e global do parque desportivo da cidade, capaz de garantir a sua maximização e rentabilização;
- Valorizar o desporto no seu todo, desde o desporto de alta competição à atividade física informal, envolvendo os vários intervenientes desportivos da cidade;
- Dinamizar espaços e locais *outdoor*, promovendo estilos de vida e comportamentos saudáveis, por forma a promover a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida dos portuenses.



5  
6



## Programas Municipais de Atividade Física

Aproveitando as condições únicas que o Porto oferece para a prática desportiva ao ar livre, são desenvolvidos vários programas regulares gratuitos, que tornam a atividade física acessível a crianças, jovens e adultos. A prática de programas inclusivos, nomeadamente a pessoas com deficiência será sempre uma aposta da Ágora, criando, desta forma, uma oportunidade desportiva para todos.

Apresentamos, assim, o plano de atividades para 2026-2030:

### Desporto informal

- Alargar a prática desportiva informal, aproveitando não só os parques, os jardins e as praias da cidade, mas também os equipamentos desportivos municipais para atividades gratuitas, integradoras e diferenciadoras, foi claramente um objetivo identificado e concretizado nos últimos anos e que se pretende potenciar nos próximos anos. O desporto informal tem vindo a preencher um espaço vital da cidade, constituindo-se, cada vez mais, como uma alternativa às infraestruturas desportivas tradicionais;
- Motivar a cidade para o desporto informal implica apostar em novos percursos de corrida e de caminhada, tanto na zona ribeirinha como em espaços verdes, nomeadamente no Parque da Cidade e no Parque da Pasteleira, a exemplo do percurso já existente no Parque Oriental, cuja procura tem superado as expectativas;
- No que se refere à modalidade de Orientação, o Porto disponibiliza percursos permanentes que permitem combinar exercício, competição e descoberta no Parque da Cidade, no Parque do Covelo e no Parque de São Roque. Para os próximos anos, propomos a reformulação dos circuitos, com nova sinalização, novos percursos e novos locais de prática.

### Programas desportivos

Nos últimos anos, a cidade do Porto tem vindo a assumir uma forte liderança na área desportiva, reconhecida pela diversidade de programas desenvolvidos e pela democratização da prática desportiva na cidade.

Seguindo as novas tendências desportivas da população, a Ágora aposta no próximo quinquénio nos seguintes programas desportivos:

#### No Porto a Vida é Longa e Saudável-Mente

Uma vez atingida a consolidação de outros programas que abrangem variadas faixas etárias, com o programa *No Porto a Vida é Longa*, é possível alargar não só a duração, mas também a dimensão de programas dirigidos aos munícipes mais idosos.

O programa *Saudável-Mente* é dirigido a maiores de 60 anos e tem como objetivo melhorar a mobilidade e proporcionar o maior convívio combatendo o isolamento social, fomentando o envelhecimento ativo e saudável, aumentando a resistência física e promovendo o equilíbrio e a agilidade. Desde setembro de 2023 que este programa foi alargado à Piscina Municipal Eng. Armando Pimentel, em adenda à sessão que semanalmente ocorre na Piscina Municipal da Constituição. Um programa já enraizado e que, nos próximos anos, irá continuar a chegar aos munícipes que procuram o equilíbrio físico e mental.



### Desporto no Bairro

Um programa para promover e incentivar o desporto nos bairros da cidade, nomeadamente através do breaking, modalidade que em 2024 estreou no programa olímpico. Com o objetivo de atrair e criar paixão nos jovens através do desporto e da cultura urbana, contribui assim para um novo rumo pessoal e/ou profissional.

Depois do sucesso no ano de estreia em 2020, o programa teve continuidade em 2021, desta vez alargando o seu âmbito a 14 bairros da cidade e introduzindo duas novas modalidades: o surf e o skate. Em 2022, 2023 e 2024 foi também incluída a modalidade de *street basket* e foi alargado o número de locais de prática, chegando a 17 zonas da cidade. Na primeira edição, o *Desporto no Bairro* contou com 600 participantes, na segunda edição 800, na terceira cerca de 1000 e na quarta edição foram já cerca de 1.100 os jovens que participaram no programa.

Os participantes mais assíduos contam, desde 2024, com bolsas de apoio que permitem a frequência regular e gratuita nas várias modalidades, durante um ano. Em 2025 foi adicionada uma nova modalidade ao programa - o rãguebi -, tendo em vista possibilitar aos jovens uma oportunidade de virem a ser integrados nas equipas de competição dos clubes da cidade, atendendo ao interesse crescente nesta modalidade. Atendendo à forte adesão registada em todas as edições, o *Desporto no Bairro* apresenta todas as condições para continuar a contribuir para um desenvolvimento pessoal de jovens em contexto desfavorável para a prática de desporto.

### Aulas gratuitas de skate

Considerando a grande procura e evolução desta modalidade olímpica na cidade do Porto, especialmente junto do público mais jovem, promovem-se aulas gratuitas no Skatepark de Ramalde. Nos últimos anos, foram implementadas aulas semanais em dois níveis: um de iniciação, e outro nível mais avançado, para todos os que pretendem aperfeiçoar a sua técnica. Estas aulas gratuitas vão manter-se em 2026 e adiante, dada a crescente procura e interesse por esta modalidade.

### Mini Zen

Programa iniciado em 2025, que consiste em aulas gratuitas de ioga e meditação direcionadas a crianças dos 5 aos 12 anos. As aulas são adaptadas às idades dos destinatários e orientadas por profissionais.

Esta iniciativa decorre em simultâneo e no mesmo espaço ao programa *Dias com Energia*, de forma a permitir que pais e filhos possam frequentar as diferentes sessões em simultâneo.

### Porto Saudável

Um programa de caminhadas orientadas por técnicos de educação física, que tem como principal objetivo o combate ao sedentarismo, promovendo a saúde física e mental dos participantes. Com a extensão de aproximadamente 5 km, os percursos têm passagem em vários monumentos históricos e outros pontos de interesse da cidade, aliando, desta forma, o desporto à cultura e ao património da cidade que nos une.

Em 2026, será dada continuidade ao programa com duas temporadas de atividade física gratuita, transversal a toda a população, a decorrer em diversos locais na cidade do Porto.



### Mergulho para Todos

Em 2024 e 2025, foram dinamizados dois cursos gratuitos por ano. Com esta iniciativa é possível oferecer cursos de mergulho para munícipes do Porto, maiores de 15 anos, com um limite máximo de 8 formandos por curso, que permite um conhecimento teórico e prático do mergulho, permitindo a formação necessária para mergulhar, de forma autónoma e em segurança num ambiente de piscinas e/ou águas confinadas. Cada um dos cursos conta com cerca de 20 horas de formação, divididos em seis módulos teóricos e seis módulos de piscina (práticos), e decorreram nas instalações da Piscina Municipal Eng. Armando Pimentel. Atendendo à intensa procura verificada em todas as aberturas de inscrições e ao retorno de satisfação dos lecionandos, em 2026 propomos a continuidade deste programa.

---

### Porto.ComVida

De julho a setembro, a Ágora implementou um novo programa desportivo municipal que decorreu nos ginásios “a céu aberto” instalados em 2022. Sempre ao sábado, e em três espaços (Edifício Transparente, Parque do Covelo e Parque de São Roque) com caráter semanal, entre as 10h00 e as 11h00, o programa *Porto.ComVida* desafia a população a juntar-se a uma aula de fitness e manutenção.

Este programa acrescenta mais uma oferta de estímulo da prática de atividade física, que surgiu a partir das conclusões do estudo “Porto Ativo”, elaborado em parceria com a Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

---

### Missão Férias@Porto

O programa *Missão Férias@Porto – Campos de Férias* apresenta uma oferta desportiva, cultural e de animação, organizada por semanas temáticas, em que se incluem mais de 30 atividades dirigidas aos vários escalões etários e adaptadas à sua condição física. A oferta da componente desportiva inclui modalidades como o atletismo, andebol, basquetebol, badminton, bowling, dança, esgrima, minigolfe, tiro com arco, surf, skate, voleibol ou xadrez. Por outro lado, são também programadas visitas a museus, praias, jardins, parques urbanos, oficinas de alimentação e ciência, sessões de magia, entre outras atividades.

A adesão ao programa em 2024 traduziu-se na disponibilização cerca de 4.400 vagas nas três épocas do programa, Páscoa, verão e Natal, distribuídas em seis polos (Complexo Desportivo do Monte Aventino, Pavilhão do Viso, Pavilhão Leonardo Coimbra, Pavilhão Pêro Vaz de Caminha, Pavilhão da Areosa e Pavilhão Manoel de Oliveira), registando 4.317 inscrições.

Atingido o maior número de inscrições de sempre na edição de 2024 da *Missão Férias@Porto*, pretende-se, nos próximos anos, a consolidação da oferta deste programa, quer em número de polos, quer em número de inscrições, através do alargamento da oferta de atividades desportivas e com o estabelecimento de novos protocolos e parcerias.

Cientes das novas dinâmicas desportivas que se desenvolveram nos últimos anos, tornando evidente a crescente procura por atividade física e desportiva realizada ao ar livre, a Ágora, no cumprimento dos seus objetivos, pretende continuar a fomentar iniciativas de desporto informal e ainda o alargamento de programas desportivos a novos locais da cidade e com aulas diferenciadoras, procurando abranger um leque alargado de diversas faixas etárias da população.

✓  
5 6

## Outros programas desportivos

### Oferta diversa

O programa *A Rua é Nossa* e o *Wanderlust* – um dos maiores eventos de meditação e *mindfulness*, têm por objetivo a promoção da atividade física e a animação nas ruas e jardins da cidade. Este tipo de atividades desportivas, dirigidas à população em geral e abertas à participação de famílias, enquadra-se na estratégia de promoção de saúde e bem-estar do Município do Porto.

Todos estes projetos, conciliados com o conceito do programa *Dias com Energia*, pretendem ser a base da oferta desportiva na cidade, indo ao encontro dos interesses do público.

O *Estádio de Praia*, instalação desportiva sazonalmente instalada na Praia Internacional do Porto, continuará a constituir a grande aposta nos desportos de verão, entre os meses de junho e setembro, com a realização de um elevado número de atividades de competição e lazer, tendo vindo a estreitar-se novas modalidades, como o hóquei de praia, *teqball*, *cross-training* e *street basket*, esta última modalidade olímpica.

Para os próximos anos, prevê-se a maturação das novas modalidades de desportos em areia adicionadas nos últimos anos, assim como no aumento do número de atividades paralelas na zona envolvente do recinto, com iniciativas desportivas e de lazer, enriquecendo a programação paralela às competições que decorrem no interior do recinto.

### Apoios

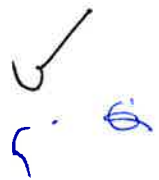
O Município do Porto tem vindo a realizar um considerável reforço do apoio aos clubes, associações, coletividades e atletas, procurando dar resposta às necessidades mais prementes dos vários agentes desportivos da cidade.

Pretende-se alargar esta oferta a cada vez mais atletas. Serão igualmente reativadas parcerias e alargadas as existentes, no sentido de fomentar o número de praticantes federados.

A linha de incentivo anual *Retorna Desporto*, lançada em 2021 tem vindo a ser reforçada. Destinada aos clubes e associações da cidade para a aquisição de material desportivo e médico-desportivo, continuará, em 2026, a funcionar como um apoio regular.

O *Programa de Patrocínio a Atletas de Alto Rendimento e de Elevado Potencial Desportivo*, foi também reforçado em 2025, representando mais do dobro do valor atribuído na primeira edição: passou de 107 mil euros em 2023 para 248 mil euros em 2025, e permitiu, este ano a atribuição do apoio a 92 atletas. Esta linha, destinada a atletas individuais, terá um impacto substancial na preparação e participação em provas nacionais e campeonatos internacionais, projetando o nome da cidade e do país.

Também o reforço substancial dos apoios nas inscrições dos atletas das diversas modalidades e a garantia da realização de exames médico-desportivos em instituições de referência, são também medidas a manter no período de 2026–2030, reforçando a aposta do município do Porto no desporto de formação, desporto adaptado e desporto feminino.



## Provas Desportivas

A Ágora valoriza o desporto no seu todo, apoiando a realização dos mais variados eventos na cidade, em parceria com clubes, associações, juntas de freguesia e autarquias da Frente Atlântica.

### Plano de atividades para 2026

O Porto continua a ser um palco privilegiado para a realização das mais diversas provas desportivas, tendo nas corridas de estrada o seu número mais expressivo de participantes. Nesse âmbito, são várias as provas realizadas no espaço público da cidade, com um crescente número de inscritos, destacando-se a **Meia Maratona do Porto**, a **Maratona do Porto** e a **São Silvestre do Porto**.

Outras provas desportivas relevantes realizadas na cidade, com perspetiva de continuidade:

- O **Meeting de Atletismo do Porto**, atualmente considerado o maior torneio juvenil do país, envolvendo mais de 400 jovens atletas;
- O **Porto & Matosinhos Wave Series**, um evento que além de acolher algumas das mais importantes competições nacionais nas modalidades de surf, longboard, bodyboard, skimboard e stand-up paddle, junta ainda uma vertente didática e solidária, com batismos de surf para crianças carenciadas e ações de surf adaptado para crianças e jovens com mobilidade reduzida;
- As competições realizadas no **Estádio de Praia**, que todos os anos decorrem na Praia Internacional do Porto durante os meses de verão. O andebol de praia, o voleibol de praia, e o beach rugby, pela forte adesão de atletas e público, são já uma referência nacional. Nos últimos anos estrearam-se várias modalidades na cidade, que têm registado um crescente número de praticantes a nível nacional, como o street basket, o teqball, ou o cross training;
- O **World Battle**, que traz ao Porto alguns dos melhores atletas de *breaking* do mundo. Um acontecimento que reúne atividades de formação em vários pontos da cidade, competições comunitárias de dança urbana, com acesso inclusivo para as comunidades desfavorecidas, e o evento principal que teve, em 2022, o Coliseu do Porto Ageas como palco da final. Em agosto de 2023, a anteceder o World Battle e, pela primeira vez na cidade do Porto, teve lugar o **Breaking for Gold World Series**, uma competição mundial certificada pela World Dance Sport Federation (WDSF), com a participação de mais de 300 atletas de 60 países. Esta competição atribuiu pontos para o *ranking* de acesso aos Jogos Olímpicos de Paris 2024. De realçar que apenas se realizam cinco World Series a nível mundial, tendo sido o Porto uma das cidades escolhidas para acolher esta fase da competição.  
Já em 2024, foram adicionadas várias atividades ao evento – competições de BMX e trotinantes, que reforçaram o impacto do World Battle na cidade. Paralelamente, a Liga Pro Skate foi igualmente realizada no parque exterior da Alfândega, o que elevou ainda mais a dinâmica dos desportos urbanos durante o evento.
- O **Porto International Cup**, um torneio internacional de futebol juvenil nos escalões de sub-11, sub-15, sub-17, e sub-19, com mais de 40 equipas e 800 atletas, de dez países, que se realiza em várias instalações desportivas da cidade. Em 2025 decorreu no Parque Desportivo de Ramalde/INATEL, Campo do Outeiro, Estádio Universitário do Porto e Campo da Ervilha.
- Em 2026, o boxe marcará novamente presença no calendário desportivo da cidade, com o **Porto Box Cup**, evento que contará com mais de 700 participantes, representando perto de 20 países. Serão instalados quatro ringues no Pavilhão Municipal Nicolau Nasoni, que vão acolher competições de seis categorias: benjamins, infantis, cadetes, juniores, seniores e elite;
- Em 2026, o Porto voltará a acolher o **Porto Open**, um dos torneios de ténis com maior dimensão e prestígio organizado na cidade do Porto, no Complexo Desportivo do Monte Aventino. Em 2023, foi promovido de ATP Challenger 80 a ATP Challenger 125, o que elevou consideravelmente o nível do torneio, dotando-o de um prize-money de 145.000 euros. Conta com um quadro de qualificação de singulares, quadro de pares e quadro principal de pares;



✓  
5-6

- **420 & 470 Junior European Championship 2025:** entre os dias 20 e 27 de julho, a decorrer nas cidades do Porto, Vila Nova de Gaia e Matosinhos. Trata-se de um evento de dimensão internacional, que reúne os melhores jovens velejadores das classes 420 e 470. Estas classes, sendo uma olímpica e outra de formação olímpica, representam o mais alto nível de desempenho e dedicação da Vela. Com várias regatas ao longo de uma semana, o campeonato contará com a presença de 500 velejadores;
- **Campeonato do Mundo de Vela – Classe 29er:** revisto para a primeira semana de agosto, entre os dias 1 e 8, o Campeonato do Mundo – Classe 29er reforça a aposta do município do Porto nas provas internacionais de vela, dando sequência aos campeonatos europeus de 49er, realizados em 2015 e 2017.  
Esta competição internacional serve de preparação para a classe olímpica 49er. São esperados aproximadamente 250 barcos, num total de 500 velejadores e 100 treinadores;
- **Douro Bridges – Porto & Gaia Open Water,** uma iniciativa criada em 2022 e que terá continuidade em 2025. Recuperou uma tradição “adormecida” desde finais da década de 70. Procura recriar a “Travessia do Porto a Nado” que teve a primeira edição em 1916. Integra o Circuito Nacional de Águas Abertas e decorre sob a égide da Federação Portuguesa de Natação.

---

#### Eventos desportivos internacionais

**Os grandes eventos desportivos também fazem parte do plano de atividades da Ágora, sendo uma mais-valia para a economia local e contribuem para a projeção internacional da cidade.**

Constituem exemplos desta estratégia eventos como o Campeonato do Mundo de Motonáutica – F1 H20 (2015), o Campeonato do Mundo de Ralis – Porto Super Special Stage (2016, 2018, 2021 e 2022), a organização da Liga das Nações da UEFA (2019), da Final da Liga dos Campeões (2021), a Liga Pro Skate (2021 a 2024), a Volta a Portugal em Bicicleta (2019 e 2022), a Final Four da Liga dos Campeões de Hóquei em Patins (2024) e ainda o Mimosa Open.

É objetivo da Ágora dar continuidade a esta estratégia nos próximos anos, atraindo para a cidade um conjunto de grandes eventos desportivos, com impacto significativo na economia local e, simultaneamente, capaz de ajudar a promover a marca e o destino “Porto” a nível nacional e internacional.

Para os próximos anos, pretende-se continuar a projetar a cidade do Porto através da realização de grandes competições internacionais, como reconhecimento da sua importância para a atividade física e desportiva, procurando apostar em eventos que integrem os princípios de desenvolvimento sustentável em termos ambientais, sociais e económicos.

Nessa estratégia, estão englobados os seguintes eventos:

- Torneio internacional de padel;
- Festival de desportos urbanos;
- Prova internacional de vela;
- Etapa internacional de voleibol de praia;
- Torneio internacional de râguebi.



h e

## Infraestruturas desportivas

Para 2026 e anos seguintes, a Ágora tem o objetivo de prosseguir com a sua política de adequar a rede de oferta desportiva à crescente procura, mediante o alargamento da rede de pavilhões municipais, polidesportivos de exterior e modernização das infraestruturas e dos equipamentos desportivos.

### Objetivos gerais

A cidade do Porto dispõe de instalações municipais que têm vindo a ser requalificadas e modernizadas, com vista a potenciar a sua utilização e dar resposta à crescente procura.

Entre pavilhões, piscinas e campos da Rede Municipal de Instalações Desportivas (RMID), foram executadas diversas empreitadas, com vista a elevar os níveis de conforto e de qualidade dos espaços.

As diversas intervenções realizadas contribuíram para a conservação, recuperação, modernização e melhoria das seguintes infraestruturas desportivas:

- As piscinas da RMID, com especial foco nas Piscina da Constituição e Cartes, após obras de beneficiação, reabriram ao público no dia 2 de setembro de 2024, dotando a Piscina da Constituição de um novo sistema de Gestão Técnica Centralizada e a Piscina de Cartes um novo sistema de filtragem, único em Portugal;
- Os pavilhões municipais, com intervenções efetuadas ao nível das instalações, em particular no tratamento e pinturas de superfícies nos pavilhões Pêro Vaz de Caminha, Fontes Pereira de Melo, Viso e Nicolau Nasoni e, ainda, a substituição integral do piso do Pavilhão Irene Lisboa;
- Empreitadas de requalificação dos Polidesportivos de exterior, nomeadamente, nas escolas António Nobre, Manoel Oliveira, Pêro Vaz de Caminha, Areosa, Leonardo Coimbra e Viso;
- Os campos da RMID, englobando o Campo dos Choupas, Campo do Viso, Parque Desportivo de Ramalde/INATEL, Campo de Futebol do Parque da Cidade e Campo Municipal do Outeiro, foram também objeto de melhorias, com especial incidência na Fase II da obra de construção do Campo de Futebol/Rugby e zona de lançamentos de atletismo e tiro com arco no Parque Desportivo de Ramalde/INATEL. Em outubro foi iniciada a obra do Campo Municipal de Campanhã. Este novo espaço desportivo do Porto, situado entre a Rua de Justino Teixeira e as piscinas municipais, terá as dimensões regulamentares, um relvado sintético e um sistema automático de irrigação e servirá os clubes da cidade. O projeto contempla igualmente a edificação de várias estruturas de apoio, assim como de uma bancada coberta, com capacidade para 488 espectadores e com lugares adaptados para pessoas com mobilidade reduzida. Prevê-se que a obra tenha a duração aproximada de ano e meio, estando a sua conclusão prevista para abril de 2026.

Em finais de 2022, foi deliberado desenvolver um estudo da situação atual das acessibilidades dos pavilhões, campos e piscinas municipais sob gestão da Ágora, no âmbito do regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público (Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 125/2017, de 4 de outubro e mais recentemente pelo Decreto-Lei n.º 95/2019, de 18 de julho).

O objetivo do trabalho, entretanto desenvolvido, traduziu-se na elaboração de relatórios individuais, organizados por instalação, com a representação das situações que não cumprem a legislação, bem como das soluções necessárias ao seu cumprimento, por forma a garantir e assegurar os direitos das pessoas com necessidades especiais que frequentam as referidas infraestruturas e se confrontam com barreiras arquitetónicas, impeditivas de uma participação pública ativa e integral, resultantes de fatores permanentes ou temporários, de deficiências de ordem intelectual, emocional, sensorial, física ou comunicacional.

Após a apresentação do estudo, a Direção de Desporto e a Direção de Manutenção deram início a um plano de intervenção de melhoria de acessibilidades na generalidade das instalações, nomeadamente nas piscinas municipais, com eliminação de inúmeras barreiras arquitetónicas e instalação de equipamentos facilitadores para pessoas com mobilidade reduzida.

Até ao final de 2025 pretende-se realizar trabalhos de adaptação, garantindo a acessibilidade aos edifícios e espaços desportivos, com ganhos de funcionalidade para todos aqueles que frequentam as instalações municipais.

5 ✓ 6

**Nesse contexto, as medidas previstas para os próximos anos são:**

- Construção de um multiusos com capacidade para receber grandes eventos desportivos, constitui mais um grande desafio do desporto na cidade. Considerando modalidades como o andebol, o basquetebol, o badminton, o futsal, o hóquei em patins, o voleibol, entre outras. Em fase ainda embrionária, este projeto é a grande aposta na centralidade e promoção do desporto na cidade;
- Na Piscina Municipal da Constituição prevê-se a reformulação da área atualmente ocupada pela bancada em outrora destinada ao público. Nesse espaço, será criada uma sala multiusos e novos balneários de uso comum, com o objetivo de aumentar a capacidade desta instalação desportiva, assim como permitir a integração de novas modalidades desportivas;
- Na Piscina Municipal Eng. Armando Pimentel e, a exemplo do efetuado nas restantes piscinas, pretende-se proceder à instalação de um novo sistema de gestão técnica centralizada;
- No Campo do Viso, está prevista para 2025 uma empreitada de requalificação do piso sintético. Esta obra permite que esta instalação desportiva se torne uma referência nacional na modalidade de hóquei em campo, uma vez que a nível nacional são escassas as infraestruturas desportivas aptas à prática desta modalidade;
- Para os anos de 2026 a 2030, seguindo o caminho trilhado pela cidade do Porto rumo à neutralidade carbónica aquando da assinatura do Pacto para o Clima e partindo do pressuposto de que o Porto será líder, a nível nacional na ação climática, levar-se-á a cabo um conjunto de ações para cumprir este importante desígnio, nomeadamente a colocação de painéis solares térmicos e fotovoltaicos em todas as instalações desportivas.

O sucesso do modelo de desenvolvimento desportivo na cidade resulta do envolvimento, da dinâmica e do relacionamento existente entre a Ágora, clubes e associações desportivas, no contributo indissociável para a promoção da prática da atividade física e desportiva da comunidade. Nos últimos anos, a Ágora tem dotado a cidade de novas infraestruturas e equipamentos desportivos, pensando nos munícipes, mas também no importante papel desenvolvido pelas associações na formação dos atletas. Com este desígnio, nos próximos anos pretende-se que a Ágora seja uma referência nas instalações desportivas municipais, mais concretamente nas piscinas, com recurso a novas tecnologias para a racionalização e utilização eficiente da água, evitando desperdícios.

**Estão ainda previstas as seguintes medidas e investimentos:**

- Campo de futebol na freguesia de Paranhos;
- Requalificação do relvado da FADEUP, iluminação e sistema de rega;
- Polo desportivo na zona oriental da cidade para a prática de desportos radicais;
- Centro de apoio a desportos náuticos;
- Modernização dos equipamentos desportivos;
- Reforço do apoio ao associativismo desportivo;
- Promoção de uma bolsa de apoio anual dirigida a jovens atletas de alto rendimento e elevado potencial desportivo;
- Alargamento e reforço dos programas informais de atividade física destinados à população sénior;
- Inclusão através do desporto (a partir do programa *Desporto no Bairro*);
- Captação de grandes eventos desportivos de referência nacional e internacional;
- Criação de um Conselho Consultivo do Desporto.



Para além das medidas referidas anteriormente, é também objetivo da Ágora:

- Promover encontros com diversos parceiros institucionais para alargar a oferta desportiva;
- Efetuar uma gestão do parque desportivo da cidade cada vez mais eficiente, integrada e global, capaz de garantir a sua maximização e rentabilização, evitando duplicidades, redundâncias e subutilizações resultantes de uma gestão mais fragmentada;
- Participar, direta ou indiretamente na oferta das atividades lúdicas, físicas, culturais e desportivas realizadas na cidade, defendendo o seu equilíbrio;
- Valorizar a componente competitiva do desporto, dos seus atletas e dirigentes, potenciando os êxitos desportivos, enquanto indutores da boa prática desportiva e da divulgação do nome da cidade no âmbito nacional e internacional;
- Monitorizar a política comercial, garantindo a respetiva competitividade e aplicação a toda a oferta desportiva relacionada com as infraestruturas sob gestão da Ágora, auscultando regularmente o mercado, com vista a implementar soluções de rentabilidade e sustentabilidade a médio e a longo prazo;
- Organizar, atualizar e disponibilizar a oferta desportiva da cidade, garantindo uma base para a análise e deteção de novas oportunidades, de modo a adequar a resposta às necessidades da sua população;
- Supervisionar e acompanhar as atividades físicas e desportivas das atividades de enriquecimento curricular, permitindo a utilização das piscinas municipais de Cartes, Constituição e Eng. Armando Pimentel para os alunos do 4.º ano das Escolas Básicas da cidade do Porto.

Conscientes de que as infraestruturas desportivas ocupam um lugar de destaque ao nível do incentivo à prática de desporto, é nosso objetivo continuar a dinamizar nas instalações desportivas municipais programas específicos de desenvolvimento, atração e fidelização da população para a prática de determinadas modalidades, tais como natação, râguebi, tiro com arco, karaté, judo, entre outras.

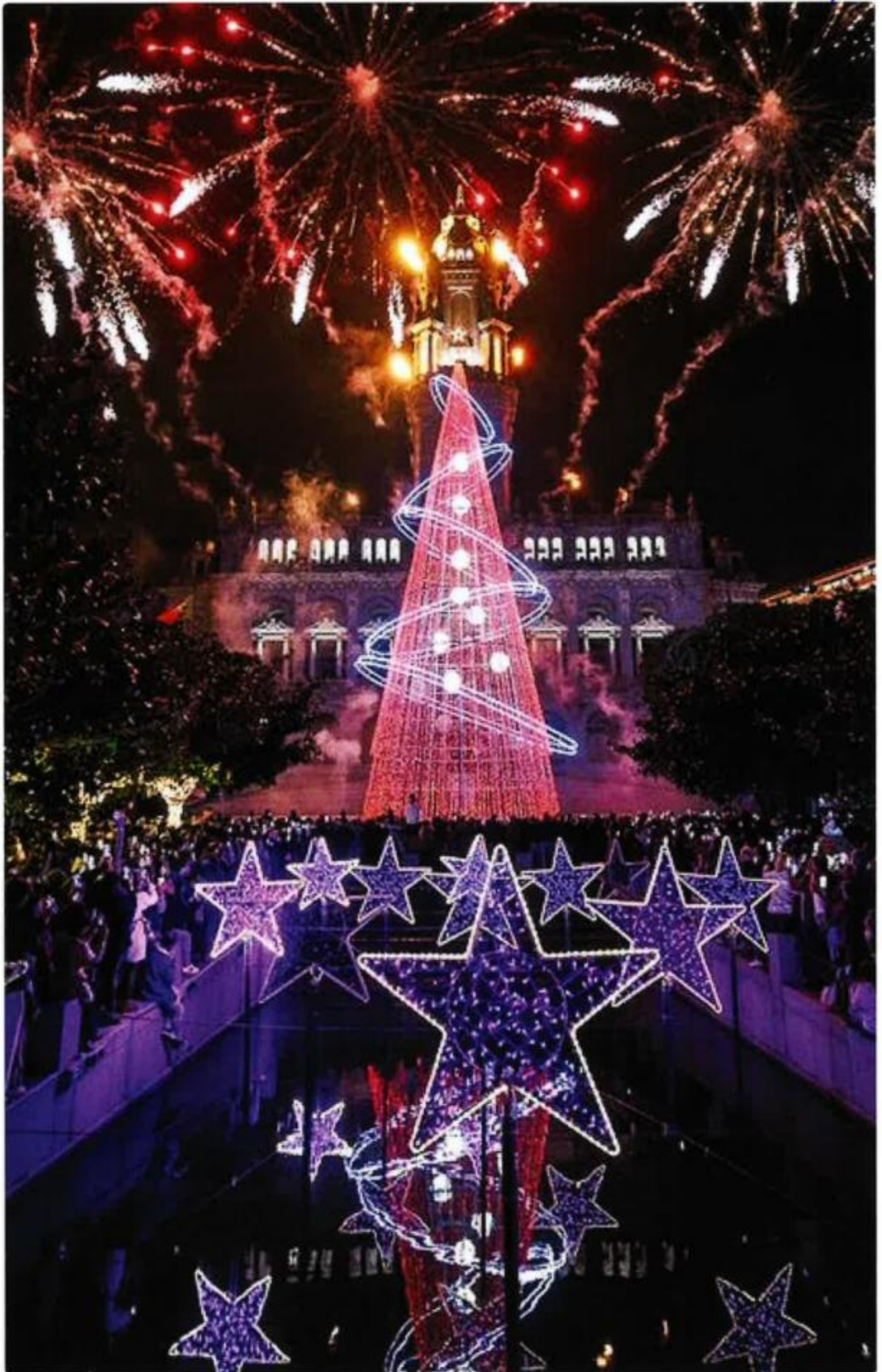
## Porto e Gaia – Capital Mundial do Desporto 2028

Pela primeira vez, Portugal foi o país escolhido pela ACES Europa para esta distinção. A decisão da Associação das Capitais e Cidades Europeias do Desporto, que marca um novo capítulo na história do desporto português, foi tomada na sequência da candidatura conjunta de Porto e Vila Nova de Gaia a Capital Mundial do Desporto.

Sob o lema “Challenge The Gap/Para Além das Margens”, as duas cidades apresentaram uma candidatura conjunta a Capital Mundial do Desporto 2027, tendo perdido o título para Buenos Aires, na Argentina, mas, devido à “elevada qualidade do trabalho apresentado” e à diferença mínima na avaliação final, a ACES Europa decidiu nomear de forma direta Porto e Gaia como Capital Europeia do Desporto 2028.

O regulamento da ACES “permite a designação da cidade finalista no ano seguinte se a diferença de pontuação for inferior a cinco pontos”, sendo que o título já foi aceite pelas autarquias do Porto e de Vila Nova de Gaia. A decisão da ACES acaba por ser o reconhecimento do esforço conjunto das duas autarquias, da comunidade, dos clubes, dos atletas, das associações e das instituições que, ao longo dos anos, contribuíram para afirmar o desporto como um pilar essencial da vida das cidades do Porto e Vila Nova de Gaia. É, igualmente, uma oportunidade para a criação de novos equipamentos, requalificar espaços desportivos já existentes, desenvolver novos programas desportivos e organizar eventos com o intuito de reforçar a posição das duas cidades como destinos globais de desporto, num compromisso com o futuro e uma oportunidade para, ao longo dos próximos anos, vir a incentivar e apoiar, cada vez mais, a prática desportiva formal, informal e federada.





### 3.4 Entretenimento

A cidade do Porto afirma-se cada vez mais como um centro dinâmico de iniciativas e eventos que reforçam a sua identidade a nível nacional e internacional. A Ágora continuará a qualificar a sua programação, apostando na descentralização, diversidade e multidisciplinaridade, promovendo uma relação duradoura com os cidadãos e uma ocupação consciente do espaço público.

O sucesso da programação de eventos como as Festas de São João do Porto, o *Vizinhos*, Natal e Passagem de Ano, que hoje são marcos seguros de uma descentralização qualificada, permite uma aproximação à cidade e a todos os seus agentes. Desenvolvendo um projeto que procura ser de envolvimento e proximidade, desenvolver-se-á o trabalho de colaboração com as Juntas e União de Freguesia, para que as expectativas dos portuenses sejam cumpridas.

#### Objetivos gerais

- Disponibilizar uma oferta de programação diferenciada que constitua a matriz da programação do entretenimento no espaço público;
- Criar condições para que a cidade do Porto continue a revelar-se como palco preferencial para os diversos momentos programáticos;
- Prosseguir a estratégia de descoberta e de revelação de novos territórios, atraindo para espaços periféricos um conjunto de atividades e valências que potenciem a sua vivência e promovam a sua desejável (re)descoberta pelo público, eliminando barreiras geográficas e permitindo assim o acesso a uma programação de excelência em espaço público.

#### Objetivos estratégicos

- Reforçar o Porto como uma experiência diferenciadora;
- Enaltecer a singularidade da cidade, quer pelas suas características mais empreendedoras, quer pelo seu espírito cosmopolita, com uma oferta global, diversificada e qualificada, indo ao encontro dos diferentes públicos;
- Impulsionar a intervenção pública de arte urbana, através de uma programação plural, descentralizada e com maior proximidade;
- Em resposta aos desafios colocados pelas alterações climáticas, pretende-se promover a transformação da cidade num território mais acessível, inclusivo e comprometido com a descarbonização e a mitigação dos impactos ambientais.



✓  
5- 6

## Matriz da oferta

Procurar-se-á consolidar uma programação cultural abrangente, orientada para a inclusão, pluralidade e acessibilidade, com elevados padrões de qualidade. A aposta em programação descentralizada e diversificada visa reforçar a dinâmica cultural da cidade como um todo. Neste contexto, a integração de zonas periféricas assume particular relevância, promovendo uma maior coesão territorial e contribuindo ativamente para a qualificação e reabilitação urbana.

O objetivo central é mobilizar todos os agentes da cidade – residentes, comerciantes, visitantes, instituições e associações locais – promovendo uma participação ativa e integrada, em linha com uma visão de cidade inclusiva, coesa e global.

### Para o período de 2026–2030, são definidos como objetivos:

- **Qualificar e diversificar:** pela constante procura de uma melhoria da oferta de entretenimento na cidade, para uma seleção mais criativa, surpreendente e diversificada;
- **Investir em eventos de destaque:** investir em eventos de alta qualidade que não apenas atraem visitantes locais, mas também elevam a reputação do Porto a nível nacional e internacional;
- **Reforçar a Ágora como parceiro-chave:** no diálogo com diversas entidades que contribuem para a oferta da cidade, assegurando que existe uma coordenação eficaz e uma oferta integrada que beneficie a todos;
- **Valorização do património:** destacar os momentos altos da programação na cidade, valorizando o seu património e memória coletiva;
- **Inclusão e sustentabilidade:** garantir que todas as iniciativas são inclusivas e acessíveis, implementando boas práticas ambientais e de sustentabilidade em toda a cidade.

## Plano de atividades para 2026

A descentralização da programação de entretenimento assume um papel estratégico na consolidação da dinâmica urbana que tem vindo a ser promovida.

Em 2026, a estratégia passará pelo reforço do apoio que a Ágora tem dado, ao longo dos anos, a iniciativas que a cidade considera suas. O presente e o futuro próximo passam pela criação de relações fortes com a comunidade, explorando o território e encontrando sinergias com parceiros, promotores e associações, para desenvolver relações duradouras e consistentes. Estas ações traduzem-se em apoios a iniciativas diversas, de que foram exemplo no passado o Festival Termómetro, o Porto Beer Fest, a Essência do Vinho – Porto e o Essência Festival – Art, Food & Music ou o Serralves na Baixa.

A Ágora continuará, em conjunto com as entidades organizadoras da cidade, a encontrar soluções de descentralização e que sejam complementares à sua atividade.

Em 2026, a cidade manterá a sua programação-base: as festas de São João, a programação de Verão, a Feira do Livro, o Natal e a Passagem de Ano. Considerando essa estratégia, a Ágora procurará acrescentar valor e novas ideias a estas iniciativas, apostando em artistas reconhecidos que ajudam a criar novas histórias e memórias.

Em paralelo, prosseguir-se-á a estratégia de diversidade, através de iniciativas como as Inaugurações Simultâneas de Miguel Bombarda, o Dia Nacional dos Centros Históricos, a *Festa da Criança* ou o TRENCO – Festival de Circo do Porto.

O programa *Vizinhanças* mantém-se como uma forte aposta de relação com a comunidade e a animação artística e cultural em proximidade.

O apoio à música mantém-se como prioridade, através de apoios a festivais e iniciativas, consideradas de interesse para o município do Porto, como foram, no passado, o North Festival, o Primavera Sound Porto, o Festival Elétrico, o Porto Blues Fest, o Jazz ao Relento, o Piquenique Dançante sobre a Relva, os Concertos na Avenida – Casa da Música e o *Porto Sounds Secret*, sendo este último integralmente programado e organizado pela Ágora. Mantém-se o compromisso de explorar soluções que satisfaçam todos os públicos, garantindo sempre a qualidade, diversidade e a sempre indispensável originalidade.

A arte urbana tem desempenhado um papel estruturante na estratégia de revitalização e reinterpretação do espaço público da cidade do Porto. O programa municipal dedicado a esta expressão artística celebrou, em 2024, uma década de atividade, contribuindo de forma significativa para a criação de novas narrativas visuais e para o reforço da identidade urbana. No âmbito dessa valorização, foi criada, em 2023, a BALUARTE – Exposição de Arte Urbana, promovida pela Ágora, que convida artistas nacionais e internacionais a intervencionar diferentes espaços da cidade, conferindo-lhes novas camadas de significado, e em 2024, foi publicado o catálogo da primeira edição, com o objetivo de documentar e dar visibilidade ao legado do projeto. As edições de 2025 e 2026 darão continuidade a esta iniciativa, assegurando oportunidades para artistas consagrados e emergentes, e reforçando o posicionamento do Porto no panorama internacional da arte urbana. Para além da disseminação de obras no território, a BALUARTE constitui também um contributo relevante para a reflexão crítica e contemporânea sobre esta prática artística.

✓  
S' E

### 3.5 Manutenção

A criação da Direção de Manutenção da Ágora no final de 2024 permitiu integrar numa só unidade orgânica todas as áreas transversais de manutenção e segurança da Ágora. Essa mudança evidenciou o compromisso da Ágora com a excelência operacional, a inovação contínua e a gestão otimizada de recursos.

#### Objetivos estratégicos

##### Instrumentos de financiamento

Em 2024, a Ágora apresentou uma candidatura ao Plano de Ação da Operação Integrada do Território de Intervenção (PAOITI) AMP - Centro Oriental, denominada operação (Des)Porto Requalifica no valor de cerca de 1,5 milhões de euros.

Através da referida operação, a Ágora procedeu a diversas empreitadas de requalificação, beneficiação e conservação, nomeadamente, nas piscinas municipais, no âmbito da sustentabilidade e acessibilidades. A operação concretizou, ainda, a empreitada de substituição integral do piso de jogo do Pavilhão Irene Lisboa, a requalificação da cobertura e tetos dos balneários do Pavilhão do Viso, o tratamento e pintura das paredes interiores do Pavilhão Fontes Pereira de Melo, Nicolau Nasoni, Viso e Pêro Vaz de Caminha, a empreitada de requalificação dos Polidesportivos de Exterior situados junto às Escolas Básicas de António Nobre, Areosa, Manoel Oliveira, Viso, Pêro Vaz de Caminha e Leonardo Coimbra e a empreitada de infraestruturação elétrica do *Estádio de Praia*.

Nos próximos anos pretende-se continuar a recorrer ao mecanismo de fundos europeus estruturais e de financiamento para a requalificação de infraestruturas, garantindo a alocação eficiente de recursos e a sustentabilidade dos investimentos.

Entre os objetivos propostos, prosseguir-se-á com novas operações de requalificação dos Polidesportivos de Exterior existentes na cidade, promover a beneficiação de equipamentos culturais e desportivos, ampliar a rede de equipamentos de exteriores destinados à prática desportiva informal, entre outros. Para tanto, torna-se necessário viabilizar fontes de financiamento, como fundos públicos, nacionais ou europeus, garantindo a provisão de recursos financeiros necessários para a requalificação, estabelecendo prioridades e metas tangíveis e aprimorar decisões estratégicas futuras.

## Plano de manutenção do edificado e equipamentos

Garantir a conservação e funcionalidade dos edifícios e equipamentos sob gestão da Ágora constituiu um dos principais objetivos da Direção da Manutenção. Em 2026, a Ágora será responsável pela gestão de 53 edifícios/espacos, sendo 7 afetos à cultura, 38 ao desporto, 5 à Direção de Gestão de Pessoas, Organização e Sistemas de Informação e 3 às Plataformas.

Assim, compete à Direção de Manutenção assegurar o bom funcionamento das instalações e equipamentos, bem como assegurar a sustentabilidade ambiental e a segurança do edificado. Para os anos de 2026 e seguintes, a Direção de Manutenção gizou um plano estratégico que visa implementar um conjunto de ações empreendedoras, das quais destacamos:

- Tratamento das superfícies e pinturas dos edifícios da Piscina da Constituição e Piscina de Cartes;
- Requalificação dos balneários e sanitários da Piscina de Cartes e Piscina da Constituição;
- Substituição das caldeiras a gás da Piscina da Constituição e da Piscina Eng. Armando Pimentel;
- Instalação de sistemas de desinfeção ultravioletas nos tanques da Piscina Eng. Armando Pimentel;
- Instalação de portas pivotantes nos balneários da Piscina Municipal Eng. Armando Pimentel;
- Instalação de um sistema de Gestão Técnica Centralizada para a Piscina Municipal Eng. Armando Pimentel;
- Empreitada de reformulação da copa e da zona de espera da Piscina Municipal da Constituição;
- Empreitada de reposição do pavimento do tanque de aprendizagem da Piscina Municipal da Constituição;
- Empreitada de reformulação da linha de água do Parque Desportivo de Ramalde/INATEL;
- Empreitada de requalificação do piso 1 do edifício de apoio do Parque Desportivo de Ramalde/INATEL;
- Instalação de sistemas de videovigilância no Estádio de Praia, Queimódromo e Teatro Campo Alegre;
- Instalação de sistemas eletrónicos (SADI, SADIR e CCTV) nas instalações dos ateliers;
- Substituição do pavimento do Teatro Campo Alegre;
- Substituição das portas dos auditórios Manoel Oliveira e Auditório Isabel Alves Costa do Teatro Rivoli por portas corta-fogo e acústicas;
- Substituição dos *chillers* do Teatro Rivoli e Teatro Campo Alegre;
- Substituição das caleiras do Teatro Rivoli e Teatro Campo Alegre;
- Remodelação/restauração das cadeiras dos auditórios do Teatro Rivoli e Teatro Campo Alegre;
- Instalação de molas e barras antipânico nas portas dos auditórios do Batalha Centro Cinema.

---

## Plano de manutenção de coberturas

A manutenção das coberturas dos edifícios sob gestão da Ágora é uma das principais preocupações da Direção de Manutenção, por forma a garantir a segurança, durabilidade e funcionalidade das construções.

Para os próximos anos, mantém-se o objetivo de proceder a limpeza e reabilitação, de modo preventivo, das coberturas, caleiras, embocaduras, tubos de queda, caixas de visita das águas pluviais e, também, garantir a limpeza e das caixas de saneamento de todos os edifícios que se encontram sob gestão da Ágora, sem prejuízo das intervenções extraordinárias contratualmente consideradas.

Para além de intervenções paliativas, têm-se vindo a efetuar intervenções e substituições das coberturas do edificado, com o objetivo de preservar as estruturas contra as intempéries evitando infiltrações que possam comprometer a fundação e paredes dos edifícios, e também garantir a segurança e o conforto dos colaboradores e utilizadores.

Em 2026 e nos anos subsequentes, pretende-se intervir nas coberturas, requalificando e/ou reparando telhados, substituindo componentes degradados e envelhecidos, nomeadamente das instalações do Pavilhão Ramalho Ortigão, Pavilhão Manoel de Oliveira, Pavilhão da Areosa, Pavilhão António Nobre, Teatro Rivoli e Teatro Campo Alegre.

✓  
5 6

## Estudos e projetos de execução

Em 2024, a Ágora contratualizou a elaboração do Projeto de Execução de Drenagem de Águas Pluviais do Queimódromo, cuja empreitada de execução está a cargo da empresa municipal GO Porto. Pretende-se proceder à contratualização da prestação de serviços para a elaboração dos seguintes projetos de execução no Queimódromo:

- Projeto de Execução de Abastecimento de Água;
- Projeto de Execução de Drenagem de Águas Residuais;
- Projeto de Execução de Infraestruturas Elétricas.

O objetivo destes projetos, prende-se com a necessidade de infraestruturar aquele espaço que recebe eventos de grandes dimensões, possibilitando uma rede hidráulica capacitada com uma multiplicidade de pontos de abastecimento de água e uma rede elétrica dimensionada para suportar iluminação, som, climatização e equipamentos, com pontos de energia e tomadas em locais estratégicos destinados aos stands dos promotores dos eventos.

Ainda, nos próximos anos, pretendemos contratualizar a elaboração dos seguintes estudos e/ou projetos de execução:

- Adaptação das acessibilidades no Teatro Rivoli e Teatro Campo Alegre;
- Substituição dos chillers e caldeiras do Teatro Rivoli e Teatro Campo Alegre;
- Substituição das caixilharias do Teatro Campo Alegre.

---

## Plataforma de gestão dos serviços de manutenção – Infraspak®

A expansão das funcionalidades da plataforma Infraspak®, que passará a incluir o a monitorização das infraestruturas culturais sob gestão da Ágora, permitirá o levantamento e registo dos ativos existentes no Batalha Centro de Cinema, Teatro Rivoli, Teatro Campo Alegre, CAMPUS Paulo Cunha e Silva e Ateliers Municipais, indispensável para uma maior organização e eficiência dos serviços prestadas pela Direção de Manutenção.

Com o alargamento das operações da plataforma, proceder-se-á à centralização do sistema de tratamento das anomalias/avarias, monitorizando, planeando e calendarizando as operações de manutenção preventiva e reativa.

---



J  
L E

## Responsabilidade social

Prosseguir-se-á com a implementação de medidas de eficiência energética, substituindo sistemas de iluminação fluorescente, de iodetos metálicos e de halogéneo por tecnologia LED, assim como a instalação de detetores de movimento em todas as instalações sob gestão da Ágora, promovendo uma maior sustentabilidade e redução do consumo energético.

No âmbito do processo de redução da pegada carbónica, será privilegiada a utilização de energias renováveis nas instalações sob gestão da Ágora.

Assim, propõe-se:

- Instalação de painéis solares térmicos para aquecimento de águas na Piscina da Constituição;
- Instalação de painéis fotovoltaicos no Parque Desportivo de Ramalde/INATEL, no Pavilhão do Lagarteiro, no Campo do Viso, no edifício da nova sede da Ágora;
- Prevê-se, ainda, a instalação de uma caldeira a biomassa no Parque Desportivo de Ramalde/INATEL;
- Instalação de painéis fotovoltaicos no CAMPUS Paulo Cunha e Silva e Batalha Centro de Cinema;
- Substituição das caixilharias de fachada dos teatros Rivoli e Campo Alegre.

No seguimento do estudo de avaliação das acessibilidades das instalações sob gestão da Ágora, serão prosseguidas intervenções de adaptação e aquisição de equipamentos que promovam a inclusão e facilitem o acesso a pessoas com mobilidade condicionada, tais como:

- Construção de rampas de acesso nos pavilhões Ramalho Ortigão, Nicolau Nasoni, Campo do Viso e Piscina Municipal de Cartes;
- Readaptação de sanitários/balneários nos pavilhões Pires de Lima, Fontes Pereira de Melo, Ramalho Ortigão, Areosa e Piscina Municipal da Constituição;
- Instalação de corrimões duplos nos acessos aos pavilhões Fontes Pereira de Melo, Pêro Vaz de Caminha, Piscina Municipal de Cartes, Piscina Municipal da Constituição e Campo do Viso;
- Substituição da porta de acesso aos pavilhões Nicolau Nasoni, Fontes Pereira de Melo e Pêro Vaz de Caminha;
- Colocação de rampa para pessoas com mobilidade reduzida no acesso aos camarins e palco do Teatro Campo Alegre;
- Adaptação dos edifícios do Teatro Rivoli e Teatro Campo Alegre para pessoas com mobilidade condicionada, nomeadamente a instalação de rampas de acesso, plataformas elevatórias, adaptação dos balneários, percursos podotátil e adaptação de sinalética;
- Adaptação de balcões no Teatro Campo Alegre, pavilhões do Lagarteiro, Areosa e do Viso, Parque Desportivo de Ramalde/INATEL e no Campo do Parque da Cidade, dotando estes espaços para o atendimento de pessoas com mobilidade reduzida.

### 3.5.1 Plataformas

No âmbito da sua missão de promover e apoiar a cultura, o desporto e o lazer na cidade, a Ágora – Cultura e Desporto do Porto assume a gestão de diversas plataformas e infraestruturas estratégicas, destinadas à realização de eventos de grande escala e à dinamização da agenda cultural portuense. Entre os espaços sob a sua alçada, destacam-se o Queimódromo e os espaços da Concha Acústica e Rossio, ambos localizados nos Jardins do Palácio de Cristal.

#### Queimódromo

Recinto de eleição, onde se realizam os grandes eventos da cidade, como a Queima das Fitas, o festival Primavera Sound Porto, Festa Comida Continente, Maratona do Porto, entre outros. O Queimódromo encontra-se à data, a executar um plano de otimização do desempenho energético, mediante a implementação de dois novos Posto de Transformação que irá permitir potenciar a utilização daquela plataforma. A par desta melhoria, encontra-se em preparação a instalação de novos equipamentos de vedação e um novo portão, infraestruturas que permitirão aumentar a sua funcionalidade.

O objetivo da Ágora passa por oferecer condições técnicas e logísticas mais favoráveis a todas as atividades e eventos que se realizam nesta plataforma. Para atingir esse objetivo, a Ágora terá em vista requalificar as instalações elétricas de baixa tensão, das infraestruturas de abastecimento de água, e drenagem de águas residuais e pluviais e de ITED. Nos próximos anos, pretende-se, não só manter as parcerias e ocupações habituais, como também potenciar o espaço com outras ocupações e eventos, aproveitando ao máximo as suas capacidades.

#### Concha Acústica e Rossio

Localizados nos jardins do Palácio de Cristal, a Concha Acústica e a Praça do Rossio constituem as mais recentes plataformas sob gestão da Ágora, cujos espaços são destinados à apresentação de cariz cultural e eventos diversos. A Concha Acústica tem sido alvo de requalificação das instalações elétricas e será também alvo de um plano de conservação e beneficiação com o objetivo de dotar aquele espaço com melhores condições de utilização adequadas ao tipo de eventos que acolhe.



✓  
Si 6

# 4

## Demonstrações orçamentais previsionais

## Demonstrações orçamentais previsionais



Dando cumprimento ao exposto na Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP 26) são apresentadas as seguintes demonstrações previsionais:

- Orçamento enquadrado num plano orçamental plurianual;
- Plano Plurianual de Investimentos.

Dada a imprevisibilidade inerente aos acontecimentos futuros, os resultados poderão ser diferentes do previsto. O mesmo acontece com as variações na execução dos anos de 2026 a 2030.

As previsões das receitas e despesas apresentadas nas demonstrações que se apresentam em seguida, têm por base os pressupostos enunciados nos pontos anteriores.

## 4.1 Orçamento e Plano Orçamental Plurianual

Rubrica	Recebimentos	Orçamento 2026			Plano Orçamental Plurianual			
		2025	2026	Total	2027	2028	2029	2030
	<b>Receita corrente</b>	<b>360 205</b>	<b>33 651 467</b>	<b>34 011 672</b>	<b>34 661 266</b>	<b>35 429 791</b>	<b>36 187 738</b>	<b>37 031 949</b>
R4	Rendimentos de propriedade		60 000	60 000	61 200	62 424	63 672	64 946
R5	Transferências Correntes e subsídios	-	26 774 361	26 774 361	27 309 849	27 856 046	28 413 167	28 981 430
R52	Subsídios Correntes	-	26 774 361	26 774 361	27 309 849	27 856 046	28 413 167	28 981 430
R6	Venda de bens e serviços	360 205	6 640 106	7 000 311	7 109 677	7 327 170	7 523 065	7 793 982
R7	Outras receitas correntes	-	177 000	177 000	180 540	184 151	187 834	191 590
	<b>Receita efetiva (1)</b>	<b>360 205</b>	<b>33 651 467</b>	<b>34 011 672</b>	<b>34 661 266</b>	<b>35 429 791</b>	<b>36 187 738</b>	<b>37 031 949</b>
	<b>Receita Total (3) = (1) + (2)</b>	<b>360 205</b>	<b>33 651 467</b>	<b>34 011 672</b>	<b>34 661 266</b>	<b>35 429 791</b>	<b>36 187 738</b>	<b>37 031 949</b>
	<b>Despesa corrente</b>	<b>899 563</b>	<b>32 186 004</b>	<b>33 085 567</b>	<b>33 953 009</b>	<b>34 815 005</b>	<b>35 700 501</b>	<b>36 613 283</b>
D1	Despesas com o pessoal	259 375	10 363 759	10 623 134	11 086 702	11 491 367	11 910 802	12 345 546
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	130 319	8 324 407	8 454 727	8 827 549	9 149 754	9 483 720	9 829 876
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	92	76 394	76 486	79 278	82 171	85 170	88 279
D1.3	Segurança social	128 964	1 962 958	2 091 922	2 179 876	2 259 442	2 341 911	2 427 391
D2	Aquisição de bens e serviços	545 069	17 977 062	18 522 131	18 850 464	19 228 064	19 613 237	20 134 260
D4	Transferências e subsídios correntes	94 831	3 406 213	3 501 044	3 571 065	3 642 486	3 715 336	3 789 643
D4.1	Transferências correntes	94 831	3 406 213	3 501 044	3 571 065	3 642 486	3 715 336	3 789 643
D4.14	Outras	94 831	3 406 213	3 501 044	3 571 065	3 642 486	3 715 336	3 789 643
D5	Outras despesas correntes	289	438 969	439 258	444 778	453 088	461 126	343 833
	<b>Despesa de capital</b>	<b>38 536</b>	<b>202 773</b>	<b>241 309</b>	<b>212 540</b>	<b>216 791</b>	<b>221 127</b>	<b>225 550</b>
D6	Aquisição de bens de capital	38 536	202 773	241 309	212 540	216 791	221 127	225 550
	<b>Despesa efetiva (4)</b>	<b>938 099</b>	<b>32 388 777</b>	<b>33 326 875</b>	<b>34 165 550</b>	<b>35 031 796</b>	<b>35 921 628</b>	<b>36 838 832</b>
	<b>Despesa não efetiva (5)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	<b>Despesa Total (6) = (4) + (5)</b>	<b>938 099</b>	<b>32 388 777</b>	<b>33 326 875</b>	<b>34 165 550</b>	<b>35 031 796</b>	<b>35 921 628</b>	<b>36 838 832</b>
	<b>Saldo Total (3) - (6)</b>	<b>- 577 894</b>	<b>1 262 691</b>	<b>684 797</b>	<b>495 716</b>	<b>397 995</b>	<b>266 111</b>	<b>193 116</b>
	<b>Saldo Global (1) - (4)</b>	<b>- 577 894</b>	<b>1 262 691</b>	<b>684 797</b>	<b>495 716</b>	<b>397 995</b>	<b>266 111</b>	<b>193 116</b>
	Despesa primária	938 099	32 388 777	33 326 875	34 165 550	35 031 796	35 921 628	36 838 832
	Saldo corrente	- 539 358	1 465 464	926 106	708 257	614 786	487 238	418 666
	Saldo de capital	- 38 536	- 202 773	- 241 309	- 212 540	- 216 791	- 221 127	- 225 550
	Saldo primário	- 577 894	1 262 691	684 797	495 716	397 995	266 111	193 116



✓  
5 6

## 4.2 Receita

A receita previsional do ano ascende a 34.011.672 euros e tem por base as diversas fontes de financiamento da atividade.

## 4.3 Despesa

Estão enquadradas na exceção deste princípio as verbas previstas pelas respetivas fontes de financiamento sendo as mesmas alocadas à execução dos respetivos contratos.

Estes pressupostos enquadram-se na lei vigente, nomeadamente na Lei de Enquadramento Orçamental.

Assim, é apresentado um nível de despesa total de 33.326.875 euros.

## 4.4 Plano Plurianual de Investimentos

No plano plurianual de investimentos estão refletidas as principais aquisições previstas para o ano de 2026, conforme o descrito no ponto 5.1 Plano de investimento e financiamento. O investimento é suportado na sua totalidade por receitas próprias.

**Do plano de investimento previsto para 2026, destacam-se os seguintes projetos:**

- Aquisição e requalificação de bens/equipamentos e serviços indispensáveis ao funcionamento dos equipamentos sob gestão da Ágora. Este projeto, no seu conjunto, reflete cerca de 46% do investimento previsto;
- Aquisição de equipamentos informáticos e de *software*. Este projeto, no seu conjunto, reflete cerca de 54% do investimento previsto.

A totalidade do investimento nos projetos suprarreferidos ascendem a 208.485 euros.

## Plano Plurianual de Investimentos

Objetivo	Número da proposta	Descrição do projeto	Rubrica operacional	Forma de repagamento	Fonte de Financiamento				Data			Pagamentos						Outros	Total Previsto
					RG	RP	UE	EMPR	ND	Início	Fim	Fase de execução	Realizado em períodos anteriores	Estimativa de realização de ano 2026	2027	2028	2029	2030	
Aquisição e requalificação de bens/equipamentos e serviços independentes ao funcionamento dos equipamentos sob gestão da Água	1	Aquisição e requalificação de bens/equipamentos e serviços independentes ao funcionamento dos equipamentos sob gestão da Água	D6	O		19 680,00 €				JAN/26	DEZ/26			19 680,00 €					19 680,00 €
Aquisição e requalificação de bens/equipamentos e serviços independentes ao funcionamento dos equipamentos sob gestão da Água	1	Aquisição e requalificação de bens/equipamentos e serviços independentes ao funcionamento dos equipamentos sob gestão da Água	D6	O		6 150,00 €				MAR/26	DEZ/26			6 150,00 €					6 150,00 €
Aquisição e requalificação de bens/equipamentos e serviços independentes ao funcionamento dos equipamentos sob gestão da Água	1	Aquisição e requalificação de bens/equipamentos e serviços independentes ao funcionamento dos equipamentos sob gestão da Água	D6	O		70 848,00 €				JUN/26	DEZ/26			70 848,00 €					70 848,00 €
<b>Aquisição de equipamentos informáticos e de software</b>																			
Aquisição de equipamentos informáticos e de software	2	Aquisição de equipamentos informáticos e de software	D6	O		34 440,00 €				JAN/26	DEZ/26			34 440,00 €					34 440,00 €
Aquisição de equipamentos informáticos e de software	2	Aquisição de equipamentos informáticos e de software	D6	O		18 450,00 €				ABR/26	DEZ/26			18 450,00 €					18 450,00 €
Aquisição de equipamentos informáticos e de software	2	Aquisição de equipamentos informáticos e de software	D6	O		9 717,00 €				JUN/26	DEZ/26			9 717,00 €					9 717,00 €
Aquisição e requalificação de bens/equipamentos e serviços independentes ao funcionamento dos equipamentos sob gestão da Água	1	Aquisição e requalificação de bens/equipamentos e serviços independentes ao funcionamento dos equipamentos sob gestão da Água	D6	O		49 200,00 €				JUL/26	DEZ/26			49 200,00 €					49 200,00 €
Aquisição de equipamentos informáticos e de software	2	Aquisição de equipamentos informáticos e de software	D6	O		96 611,56 €				JAN/27	DEZ/27				96 611,56 €				96 611,56 €
Aquisição e requalificação de bens/equipamentos e serviços independentes ao funcionamento dos equipamentos sob gestão da Água	1	Aquisição e requalificação de bens/equipamentos e serviços independentes ao funcionamento dos equipamentos sob gestão da Água	D6	O		114 043,14 €				JAN/27	DEZ/27				114 043,14 €				114 043,14 €
Aquisição de equipamentos informáticos e de software	2	Aquisição de equipamentos informáticos e de software	D6	O		109 582,79 €				JAN/28	DEZ/28					109 582,79 €			109 582,79 €
Aquisição e requalificação de bens/equipamentos e serviços independentes ao funcionamento dos equipamentos sob gestão da Água	1	Aquisição e requalificação de bens/equipamentos e serviços independentes ao funcionamento dos equipamentos sob gestão da Água	D6	O		116 824,00 €				JAN/28	DEZ/28					116 824,00 €			116 824,00 €
Aquisição de equipamentos informáticos e de software	2	Aquisição de equipamentos informáticos e de software	D6	O		108 595,47 €				JAN/29	DEZ/29						108 595,47 €		108 595,47 €
Aquisição de equipamentos informáticos e de software	2	Aquisição de equipamentos informáticos e de software	D6	O		118 650,46 €				JAN/29	DEZ/29						118 650,46 €		118 650,46 €
Aquisição e requalificação de bens/equipamentos e serviços independentes ao funcionamento dos equipamentos sob gestão da Água	1	Aquisição e requalificação de bens/equipamentos e serviços independentes ao funcionamento dos equipamentos sob gestão da Água	D6	O		104 647,38 €				JAN/30	DEZ/30							104 647,38 €	104 647,38 €
Aquisição de equipamentos informáticos e de software	2	Aquisição de equipamentos informáticos e de software	D6	O		121 023,49 €				JAN/30	DEZ/30							121 023,49 €	121 023,49 €
<b>Total</b>					<b>1 066 964,31 €</b>									<b>208 483,00 €</b>	<b>212 652,70 €</b>	<b>216 907,79 €</b>	<b>221 945,95 €</b>	<b>225 670,67 €</b>	<b>1 084 954,31 €</b>

Notas: Os investimentos previstos têm a duração de um ano.

5. ✓

✓  
5.6

# 5

Planos económico-  
financeiros e  
instrumentos  
de gestão previsional

## 5.1 Plano de investimento e financiamento para o ano de 2026

Nos pressupostos assumidos para a elaboração do presente orçamento, o investimento previsto para o ano de 2026 considera as necessidades de aquisição de novos equipamentos, *hardware* e *software*, visando um melhor funcionamento e um maior nível de controlo e qualidade do serviço.

Do plano de investimento previsto para 2026, cumpre destacar o seguinte:

- Aquisição de equipamentos indispensáveis para a comunicação e imagem;
- Aquisição de equipamento para a produção de eventos;
- Aquisição de *hardware* e *software* de forma a dar continuidade à implementação de melhorias nos procedimentos de trabalho.

Apresenta-se de seguida o mapa resumo do investimento orçado para o ano de 2026:

Valores em euros

<b>Investimento 2026</b>	<b>Serviços transversais e de suporte</b>	<b>Infraestruturas desportivas</b>	<b>Total</b>
Ativos Fixos Tangíveis	173 228	6 000	179 228
Ativos Intangíveis	5 690	0	5 690
<b>Total</b>	<b>178 918</b>	<b>6 000</b>	<b>184 918</b>

Para a realização do investimento proposto, pretende-se utilizar a seguinte fonte de financiamento:

Valores em euros

<b>Financiamento do Investimento 2026</b>	<b>Total</b>
<b>Autofinanciamento 2026</b>	<b>184 918</b>



## 5.2 Plano de investimento em RH para o período 2026–2030:



O plano de investimento em RH para o período de 2026–2030 é a seguinte:

<b>Plano de investimento em RH 2026–2030</b>	<b>2026</b>	<b>2027</b>	<b>2028</b>	<b>2029</b>	<b>2030</b>
Administração	3	3	3	3	3
Secretariado	2	2	2	2	2
Encarregado de Proteção de Dados	1	1	1	1	1
Direção de Artes Performativas	61	61	61	61	61
Direção de Arte Contemporânea	22	22	22	22	22
Direção de Convergências	16	16	16	16	16
Direção de Cinema e Imagem em Movimento	30	30	30	30	30
Direção de Desporto	93	93	93	93	93
Direção de Entretenimento	26	26	26	26	26
Direção Financeira e Controlo de Gestão	16	16	16	16	16
Direção de Serviços Jurídicos e Contratação	16	16	16	16	16
Direção de Comunicação e Imagem	26	26	26	26	26
Direção de Gestão de Pessoas, Organização e Sistemas de Informação	18	18	18	18	18
Direção de Manutenção	20	20	20	20	20
<b>Total</b>	<b>350</b>	<b>350</b>	<b>350</b>	<b>350</b>	<b>350</b>

Do número acima indicado, estão considerados os três membros do Conselho de Administração, sendo o mesmo composto pela Presidente e dois administradores executivos.



## 5.3 Plano financeiro para o ano de 2026

Valores em euros

<b>Agregados Económico-financeiros</b>	<b>2026</b>
<b>Resultados</b>	
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento	720 065
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	147 201
Resultado líquido do período	32 730
<b>Rendimentos</b>	
Vendas	4 300
Prestação de Serviços	5 453 384
Transferências correntes e subsídios à exploração	26 774 361
Reversões	26 122
Outros rendimentos e ganhos	269 719
<b>Gastos</b>	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5 616
Gastos com pessoal	10 793 947
Fornecimentos e serviços externos	18 109 262
Transferências e subsídios concedidos	2 846 377
Imparidades e dívidas a receber	-
Provisões	46 924
Outros gastos e perdas	5 696
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	572 864
<b>Balanço</b>	
Total do ativo	11 184 984
Total dos ativos fixos tangíveis e intangíveis	2 710 364
Total do passivo	8 060 099
Total do património líquido	3 124 885
<b>Fluxos de tesouraria</b>	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	926 106
Fluxos de caixa das atividades de investimento	-241 309
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-
<b>Indicadores</b>	
<b>Liquidez geral (não considerando a rubrica de Diferimentos)</b> (Ativo corrente/Passivo corrente)	<b>127%</b>
<b>Autonomia financeira</b> (Total do património líquido/Total do ativo)	<b>28%</b>
<b>Cobertura do ativo não corrente (não considerando impostos diferidos)</b> ((Total do património líquido + Provisões)/Ativo não corrente)	<b>166%</b>

O Resultado operacional antes de depreciações e gastos de financiamento estimado para 2026 ascende a 720.065 euros.

Decorrente do efeito dos gastos/reversões de depreciação e amortização no valor de 572.864 euros e da estimativa de IRC no montante de 114.471 euros, o Resultado Líquido esperado, para 2026, é positivo em 32.730 euros.

Em 2026, mediante a perspetiva demonstrada no Balanço previsional, o Património líquido ascenderá a 3.124.885 euros, equivalente a 142% do capital subscrito da empresa.

Como se pode observar no quadro anterior, os indicadores de autonomia financeira, de liquidez geral e de cobertura do ativo não corrente perspetivados para o ano de 2026, demonstram que a Ágora apresenta boas condições financeiras, no que respeita à sua continuidade.

✓  
6  
5

## 5.4 Demonstração dos resultados previsionais para 2026

Valores em euros

<b>Demonstração dos resultados previsionais</b>	<b>2026</b>
<b>Rendimentos e gastos</b>	
Vendas	4 300
Prestação de serviços e concessões	5 453 384
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	26 774 361
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-5 616
Fornecimentos e serviços externos	-18 109 262
Gastos com o pessoal	-10 793 947
Transferências e subsídios concedidos	-2 846 377
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	26 122
Provisões (aumentos/reduções)	-46 924
Outros rendimentos e ganhos	269 719
Outros gastos e perdas	-5 696
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento</b>	<b>720 065</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-572 864
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento )</b>	<b>147 201</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>147 201</b>
Imposto sobre o rendimento do período	-114 471
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>32 730</b>

### 5.4.1 Rendimentos

O valor global de rendimentos orçamentado para 2026 ascende a 32.527.886 euros, repartido pelas áreas de Gestão de Infraestruturas Desportivas, Gestão de Infraestruturas Culturais, Incentivos Culturais, Desportivos e de Entretenimento, Plataformas, Projetos Culturais e de Entretenimento.

Valores em euros	
<b>Rendimentos totais</b>	<b>2026</b>
<b>Rendimentos totais</b>	<b>32 527 886</b>
<b>Vendas</b>	<b>4 300</b>
<b>Prestação de serviços na área de gestão de infraestruturas desportivas e culturais e Plataformas</b>	<b>1 343 582</b>
Inscrições / Anuidades	276 463
Aulas diversas modalidades	248 000
Utilização RMID	204 000
Utilização de espaços (líquido de descontos e abatimentos)	331 915
Renda concessão	283 204
<b>Prestação de serviços na área de projetos culturais e de entretenimento</b>	<b>1 321 676</b>
Patrocínios	1 124 500
Espaço Publicitário	10 000
Organização de Eventos	3 915
Bilhética	183 262
<b>Prestação de serviços ao Município do Porto</b>	<b>2 788 126</b>
Contrato Mandato	2 738 956
Atividades de enriquecimento curricular (AEC)	49 169
<b>Transferências e subsídios correntes obtidos</b>	<b>26 774 361</b>
Município do Porto	26 626 740
Outras Entidades	147 622
<b>Reversões</b>	<b>26 122</b>
Reversões	26 122
<b>Outros rendimentos</b>	<b>269 719</b>
Arrendamento de espaços e aluguer de equipamento	60 000
Cedência de espaço	3 000
Rendas	7 500
Almoços Campos de Férias – Missão Férias@Porto	55 000
Outros	144 219

✓  
66

De seguida é possível encontrar o detalhe dos principais rendimentos auferidos pela Ágora:

#### **Prestação de Serviços na Área de Gestão de Infraestruturas Desportivas e Culturais e Plataformas**

Os rendimentos auferidos resultam da frequência dos utentes das diversas modalidades disponíveis nas infraestruturas desportivas sob a gestão da Ágora, bem como, da utilização livre das referidas infraestruturas desportivas e culturais, do Queimódromo e Super Bock Arena – Pavilhão Rosa Mota. O valor destes rendimentos representa cerca de 4% dos rendimentos totais da Ágora estimados para o exercício de 2026.

#### **Prestação de Serviços na Área de Projetos Culturais e de Entretenimento**

Os rendimentos decorrem da captação de patrocínios conexos com os diversos eventos e iniciativas culturais e de entretenimento organizados pela Ágora, da espaço publicitário, organização de eventos e bilhética. Este agregado representa, no seu conjunto, 4% do total de rendimentos estimados para o exercício de 2026.

#### **Prestação de Serviços ao Município do Porto**

Os rendimentos decorrem de um contrato de mandato celebrado com o Município do Porto para assegurar o plano de manutenção preventiva e corretiva das instalações e equipamentos e modernização de infraestruturas e equipamentos sob gestão da Ágora, bem como de outras infraestruturas e equipamentos que, por título contratual celebrado com terceiros pelo Município do Porto, determine entregar à Ágora a respetiva à manutenção e conservação.

Por outro lado, existe um contrato de prestação de serviços de coordenação de atividades de enriquecimento curricular (AEC) na área do desporto prestadas nas diversas escolas EB1 da cidade do Porto.

Relativamente ao exercício de 2026, espera-se que estes rendimentos representem cerca de 9% dos rendimentos totais da Ágora.

#### **Subsídios à Exploração**

Nos subsídios à exploração considerados para 2026, que se preveem ascender a 26.774.361 euros, está incluída a verba no valor de 26.626.740 euros atribuída pelo Município, que não a título de prestação de serviços, destinadas a cobrir o défice de exploração previsto com serviços transversais e de suporte, Direções, Incentivos e Atividades Culturais, Desportiva e de Entretenimento.

#### **Outros Rendimentos**

Os rendimentos obtidos com a cedência de espaços e apoio logístico inerentes à utilização das instalações geridas pela Ágora por entidades terceiras.

O enquadramento em sede de IVA dos rendimentos anteriormente descritos observa o disposto no Código do IVA, estando sujeitos a IVA na sua maioria. Os subsídios à exploração são considerados como não sujeitos a IVA (operação fora de campo).

## 5.4.2 Gastos

Esta rubrica reflete o gasto com a aquisição de bens e serviços a terceiros, necessários ao normal funcionamento da Ágora.

Valores em euros	
<b>Fornecimento e Serviços Externos</b>	<b>2026</b>
Subcontratos – Contrato Mandato	2 738 956
Trabalhos especializados	6 568 647
Publicidade, comunicação e imagem	636 207
Vigilância e segurança	1 245 782
Honorários	1 084 728
Conservação e reparação	28 958
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	289 874
Material de escritório	48 985
Eletricidade	498 038
Combustíveis e lubrificantes	276 402
Água	211 508
Deslocações e estadas	151 644
Rendas e alugueres	2 137 190
Comunicação	79 683
Seguros	89 356
Limpeza, higiene e conforto	890 625
Outros serviços	1 132 679
<b>Total</b>	<b>18 109 262</b>

De seguida é possível encontrar o detalhe dos principais encargos ocorridos com FSE decorrentes da atividade da Ágora:

### Trabalhos especializados, vigilância e segurança e rendas e alugueres

Os trabalhos especializados, vigilância e segurança e as rendas e alugueres representam globalmente os gastos mais significativos dos FSE (cerca de 55% do total em 2026). Os trabalhos especializados registam essencialmente os gastos suportados com a aquisição de serviços de assessoria técnica, conceção e coproduções de iniciativas culturais, consultoria e prestação de serviços. A rubrica rendas e alugueres refere-se ao aluguer de bens essenciais ao desenvolvimento das atividades relacionadas com projetos. A rubrica de vigilância e segurança, respeita essencialmente aos encargos associados à contratação de uma entidade externa que irá assegurar a vigilância nos eventos de maior dimensão, nas plataformas, nas infraestruturas culturais e na sede, ascendendo a 1.245.782 euros em 2026.

### Subcontratos

Ao abrigo do contrato de mandato, cumpre destacar o cumprimento do plano de manutenção preventiva e corretiva das instalações e equipamentos e modernização de infraestruturas e equipamentos sob gestão da Ágora, bem como de outras infraestruturas e equipamentos que, por título contratual celebrado com terceiros pelo Município do Porto, determine entregar à Ágora a respetiva à manutenção e conservação.





### Água, eletricidade e combustíveis

Estes gastos respeitam essencialmente à exploração das diversas instalações, e que se prevê que em 2026 representem cerca de 5%, respetivamente, do total dos gastos com FSE da Ágora.

### Publicidade, comunicação e imagem

Os gastos com a rubrica de publicidade, comunicação e imagem visam assegurar a comunicação das atividades a realizar, produção de materiais e divulgação nos diversos canais das iniciativas da Ágora. Estima-se que em 2026 os gastos com publicidade e propaganda representem cerca de 4% do total dos FSE.

### Limpeza, higiene e conforto

Os gastos com limpeza, higiene e conforto respeitam essencialmente aos encargos à contratação de uma entidade externa que irá assegurar a limpeza nos eventos de maior dimensão, nas infraestruturas culturais, desportivas e na sede.

### Outros serviços

Por último, salientam-se os gastos estimados para outros serviços que respeitam a encargos suportados no âmbito da prestação de serviços na área de projetos, especificamente de índole cultural, saneamento e resíduos, gastos com comissões, livros e documentação técnica, despesas de representação, despesas bancárias e pequenas despesas não denominadas.

## Gastos com pessoal

Valores em euros

Descrição	2026
Remunerações dos órgãos sociais	123 400
Remunerações do pessoal	8 523 607
Encargos sobre remunerações	1 929 907
Seguros de acidentes no trabalho	68 509
Outros gastos com o pessoal	35 436
Outros encargos sociais	113 088
<b>Total</b>	<b>10 793 947</b>

Os principais pressupostos utilizados em relação a esta rubrica são os seguintes:

- Atualização das remunerações e respetiva base remuneratória da Administração Pública – Decreto-Lei n.º 1/2025, de 16 de janeiro;
- Subsídio de alimentação de acordo com a legislação em vigor à data;
- Taxa média de progressão salarial: 3,65%.

O cálculo dos gastos com pessoal tem em conta os vencimentos projetados para o ano em análise na base de 14 meses, respetivos encargos legais e contributivos, despesas com formação, seguro de saúde e medicina no trabalho.

No cálculo dos salários, foi utilizado como base o seu valor a preços correntes de 2026, prevendo-se um gasto total com o pessoal de 10.793.947 euros.

Os gastos com pessoal representam cerca de 33% do total de custos orçamentados de 2026.

## Depreciações

Valores em euros	
Taxas de depreciação	2026
Ativos intangíveis	33,33%
Ativos fixos tangíveis	
Edifícios e outras construções	1% - 10%
Equipamento básico	6,66% - 12,5%
Equipamento administrativo	12,5% - 33,33%
Outros ativos fixos tangíveis	12,5% - 25%

A estimativa para os gastos com depreciações, em 2026, ascende a 572.864 euros.

### Imposto sobre o rendimento e imposto sobre o valor acrescentado

A Ágora está sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 20% para o ano de 2026, e derrama municipal resultante da aplicação das taxas previstas na Lei das Finanças Locais, a qual poderá ascender no máximo a 1,5% do lucro tributável sujeito a imposto.

Para 2026, estimou-se o IRC acrescido de derrama e tributações autónomas, mediante aplicação do disposto no artigo 88.º do Código do IRC, o qual se estimou ascender a 114.471 euros.

Fruto das inspeções tributárias em sede de IVA ocorridas na esfera da Ágora com referência aos períodos de tributação de 2010 e 2011, e em face da interpretação da Autoridade Tributária do enquadramento a dar às diversas operações da empresa, foi apresentado um pedido de informação vinculativa a esta entidade no sentido de clarificar o referido enquadramento. De notar que a resposta obtida junto da Autoridade Tributária confirmou o enquadramento fiscal adotado pela Ágora a este respeito.

De notar que, no que respeita à elaboração do presente orçamento, considera-se que:

- O subsídio à exploração recebido do Município é um rendimento não sujeito a IVA (operação fora de campo);
- As prestações de serviços ao abrigo do contrato de mandato são considerados rendimentos sujeitos a IVA;
- O critério de dedução de IVA associado às despesas inerentes ao funcionamento dos serviços transversais e de suporte da Ágora é o ProRata.

## 5.5 Demonstração de fluxos de caixa previsional para o ano de 2026

Valores em euros

Demonstração de fluxos de caixa previsional	2026
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>	
Recebimentos de clientes	7 237 311
Pagamentos a fornecedores	- 22 306 288
Pagamentos ao pessoal (1)	- 10 657 670
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>- 25 726 647</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre rendimento	- 115 913
Outros recebimentos/pagamentos (2)	26 768 666
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais [a]</b>	<b>926 106</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>	
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>	
Ativos fixos tangíveis	- 234 913
Ativos intangíveis	- 6 396
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento [b]</b>	<b>- 241 309</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento [c]</b>	<b>0</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes [a] + [b] + [c]</b>	<b>684 797</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>	<b>0</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>4 403 952</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>5 088 749</b>

**Notas:**

- (1) Este valor inclui os impostos inerentes ao gasto com a rubrica de Pessoal.  
 (2) Este valor inclui os subsídios à exploração cujo recebimento está previsto no período.

Para a atividade projetada para o ano de 2026, não se encontram considerados quaisquer movimentos de tesouraria para atividades de financiamento, recorrendo-se unicamente à utilização de fundos próprios.

As atividades operacionais irão gerar uma variação positiva de 926.106 euros em 2026 nos fluxos de caixa, resultante do prazo médio de recebimento de clientes de 10 dias, bem como do pagamento a fornecedores a 10 dias.

Perspetiva-se o recebimento em 2026 de subsídios à exploração no montante de 26.774.361 euros e de clientes de 7.237.311 euros, respetivamente. Por sua vez, os pagamentos a fornecedores ascenderão a 22.306.288 euros em 2026.

Os fluxos das atividades de investimento gerarão uma variação negativa de 241.309 euros, os quais serão cobertos por fundos próprios.

## 5.6 Balanço previsional para o ano de 2026

		Valores em euros
Rubricas		2026
<b>ATIVO</b>		
<b>Ativo não corrente</b>		
Ativos fixos tangíveis		2 657 815
Ativos intangíveis		52 549
Ativos por impostos diferidos		123 364
		<u>2 833 728</u>
<b>Ativo corrente</b>		
Inventários		98 295
Clientes, contribuintes e utentes		193 721
Estado e outros entes públicos		2 852 319
Outras contas a receber		116 190
Diferimentos		1 982
Caixa e depósitos		5 088 749
		<u>8 351 256</u>
<b>Total do Ativo</b>		<b>11 184 984</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO</b>		
<b>Património Líquido</b>		
Património / Capital		2 200 000
Reservas		61 048
Resultados transitados		613 107
Outras variações no património líquido		218 000
		<u>3 092 155</u>
Resultado líquido do período		32 730
<b>Total do Património Líquido</b>		<b>3 124 885</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>Passivo não corrente</b>		
Provisões		1 374 970
Outras contas a pagar		96 000
		<u>1 470 970</u>
<b>Passivo corrente</b>		
Fornecedores		616 025
Estado e outros entes públicos		378 320
Outras contas a pagar		5 593 154
Diferimentos		1 630
		<u>6 589 129</u>
<b>Total do Passivo</b>		<b>8 060 099</b>
<b>Total do Património Líquido e do Passivo</b>		<b>11 184 984</b>

Resultante do exercício de orçamentação para o período de 2026, o balanço previsional da Ágora em 31 de dezembro totaliza 11.184.984 euros, sendo que cerca de 28% respeita a Património Líquido.

Das rubricas do Balanço, tecemos algumas considerações sobre as que apresentam maior relevância:

#### **Ativos fixos tangíveis e intangíveis**

Esta rubrica inclui os investimentos que se perspetivam realizar em 2026, no montante de 184 918 euros.

#### **Ativos por impostos diferidos**

Esta rubrica apresenta o montante de 123.364 euros, referente ao imposto diferido respeitante aos ajustamentos de dívidas a receber não aceites fiscalmente.

#### **Património líquido**

O património líquido previsto para 31/12/2026, no montante de 3.124.885 euros, o qual inclui o resultado líquido estimado para o exercício de 2026, no montante de 32.730 euros, os resultados transitados e respetivas reservas constituídas, no montante de 674.155 euros.

#### **Provisões**

Esta rubrica apresenta o montante acumulado de 1.374.970 euros em 2026, para fazer face a possíveis decisões desfavoráveis à empresa conforme descrito no ponto 2.4, embora o Conselho de Administração esteja convicto de uma decisão favorável à empresa.

#### **Outras contas a pagar**

Nesta rubrica estão incluídos gastos com remunerações a pagar ao pessoal relativo a férias e subsídio de férias a pagar em 2027 e respetivos encargos e outros gastos com projetos, que totalizam o montante de 5.593.154 euros.\*

\* De notar que o valor apresentado inclui o montante de 1.156.186 euros de dívida ao Município relativo ao processo de IVA referente ao período de tributação de 2010 (meses de novembro e dezembro), 2011 e 2012, descrito anteriormente.

## 5.7 Planos económico-financeiros para o período de 2026–2030

Valores em euros

<b>Ativos Fixos Tangíveis</b>	<b>2026</b>	<b>2027</b>	<b>2028</b>	<b>2029</b>	<b>2030</b>
Serviços Transversais e de Suporte	173 228	176 692	180 226	183 831	187 507
Infraestruturas Desportivas	6 000	6 120	6 242	6 367	6 495
<b>Total</b>	<b>179 228</b>	<b>182 812</b>	<b>186 468</b>	<b>190 198</b>	<b>194 002</b>

Valores em euros

<b>Ativos Intangíveis</b>	<b>2026</b>	<b>2027</b>	<b>2028</b>	<b>2029</b>	<b>2030</b>
Serviços Transversais e de Suporte	5 690	5 804	5 920	6 039	6 159
<b>Total</b>	<b>5 690</b>	<b>5 804</b>	<b>5 920</b>	<b>6 039</b>	<b>6 159</b>

Prevedemos que o financiamento do plano de investimento do período de 2026 a 2030 seja assegurado integralmente por autofinanciamento.

O investimento a realizar em 2026 totaliza o montante de 184.918 euros. De 2027 a 2030, o valor totaliza, respetivamente, 188.616 euros, 192.389 euros, 196.237 euros e 200.161 euros, financiado por fundos próprios.

Com a atividade projetada para o período de 2026 a 2030, espera-se obter os agregados económicos e financeiros apresentados no quadro seguinte. Para o período em análise, perspetiva-se a obtenção de resultados líquidos positivos.



Agregados Económico-financeiros	2026	2027	2028	2029	2030
<b>RESULTADOS</b>					
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento	720 065	676 782	566 133	426 533	337 157
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	147 201	149 629	149 781	147 910	159 004
Resultado líquido do período	32 730	32 979	31 410	28 217	35 168
<b>RENDIMENTOS</b>					
Vendas	4 300	4 386	4 474	4 563	4 654
Prestação de Serviços	5 453 384	5 682 451	5 856 100	6 013 222	6 233 487
Transferências correntes e subsídios à exploração	26 774 361	27 309 849	27 856 046	28 413 167	28 981 430
Reversões	26 122	26 122	26 122	26 122	26 122
Outros rendimentos e ganhos	269 719	275 113	280 616	286 228	291 952
<b>GASTOS</b>					
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5 616	5 728	5 842	5 959	6 078
Gastos com pessoal	10 793 947	11 187 926	11 596 285	12 019 550	12 458 263
Fornecimentos e serviços externos	18 109 262	18 471 447	18 840 876	19 217 694	19 602 048
Transferências e subsídios concedidos	2 846 377	2 903 305	2 961 371	3 020 598	3 081 010
Provisões	46 924	46 924	46 924	46 924	46 924
Outros gastos e perdas	5 696	5 810	5 926	6 045	6 165
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	572 864	527 153	416 351	278 623	178 153
<b>BALANÇO</b>					
Total do ativo	11 184 984	11 344 814	11 505 252	11 664 822	11 836 988
Total dos ativos fixos tangíveis e intangíveis	2 710 364	2 371 827	2 147 865	2 065 479	2 087 487
Total do passivo	8 060 099	8 186 949	8 315 977	8 447 331	8 584 328
Total do património líquido	3 124 885	3 157 864	3 189 274	3 217 491	3 252 660
<b>FLUXOS DE TESOURARIA</b>					
Fluxos de caixa das atividades operacionais	926 106	708 257	614 786	487 238	418 666
Fluxos de caixa das atividades de investimento	- 241 309	- 212 540	- 216 791	- 221 127	- 225 550
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	—	—	—	—	—
<b>INDICADORES</b>					
<b>Liquidez geral</b> (não considerando a rubrica de Diferimentos) (Ativo corrente/Passivo corrente)	<b>127%</b>	<b>133%</b>	<b>137%</b>	<b>139%</b>	<b>139%</b>
<b>Autonomia financeira</b> (Total do capital próprio/Total do ativo)	<b>28%</b>	<b>28%</b>	<b>28%</b>	<b>28%</b>	<b>27%</b>
<b>Cobertura do ativo não corrente</b> (não consid. impostos diferidos) ((Total do capital próprio + Provisões)/Ativo não corrente)	<b>166%</b>	<b>193%</b>	<b>217%</b>	<b>229%</b>	<b>231%</b>

Os indicadores apresentados confirmam a existência de condições que permitem aferir a continuidade da Ágora no período.

No que respeita aos indicadores previstos no artigo 62.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto (com as modificações introduzidas pela Lei do Orçamento de Estado para 2019) e o artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, e tendo por base os exercícios de orçamentação para os períodos de 2026 a 2030, apresentamos de seguida os valores que se estimam para o referido período.

De notar ainda que nos termos do n.º 15 do artigo da referida lei, os referidos critérios não se aplicam a empresas que desenvolvam a sua atividade no âmbito da prestação de serviços nas áreas da cultura e do desporto, como é o caso da Ágora.

Descrição	2026	2027	2028	2029	2030
Artigo 35.º do CSC (Património Líquido < 50% Capital Social)	142%	144%	145%	146%	148%
EBITDA < 0	720 065	676 782	566 133	426 533	337 157
Resultado Líquido > 0	32 730	32 979	31 410	28 217	35 168

Da análise dos dados apresentados é possível concluir que a Ágora, atendendo ao exercício orçamental realizado, não se encontrará em nenhuma das situações previstas no referido artigo para os anos de 2026 a 2030.

## 5.8 Fundamentação das verbas inscritas no contrato programa para o ano de 2026

No âmbito das competências atribuídas pelo Município do Porto à Ágora, é celebrado um contrato programa onde são definidos os montantes necessários ao funcionamento aos Serviços Transversais de Suporte à Gestão, Direções Culturais, Desportiva e de Entretenimento, interação com os interlocutores da cidade e Atividades Culturais, Desportivas e de Entretenimento, bem como são definidos os indicadores de eficiência e eficácia para avaliação da execução dos objetivos propostos para o ano.

Para 2026, a Ágora pretende contratualizar com o Município as seguintes componentes financeiras:

Valores em euros	
Contrato Programa (Subsídio à Exploração)	2026
Subsídio à exploração – Serviços transversais e de suporte <sup>(1)</sup>	4 792 283
Subsídio à Exploração – Direções Culturais, Desportiva e de Entretenimento	11 033 178
Subsídio à Exploração – Interação com os interlocutores da cidade (cultura, desporto e entretenimento)	3 896 311
Subsídio à Exploração – Atividades Culturais, Desportivas e de Entretenimento	6 904 968
<b>Total</b>	<b>26 626 740</b>

<sup>(1)</sup> Rendimento não sujeito a IVA.

Na relação com o município do Porto, não está previsto o pagamento de qualquer montante destinado a investimento.



## 5.9 Prestação de serviços ao Município do Porto com o contrato de mandato para o ano de 2026

No ano de 2026, a Ágora irá prestar serviços ao Município do Porto com a manutenção preventiva e corretiva das instalações e equipamentos e modernização de infraestruturas e equipamentos sob a gestão da Ágora, no montante de 2.738.956 euros:

Valores em euros

<b>Contrato de Mandato 2026</b>	<b>Valor s/ IVA</b>	<b>Valor c/ IVA</b>
<b>1. Infraestruturas Culturais, Desportivas, Plataformas e Edifícios</b>		
1.1 Culturais	1 721 389	2 117 309
1.2 Desportivas	986 953	1 213 953
1.3 Plataformas	16 041	19 730
1.4 Edifícios	14 573	17 925
<b>Total</b>	<b>2 738 956</b>	<b>3 368 916</b>

<sup>(1)</sup> Rendimento sujeito a IVA

## 5.10 Prestação de serviços no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) para o ano de 2026

Esta verba respeita aos serviços para apoio na coordenação e acompanhamento da implementação das AEC disponibilizados pela Ágora.

Valores em euros

<b>Contrato de Prestação de Serviços AEC 2026</b>	<b>Valor s/ IVA</b>	<b>Valor c/ IVA</b>
Serviços de Coordenação <sup>(1)</sup>	9 660	11 882
Serviço de acompanhamento e monitorização <sup>(1)</sup>	17 774	21 863
Utilização dos equipamentos <sup>(1)</sup>	21 735	26 734
<b>Total</b>	<b>49 169</b>	<b>60 478</b>

<sup>(1)</sup> Rendimento sujeito a IVA

## 5.11 Transferências financeiras 2025 vs. 2026 do Município do Porto

Valores em euros

Descrição	Orçamento 2025		Orçamento 2026	
	Valor s/ IVA	Valor c/ IVA	Valor s/ IVA	Valor c/ IVA
<b>Contrato de prestação de serviços <sup>(3)</sup></b>				
Prestação de serviços de projetos culturais, desportivos e de entretenimento <sup>(1)</sup>	6 151 051	7 565 793	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>6 151 051</b>	<b>7 565 793</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Contrato programa (subsídio à exploração)</b>				
Subsídio à exploração – Serviços transversais e de suporte <sup>(2)</sup>	4 002 003	4 002 003	4 792 283	4 792 283
Subsídio à exploração – Direções Culturais, Desportiva e de Entretenimento <sup>(2)</sup>	10 416 969	10 416 969	11 033 178	11 033 178
Subsídio à exploração – Interação com os interlocutores da cidade (cultura, desporto e entretenimento) <sup>(2)</sup>	4 904 166	4 904 166	3 896 311	3 896 311
Subsídio à exploração – Atividades Culturais, Desportivas e de Entretenimento <sup>(2)</sup>	-	-	6 904 968	6 904 968
<b>Subtotal</b>	<b>19 323 138</b>	<b>19 323 138</b>	<b>26 626 740</b>	<b>26 626 740</b>
<b>Contrato de Mandato</b>				
Prestação de serviços Contrato Mandato <sup>(1)</sup>	-	-	2 738 956	3 368 916
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2 738 956</b>	<b>3 368 916</b>
<b>Contrato de prestação de serviços das AEC</b>				
Prestação de serviços das AEC <sup>(1)</sup>	59 366	73 020	49 169	60 478
<b>Subtotal</b>	<b>59 366</b>	<b>73 020</b>	<b>49 169</b>	<b>60 478</b>
<b>Contrato de prestação de serviços de estacionamento</b>				
Prestação de serviços de estacionamento <sup>(1)</sup>	173 705	213 657	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>173 705</b>	<b>213 657</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>25 707 260</b>	<b>27 175 608</b>	<b>29 414 865</b>	<b>30 056 134</b>

<sup>(1)</sup> Valores sujeitos a IVA;<sup>(2)</sup> Valores não sujeitos a IVA;<sup>(3)</sup> O contrato de prestação de serviços, bem como o contrato de prestação de serviços de estacionamento, deixaram de vigorar para 2026.

Porto, 15 de julho de 2025

O Conselho de Administração




---

**Catarina Araújo**  
Presidente



---

**César Vasconcellos Navio**  
Administrador Executivo



---

**Ester Gomes da Silva**  
Administradora Executiva

6

# 6

## Parecer do Fiscal Único sobre os Instrumentos de Gestão Previsional





**RSM & Associados – Sroc, Lda**

Av. do Brasil 15-1 1749-112 Lisboa (Sede)  
T: +351 21 3553 550 E: geral.lisboa@rsmpt.pt  
Rua da Saudade, 132-3 4150-682 Porto  
T: +351 22 2074 350 E: geral.porto@rsmpt.pt  
www.rsmpt.pt

## **PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL**

### **Introdução**

Nos termos do artigo 25.º, número 6, alínea j), da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, procedemos à revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) de **Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A.** (a Entidade), relativos ao período de 2026 a 2030, que compreendem os Planos anual e plurianual de atividades, investimento e financeiro, o Orçamento anual de exploração, o Orçamento anual de tesouraria e o Balanço previsional, incluindo os pressupostos em que se basearam, os quais se encontram descritos no ponto 2.7. Adicionalmente, e com vista a dar cumprimento à Norma de Contabilidade Pública n.º 26, que integra o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), foram preparadas Demonstrações orçamentais previsionais que incluem o Orçamento e plano orçamental plurianual e o Plano plurianual de investimentos, os quais fazem parte integrante dos Instrumentos de Gestão Previsional em apreciação.

### **Responsabilidades do órgão de gestão sobre os Instrumentos de gestão previsional**

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

### **Responsabilidades do auditor sobre a revisão dos Instrumentos de gestão previsional**

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo relatório.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

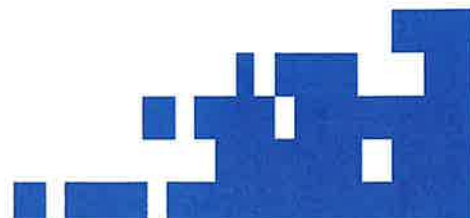
### **Matérias relevantes a enfatizar**

1. O modelo de projeções financeiras que suporta os instrumentos de gestão previsional em apreciação, tem como ano base as previsões financeiras do exercício de 2025. Consequentemente, a sua construção exigiu estimar, de acordo com a informação disponibilizada pelo Conselho de Administração, o resultado líquido e os saldos de balanço reportados a 31 de dezembro de 2025, pelo que, o património líquido estimado, reportado a 31 de dezembro de 2025 e que serviu de ano base às projeções dos IGP em apreciação poderá estar sujeito a alterações, bem como poderão ser distintos os fluxos financeiros, devido ao impacto das diferenças entre os saldos das demonstrações financeiras estimadas e os saldos finais que se vierem a apurar.

**THE POWER OF BEING UNDERSTOOD**  
**AUDIT | TAX | CONSULTING**

RSM & Associados – Sroc, Lda é uma firma independente membro da RSM International. RSM International é a denominação de uma rede internacional de entidades jurídicas independentes que prestam serviços profissionais de contabilidade e consultadoria. RSM International não corresponde, em qualquer jurisdição, a uma entidade legalmente reconhecida.

Inscrição na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 21 | Inscrição na Lista de Auditores da CIMA sob o n.º 20161380  
NIPC 501612181 | Capital Social 144 000€



2. A Entidade apresentou à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) pedidos de revisão oficiosa em sede do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), por imposto liquidado em excesso à Câmara Municipal do Porto, em períodos anteriores, e ao abrigo do qual regularizou a seu favor os montantes aproximadamente de 803.000 euros e de 354.000 euros, respetivamente, tendo a AT indeferido os pedidos e a Entidade apresentado as competentes impugnações judiciais, aguardando-se o desenvolvimento do processo. O balanço em apreciação apresenta ativos de aproximadamente 803.000 euros e de 354.000 euros, respetivamente, e passivos relacionados com as regularizações efetuadas de igual montante.  
Assim, as recuperabilidades dos ativos dependem de decisões judiciais final favoráveis à Entidade ou da reversão dos movimentos acima referidos efetuados com o Município do Porto, em caso de decisões desfavoráveis.
3. Conforme decorre dos documentos em apreciação, a Entidade tem um forte relacionamento financeiro com o Município do Porto, pelo que, atrasos significativos nos fluxos financeiros poderão afetar as condições de exploração e o equilíbrio financeiro da Entidade.
4. Os Instrumentos de Gestão Previsional em apreciação, foram preparados no pressuposto da capitalização dos investimentos que se perspetivam efetuar nas infraestruturas municipais geridas pela Entidade. Estas infraestruturas são anualmente atribuídas à Entidade através de contrato celebrado com o Município para este efeito, o qual tem sido celebrado numa base contínua e que se espera que continue ininterruptamente no tempo.

### Conclusão e opinião

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, e exceto para os possíveis efeitos das matérias referidas no parágrafo 3 da secção anterior, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião, as demonstrações financeiras prospetivas estão devidamente preparadas com base nos pressupostos e apresentadas numa base consistente com as políticas contabilísticas normalmente adotadas pela entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) adotado em Portugal.

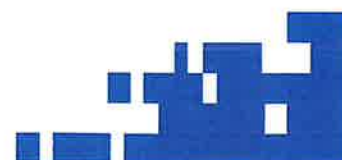
Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Porto, 15 de julho de 2025



RSM & ASSOCIADOS – SROC, LDA.

Representada por João Luís Almeida Mendes de Araújo (ROC nº933)  
registado na CMVM com o nº 20160550



# EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO

## INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL 2025 – 2029



Versão atualizada em setembro de 2025





<b>1. PREÂMBULO .....</b>	<b>5</b>
1.1. OBJETO SOCIAL E ESTRUTURA DE CAPITAL .....	5
1.2. ENQUADRAMENTO LEGAL .....	6
1.3. ENQUADRAMENTO CONTABILÍSTICO.....	7
<b>2. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>3. GOVERNO DAS SOCIEDADES .....</b>	<b>13</b>
3.1. MISSÃO .....	13
3.2. VISÃO.....	13
3.3. VALORES .....	13
3.4. ÓRGÃOS SOCIAIS .....	13
<b>4. ENQUADRAMENTO, PRESSUPOSTOS E PLANO DE ATIVIDADES .....</b>	<b>16</b>
4.1. ORIENTAÇÕES PARA O PERÍODO DE 2025-2029 .....	16
4.2. OBJETIVOS PARA O ANO .....	20
4.2.1. RECUPERAÇÃO DO SELO DE QUALIDADE .....	20
4.2.2. ALARGAMENTO DA COBERTURA TERRITORIAL DO PROJETO ORGÂNICO .....	21
4.2.3. MELHORIA DA QUALIDADE DO SERVIÇO DA LIMPEZA URBANA.....	21
4.2.4. A CONTRIBUIÇÃO DA PORTO AMBIENTE PARA A ECONOMIA CIRCULAR .....	21
4.3. PRESSUPOSTOS CONSIDERADOS PARA O PERÍODO DE 2025-2029 .....	22
4.3.1. PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS.....	22
4.3.2. PRESSUPOSTOS MICROECONÓMICOS – PRINCIPAIS FONTES DE RECEITAS PRÓPRIAS E OUTROS SERVIÇOS .....	23
4.3.3. PRESSUPOSTOS MICROECONÓMICOS – PRINCIPAIS GASTOS .....	23
4.4. PLANO DE RECURSOS HUMANOS PARA OS PERÍODOS PROJETADOS .....	23
4.5. AFETAÇÃO DE GASTOS COMUNS .....	25
4.6. PLANO DE INVESTIMENTO PARA OS PERÍODOS PROJETADOS.....	25
4.7. FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO.....	26
4.8. PRESSUPOSTOS FINANCEIROS .....	26
4.9. PRESSUPOSTOS DE FINANCIAMENTO.....	26
4.10. REPARTIÇÃO DO ORÇAMENTO POR ATIVIDADE.....	27
4.10.1. PERÍODOS DE 2025 A 2027 .....	27
4.10.2. PERÍODOS DE 2028 A 2029 .....	28
<b>5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA OS ANOS DE 2024, 2025, 2026, 2027 E 2028 .....</b>	<b>30</b>
5.1. NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO.....	30
5.1.1. PRESSUPOSTOS.....	30
5.1.2. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS.....	30
5.1.3. OUTROS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS.....	31
5.1.4. TRATAMENTO DE RESÍDUOS.....	31
5.1.5. GASTOS COM ALUGUER OPERACIONAL, COMBUSTÍVEIS E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VIATURAS .....	32
5.1.6. GASTOS COM O PESSOAL .....	32
5.1.7. OUTROS GASTOS.....	33
5.2. ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL PARA OS ANOS DE 2025, 2026, 2028, 2028 E 2029 .....	33
5.3. BALANÇO PREVISIONAL PARA OS ANOS DE 2025, 2026, 2027, 2028 E 2029.....	34
5.4. ORÇAMENTO DE TESOURARIA PREVISIONAL 2025 A 2029 .....	34
5.5. RESPONSABILIDADES EVENTUAIS RELATIVAS AOS CONTENCIOSOS EXISTENTES .....	35



KT.   
5  


5.6.	CONCLUSÃO.....	35
6.	PARECER DO FISCAL ÚNICO .....	37
7.	CERTIDÃO DE PARTE DE ATA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO .....	39

45.  
\$  
4  
8

# 1

## PREÂMBULO







Handwritten blue ink marks in the top right corner, including a large 'S' and a signature.

## **1. PREÂMBULO**

### **1.1. OBJETO SOCIAL E ESTRUTURA DE CAPITAL**

A Porto Ambiente é uma entidade empresarial local, constituída em 2017, dotada de autonomia estatutária, administrativa e financeira e que tem por objeto social, por delegação do Município do Porto, a Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público.

O capital social integralmente realizado é de 3 265 566 Euro (três milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis euros).

O contrato de gestão delegada, válido por quinze anos, prevê a exploração e gestão dos sistemas municipais de Gestão de Resíduos Urbanos e da Limpeza Urbana, em regime de exclusividade territorial no Município do Porto e em linha com o Plano de Ação para o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos – PERSU 2030 –, de modo a dar cumprimento às metas definidas neste último e gerindo de forma adequada e integrada a prestação de cada serviço.

Consciente da urgência da ação climática e da oportunidade que representa para a competitividade, emprego, justiça social e resiliência da cidade, o Município do Porto lançou o Pacto do Porto para o Clima, tendo sido, a Porto Ambiente, desafiada a abraçar o desafio de dirigir este projeto. Este Pacto reconhece o papel fundamental da participação de todos os atores locais na implementação de medidas que minimizem drasticamente as emissões de gases com efeito de estufa, tendo em vista atingir a neutralidade carbónica na cidade até 2030.

A atividade da Porto Ambiente e o desenvolvimento das suas funções é realizado sob a orientação estratégica da Câmara Municipal do Porto, de acordo com uma política de gestão organizacional assente num conjunto de princípios orientadores: a satisfação do "cliente" municipal; a melhoria contínua da organização e o seu compromisso com o desenvolvimento e crescimento profissional, técnico, comportamental e ético; o envolvimento dos colaboradores e fornecedores na concretização dos objetivos da empresa; e a atuação no mercado de forma absolutamente transparente e exigente.

No sentido da promoção da melhoria contínua da organização, bem como da eficiência e da qualidade dos serviços prestados, a Porto Ambiente tem

estabelecido um plano de monitorização e avaliação de indicadores do desempenho organizacional.

A monitorização do cumprimento dos objetivos estratégicos definidos por forma a garantir a prestação eficiente de um serviço de qualidade, são efetuados através do acompanhamento de indicadores que se organizam nas seguintes temáticas: cobertura e qualidade do serviço, desempenho organizacional, produtividade e, eficiência operacional e de gestão.

Assim, a empresa cumpre a missão que lhe está atribuída, bem como os objetivos que estipula, tendo em conta parâmetros de qualidade exigentes e respeitando os princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e serviço público.

## 1.2. ENQUADRAMENTO LEGAL

A atividade da Porto Ambiente é enquadrada pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao setor público empresarial, quer do setor empresarial do Estado, quer do setor empresarial local, cumprindo os princípios de Bom Governo que lhe são aplicáveis. O acompanhamento e controlo do Município do Porto, bem como as funções de administração e fiscalização estão definidos na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e ainda nos Estatutos da Empresa.

No seguimento do enquadramento apresentado, dando cumprimento aos seus deveres de informação e divulgação previsto no artigo 20.º dos Estatutos da Porto Ambiente, de acordo com o n.º 1 do artigo 42.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, e alíneas f) e g) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, isto à luz do artigo 22.º dos Estatutos da Porto Ambiente, o Conselho de Administração apresenta os Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) para o período 2025-2029, assim como o relatório do órgão de fiscalização.

Estes IGP procuram dar sentido prático à estratégia definida para a empresa, nomeadamente no que respeita a matérias de investimento, financiamento e de exploração num horizonte de curto e médio prazo.



*[Handwritten signature and initials in blue ink]*

### 1.3. ENQUADRAMENTO CONTABILÍSTICO

Os requisitos contabilísticos da Porto Ambiente devem respeitar o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), devendo responder às necessidades da gestão da empresa e permitir o controlo orçamental permanente, bem como a fácil verificação da correspondência entre valores patrimoniais.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo Portaria 220/2015, de 24 de julho - Modelos de Demonstrações Financeiras e Declaração de Retificação n.º41-B/2015, de 21 de Setembro de 2015, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo *International Accounting Standard Board* e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Empresa se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras são elaboradas com períodos de reporte coincidentes com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

Sendo as características qualitativas, atributos que tomam a informação proporcionada nas demonstrações financeiras útil aos utentes, toda a informação integrante das mesmas é caracterizada pelos atributos da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sob a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

HA.  
#  
L  
8



# 2

## MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





Handwritten signature and initials in blue ink.

## **2. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

A elaboração dos Instrumentos de Gestão Previsional para o período de 2025 a 2029 representa mais do que um exercício de planeamento — constitui uma afirmação clara do compromisso da Porto Ambiente com um serviço público de excelência, ambientalmente responsável e centrado nas necessidades da cidade e dos seus cidadãos.

Num contexto marcado por exigências crescentes ao nível da transição climática, da economia circular e da eficiência na gestão dos recursos, a Porto Ambiente assume com determinação a missão de liderar pelo exemplo, promovendo soluções inovadoras, sustentáveis e socialmente justas. Os próximos anos serão pautados por investimentos estruturantes, melhoria contínua dos serviços prestados e reforço da proximidade com os munícipes, com especial atenção à inclusão, à educação ambiental e à valorização dos resíduos como recurso.

A digitalização está no ADN da Porto Ambiente. Apostamos fortemente na modernização tecnológica dos processos operacionais e na criação de canais digitais de participação e comunicação com os cidadãos. Acreditamos que a transição digital é essencial para melhorar a eficiência, a transparência e a capacidade de resposta da empresa, promovendo ao mesmo tempo o envolvimento ativo da comunidade na construção de uma cidade mais limpa e sustentável.

Os Instrumentos de Gestão Previsional para o quinquénio 2025–2029 refletem também o alinhamento com as novas metas definidas na revisão do Plano de Ação do PAPERSU 2022–2030, aprovado em setembro de 2024. Este documento estratégico reforça significativamente o nível de ambição para o setor dos resíduos urbanos, colocando a Porto Ambiente perante um novo patamar de responsabilidade. Reconhecendo o carácter exigente dessas metas, estes instrumentos integram previsões de investimento particularmente ambiciosas, concebidas para garantir uma resposta à altura dos desafios e consolidar a posição da empresa como referência nacional na gestão sustentável de resíduos.





Handwritten notes in blue ink, including a large 'S' and a signature.

Destaca-se, igualmente, a aposta contínua na área da limpeza urbana, onde em 2024 foi concretizado um investimento significativo em varredoras elétricas e no reforço da mecanização e eletrificação da operação. Este caminho será aprofundado ao longo dos próximos anos, com novos investimentos planeados que permitirão aumentar a eficiência, reduzir a pegada ecológica da operação e melhorar as condições de trabalho das equipas no terreno, em linha com os compromissos de sustentabilidade e inovação que norteiam a ação da empresa.

A valorização das pessoas é outro pilar fundamental da estratégia da Porto Ambiente. Reconhecemos que o sucesso da organização depende, em grande medida, do envolvimento, motivação e competência dos nossos trabalhadores. Continuaremos a investir no desenvolvimento dos recursos humanos, promovendo uma cultura de participação, bem-estar e qualificação contínua, alinhada com os princípios de igualdade, inclusão e mérito. Os nossos sistemas de gestão, já certificados, asseguram práticas exigentes e consistentes nas áreas da qualidade, ambiente e segurança, contribuindo para uma organização mais robusta e orientada para a excelência.

A Porto Ambiente assume ainda o compromisso de manter uma presença ativa nas linhas da frente do conhecimento científico e das melhores práticas do setor, através da participação em redes de partilha, projetos europeus, fóruns técnicos e iniciativas de inovação. Este posicionamento permite-nos antecipar tendências, influenciar políticas públicas e responder com maior agilidade e eficácia aos desafios da gestão urbana sustentável.

A estratégia agora apresentada assenta numa visão integrada de sustentabilidade, inovação, eficiência económica e responsabilidade social. Estão definidos objetivos claros, metas quantificáveis e planos de ação concretos, sustentados por uma gestão prudente e transparente, capaz de garantir o equilíbrio financeiro da empresa e de reforçar a sua capacidade de resposta perante os desafios presentes e futuros.

A Porto Ambiente reafirma, assim, o seu compromisso com a cidade do Porto e com os princípios que orientam a sua atuação: rigor, inovação, colaboração e dedicação ao interesse público. Estes Instrumentos de Gestão Previsional refletem o envolvimento de todos os que, diariamente, contribuem para o bom





funcionamento da organização e para a construção de uma cidade mais resiliente, participada e sustentável.

O desempenho financeiro poderá ilustrar-se, sinteticamente, do seguinte modo:

(Valores expressos em Euro)

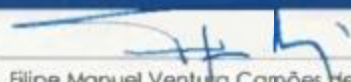
Desempenho financeiro	2025	2026	2027	2028	2029
Vendas e serviços prestados	21 700 971	22 334 201	23 033 827	23 688 560	24 371 837
Atividades de implementação	11 710 036	13 559 630	14 376 907	14 758 089	15 015 231
Custo das interações, vendas e atividades de implementação	-443 695	-470 008	-488 038	-507 755	-528 268
Fornecimentos e serviços externos	-13 525 717	-13 817 722	-13 888 822	-13 994 565	-14 100 833
Gastos com o pessoal	-16 983 307	-18 817 610	-19 861 936	-20 809 919	-21 681 149
Imprecisão de valores e receitas (tributos / provisões)	-240 000	-240 000	-240 000	-240 000	-240 000
Outros rendimentos	1 134 137	1 451 229	1 516 978	1 536 068	1 555 540
Outros gastos	-838 627	-826 134	-795 988	-782 757	-768 683
<b>EBITDA</b>	<b>2 513 789</b>	<b>3 173 585</b>	<b>3 652 928</b>	<b>3 647 721</b>	<b>3 623 675</b>


O Conselho de Administração reforça que conta com a colaboração ativa dos trabalhadores, dos parceiros e da comunidade, certos de que só com uma visão partilhada e um esforço coletivo será possível continuar a evoluir e a gerar valor para o Porto e para quem nele vive, estuda ou trabalha, transmitindo assim o agradecimento a todos os que contribuem para a consolidação do projeto:

- Ao acionista, pelo envolvimento e confiança demonstrados;
- A todos os munícipes do Porto, cuja adesão aos interesses da cidade, e bem assim, aos projetos implementados em muito têm contribuído para os positivos resultados alcançados;
- A todos os nossos estimados clientes pela dedicação e confiança depositadas na nossa empresa;
- A todos os fornecedores de bens e serviços pela cooperação demonstrada;
- A todos os colaboradores pelo esforço, dedicação e empenho postos nas tarefas que lhes são confiadas;
- Ao Fiscal Único e demais órgãos da sociedade pelo apoio, competência e dedicação com que sempre nos honraram.

Porto, 25 de setembro de 2025

O Conselho de Administração

  
Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo  
(Presidente)

  
Luis Bragança de Assunção  
(Vice Presidente)

  
Helena Vilasboas Tavares  
(Vogal)



# 3

## GOVERNO DAS SOCIEDADES







8  
4  
5  
4

### **3. GOVERNO DAS SOCIEDADES**

A Porto Ambiente é uma entidade empresarial local de âmbito municipal dotada de autonomia estatutária, administrativa e financeira. Constituída em fevereiro de 2017, cujo capital social (€ 3 265 566.00) é detido, na sua totalidade, pela Câmara Municipal do Porto.

O seu objeto social prevê a Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público, assumindo como competências a exploração e gestão dos respetivos sistemas municipais, em linha com o Plano de Ação para o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos (PERSU 2030).

#### **3.1. MISSÃO**

A nossa missão é a melhoria contínua da eficácia do sistema de gestão e recolha de resíduos e de limpeza do espaço público tendo como base os princípios de qualidade do serviço, rigor e transparência.

#### **3.2. VISÃO**

A Porto Ambiente pretende ser uma empresa de referência nacional e internacional no seu setor, destacando-se pela excelência dos serviços prestados aos cidadãos e pelo seu contributo para promoção e proteção do ambiente.

#### **3.3. VALORES**

- Orientação para todos aqueles que residem, visitam, trabalham ou estudam na cidade do Porto
- Valorização do ambiente
- Sustentabilidade ambiental, económica e social
- Integridade
- Inovação
- Responsabilidade

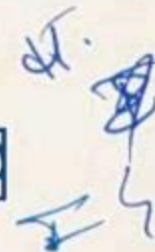
#### **3.4. ÓRGÃOS SOCIAIS**

Os Órgãos sociais da Porto Ambiente, são constituídos pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pelo Fiscal Único, sendo os seus membros apresentados na tabela seguinte:

**INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL 2025-2029**  
VERSÃO ATUALIZADA EM SETEMBRO DE 2025



Órgão	Função	Nome
Assessoria Geral	Presidente do Conselho	Carlota Vilaça Bastos Silva Fonseca
	Presidente do Conselho	Ana Filomena Alves Leal Leite da Silva
	Secretário	Sérgio Martins Vieira da Cunha
	Secretário	Cláudia Cristina Pimenta Carneiro
Conselho de Administração	Presidente	Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo
	Vice-Presidente	Luís André Fernandes Bragança de Assunção
	Membro	Maria Helena Vilasboas Tavares
Fiscal Único	Orgão	Mazars e Associados, SROC, S.A.
	Suplente	representada por: José Fernando Abreu Rebouças Patrícia Alexandra Faria Cardoso



# 4

## ENQUADRAMENTO E PRESSUPOSTOS



Handwritten notes in blue ink, including a circled 'A' and the number '2'.

#### **4. ENQUADRAMENTO, PRESSUPOSTOS E PLANO DE ATIVIDADES**

Os Instrumentos de Gestão Previsional que se apresentam foram desenvolvidos tendo em consideração um conjunto de orientações estratégicas, pressupostos de carácter económico-financeiro, assim como o plano de atividades que a Porto Ambiente se propõe a executar. Este plano de atividades, é um instrumento de gestão que visa refletir a estratégia de atuação da Empresa e respetivos serviços, e no qual se encontram discriminados os objetivos a atingir, as atividades a desenvolver e os recursos necessários à sua realização, plasmados nos indicadores definidos no âmbito da Gestão da Qualidade.

A prossecução dos objetivos da Porto Ambiente é promovida através de uma estratégia, desenhada a médio e longo prazo pelo Município do Porto para o ambiente, assente em três pilares de sustentabilidade (ambiental, económico e social). Por outro lado, a contínua aposta na promoção da recolha seletiva será o principal foco a nível estratégico, canalizando todos os esforços no sentido de assegurar a execução das ações definidas no Plano de Ação.

No que respeita ao desempenho da Porto Ambiente, a Administração acompanha o mesmo, de forma próxima, pela monitorização dos indicadores definidos pela equipa da Gestão da Qualidade, garantindo assim, uma gestão mais consciente e alinhada em toda a organização, nos diversos capítulos e objetivos que se propõe.

No contexto, não sendo objetivo deste documento originar redundâncias entre a informação aqui evidenciada e os indicadores mencionados no parágrafo anterior, entendeu-se pertinente destacar na secção 4.22 seguinte as ações e objetivos aprovados pelo Conselho de Administração, classificados como estratégicos.

Estes objetivos foram definidos para 2025, sendo os mesmos, objeto de revisão anual do Conselho de Administração no contexto da revisão do SGQA, devendo nesse momento ser automaticamente substituídos pelos presentes com referência ao ano em questão.

##### **4.1. ORIENTAÇÕES PARA O PERÍODO DE 2025-2029**

###### **a) Compatibilização entre os gastos e os rendimentos disponíveis**



Handwritten signature and initials in blue ink.

Os pressupostos prospetivos relativos ao período têm por base um orçamento de exploração equilibrado, por atividade, o qual considera a obtenção de três subsídios à exploração por parte do Município do Porto. De notar que a regulação dos termos em que os referidos subsídios são atribuídos à Porto Ambiente se encontra prevista em contrato programa, o qual define em conjunto com o contrato de gestão delegada, os objetivos e indicadores de resultado para cada período, conforme previsto no artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

O Contrato Programa relativo à Gestão de Resíduos Urbanos (CPGRU), visa cobrir a parte dos encargos que não se encontrem integralmente remunerados pela tarifa cobrada aos utilizadores finais.

Sublinhamos que, não obstante das projeções apontarem para um custo de operação crescente, foi vontade do acionista no momento da revisão do Contrato de Gestão Delegada, apoiar os seus Municípios, pelo que as projeções manifestam a intenção de que este crescimento não seja integralmente repercutido na tarifa. O Contrato Programa para cobertura de tarifa apresenta-se como um importante instrumento na concretização deste objetivo, ainda que a Empresa se comprometa a encetar todos os esforços na procura de soluções mais eficientes e que mitiguem a necessidade de recurso a este instrumento.

O Contrato Programa relativo à Limpeza do Espaço Público (CPLEP), é concedido pelo Município do Porto com o objetivo de cobrir integralmente os custos com a Limpeza do Espaço Público que, assumindo características de um serviço essencial, está excluída do Sistema Tarifário.

O Contrato Programa relativo ao Pacto para a Neutralidade Carbónica (CPNC), é concedido pelo Município do Porto com o objetivo de cobrir integralmente os custos com as iniciativas daquela direção que, se encontra excluída do Sistema Tarifário.

#### b) Receitas próprias

As receitas próprias correspondem na sua generalidade à tarifa cobrada aos utilizadores finais (utilizadores do sistema de abastecimento de água do Município do Porto) pela prestação dos serviços de Gestão de Resíduos Urbanos (GRU). Compreendem adicionalmente, ainda que com menor expressão, os



ST.  
3  
8

montantes relativos a Serviços auxiliares, os quais consideram, nomeadamente:

- i. no âmbito da Gestão de Resíduos Urbanos, a gestão de Resíduos de Grandes Produtores, assim como os Resíduos de Construção e Demolição;
- ii. no âmbito da Limpeza do Espaço Público, as receitas próprias obtidas são provenientes de ações de fiscalização e da prestação de limpeza de eventos não realizados no espaço público, e como tal não abrangidos pelo Contrato Programa para o efeito;
- iii. no âmbito do pacto para a neutralidade carbónica, não é expectável a ocorrência de quaisquer receitas próprias obtidas.

Os montantes considerados nas projeções tarifárias presentes neste documento, traduzem um comportamento da tarifa alinhado com os valores que constam do Anexo ao contrato de gestão delegada, no âmbito da revisão quinquenal ocorrida em 2022, ponderando o efeito extraordinário verificado no ano de 2025, relativo ao crescimento nominal extraordinário da sua tarifa de gestão em alta.

#### c) Outras fontes de financiamento

Adicionalmente aos pontos anteriores, foram ponderadas fontes de financiamento pela Administração e Direções o recurso programas de financiamento decorrentes do NORTE2030, alinhando-se com o PAPERSU revisto em 2024. Estes programas terão como objetivo o apoio na execução de investimentos previstos no Plano de Ação, nomeadamente ampliação, melhorias técnicas, novos meios, complementaridade do funcionamento do sistema de gestão de resíduos urbanos ou limpeza do espaço público.

Foram ainda previstas, neste documento, fontes de financiamento relativas à obtenção de financiamentos bancários por locação financeira, para a concretização dos investimentos de renovação de frota, varredoras e equipamentos de lavagem.

#### d) Investimentos propostos para o período

O presente documento prevê a realização de um conjunto alargado de investimentos a realizar pela Porto Ambiente, os quais vão ao encontro à ambição da Administração no que respeita ao reforço, renovação e/ou reabilitação da generalidade dos ativos da empresa, nomeadamente no que



Handwritten signature and initials in blue ink.

respeita à frota de viaturas pesadas de Resíduos Sólidos Urbanos, equipamentos de apoio à varredura mecânica, equipamentos de lavagem, veículos pesados de recolha, parque de contentorização, assim como ecocentros e outras infraestruturas.

No que respeita a mobiliário urbano, e para além das previsíveis necessidades de renovação e manutenção do parque de contentorização do Município do Porto, a Porto Ambiente prevê reforçar em concreto, determinadas ações, nomeadamente (i) recolha de proximidade da fração biorresíduos, no setor residencial, (ii) recolha de proximidade da fração biorresíduos, no setor não residencial, (iii) ampliação do parque de ecopontos e (iv) ampliação do parque de contentorização enterrado.

Ainda no contexto dos investimentos a efetuar, de sublinhar que os montantes previstos executar relativamente a equipamentos de lavagem, varredoras e parte da frota de viaturas pesadas de recolha, a realizar em 2025 e 2026, encontra-se diretamente considerados com fontes de financiamento externo, nomeadamente locação financeira.

Estas renovações e reforços, permitiram a utilização de viaturas menos poluentes, incrementando não só a eficiência económica, como a ecológica.

Por último, encontra-se no horizonte da empresa e nas projeções para o período em reporte, uma aposta relevante em beneficiações dos ecocentros e infraestruturas da Empresa.

e) Contingências fiscais e de contencioso

Não são conhecidas ou expectáveis quaisquer contingências desta natureza ou similares.

f) Outros pressupostos de gestão organizacional considerados

- A utilização de um adequado número de recursos humanos;
- Promover a regularidade e a celeridade na conceção, desenvolvimento e concretização das soluções de gestão, designadamente daquelas que impliquem a contratação de terceiros;
- O conhecimento aprofundado do mercado, através da avaliação, monitorização, recolha e tratamento de informação sobre o comportamento

45.  
4  
4

dos seus atores e intervenientes;

- A especialização organizacional e de cada um dos recursos humanos, dotando-os da formação necessária por forma a capacitá-los a responder aos diferentes desafios que cada empreendimento pode representar, seja no plano estritamente técnico, ou na sua afetação ao cumprimento de específicos objetivos municipais;
- Uma eficaz implementação de processos de controlo interno respeitante à qualidade do serviço que presta para o Município do Porto e às entidades por ele detidas ou participadas;
- A possibilidade de recorrer a parcerias estratégicas, sempre que daí resultem ganhos de eficiência, técnica e financeira;
- A possibilidade de exercer outras atividades ou atividades materialmente idênticas à atividade principal, de natureza complementar ou acessória, possibilitando uma utilização mais eficiente dos recursos afetos.

#### 4.2. OBJETIVOS PARA O ANO

No computo global das Direções, áreas e unidades orgânicas, são mais de 60 os indicadores que são objeto de acompanhamento permanente por parte das equipas de gestão da Porto Ambiente, dos quais parte resultam de desafios decorrentes do Contrato de Gestão delegada, parte decorrentes de ferramentas de avaliação do regulador e os demais, resultantes de desafios colocados pelas próprias áreas, destacando-se em seguida aqueles definidos pelo Conselho de Administração como de carácter estratégico.

##### 4.2.1. RECUPERAÇÃO DO SELO DE QUALIDADE

As entidades distinguidas com os Selos de Qualidade ERSAR evidenciam-se por assegurarem o cumprimento de um conjunto de critérios previstos no regulamento da iniciativa "Prémios e Selos de Qualidade dos Serviços de Águas e Resíduos", no decorrer do último período com avaliação regulatória.

##### > META(S) DEFINIDA(S)

O Conselho de Administração definiu, como meta para a avaliação deste objetivo, relativo ao exercício da atividade de gestão de resíduos urbanos no período de 2025, a recuperação do selo de qualidade da ERSAR.





Handwritten notes in blue ink, including a signature and some illegible scribbles.

#### 4.2.2. ALARGAMENTO DA COBERTURA TERRITORIAL DO PROJETO ORGÂNICO

O Projeto Orgânico da Porto Ambiente findou 2024 com uma abrangência de 60% do território do Porto, tendo sido recolhido 974 toneladas de resíduos.

Com o intuito de fomentar as práticas sustentáveis, melhorar a qualidade de vida local e contribuir de forma relevante para o cumprimento do Plano de Ação, é objetivo estratégico da Porto Ambiente o alargar a cobertura territorial do referido projeto.

➤ **META(S) DEFINIDA(S)**

O Conselho de Administração definiu, como meta para a avaliação do cumprimento deste objetivo, abranger 70 % do território do Município do Porto com o Projeto Orgânico.

#### 4.2.3. MELHORIA DA QUALIDADE DO SERVIÇO DA LIMPEZA URBANA

Após a internalização bem sucedida do Serviço da Limpeza Urbana em 2023, a Porto Ambiente procura agora reforçar e melhorar a qualidade do serviço com vista à qualidade e excelência que a caracteriza.

Para o efeito, é ambição a continuidade da revisão do planeamento e qualidade das áreas de limpeza urbana, assim como a constante procura da melhoria do serviço prestado e otimização dos recursos empregues.

➤ **META(S) DEFINIDA(S)**

O Conselho de Administração definiu, como meta para a avaliação deste objetivo, o aumento em cerca de 20% da taxa de utilização do parque de equipamentos mecânicos.

#### 4.2.4. A CONTRIBUIÇÃO DA PORTO AMBIENTE PARA A ECONOMIA CIRCULAR

Atenta aos benefícios ambientais, sociais e económicos que a economia circular tem para oferecer, a Porto Ambiente considera imperativo implementar políticas e contribuir, direta ou indiretamente, para o combate no desperdício e maximização da vida útil dos recursos.

Nesse sentido, ambiciona-se aumentar o contributo de forma direta e indireta, por forma a promover a redução, reutilização e reciclagem de materiais, para

além dos projetos existentes, como o EcoPorto, e das parcerias já estabelecidas, com a colaboração com a Electrão.

#### ➤ META(S) DEFINIDA(S)

O Conselho de Administração definiu, como meta para a avaliação deste objetivo, ampliar o contributo direto e indireto da Empresa para a economia circular da cidade em mais de 10%.

### 4.3. PRESSUPOSTOS CONSIDERADOS PARA O PERÍODO DE 2025-2029

Relativamente aos pressupostos considerados e, não obstante das notas explicativas destacadas da secção seguinte, apresentam-se os seguintes pontos:

#### 4.3.1. PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS

Pressupostos Macroeconómicos	2025	2026	2027	2028	2029
Sendo PPA em Realidade (Fatores) - taxa real	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%
Sendo PPA em Realidade (FCD) - taxa	6.00%	6.00%	6.00%	6.00%	6.00%
Sendo PPA em Realidade (Custos) - taxa	6.00%	6.00%	6.00%	6.00%	6.00%
Sendo PPA em Realidade (Benefícios) - taxa	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%
Sendo PPA em Realidade (Outros) - taxa	23.00%	23.00%	23.00%	23.00%	23.00%
Sendo PPA em Realidade (Benefícios) - taxa	6.00%	6.00%	6.00%	6.00%	6.00%
Sendo PPA em Realidade (Benefícios) - taxa	23.00%	23.00%	23.00%	23.00%	23.00%
% de crescimento da economia	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%
Sendo crescimento da PPA	22.50%	22.50%	22.50%	22.50%	22.50%
Sendo crescimento da PPA (produto) - taxa	26.80%	26.80%	26.80%	26.80%	26.80%
Sendo crescimento da PPA (produto) - taxa	23.75%	23.75%	23.75%	23.75%	23.75%
Sendo crescimento da PPA (produto) - taxa	11.00%	11.00%	11.00%	11.00%	11.00%
Sendo crescimento da PPA (produto) - taxa	11.00%	11.00%	11.00%	11.00%	11.00%
Sendo crescimento da PPA (produto) - taxa	0.00%	6.38%	6.67%	6.25%	5.88%
Sendo crescimento da PPA (produto) - taxa	0.00%	1.80%	1.90%	2.00%	2.00%
Produção da PPA (produto) - taxa	7.93%	12.18%	14.31%	16.60%	18.93%
Sendo crescimento da PPA (produto) - taxa	0.00%	1.80%	1.90%	2.00%	2.00%
Sendo crescimento da PPA (produto) - taxa	0.00%	1.80%	1.90%	2.00%	2.00%
Sendo crescimento da PPA (produto) - taxa	2.400%	2.400%	2.400%	2.400%	2.400%
Sendo crescimento da PPA (produto) - taxa	0.471%	0.471%	0.471%	0.471%	0.471%
Sendo crescimento da PPA (produto) - taxa	0.250%	0.250%	0.250%	0.250%	0.250%
Sendo crescimento da PPA (produto) - taxa	0.340%	0.340%	0.340%	0.340%	0.340%



## 4.3.2. PRESSUPOSTOS MICROECONÓMICOS – PRINCIPAIS FONTES DE RECEITAS PRÓPRIAS E OUTROS SERVIÇOS

Principais fontes de receitas próprias		2025	2026	2027	2028	2029
Unidades económicas	Tarifa de disponibilidade					
	Tarifa de disponibilidade de água potável	131.341	131.341	131.341	131.341	131.341
	Tarifa (€/m³)	0,0638	0,0668	0,0901	0,0926	0,0933
	Tarifa variável					
	Tarifa variável de água consumida (m³/mês)	11.169.933	11.169.933	11.169.933	11.169.933	11.169.933
Unidades por domésticos	Tarifa (€/m³)	0,5145	0,5240	0,5379	0,5530	0,5692
	IGP (€/m³)	0,0453	0,0461	0,0470	0,0479	0,0489
	Tarifa de disponibilidade					
	Tarifa de disponibilidade de água potável	33.808	33.808	33.808	33.808	33.808
	Tarifa (€/m³)	0,5363	0,5511	0,5664	0,5825	0,5993
Unidades por domésticos	Tarifa variável					
	Tarifa variável de água consumida (m³/mês)	7.189.999	7.189.999	7.189.999	7.189.999	7.189.999
	Tarifa (€/m³)	0,6729	0,6976	0,7225	0,7433	0,7646
	IGP (€/m³)	0,0453	0,0461	0,0470	0,0479	0,0489
	Tarifa de disponibilidade					
Grandes indústrias / Não domésticas	Tarifa de disponibilidade					
	Tarifa de disponibilidade de água potável	40	40	40	40	40
	Tarifa (€/m³)	0,5254	0,5511	0,5664	0,5825	0,5993
	Tarifa variável					
	Tarifa variável de água consumida (m³/mês)	11.049.071	11.049.071	11.049.071	11.049.071	11.049.071
Empresas de resíduos de construção e demolição (EGR)	Tarifa (€/m³)	0,0384	0,0398	0,0413	0,0425	0,0438
	IGP (€/m³)	0,0453	0,0461	0,0470	0,0479	0,0489
	Recolha na origem					
	Recolha na origem	60	60	60	60	60
	Tarifa (€/m³)	73,05	74,37	75,78	77,30	78,84
Outros	Tarifa variável					
	Tarifa variável de água consumida (m³/mês)	0	0	0	0	0
	Tarifa (€/m³)	0,1401	0,1428	0,1453	0,1482	0,1512
	Deposito na ecocentre					
	Deposito na ecocentre	360.000	360.000	360.000	360.000	360.000
	Tarifa (€/m³)	0,0467	0,0475	0,0484	0,0494	0,0504
	Tarifa (€/m³)	6.000	6.108	6.224	6.349	6.476
	Comunicação da limpeza urbana	24.000	24.432	25.344	25.851	26.368
	Serviços municipais	3.807	3.852	3.930	4.029	4.109
	Custos	38.400,00	39.091,20	39.833,93	40.630,61	41.443,22
Total (ativa de perda por impiedade (valor anual))		240.000,00	240.000,00	240.000,00	240.000,00	240.000,00

## 4.3.3. PRESSUPOSTOS MICROECONÓMICOS – PRINCIPAIS GASTOS

Pressupostos Microeconómicos – Principais gastos		2025	2026	2027	2028	2029
Gastos de resíduos urbanos	Resíduos indiferenciados - Toneladas estimadas	110.512	106.840	100.863	97.127	93.392
	Custo médio de tratamento e valor de recuperação (€/t)	52.1800	53.1192	54.1265	55.2111	56.3153
	Custo médio de tratamento e valor de recuperação (€/t)	7.0000	7.1280	7.2614	7.4066	7.5548
	Tarifa de resíduos (€/t)	26,04%	26,50%	27,50%	28,00%	28,50%
	Tarifa de tratamento e cobrança CVT&A	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
Impacto do emprego	Número médio de viaturas ligadas	25	26	26	26	26
	Número médio de viaturas ligadas (equipamentos)	63	69	67	67	67
	Gastos com pessoal (NOTA 1)	Nota 1	Nota 1	Nota 1	Nota 1	Nota 1
	Períodos de variação - Toneladas estimadas	1.800	1.800	1.800	1.800	1.800
	Custo médio de tratamento e valor de recuperação (€/t)	100.000	101.800	103.734	105.809	107.925
Novo Custos	Número médio de viaturas ligadas	42	41	41	41	41
	Número médio de viaturas ligadas (equipamentos)	22	27	31	31	31
	Gastos com pessoal (NOTA 1)	Nota 1	Nota 1	Nota 1	Nota 1	Nota 1
	Número médio de viaturas ligadas	1	1	1	1	1
	Número médio de viaturas ligadas (equipamentos)	0	0	0	0	0
Gastos comuns	Comunicação e dinamização da marca (C)	15.600	15.881	16.183	16.506	16.836
	Gastos com pessoal (NOTA 1)	Nota 1	Nota 1	Nota 1	Nota 1	Nota 1
	Número médio de viaturas ligadas	19	20	20	20	20
	Número médio de viaturas ligadas (equipamentos)	0	0	0	0	0
	Gastos com pessoal (NOTA 1)	Nota 1	Nota 1	Nota 1	Nota 1	Nota 1

## 4.4. PLANO DE RECURSOS HUMANOS PARA OS PERÍODOS PROJETADOS

No que respeita aos Recursos Humanos, começamos por reiterar, uma vez mais, a mensagem de enaltecimento pela coragem, empenho e sentido de serviço público de todos os colaboradores das atividades de recolha de resíduos

urbanos, limpeza do espaço público, pacto do Porto para o clima assim como todas as demais atividades conexas.

O quadro de pessoal da Porto Ambiente, dimensionado para assumir as atividades supramencionadas em todo o Município do Porto, procurou desde sempre garantir a resposta adequada às exigências da missão, com os índices de qualidade ambicionados pela Empresa, mantendo igualmente total disponibilidade para abraçar novos desafios.

Na sequência do mencionado, a estrutura previsional de recursos humanos da Porto Ambiente, para o período de 2025 a 2029 apresenta-se da forma que seguidamente se detalha:

Pessoal		2025	2026	2027	2028	2029
Gestão de resíduos urbanos	Directora	1	1	1	1	1
	Coordenadora	2	2	2	2	2
	Enfermeira (a) Gen	2	2	2	2	2
	Enfermeira (a)	11	11	11	11	11
	Técnico Superior	4	6	6	6	6
	Técnico Inferior	14	14	14	14	14
	Matrícula	95	100	100	100	100
	Chefe de Equipa	2	2	2	2	2
	Medicinal	2	3	3	3	3
	Secretaria (a)	1	1	1	1	1
	Administrativa (a)	1	1	1	1	1
	Contratantes	238	244	244	244	244
Limpeza do espaço público	Directora	1	1	1	1	1
	Coordenadora	1	1	1	1	1
	Enfermeira (a) Gen	3	3	3	3	3
	Enfermeira (a)	10	10	10	10	10
	Técnico Superior	1	1	1	1	1
	Técnico Inferior	1	1	1	1	1
	Chefe de Equipa	13	13	13	13	13
	Matrícula	19	19	19	19	19
	Contratantes	266	276	276	276	276
Recursos Humanos	Directora	1	1	1	1	1
	Técnico Superior	2	2	2	2	2
Gestão Comunitária	Administradora (ativa)	2	2	2	2	2
	Directora	3	3	3	3	3
	Enfermeira (a) Gen	3	3	3	3	3
	Enfermeira (a)	3	3	3	3	3
	Técnico Superior	24	26	26	26	26
	Chefe de Equipa	1	1	1	1	1
	Técnico Superior	14	19	19	19	19
	Enfermeira (a)	3	3	3	3	3
	Contratantes	2	2	2	2	2
	Contratantes	7	8	8	8	8
Total		755	785	785	785	785

Tendo em consideração a preocupação da Empresa com os Recursos Humanos, são desenvolvidos de forma contínua, trabalhos de elaboração e uniformização de procedimentos, que visem constituir uma política de gestão de pessoas, equitativa, mas também motivadora e promotora do bem-estar profissional e pessoal. Por último, e apesar da Porto Ambiente estar focada na constituição e estabilização de um quadro de pessoal ajustado às



responsabilidades que lhe foram atribuídas, foi dada atenção à eficiência organizacional, quer através de uma melhor definição de funções e níveis de responsabilidades, quer pela elaboração de procedimentos internos e externos nas diferentes áreas de atuação, aspeto a ser consolidado nos períodos subsequentes.

#### 4.5. AFETAÇÃO DE GASTOS COMUNS

Os gastos comuns incorridos verificam-se indispensáveis como suporte às operações desenvolvidas pela Porto Ambiente. Nesse contexto, o critério de imputação dos mesmos resultou da preponderância que os Gastos com o pessoal diretos, de cada uma das atividades desenvolvidas, sobre o total dos Gastos com o pessoal diretos, conforme se ilustra no quadro seguinte.

Critério de afetação de gastos comuns	2025	2026	2027	2028	2029
Critério de Fretes dos resíduos urbanos	53,69%	54,58%	54,64%	54,64%	54,64%
Limpeza do Espaço Público	45,87%	45,00%	44,94%	44,94%	44,94%
Unidades de produção	0,44%	0,42%	0,43%	0,43%	0,43%

#### 4.6. PLANO DE INVESTIMENTO PARA OS PERÍODOS PROJETADOS

O investimento previsto para os períodos em análise reparte-se da seguinte forma:

Ativos fixos tangíveis e intangíveis		[Valores em Euro, com IVA incluído]				
	2025	2026	2027	2028	2029	
<b>Ativos fixos tangíveis</b>	<b>6 187 914</b>	<b>7 137 450</b>	<b>670 215</b>	<b>584 250</b>	<b>584 250</b>	
Parque Gestão de Resíduos Urbanos	2 190 011	3 734 895	0	0	0	
Estação Limpeza Urbana	1 631 866	1 244 760	0	0	0	
Equipamentos de manutenção no âmbito da Gestão de Resíduos Urbanos	1 441 828	1 032 409	485 850	485 850	485 850	
Calendários, selos e similares	301 778	233 700	0	0	0	
Utilidades no âmbito das Comarcas	276 750	153 750	0	0	0	
Outros equipamentos utilizados no âmbito da Limpeza Urbana	88 191	234 832	0	0	0	
Outros equipamentos utilizados no âmbito da Gestão de Resíduos Urbanos	89 117	220 339	98 400	98 400	98 400	
Veículos de manutenção no âmbito da Limpeza Urbana	85 965	85 965	85 965	0	0	
Veículos de manutenção no âmbito da Gestão de Resíduos Urbanos	61 500	196 800	0	0	0	
Outros ativos fixos tangíveis	19 904	0	0	0	0	
Equipamentos administrativos	1 006	0	0	0	0	
<b>Ativos intangíveis</b>	<b>48 585</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	
Software	48 585	0	0	0	0	
Outros	0	0	0	0	0	

Os principais investimentos projetados ao longo dos vários períodos relacionam-se com as seguintes iniciativas, ponderadas no plano de atividades da Porto Ambiente:

- Reforço da frota no âmbito da atividade da Gestão de Resíduos Urbanos – procurando colmatar especificamente determinados circuitos deficitários, assim como a criação de novos com vista ao cumprimento dos objetivos definidos no plano de ação – bem como da Limpeza do Espaço Público, para a incorporação na operação de Limpeza do Espaço público;



- Reforço de equipamentos de compactação e de grande capacidade (caixas), para as atividades de Gestão de resíduos urbanos e ecocentros;
- Aquisição de demais meios de suporte para a operação de Limpeza do Espaço público, nomeadamente roçadeiras, aspiração, grafites e material de deservagem, papeleiras e carrinhos de suporte à varredura manual;
- Reabilitação e qualificação do Ecocentro das Antas, sede bem como as Oficinas;
- Expansão da atividade de gestão de resíduos urbanos a outras metodologias e potencialmente fluxos;

#### 4.7. FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO

A estrutura previsional de modelo de financiamento para os investimentos a realizar no período de 2025-2029 é a seguinte:

Fontes de financiamento					
[Valores em Euro, com IVA incluído]					
Fontes de financiamento	2025	2026	2027	2028	2029
Aplicação de recursos	1 963 146	1 710 690	670 215	584 250	584 250
Realização de projetos e obras	1 571 906	1 881 900	0	0	0
Realização de projetos e obras - Apoio do Ambiente	2 701 449	3 544 860	0	0	0
Realização de projetos e obras - Apoio do Ambiente	0	0	0	0	0

#### 4.8. PRESSUPOSTOS FINANCEIROS

Pressupostos financeiros					
[Valores em Euro]					
Pressupostos financeiros	2025	2026	2027	2028	2029
Pressuposto de receitas correntes - Recauda correntes	70	70	70	70	70
Pressuposto de receitas correntes - Recauda correntes	0	0	0	0	0
Pressuposto de receitas correntes - Recauda correntes	120	120	120	120	120
Pressuposto de receitas correntes - Recauda correntes	60	60	60	60	60
Pressuposto de receitas correntes - Recauda correntes	60	60	60	60	60
Pressuposto de receitas correntes - Recauda correntes	60	60	60	60	60
Pressuposto de receitas correntes - Recauda correntes	40	40	40	40	40
Pressuposto de receitas correntes - Recauda correntes	0	0	0	0	0
Pressuposto de receitas correntes - Recauda correntes	0	0	0	0	0

#### 4.9. PRESSUPOSTOS DE FINANCIAMENTO

Pressupostos de financiamento					
Pressupostos de financiamento	2025	2026	2027	2028	2029
Pressuposto de receitas correntes - Recauda correntes	2,4000%	2,4000%	2,4000%	2,4000%	2,4000%
Pressuposto de receitas correntes - Recauda correntes	0,4710%	0,4710%	0,4710%	0,4710%	0,4710%
Pressuposto de receitas correntes - Recauda correntes	0,2500%	0,2500%	0,2500%	0,2500%	0,2500%
Pressuposto de receitas correntes - Recauda correntes	0,3400%	0,3400%	0,3400%	0,3400%	0,3400%



**INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL 2025-2029**  
VERSÃO ATUALIZADA EM SETEMBRO DE 2025



**4.10.2. PERÍODOS DE 2028 A 2029**

Descrição dos recursos financeiros, por natureza	2028				2029				Total
	Receitas de Exercício	Transferências	Contribuições	Outras	Receitas de Exercício	Transferências	Contribuições	Outras	
Receitas de Exercício de 2028	23.136.224	504.484	25.551	0	23.666.260	519.421	26.348	0	24.212.029
Receitas de Exercício de 2029	1.957.046	0	12.433.735	345.286	14.326.062	0	12.854.163	355.810	15.536.235
Contribuição para o custeio de operações de capital	-143.019	-2.231	-342.599	0	-207.249	-2.231	-356.247	0	-207.249
Contribuição para o custeio de operações de capital	-11.415.073	-183.120	-3.203.089	-181.273	-11.983.555	-184.279	-2.238.207	-188.677	-14.500.621
Contribuição para o custeio de operações de capital	-11.427.803	-139.808	-4.820.430	-181.803	-12.569.844	-186.510	-2.238.207	-188.677	-14.500.621
Contribuição para o custeio de operações de capital	-226.740	-3.240	0	0	-230.740	-3.240	0	0	-230.740
Contribuição para o custeio de operações de capital	1.444.877	33.940	18.208	173	1.506.098	34.019	18.423	177	1.555.546
Contribuição para o custeio de operações de capital	-345.236	-10.417	-11.504	0	-270.727	-10.234	-11.204	0	-282.165
REDA	775.827	115.108	17.207.13	3.803	11.911.725	78.786	13.861.117	3.803	12.755.431
Contribuição para o custeio de operações de capital	-2.209.479	-30.236	-478.009	-2.139	-2.719.863	-30.743	-477.617	-2.137	-2.927.362
Contribuição para o custeio de operações de capital	118.106	148.277	1.427.947	173	1.694.603	148.277	1.611.879	177	1.957.941
Contribuição para o custeio de operações de capital	-116.605	-1.886	-1.42.664	0	-130.955	-1.135	-111.428	0	-133.518
Contribuição para o custeio de operações de capital	0	117.205	0	173	117.378	123.133	0	177	123.483
Contribuição para o custeio de operações de capital	0	-44.740	0	0	-44.740	-44.794	0	0	-89.534
Contribuição para o custeio de operações de capital	0	123.943	-44.740	173	123.943	128.133	123	177	124.323



Handwritten notes in blue ink, including a large 'H' and some illegible scribbles.

# 5

**DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS  
PREVISIONAIS  
PARA OS ANOS DE  
2025, 2026, 2027,  
2028 E 2029**





Handwritten signature and initials in blue ink.

## **5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA OS ANOS DE 2024, 2025, 2026, 2027 E 2028**

### **5.1. NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO**

Todos os montantes inscritos neste documento são apresentados em euro.

#### **5.1.1. PRESSUPOSTOS**

Os principais pressupostos que foram tidos em consideração na elaboração deste documento encontram-se apresentados na secção 4.

#### **5.1.2. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS**

Os valores apresentados derivam (i) do orçamento da Câmara Municipal do Porto relativamente às receitas provenientes dos subsídios à exploração (contratos programa para a Limpeza do espaço público, Pacto do Porto para o Clima e Cobertura tarifária da atividade de Gestão de resíduos Urbanos), (ii) das receitas próprias decorrentes da tarifa de gestão de resíduos urbanos, cobradas por intermédio da Empresa das Águas do Município do Porto, E.M., (iii) das receitas próprias faturadas aos Grandes produtores, (iv) subsídios provenientes de candidaturas a fundos comunitários e, (v) outros valores faturados menos expressivos nomeadamente a Remoção de Resíduos de Construção e Demolição e limpeza de eventos não realizados na via pública.

O prazo médio de recebimentos considerado, apresenta-se no parágrafo de pressupostos financeiros da secção 4, e ascende a 70 dias para a generalidade das Receitas Próprias, 0 dias para os Subsídios à exploração do Município e 120 dias para os demais Subsídios.



(Valores em Euro)					
Prestação de Serviços e Outros Rendimentos	2025	2026	2027	2028	2029
<b>Volume de negócios:</b>					
<b>RECEITAS PRÓPRIAS (TARIFA DE GESTÃO DE RU)</b>	<b>21 214 113</b>	<b>21 830 490</b>	<b>22 511 785</b>	<b>23 181 874</b>	<b>23 819 375</b>
Taxa de Gestão de Resíduos Urbanos	9 761 627	10 014 391	10 327 664	10 619 530	10 926 569
Taxa de Gestão de Resíduos Urbanos - Valor Adicional	11 452 486	11 816 099	12 184 121	12 532 344	12 892 804
<b>RECEITAS PRÓPRIAS (SERVIÇOS AUXILIARES)</b>	<b>434 371</b>	<b>470 439</b>	<b>487 894</b>	<b>501 883</b>	<b>516 937</b>
Gravidade de Gestão de Resíduos Urbanos - Valor Adicional	431 853	467 742	484 337	478 029	492 637
Taxa de Gestão de Resíduos Urbanos - Valor Adicional	1 321	1 321	1 370	1 397	1 425
Taxa de Gestão de Resíduos Urbanos - Valor Adicional (TGD)	21 193	21 577	21 987	22 427	22 875
<b>RECEITAS PRÓPRIAS (ATIVIDADE NÃO REGULADA)</b>	<b>24 000</b>	<b>24 432</b>	<b>25 344</b>	<b>25 851</b>	<b>26 368</b>
Unidade de Gestão de Resíduos Urbanos	24 000	24 432	25 344	25 851	26 368
<b>OUTRAS RECEITAS PRÓPRIAS</b>	<b>8 487</b>	<b>8 640</b>	<b>8 804</b>	<b>8 980</b>	<b>9 159</b>
<b>Subsídios Exploração</b>	<b>11 710 034</b>	<b>12 559 634</b>	<b>14 576 907</b>	<b>14 758 093</b>	<b>15 015 231</b>
Subsídios de Exploração - Contrato de Gestão	796 773	1 087 481	2 014 132	1 954 072	1 805 008
Subsídios de Exploração - Contrato de Gestão - Valor Adicional	10 394 323	11 343 545	12 024 624	12 455 735	12 854 163
Subsídios de Exploração - Contrato de Gestão - Valor Adicional	315 939	325 590	335 131	345 284	355 810
Subsídios de Exploração - Contrato de Gestão - Valor Adicional	3 000	3 000	3 000	3 000	250
<b>Outros rendimentos</b>	<b>1 184 127</b>	<b>1 481 239</b>	<b>1 816 978</b>	<b>1 534 948</b>	<b>1 555 540</b>
Taxa de Gestão de Resíduos Urbanos	881 737	897 629	914 684	932 978	951 637
Comunidade	38 400	39 091	39 634	40 631	41 443
Subsídios de Exploração - Contrato de Gestão - Valor Adicional	213 970	514 509	562 660	562 339	562 460
<b>Total</b>	<b>54 545 133</b>	<b>57 335 634</b>	<b>58 927 711</b>	<b>59 987 771</b>	<b>60 947 401</b>

### 5.1.3. OUTROS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

Os valores apresentados resultam essencialmente da:

- Aplicação da taxa de faturação e cobrança pelas Águas do Porto;
- Aplicação da taxa de gestão e cobrança pelos serviços de execuções do Município do Porto.

(Valores em Euro)					
Outros trabalhos especializados - faturação e cobrança	2025	2026	2027	2028	2029
<b>Gestão de resíduos urbanos</b>	<b>683 374</b>	<b>683 107</b>	<b>682 810</b>	<b>682 531</b>	<b>682 340</b>
Taxa de Gestão de Resíduos Urbanos - Valor Adicional	683 374	683 107	682 810	682 531	682 340
<b>Comunidade</b>	<b>19 200</b>	<b>19 546</b>	<b>19 917</b>	<b>20 318</b>	<b>20 722</b>
Taxa de Gestão de Resíduos Urbanos - Valor Adicional	19 200	19 546	19 917	20 318	20 722
<b>Serviços auxiliares</b>	<b>9 352</b>	<b>9 621</b>	<b>9 918</b>	<b>10 197</b>	<b>10 488</b>
Taxa de Gestão de Resíduos Urbanos - Valor Adicional	9 352	9 621	9 918	10 197	10 488
<b>Total</b>	<b>711 926</b>	<b>712 274</b>	<b>712 635</b>	<b>713 046</b>	<b>713 548</b>

### 5.1.4. TRATAMENTO DE RESÍDUOS

Os valores apresentados resultam essencialmente (i) da aplicação da taxa de exploração, e (ii) da Taxa de Gestão de Resíduos ao total de toneladas de resíduos indiferenciados estimados.

(Valores expressos em Euro)					
Tratamento de resíduos	2025	2026	2027	2028	2029
<b>Gestão de resíduos urbanos</b>	<b>7 001 274</b>	<b>6 894 055</b>	<b>6 437 475</b>	<b>6 823 781</b>	<b>6 402 914</b>
Taxa de exploração	6 173 142	6 078 604	5 832 373	5 752 127	5 645 557
Taxa de Gestão de Resíduos Urbanos - Valor Adicional - Valor Adicional	828 133	815 451	785 102	771 654	757 357
<b>Limpeza de espaços públicos</b>	<b>301 294</b>	<b>304 917</b>	<b>308 611</b>	<b>312 987</b>	<b>317 247</b>
Taxa de exploração	190 800	194 234	197 925	201 883	205 921
Outros	10 494	10 683	10 686	11 104	11 326
<b>Serviços auxiliares</b>	<b>25 440</b>	<b>25 899</b>	<b>26 390</b>	<b>26 918</b>	<b>27 454</b>
Taxa de exploração	25 440	25 899	26 390	26 918	27 454
Outros	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>7 228 010</b>	<b>7 124 870</b>	<b>6 872 476</b>	<b>7 163 686</b>	<b>6 747 615</b>

O prazo médio de pagamentos considerado apresenta-se no parágrafo de pressupostos financeiros da secção 4, e ascende a cerca de 60 dias para a generalidade dos fornecedores.

#### 5.1.5. GASTOS COM ALUGUER OPERACIONAL, COMBUSTÍVEIS E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VIATURAS

Os valores apresentados resultam (i) da execução dos contratos existentes e/ou planeados, (ii) gastos estimados com as viaturas e equipamentos próprios e, (iii) estimativa de gastos com combustíveis para a frota própria e em aluguer operacional. Para o efeito, e respetivas estimativas, constaram do racional:

Descrição da rubrica orçamental	2025		2026		2027		2028		2029	
	Orçamento	Previsão	Orçamento	Previsão	Orçamento	Previsão	Orçamento	Previsão	Orçamento	Previsão
<b>Gastos com aluguer operacional</b>										
Aluguer operacional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Combustíveis	25	1	25	0	25	0	25	0	25	0
Manutenção	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Gastos com combustíveis</b>										
Combustíveis	207 936	26 829	249 333	0	249 333	0	249 333	0	249 333	0
Manutenção	97 154	2 307 684	111 612	2 633 309	113 730	2 735 143	114 007	2 789 846	118 327	2 843 643
<b>Gastos com manutenção</b>										
Manutenção	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Combustíveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Manutenção	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Gastos com viaturas</b>										
Viaturas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Combustíveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Manutenção	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>225 090</b>	<b>2 314 514</b>	<b>260 965</b>	<b>2 633 309</b>	<b>260 965</b>	<b>2 735 143</b>	<b>260 965</b>	<b>2 789 846</b>	<b>260 965</b>	<b>2 843 643</b>

#### 5.1.6. GASTOS COM O PESSOAL

Os valores apresentados traduzem o efeito da evolução do número de colaboradores evidenciada na secção 4.4., a qual tem vindo a registar uma significativa estabilização de recursos.

Descrição da rubrica orçamental	Valores expressos em Euros				
	2025	2026	2027	2028	2029
<b>Gastos com o pessoal</b>					
Gestão de recursos humanos	373	387	387	387	387
Salários	8 363 000	9 361 877	9 923 817	10 421 453	10 877 051
<b>Gastos com o pessoal</b>	<b>8 363 373</b>	<b>9 362 264</b>	<b>9 924 204</b>	<b>10 421 840</b>	<b>10 877 438</b>
<b>Total</b>	<b>8 363 373</b>	<b>9 362 264</b>	<b>9 924 204</b>	<b>10 421 840</b>	<b>10 877 438</b>



### 5.1.7. OUTROS GASTOS

Os valores apresentados em outros gastos traduzem, essencialmente, os encargos acessórios à operação (tais como materiais consumíveis), de estrutura ou outros de carácter menos representativo, individualmente.

Outros gastos e suportes mentais de verbas	2025	2026	2027	2028	2029
<b>Recuperação de resíduos urbanos</b>	<b>1 039 711</b>	<b>1 106 419</b>	<b>1 148 498</b>	<b>1 194 807</b>	<b>1 242 367</b>
Materiais de limpeza urbana, manutenção e reparação de veículos	223 860	302 099	313 688	326 361	339 546
Serviços, materiais, peças, ferramentas, materiais e outros materiais	147 600	152 961	156 829	165 246	171 922
Aluguer de equipamentos, serviços e materializado	129 774	134 488	139 647	145 289	151 158
Subsídios	39 397	0	0	0	0
Outros diversos	499 080	616 871	536 335	557 612	579 741
<b>Limpeza de espaços públicos</b>	<b>496 583</b>	<b>404 614</b>	<b>627 808</b>	<b>483 171</b>	<b>479 840</b>
Água e energia, manutenção e serviços de limpeza urbana	70 110	72 657	75 444	78 492	81 663
Equipamentos de comunicação e material de limpeza	7 380	7 648	7 941	8 262	8 596
Serviços, materiais, peças, ferramentas, materiais e outros materiais	296 095	317 047	329 209	342 509	356 347
Comunicação e outros	123 000	0	0	0	0
Outros diversos	199 998	207 263	215 214	223 908	232 954
<b>Recuperação de áreas</b>	<b>157 481</b>	<b>143 409</b>	<b>149 677</b>	<b>176 532</b>	<b>183 644</b>
Comunicação e manutenção de áreas	61 992	64 244	66 708	69 400	72 207
Serviços, materiais, peças, ferramentas, materiais e outros materiais	44 280	45 886	47 649	49 574	51 577
Outros diversos	51 409	53 276	55 320	57 555	59 860
<b>Gastos comuns</b>	<b>1 176 989</b>	<b>1 347 785</b>	<b>1 295 681</b>	<b>1 347 995</b>	<b>1 402 454</b>
Indústria e comércio de bens e serviços	300 545	311 462	323 410	336 475	350 069
Comunicação e outros	166 788	172 846	179 477	186 728	194 272
Materiais e outros materiais e equipamentos	267 156	276 860	287 481	299 095	311 178
Comunicação	51 440	53 536	55 590	57 836	60 173
Comunicação e outros	221 400	229 442	238 244	247 669	257 883
Recuperação e manutenção e outros materiais	76 240	107 073	111 180	115 672	120 345
Outros diversos	93 180	96 565	100 269	104 320	108 534
<b>Total</b>	<b>2 809 271</b>	<b>3 102 255</b>	<b>3 111 451</b>	<b>3 172 201</b>	<b>3 208 015</b>

### 5.2. ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL PARA OS ANOS DE 2025, 2026, 2028, 2028 E 2029

	(Valores expressos em Euro)				
Desempenho financeiro	2025	2026	2027	2028	2029
Verbas e receitas recebidas	21 700 971	22 334 201	23 033 827	23 688 540	24 371 837
Subsídios e outros	11 710 036	13 559 630	14 376 907	14 758 089	15 015 231
Custos e despesas operacionais e outros materiais consumíveis	-443 695	-470 008	-488 038	-507 755	-528 268
Passagens e serviços operacionais	-13 525 717	-13 817 722	-13 888 822	-13 994 565	-14 100 833
Outros diversos	-16 983 307	-18 817 610	-19 861 934	-20 809 919	-21 681 149
Impostos e taxas devidas e outros materiais e serviços	-240 000	-240 000	-240 000	-240 000	-240 000
Outros investimentos	1 134 127	1 451 229	1 516 978	1 534 068	1 555 540
Outros gastos	-638 627	-826 134	-795 988	-782 757	-766 483
<b>RENTA</b>	<b>2 518 789</b>	<b>2 171 585</b>	<b>2 652 928</b>	<b>2 847 721</b>	<b>3 479 475</b>

### 5.3. BALANÇO PREVISIONAL PARA OS ANOS DE 2025, 2026, 2027, 2028 E 2029

(Valores expressos em Euro)

Balanco	2025	2026	2027	2028	2029
<b>ATIVO</b>					
<b>Ativo não corrente</b>					
Imobilizações tangíveis	17 047 649	21 508 771	19 047 476	16 418 584	13 751 824
Ativos financeiros	66 613	31 045	6 755	-	-
Outros valores não correntes	52 034	52 034	52 034	52 034	52 034
Ativos por impostos diferidos	28 206	28 206	28 206	28 206	28 206
	17 134 502	21 620 056	19 134 471	16 498 824	13 832 064
<b>Ativo corrente</b>					
Existências	361 842	361 842	361 842	361 842	361 842
Outros	4 190 160	4 087 108	3 987 908	3 880 153	3 778 032
Escalão a receber em curto prazo	-	-	-	-	-
Outros créditos a receber	1 000	1 250	1 250	1 250	-
Diferenças	-	-	-	-	-
Ativos a pagar em curto prazo	2 278 019	541 517	366 139	321 674	946 163
	4 669 921	4 990 717	4 735 939	4 563 919	5 086 037
<b>Total do ativo</b>	21 804 423	26 610 773	23 870 410	21 062 743	18 918 101

(Valores expressos em Euro)

Balanco	2025	2026	2027	2028	2029
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>					
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>					
Capital estatutário	3 265 566	3 265 566	3 265 566	3 265 566	3 265 566
Reservas legais	194 928	219 188	241 846	265 361	289 803
Outros reservas	164 583	164 583	164 583	164 583	164 583
Reserva para amortização	2 079 341	2 176 379	2 267 014	2 361 071	2 458 843
Exercícios anteriores não realizados	-	-	-	-	-
Reserva para o futuro (incluindo o capital próprio)	1 535 477	2 395 205	2 159 299	1 723 392	1 287 485
Reserva para o futuro de gestão	121 298	113 294	117 571	122 214	128 330
<b>Total do capital próprio</b>	7 361 193	8 337 215	8 011 879	7 502 187	7 544 513
<b>PASSIVO</b>					
<b>Passivo não corrente</b>					
Financiamentos em longo prazo	8 999 530	10 217 736	7 810 367	6 086 473	4 296 189
Passivos por impostos diferidos	445 785	753 448	626 895	500 341	373 788
	9 445 315	10 971 184	8 437 262	6 586 814	4 670 977
<b>Passivo corrente</b>					
Financiamentos	2 268 998	2 335 291	2 331 200	2 342 986	2 354 580
Escalão a pagar em curto prazo	478 616	516 074	543 258	568 735	592 844
Financiamentos em curto prazo	1 840 307	2 298 611	2 373 328	1 718 368	1 767 755
Outros valores a pagar	2 261 119	1 586 424	1 580 709	1 574 679	1 568 361
Diferenças	369 973	369 973	369 973	369 973	369 973
	7 219 013	7 505 379	7 198 460	6 564 681	6 284 513
<b>Total do passivo</b>	16 664 328	18 476 564	15 635 722	13 151 565	10 955 490
<b>Total do capital próprio e de passivo</b>	24 025 521	26 610 773	23 870 410	21 062 743	18 918 101

### 5.4. ORÇAMENTO DE TESOURARIA PREVISIONAL 2025 A 2029

(Valores expressos em Euro)

Orçamento de tesouraria previsional	2025	2026	2027	2028	2029
<b>Saldos iniciais</b>	2 278 019	541 517	366 139	321 674	946 163
<b>Recebimentos</b>					
Recebimentos por operações de natureza financeira	34 934 103	36 721 256	38 253 213	39 317 660	40 275 624
Recebimentos de capital	-	-	-	-	-
Recebimentos de empréstimos	2 701 449	3 544 860	-	-	-
Outros	2 299 278	1 919 935	24 560	22 607	19 081
	39 934 830	42 186 051	38 277 773	39 340 267	40 294 705
<b>Pagamentos</b>					
Pagamentos a fornecedores	(15 647 326)	(15 047 572)	(15 176 939)	(15 273 291)	(15 386 190)
Pagamentos a fornecedores de natureza financeira	(5 567 176)	(7 806 775)	(670 215)	(584 250)	(584 250)
Pagamentos de empréstimos	(16 992 438)	(18 822 980)	(19 867 650)	(20 815 950)	(21 687 467)
Pagamentos de juros sobre empréstimos e outros	(1 910 244)	(2 175 268)	(2 669 164)	(2 639 719)	(1 938 237)
Impostos, contribuições e outras	(54 526)	(69 959)	(69 183)	(71 524)	(74 059)
	(39 171 700)	(43 932 554)	(48 893 151)	(49 484 744)	(50 720 193)
<b>Saldos finais</b>	2 278 019	541 517	366 139	321 674	946 163



## 5.5. RESPONSABILIDADES EVENTUAIS RELATIVAS AOS CONTENCIOSOS EXISTENTES

À data de emissão deste documento, não existem situações suscetíveis de gerar eventuais responsabilidades adicionais decorrentes de contenciosos existentes ou potenciais.

## 5.6. CONCLUSÃO

O cumprimento integral dos Instrumentos de Gestão previsional para os períodos de 2025 a 2029 geram, para as principais atividades, resultados operacionais nulos, decorrendo este efeito do facto das atividades incorporarem os subsídios à exploração do Município, quer a título de cobertura de tarifa, quer a título de Limpeza do Espaço Público (integralmente).

Permanece ainda assim, a inegável capacidade da empresa para ultrapassar obstáculos, atingir os desafios propostos, de acordo com critérios de excelência. Tal foi aliás reconhecido no passado pela ERSAR, ao atribuir à Porto Ambiente, em quatro anos consecutivos, o selo de qualidade da entidade reguladora, tendo ainda distinguido a empresa com dois Prémios de Excelência do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, em 2021 e 2023.

Porto, 25 de setembro de 2025

 Paulo Sérgio Oliveira de Cruz Presidente	 Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo Presidente	 Luís Bragança de Assunção Vice Presidente
	 Helena Vilasboas Tavares [Vogal]	



Handwritten signature and initials in blue ink.



# 6

## PARECER DO FISCAL ÚNICO

# **PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS**

## **SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL**

### **(2025-2029)**

#### **INTRODUÇÃO**

Nos termos do artigo 25º, nº 6, alínea j) da Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto, procedemos à revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional da **EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO, EM, S.A.** (a Entidade) relativos aos **períodos entre o ano de 2025 e o ano de 2029**, que compreendem o (i) Plano anual de atividades, (ii) Orçamento anual de investimentos e de exploração, (iii) Orçamento de tesouraria (iv) bem como Balanço previsional, incluindo os pressupostos de referência em que se basearam todas as referidas peças, os quais se encontram descritos no ponto 4 e ponto 5 dos referidos Instrumentos de Gestão Previsional.

#### **RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL**

É da responsabilidade do Órgão de Gestão da Entidade a preparação e a apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional ("IGP") e a divulgação dos pressupostos nos quais as previsões nelas incluídas se baseiam.

Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pela Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.

#### **RESPONSABILIDADES DO AUDITOR SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL**

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) - Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo relatório.

O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes e planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu.

- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
  - a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
  - a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
  - a apresentação da informação previsional;
- b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.

## **CONCLUSÃO E OPINIÃO**

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados (2025-2029).

Além disso, em nossa opinião a projeção está preparada com base nos pressupostos elencados e está apresentada de acordo com o exigido pela Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.

Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Porto, 26 de setembro de 2025



---

FORVIS MAZARS & ASSOCIADOS - SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, Representada por  
José Fernando Abreu Rebouta  
(Revisor Oficial de Contas nº 1023 e registado na CMVM com o nº 20160637)



KT-  
[Handwritten signature]  
[Handwritten signature]



# 7

## **CERTIDÃO DE PARTE DE ATA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**



Empresa Municipal de Ambiente do Porto, EM, SA

-----CERTIDÃO DE PARTE DE ATA-----

-----Reunião do Conselho de Administração de 25 de setembro de 2025-----

----- Ponto 8: Aprovação dos Instrumentos de Gestão Previsional para o período compreendido entre os anos de 2025 e 2029 (atualização de setembro de 2025). -----

Presente o documento Instrumentos de Gestão Previsional para o período compreendido entre os anos de 2025 e 2029, no decurso do cumprimento dos deveres de informação previstos no artigo 20.º dos Estatutos da Porto Ambiente, foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

-----Está conforme -----

----- Porto, 25 de setembro de 2025 -----

-----O ADMINISTRADOR EXECUTIVO-----

----- (Dr. Luís Bragança de Assunção) -----

CERT/0607/2025





Instrumentos de Gestão Previsional

2026 - 2030

A  
6

Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto,  
E.M., S.A.

Avenida Fernão de Magalhães, 1862, 9.º andar  
4350-158 Porto

Instrumentos de Gestão Previsional

2026 – 2030

Aprovado em Conselho de Administração em 11 de dezembro  
de 2025





# Índice

I. ENQUADRAMENTO REGULAMENTAR E MISSÃO DA PORTO VIVO, SRU.....	9
1. Objetivo .....	11
2. Âmbito da atividade da Porto Vivo, SRU.....	11
3. Metodologia de construção dos Indicadores de Gestão Previsional 2026-2030.....	14
4. Análise da Empresa e do seu Mercado .....	15
4.1 – Envolvente externa à atividade da Empresa .....	15
4.2 – Análise SWOT.....	17
5. Missão e Visão da Empresa.....	20
6. Gestão de Pessoas .....	21
6.1 Plano de Gestão de Pessoas para o Período 2026-2030.....	21
6.2 Formação e Desenvolvimento de Competências.....	23
II. PLANO DE ATIVIDADES PARA 2026.....	25
1. Objetivo .....	27
2. Objetivos Estratégicos.....	28
[E1] ORU – Operações de Reabilitação Urbana.....	28
[E2] Reabilitação e manutenção do seu edificado e do que se encontra sob a sua gestão .....	30
[E3] ORU – Arrendamento Acessível .....	32
3. Indicadores de atividade.....	34
[E1] ORU – Operações de Reabilitação Urbana.....	34
[E2] Reabilitação e manutenção do seu edificado e do que se encontra sob a sua gestão .....	35
[E3] Arrendamento Acessível.....	37
III. ORÇAMENTO PARA 2026 .....	39
1. Sumário .....	41
2. Orçamento de 2025 .....	42
3. Orçamento de 2026 .....	43
4. Orçamento de Receitas .....	44
4.1. Contrato-Programa .....	44



4.2.	Contrato de Mandato – Imóveis Sob Gestão .....	44
4.3.	Contrato de Mandato – Porto com Sentido .....	45
4.4.	Vendas.....	45
4.5.	Subsídios ao Investimento .....	45
4.6.	Outros Subsídios.....	45
4.7.	Rendas (Propriedade SRU).....	45
4.8.	Rendas (Gestão SRU).....	46
4.9.	Outras Receitas.....	46
4.10.	Financiamento Bancário .....	47
5.	Orçamento de Despesas .....	48
5.1.	Pessoal.....	48
5.2.	Aquisição de Bens e Serviços .....	49
5.3.	Amortização de Financiamentos Obtidos.....	50
5.4.	Juros de Financiamentos Obtidos.....	50
5.5.	Outros Encargos Financeiros .....	51
5.6.	Impostos e Taxas .....	51
5.7.	Outras Despesas.....	52
6.	Investimentos em Reabilitação Urbana.....	52
7.	Outros Investimentos .....	53
IV.	PLANO PLURIANUAL 2026-2030.....	55
	Orçamento Plurianual 2026 – 2030.....	57
1.	Demonstrações Orçamentais Previsionais.....	57
1.1	Receitas.....	57
1.2	Despesas .....	58
1.3	Plano Plurianual de Investimento .....	60
2.	Demonstrações Financeiras Previsionais.....	60
2.1	Balanço .....	60
2.2	Demonstração de Resultados.....	62
3.	Compromissos Plurianuais .....	64
V.	PARECER DO FISCAL ÚNICO.....	71

VI. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO.....	77
VII. ORÇAMENTO DE RECEITAS E DESPESAS.....	87



## Índice de Figuras

Figura 1: Pontos Fortes .....	18
Figura 2: Pontos Aperfeiçoamento e Ameaças.....	19
Figura 3: Oportunidades .....	20
Figura 4: Missão e Visão da Empresa.....	20
Figura 5: Organograma .....	21
Figura 6: Objetivo Estratégico das Operações de Reabilitação Urbana .....	29
Figura 7: Objetivos Estratégicos da Reabilitação e manutenção do seu edificado e do que se encontra sob a sua gestão .....	32
Figura 8: Objetivos Estratégicos do Arrendamento Acessível .....	33
Figura 9: Indicadores de atividade das Operações de Reabilitação Urbana.....	35
Figura 10: Indicadores de atividade da Reabilitação e manutenção do seu edificado e do que se encontra sob a sua gestão .....	36
Figura 11: Indicadores de atividade do Arrendamento Acessível.....	37



## Índice de Tabelas

Tabela 1: Distribuição 2026- 2030 por Área de Especialidade, Vínculo e Categoria.....	22
Tabela 2: Tesouraria para 2026.....	43
Tabela 3: Despesas com Pessoal.....	48
Tabela 4: Despesas com Aquisição de Bens e Serviços .....	49
Tabela 5: Despesas com Outros Encargos Financeiros .....	51
Tabela 6: Despesas com Impostos e Taxas .....	52
Tabela 7: Outras Despesas .....	52
Tabela 8: Despesas com o Processo de Reabilitação Urbana.....	53
Tabela 9: Demonstração Orçamental Previsional - Receitas.....	58
Tabela 10: Demonstração Orçamental Previsional - Despesas.....	59
Tabela 11: Balanço Previsional 2026- 2030 .....	62
Tabela 12: Demonstração de Resultados Previsional 2026 - 2030 .....	63
Tabela 13: Compromissos Plurianuais.....	67



## Lista de Abreviaturas

**ARU** – Área de Reabilitação Urbana

**BEI** – Banco Europeu de Investimento

**CMP** – Câmara Municipal do Porto

**CHP** – Centro Histórico do Porto

**ELH** – Estratégia Local de Habitação

**IHRU** – Instituto de Habitação e de Reabilitação Urbana, IP

**ORU** - Operação de Reabilitação Urbana

**PERU** – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana

**PRR** – Plano de Recuperação e Resiliência

**SRU** - Sociedade de Reabilitação Urbana



## I. ENQUADRAMENTO REGULAMENTAR E MISSÃO DA PORTO VIVO, SRU





## 1. Objetivo

Os Instrumentos de Gestão Previsional traduzem uma dimensão económico-financeira quinquenal previsional resultante das opções estratégicas assumidas pelo Conselho de Administração da Porto Vivo, SRU, em observância aos desígnios e missão que lhe são estabelecidos pelo Município do Porto e nos termos do quadro regulamentar aplicável à sua atividade, da envolvente externa que a condiciona e potencia, e dos recursos humanos e valias técnicas existentes.

No presente documento, relativo ao período de 2026-2030, pretende-se evidenciar a opção estratégica de prosseguir – aprofundando o alcance da atividade –, o rumo definido nos anteriores instrumentos previsionais, revistos anualmente com base no definido para o período 2020-2024, complementando e reforçando a intervenção em determinados eixos, pela premência de responder com urgência às necessidades de regeneração habitacional da cidade e de atualizar as prioridades existentes, nomeadamente por força da necessidade de execução da grande oportunidade financeira que é o 1.º Direito, na sua vertente financiada pelos fundos do PRR.

## 2. Âmbito da atividade da Porto Vivo, SRU.

A Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A. é uma empresa local, com natureza municipal, de responsabilidade limitada, nos termos do artigo 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual.

O Capital Social da Porto Vivo, SRU, é de 8.382.608,52€ (oito milhões, trezentos e oitenta e dois mil, seiscentos e oito euros e cinquenta e dois cêntimos), representado por 838.260.852 ações com o valor unitário de 0,01€, detido exclusivamente pelo Município do Porto desde 28 de dezembro de 2018.

A 13 de abril de 2019, conforme o disposto na Deliberação Unânime por Escrito n.º 47, foi deliberada, em Assembleia Universal da Sociedade, a aprovação da alteração dos Estatutos da Porto Vivo, SRU, que se encontram atualmente em vigor.

Conforme disposto no n.º 1 do artigo 3.º dos Estatutos da Sociedade, a Porto Vivo, SRU, tem como objeto social a promoção da reabilitação urbana na cidade do Porto, através da:

- a) coordenação e gestão da reabilitação nas unidades de intervenção com documentos estratégicos aprovados;
- b) coordenação, gestão, acompanhamento e avaliação das operações de reabilitação urbana aprovadas na cidade do Porto, em que a Porto Vivo, SRU, seja designada entidade gestora, nos termos do disposto no Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, na sua versão em vigor;
- c) reabilitação dos edifícios do parque habitacional da cidade, identificados na estratégia municipal de habitação do Porto, com exclusão dos edifícios destinados a habitação de interesse

social, designadamente através da construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação e gestão dos edifícios destinados a habitação a custos acessíveis ou das habitações localizadas nas denominadas “Ilhas da cidade.”

Assim, e em observância ao artigo 50.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais:

- a) Em 6 de janeiro de 2020, o Município do Porto e a Porto Vivo, SRU (Porto Vivo – abreviação adiante utilizada) celebraram o Contrato Programa para os anos de 2020 a 2024, através do qual definiram a missão e a atividade a desenvolver pela sociedade e o correspondente subsídio à exploração (“Contrato Programa”);
- b) Em 20 de maio de 2020, o Município do Porto e a Porto Vivo assinaram o 1.º Aditamento ao Contrato Programa com o propósito de encarregar a Porto Vivo da gestão e execução operacional do “Programa PORTO com SENTIDO”;
- c) Em 26 de março de 2021, o Município do Porto e a Porto Vivo assinaram o 2.º Aditamento ao Contrato Programa, com o propósito de contratualizar a transferência, para a Porto Vivo, da competência de gestão dos imóveis a afetar pelo Município do Porto ao regime do arrendamento acessível, e a atualização do subsídio à exploração a receber pela sociedade em 2021 e 2022, no âmbito das responsabilidades assumidas com a gestão das ORU de Campanhã-Estação e da Corujeira;
- d) Em 2 de agosto de 2022, o Município do Porto e a Porto Vivo assinaram o 3.º Aditamento ao Contrato Programa, pelo qual se contratualizou o desenvolvimento, por parte desta, do seguinte conjunto de atividades e de a dotar dos respetivos meios financeiros:
  - i. Disponibilização de um serviço de atendimento e apoio técnico especializado a terceiros (proprietários de ilhas) para instrução e apresentação de candidaturas ao programa “1.º Direito”, ou a outros programas de financiamento, e, bem assim, fazer o acompanhamento da execução das mesmas, com o objetivo de reabilitar este edificado, propriedade de terceiros;
  - ii. Gerir o programa “1.º Direito” no que toca às competências municipais previstas no Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de maio, quanto às demais entidades beneficiárias e beneficiários diretos, enquadrados na Estratégia Local da Habitação do Município do Porto;
  - iii. Assegurar os levantamentos espaciais e sociais inerentes à promoção das soluções habitacionais de acordo com a Estratégia Local de Habitação.
- e) Em 9 de dezembro de 2022, o Município do Porto e a Porto Vivo assinaram o 4.º Aditamento ao Contrato Programa, no qual estabeleceram o valor da comparticipação financeira para os anos de 2023 e de 2024 a disponibilizar à entidade no âmbito das atividades por esta contratualmente assumidas no referido instrumento;

- f) Este contrato teve o 5.º Aditamento em dezembro de 2023, através do qual se redefiniram as verbas a atribuir em 2024, considerando o aumento de atribuições da Sociedade na gestão e manutenção dos imóveis sob a sua responsabilidade, a promoção de candidaturas ao 1.º Direito/PRR para financiamento de obras de reabilitação e o crescimento da atividade relativa ao Programa Porto com Sentido.

Posteriormente, em 24 de novembro de 2024 foi celebrado um novo Contrato Programa que reuniu e substituiu o anterior e os seus aditamentos, estabelecendo as condições financeiras a vigorar para o período 2025-2029 e que regula, determina, concretiza e especifica a atividade da Porto Vivo, SRU, e, por essa via, os objetos imediatos e mediatos da delegação de poderes operada pelo Município do Porto no artigo 3.º dos Estatutos da Porto Vivo, SRU, enquanto:

- a) entidade gestora das operações de reabilitação urbana das Áreas de Reabilitação Urbana do Centro Histórico do Porto, de Campanhã – Estação, da Corujeira e de Azevedo;
- b) entidade encarregue da gestão operacional do programa “Porto Com Sentido”;
- c) entidade responsável pela gestão dos imóveis municipais destinados a habitação a custos acessíveis na cidade do Porto identificados no Anexo I;
- d) entidade gestora do programa “1.º Direito” no que toca às competências municipais previstas no Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de maio, quanto às demais entidades beneficiárias e beneficiários diretos, enquadrados na Estratégia Local de Habitação.

Complementarmente, o Município do Porto e a Porto Vivo, SRU celebraram, no dia 2 de agosto de 2022, um contrato de mandato (“Contrato de Mandato”) através do qual o Município do Porto encarregou a Porto Vivo da:

- a) conservação e reabilitação dos imóveis descritos no Anexo I ao referido Contrato de Mandato, com vista à sua introdução no mercado de arrendamento acessível;
- b) instrução, apresentação, acompanhamento, execução e prática de todos os atos necessários no âmbito das candidaturas ao Aviso de Publicação do PRR - Investimento RE-C02-i01 - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, bem como a todos os demais programas e avisos que venham a ser publicados e que tenham por objeto o financiamento ou a atribuição de apoios à reabilitação urbana.

A 9 de dezembro de 2022, foi celebrado o 1.º aditamento ao Contrato de Mandato, e a 13 de dezembro de 2023, o 2.º aditamento ao Contrato de Mandato, através dos quais as Partes definiram o preço a pagar pelo Município do Porto à Porto Vivo para os anos de 2023 a 30 de junho de 2026, como contrapartida por todos os serviços prestados pela Porto Vivo no âmbito do referido contrato;

A 29 de novembro de 2024, foi celebrado o 3.º aditamento ao Contrato de Mandato, em que foram alterados os procedimentos contabilísticos e administrativos do Programa “Porto com Sentido”, a contrapartida financeira a receber nos anos de 2025 e 2026, bem como a prorrogação do Contrato de Mandato, nos moldes aí descritos.

Em 20 de maio de 2025, foi celebrado o 4.º Aditamento, destinado a incorporar os imóveis municipais cuja gestão foi recentemente transferida para a Porto Vivo e que exigem o lançamento de procedimentos para a execução de projetos de arquitetura, especialidades e outros estudos e serviços especializados, bem como o lançamento de procedimentos de empreitada. O aditamento prevê ainda a mobilização dos recursos internos — humanos e materiais — necessários para assegurar uma gestão mais adequada de todo o parque habitacional sob a responsabilidade da Sociedade, aumentando a eficácia e reduzindo os custos associados às futuras tarefas de manutenção e conservação destes imóveis.

Neste aditamento, e tendo o Município do Porto encarregado a Porto Vivo do pagamento das rendas, por conta e em nome daquele, relativas aos contratos de arrendamento celebrados com os proprietários dos imóveis aderentes ao Programa “Porto com Sentido”, procedeu-se à atualização dos meios financeiros inscritos para assegurar a gestão do programa.

### 3. Metodologia de construção dos Indicadores de Gestão Previsional 2026-2030

A reflexão subjacente aos Instrumentos de Gestão Previsional 2026-2030 partiu de um diagnóstico da envolvente externa e da situação do mercado habitacional no Porto, tendo sido identificadas as principais necessidades de atuação no domínio da regeneração urbana e da habitação, nomeadamente no que respeita à promoção do arrendamento acessível, que exige intervenção da Empresa.

Num segundo momento, procedeu-se à análise das competências internas existentes e à identificação das necessidades de investimento em meios técnicos, formação e recrutamento indispensáveis à prossecução da missão estabelecida.

Seguidamente, foi definido um plano de ação com a identificação das atividades a desenvolver no período de 2026 a 2030.

O documento conclui-se com o apuramento das necessidades de financiamento e da sustentabilidade económico-financeira, permitindo a criação de indicadores de eficácia e desempenho que possibilitam medir e monitorizar a evolução da atividade.

#### 4. Análise da Empresa e do seu Mercado

##### 4.1 – Envolvente externa à atividade da Empresa

No quadro do desenvolvimento da Nova Geração de Políticas de Habitação aprovado pelo Governo, foi criado o Programa de Arrendamento Acessível, através do Decreto-Lei 68/2019, de 22 de maio, destinado a incentivar a oferta de fogos para arrendamento habitacional a rendas inferiores às de mercado, a disponibilizar de acordo com uma taxa de esforço comportável para os agregados habitacionais.

A opção pela qualificação da habitação no município do Porto tem assentado numa forte aposta na reabilitação urbana e na promoção do arrendamento acessível.

Desde 2020, o Município do Porto tem vindo a tomar medidas que visam proporcionar às famílias, alternativas habitacionais para arrendamento acessível (nomeadamente, através do lançamento no mercado de frações habitacionais da Porto Vivo, SRU, no Centro Histórico do Porto), dando, assim, um sinal ao mercado de que o arrendamento é um mecanismo fundamental para a sustentabilidade de uma fatia considerável da classe média da cidade.

Estas apostas têm permitido, por um lado, modernizar a cidade mantendo a sua traça original, e, por outro, oferecer habitação qualificada, sem que esta se circunscreva a grandes conjuntos de edificado situados naqueles que outrora foram os limites da cidade.

O arrendamento acessível e reabilitação urbana, de mãos dadas com a preocupação ambiental, são a receita do Município para um futuro melhor ao nível da habitação.

Em Portugal, o conceito de arrendamento acessível significa, por definição legal, que o valor deve ser, pelo menos, 20% inferior às rendas práticas no mercado dito normal, sendo que, nos últimos anos, muitos fatores levaram a um aumento progressivo e acentuado do custo da habitação, quer para compra quer para arrendamento, que levaram à atual crise habitacional.

De acordo com os censos de 2021, o número de fogos vagos em Portugal ascende a 732.215, pelo que, se fosse possível colocar no mercado cerca de 10% deste montante, o impacto sobre a redução dos preços seria muito significativo. Na Área Metropolitana do Porto, o Porto terá 20.270 fogos vagos, enquanto Vila Nova de Gaia apresenta cerca de 13 mil, Matosinhos 5 mil e Maia cerca de 700.

Apresentam-se alguns indicadores com relevância sobre a evolução do mercado da habitação no Porto, no 3º trimestre de 2025:

- Preço médio por metro quadrado: aumentou 6% em zonas valorizadas como Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, atingindo os 4.450 € por m<sup>2</sup>.
- Valor médio de venda de moradias: Subiu de 758.500 € para 1.493.500 € nessas freguesias, com aumento da área média dos imóveis de 200 m<sup>2</sup> para 368 m<sup>2</sup>.



- Tempo médio de venda: aumentou para 14 meses, indicando maior ponderação nas decisões de compra.
- Avaliação da habitação: Registou um aumento homólogo de 18,1% em agosto.
- Preços da habitação: Aceleraram 17,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.
- Número de transações: Cresceu 15,5% no 2º trimestre, refletindo ainda forte atividade no mercado.
- Custos de construção: Subiram 3,8% em agosto, pressionando os preços finais.
- Rendas de novos contratos: Valor mediano por m<sup>2</sup> foi de 8,22 €, com tendência de subida.

Em termos de oferta e construção:

- Edifícios licenciados: Foram 1.683, todos em agosto.
- Fogos concluídos: Totalizaram 6.558 no 2º trimestre, em construções novas para habitação familiar

As principais tendências do mercado habitacional no Porto para o final de 2025 e 2026 incluem o aumento contínuo dos preços, a expansão da construção nova, uma maior procura por habitação acessível e a crescente interesse de investidores estrangeiros, nomeadamente:

1. Preços em alta e valorização contínua:

- Antecipa-se que os preços da habitação continuam a subir, especialmente nas zonas nobres como Foz do Douro, Aldoar e Nevogilde.
- A valorização média anual rondará em 2025 os 7% a 10%, com expectativa de manutenção ou ligeira desaceleração em 2026.
- Apesar das subidas, o Porto ainda apresenta preços cerca de 30% inferiores aos de Lisboa, o que mantém o potencial de valorização.

2. Expansão da construção nova:

- Novos empreendimentos estão a surgir em zonas periféricas e emergentes, como Amial, Ramalde e Campanhã.
- A construção está a diversificar a oferta, com foco em apartamentos familiares e projetos de habitação acessível.
- O número de edifícios licenciados e fogos concluídos tem aumentado, embora a oferta total ainda não acompanhe a procura.

3. Pressão sobre a habitação acessível:

- A procura elevada está a absorver rapidamente a nova oferta, acentuando a escassez de habitação para rendimentos médios e baixos.
- Políticas públicas e propostas como redução do IVA na construção e quotas de habitação pública em curso e em debate, mas que ainda enfrentam alguns obstáculos legislativos até à sua entrada em vigor.
- Falta de oferta consolidada ao nível do mercado de arrendamento na cidade.

#### 4. Investimento estrangeiro e capital institucional

- O Porto continuará a atrair investidores internacionais e expatriados, especialmente para o setor residencial e turístico, esperando-se que o interesse estrangeiro mantenha o dinamismo do mercado, mas que também contribuirá para a pressão em alta sobre os preços e a oferta local.

#### 5. Rendas e mercado de arrendamento

- Estima-se que as rendas continuarão a subir, apresentando no último trimestre de 2025 uma média de 8,22 € por m<sup>2</sup> em novos contratos para o Concelho do Porto.
- A tendência é de crescimento moderado em 2026, com maior regulação esperada no mercado de arrendamento.

Em termos gerais as expectativas para 2026, segundo especialistas, os efeitos das medidas políticas e da nova construção começarão a ser sentidos só no final desse ano, com possível estabilização dos preços.

## 4.2 – Análise SWOT

### Pontos Fortes

Competências e Interdisciplinaridade do Capital Humano	A Porto Vivo, SRU dispõe de capital humano com competências específicas no processo de regeneração urbana, no seu planeamento e monitorização e ainda na gestão do seu património imobiliário. Estas competências advêm da sua longa experiência nestas áreas, como também do conhecimento e das valências dos seus quadros, que poderão potenciar a interdisciplinaridade necessária para uma resposta às várias vertentes dos problemas que envolvem a habitação pouco digna e inacessível.
Entidade gestora das ORU da Cidade do Porto (Centro Histórico, Campanhã, Estação, Corvêira, Azuvinha e Lordelo do Ouro)	Estas áreas, do ponto de vista estratégico, assumem preponderância pelo facto de se tratar de territórios da cidade com forte necessidade de desenvolvimento social, económico e ambiental, nos quais a Porto Vivo, SRU, poderá, socorrendo-se da experiência acumulada, desempenhar um papel único na dinamização da regeneração urbana.

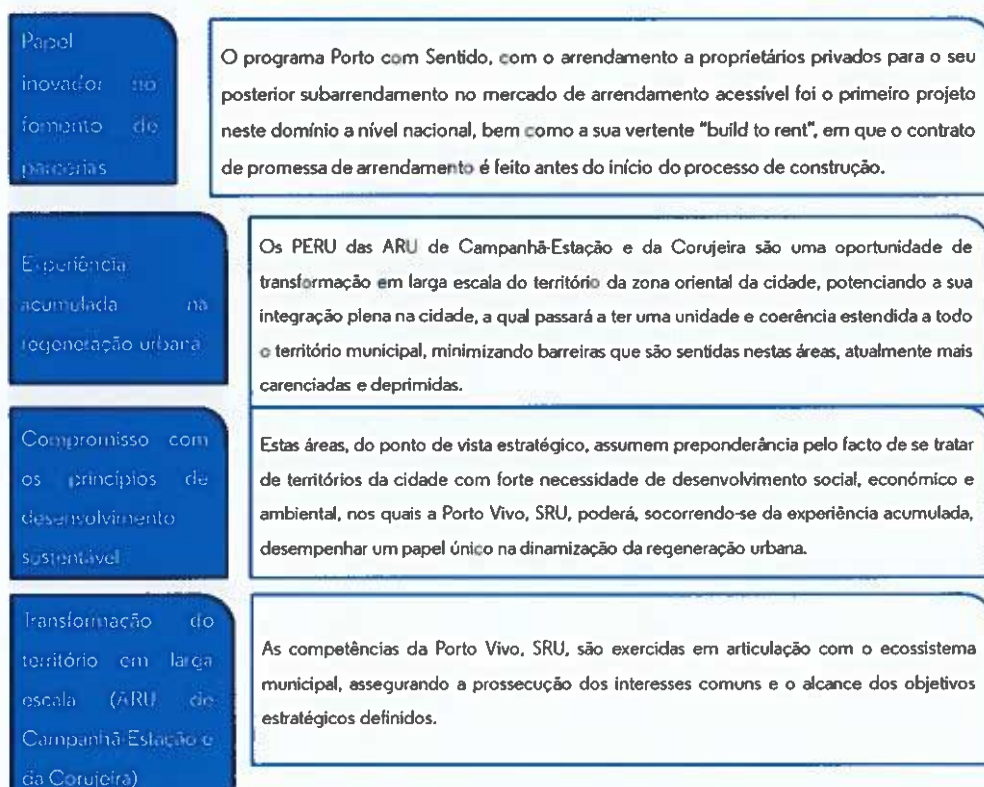
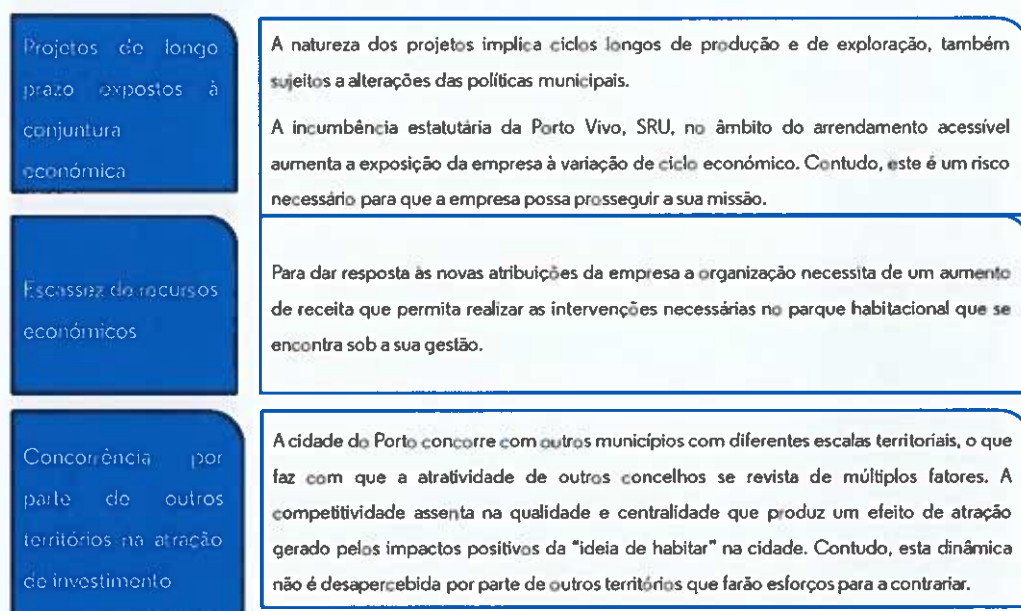


Figura 1: Pontos Fortes

#### Pontos de Aperfeiçoamento e Ameaças



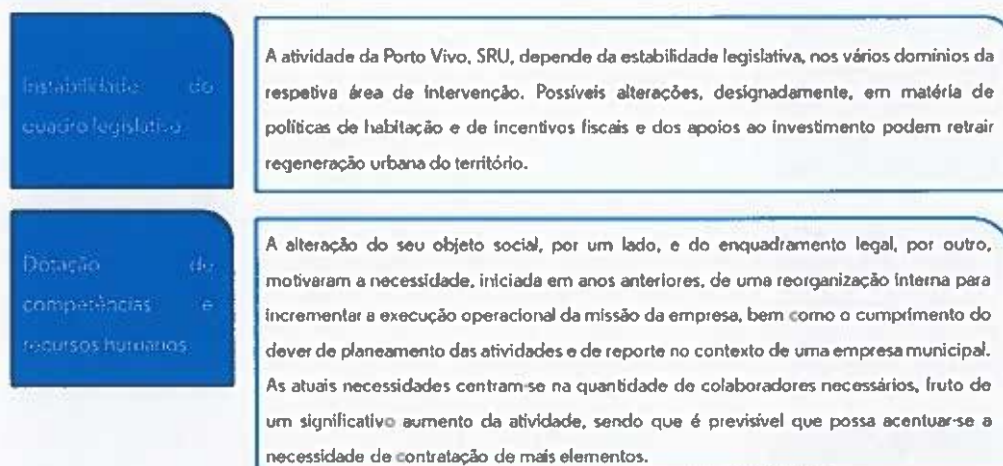
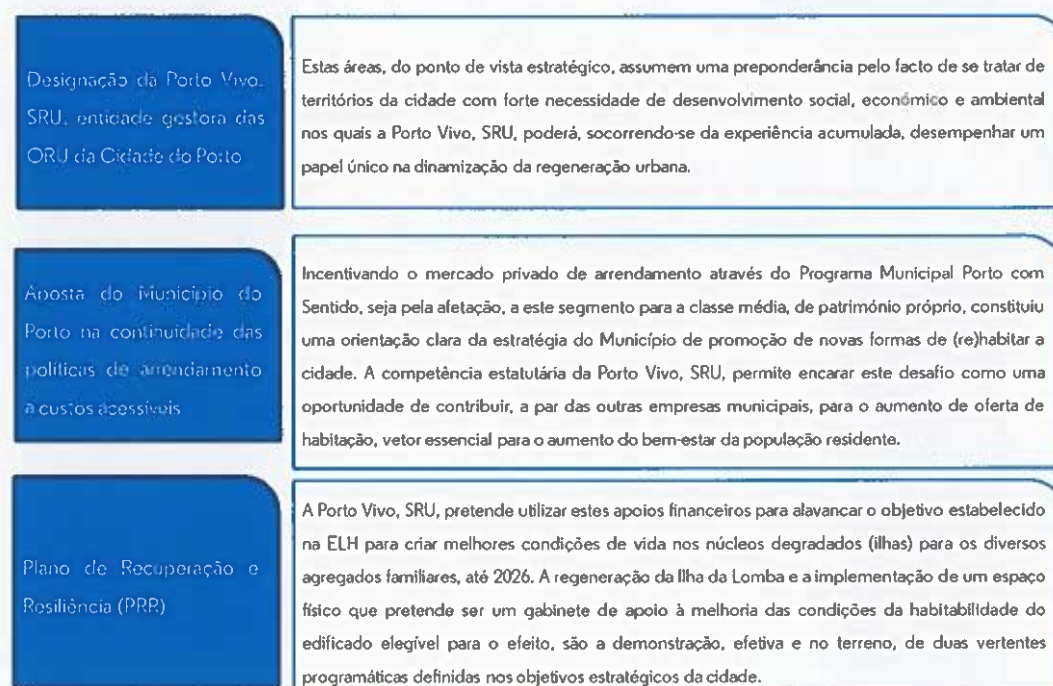


Figura 2: Pontos Aperfeiçoamento e Ameaças

## Oportunidades



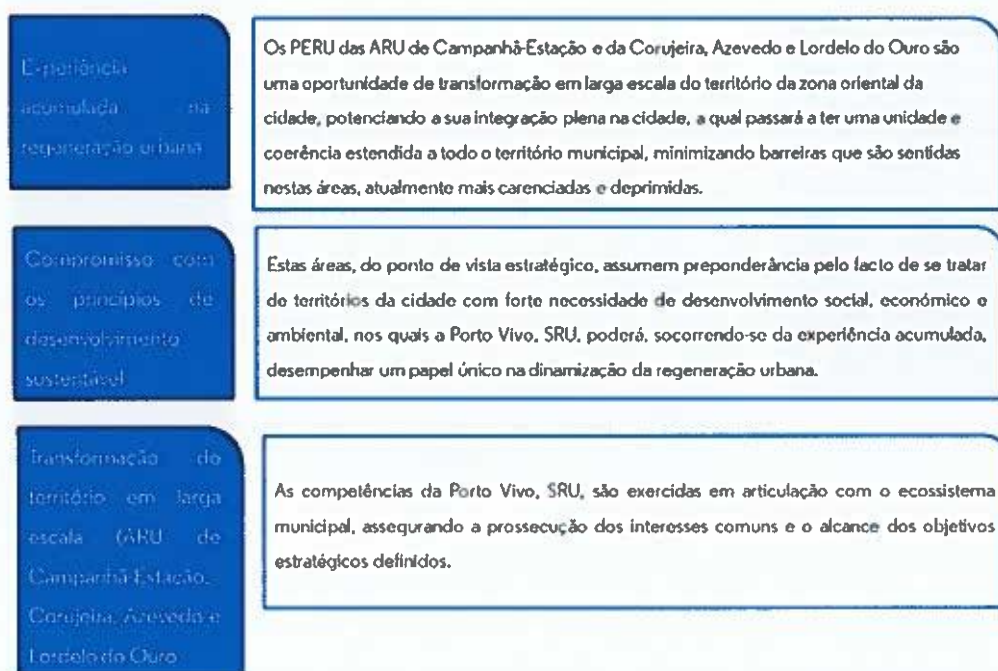


Figura 3: Oportunidades

## 5. Missão e Visão da Empresa

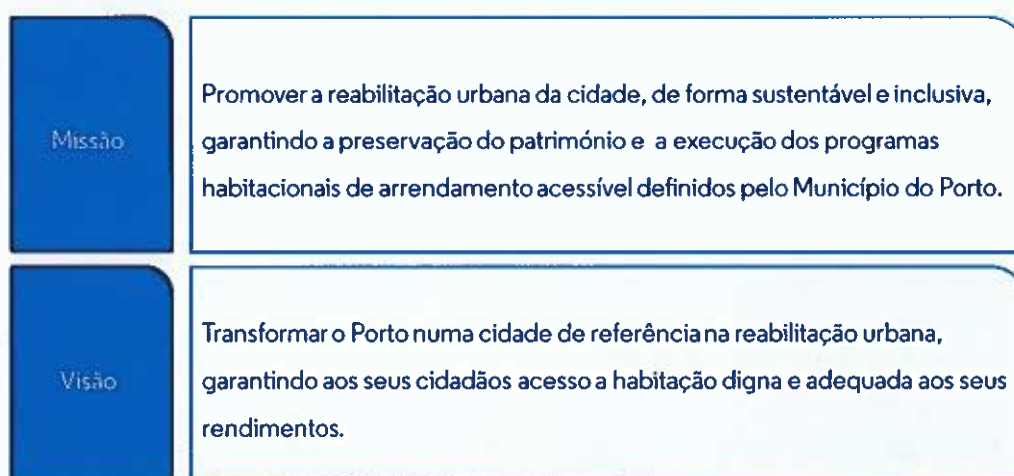


Figura 4: Missão e Visão da Empresa





## 6. Gestão de Pessoas

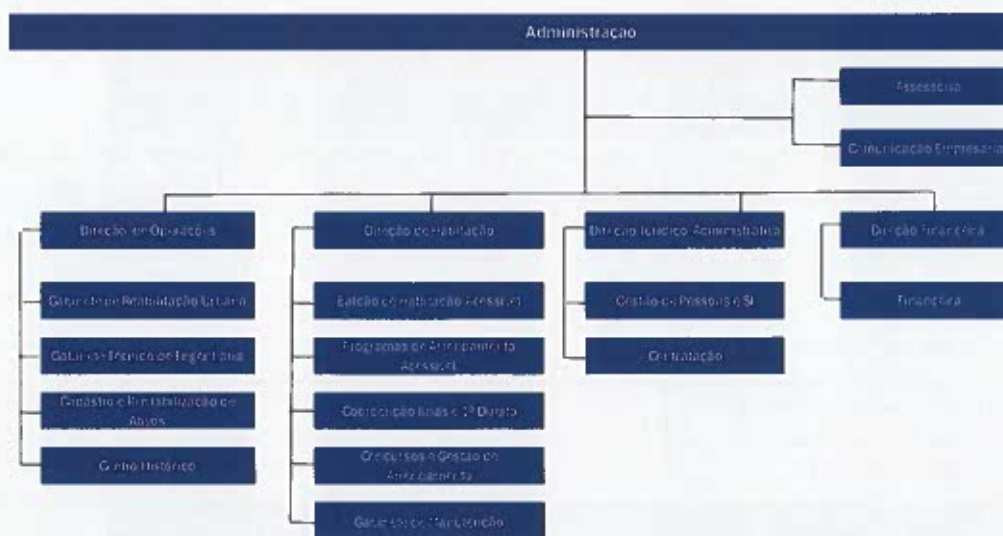


Figura 5: Organograma

### 6.1 Plano de Gestão de Pessoas para o Período 2026-2030

À data de redação do presente relatório, a Porto Vivo, SRU, é constituída por um Conselho de Administração composto por três (3) elementos, com dois membros executivos, a Vice-presidente e um Vogal, considerando a renúncia do Sr. Presidente do Conselho de Administração, a 18 de novembro de 2025, a que se somam 46 colaboradores. Para o plano de 2026-2030, admitem-se mais duas admissões:

- Um (1) Técnico superior para a área da Manutenção. Esta integração como efetivo decorre das inúmeras solicitações dirigidas à área de Manutenção, resultantes do aumento do parque habitacional sob gestão da Porto Vivo, SRU (cerca de 850 habitações), que coloca necessidades acrescidas à empresa, designadamente, ao nível da conservação e reabilitação dos edifícios municipais, o que, no decorrer de 2024 culminou na criação de uma nova unidade orgânica, o Gabinete de Manutenção, com uma coordenação autónoma. Acresce que, no período de 2026-2030, é intenção da Porto Vivo, SRU, apostar fortemente na manutenção preventiva, o que reforça a necessidade deste recurso. Estima-se um custo anual de 27.648€.

- Um (1) Técnico superior para a área Financeira. O alargamento da atividade geral da Porto Vivo, SRU, e o consequente aumento de contratos de arrendamento e subarrendamento implica um acréscimo significativo da atividade financeira. Com o objetivo de manter o rigor e eficiência desta unidade prevê-se a respetiva contratação para apoiar as funções inerentes ao registo e tratamento contabilístico de documentos, entre outros. Estima-se um custo anual de 27.648€.

A evolução dos efetivos para o plano 2026-2030 é a indicada no quadro que se segue:

Tabela 1: Distribuição 2026-2030 por Área de Especialidade, Vínculo e Categoria

Área de Especialidade	2025	2026	2027	2028	2029
Assessoria ao CA	2	2	2	2	2
Comunicação	1	1	1	1	1
Direção de Operações	14	14	14	14	14
Direção de Habitação	13	14	14	14	14
Direção Jurídico-Administrativa	11	11	11	11	11
Direção Financeira	5	6	6	6	6
tipo de Vínculo	2025	2026	2027	2028	2029
Contrato Sem Termo	34	35	40	40	40
Contrato a Termo	4	5	0	0	0
Acordo Cedência	8	8	8	8	8
Cargos e Categorias	2025	2026	2027	2028	2029
Direção	4	4	4	4	4
Coordenação	12	12	12	12	12
Técnico Superior	24	26	26	26	26
Assistente Técnico	5	5	5	5	5
Assistente Operacional	1	1	1	1	1
Total	46	48	48	48	48

A área de Gestão de Pessoas e Sistemas de Informação, continua a merecer uma forte aposta por parte da presente Administração, tendo como objetivo dinamizar um conjunto de estratégias de gestão de pessoas, assumindo a promoção e desenvolvimento de capital humano:

- Atrair e reter talentos qualificados;

- Promover o desenvolvimento contínuo das competências dos trabalhadores;
- Incentivar o envolvimento e o alinhamento dos trabalhadores com a cultura organizacional, promovendo o bom desempenho e o aumento da produtividade;
- Fomentar o bem-estar e a satisfação dos trabalhadores no ambiente de trabalho.

## 6.2 Formação e Desenvolvimento de Competências

No plano de 2026-2030, será dada continuidade ao investimento na área da formação contínua dos trabalhadores, mantendo-se o incentivo ao reforço e desenvolvimento de novas competências, procurando identificar e colmatar eventuais lacunas e fragilidades, assim como inovar em determinadas áreas técnicas. Este investimento fortalece não só o conhecimento organizacional, como também o desenvolvimento pessoal e profissional dos trabalhadores da Porto Vivo, SRU, contribuindo para um melhor posicionamento da Empresa e para a prestação de um serviço de excelência, tendo em vista o superior interesse da satisfação do público-alvo.

A Porto Vivo, SRU, tem, ainda, vindo a envidar esforços no sentido de blindar a sua atividade empresarial com um corpo normativo e regulamentar de excelência. Um conjunto sistemático de regras estabelecidas pelo empregador, com a participação e consulta prévia dos trabalhadores, num universo de efeitos regulatórios que abrange questões de ordem técnica, disciplinar, organizacional e de cumprimento de todas as obrigações legais decorrentes da legislação nacional e europeia atualmente em vigor.

Este pacote regulamentar visa estabelecer elevados padrões de conduta a serem cumpridos, rigorosamente, por todos os intervenientes da atividade empresarial, independentemente do tipo de vínculo laboral que os une juridicamente à empresa ou da posição hierárquica que ocupam.

Desse modo, a Porto Vivo, SRU, promove o desenvolvimento salutar das relações laborais dos seus trabalhadores, e cumpre a sua obrigação de informar os trabalhadores acerca de aspetos relevantes na vida da empresa.

O que se pretende, mais concretamente, é proporcionar um ambiente de trabalho favorável, livre de discriminação ou de qualquer forma de assédio; é lutar ativamente contra comportamentos indesejáveis por parte quer de superiores hierárquicos, quer de qualquer trabalhador subordinado, que afetem a dignidade da mulher e do homem no trabalho; é promover um combate contínuo e preventivo ao crime de corrupção, através da previsão de regras de conduta e punição dos comportamentos que devem ser qualificados como corrupção; é evitar que, em caso algum, um trabalhador aja, no âmbito das suas funções, em conflito com os seus interesses pessoais; é promover uma política ativa e eficaz de igualdade de género; é garantir que a privacidade e o respeito pelos dados pessoais são assegurados de acordo com o mais estrito rigor e incomplacência.

Como qualquer outra compilação ou sistematização, estes regulamentos e códigos são, na sua essência, importantes ferramentas de trabalho que se vão aperfeiçoando e ajustando à evolução natural da Porto Vivo, SRU.

É com base nestes pressupostos que vigorarão (novos e revistos), de 2026 em diante, os seguintes normativos regulamentares:

- Regulamento Interno;
- Plano de Prevenção de Risco de Gestão, incluindo riscos de corrupção e infrações conexas;
- Código de Ética e Conduta;
- Código de Prevenção do Assédio;
- Plano para a Igualdade de Género;
- Regulamento de Gestão e Utilização das Viaturas;
- Regulamento de Gestão e Utilização dos Equipamentos Informáticos e Comunicações;
- Regulamento do Trabalho Híbrido (se aplicável);
- Regulamento Interno de Proteção de Dados;
- Regulamento do Canal de Denúncias.



## II. PLANO DE ATIVIDADES PARA 2026





## 1. Objetivo

No último biênio, a Porto Vivo, SRU, tornou ainda mais abrangente a sua acuidade programática, ou seja, continuou a direccionar a sua atividade para poder impactar mais a cidade, aqui considerando o termo numa aceção lata. Para este efeito, é de relevar a aposta feita no conhecimento das dinâmicas de cidade, desde a sociodemográfica ao enquadramento legal da atividade da sociedade, passando pela auscultação da população, pelo tratamento de informação, muito por via da consolidação e implementação da marca que (já é) o Balcão da Habitação Acessível.

Se, num primeiro momento, a Porto Vivo foi vista, sobretudo, como uma Sociedade de Reabilitação Urbana, que circunscrevia a quase totalidade da sua atuação ao Centro Histórico, num segundo – em que agora nos encontramos –, essa fronteira de perceção foi completamente esbatida. Considerando a perceção como o entendimento que o munícipe e demais *stakeholders* têm do trabalho desenvolvido, importa referir também que a melhoria reputacional traz uma responsabilidade, que se reveste sob a forma de maior expetativa.

Assim, importa cumprir o objeto da Sociedade, vertido nos Estatutos, mas igualmente dar resposta aos anseios dos cidadãos. A realidade é dinâmica e a da habitação é disso exemplo, com a temática a assumir relevo e preponderância, não só no nosso país como, pelo menos, em toda a União Europeia.

Para responder a esta crise no acesso à habitação, o Município do Porto aprovou, no âmbito da respetiva Estratégia Local de Habitação, um instrumento preferencial de política, dirigida à designada classe média, que é o Programa de Arrendamento Acessível. De referir, a este propósito, que, desde 2020, a Porto Vivo, SRU, gere o Programa Porto com Sentido, criado com o propósito de captar habitação para posterior disponibilização no mercado de arrendamento acessível. Além disso, a Porto Vivo, SRU, como adiante se mostrará, tem vindo a desenvolver um abrangente programa de reabilitação de imóveis municipais e de sua propriedade, para afetar a esse mercado.

A atividade da Porto Vivo, SRU, como uma Sociedade de Reabilitação Urbana desenvolveu-se em 2025 nas zonas das ORU (Operação de Reabilitação Urbana) de Lordelo do Ouro, Campanhã-Estação, Corujeira e Azevedo, para além de na inicial, o Centro Histórico da cidade.

Mas no âmbito da atividade da Empresa, assume um papel cada vez mais marcante o domínio da promoção do arrendamento acessível, como resposta de política municipal promovida pelo Município do Porto às dificuldades no acesso da classe média à habitação, pela via da construção e da reabilitação e também, cada vez mais, pela dinamização de parcerias público-privadas, com é exemplo a importância crescente do Programa Porto com Sentido, nomeadamente na pioneira vertente do *Build to Rent*.

O crescimento da atividade da Porto Vivo, SRU, que decorreu do alargamento da sua missão com a última alteração estatutária, tem exigido uma contínua adaptação da sua estrutura e um reforço dos seus meios técnicos e humanos.



Para melhor enquadrar a sua missão – “Promover a reabilitação urbana da cidade, de forma sustentável e inclusiva, garantindo a preservação do património e a execução dos programas habitacionais de arrendamento acessível definidos pelo Município do Porto” – a Empresa manteve, para a nova fase de 2026-2030, a estrutura previamente definida, organizando-se em quatro Eixos de atividade:

[E1] Operações de Reabilitação Urbana (ORU);

[E2] Reabilitação e manutenção do seu edificado e do que se encontra sob a sua gestão;

[E3] Promoção da Habitação para arrendamento a rendas acessíveis

[E4] Eficiência na gestão de pessoas e de recursos

Os acordos de financiamento celebrados entre a CMP e o IHRU, e entre este e a Porto Vivo, permitiram a esta última, respetivamente, a prossecução da criação de 292 soluções habitacionais e a aprovação e concretização de 50 candidaturas próprias e de 11 candidaturas em imóveis do Município do Porto sob sua gestão. Estes processos traduzem-se em contratos de comparticipação no montante de 27,8 M€ e 11,1 M€, respetivamente, destinados à aquisição e reabilitação de imóveis para colocação no mercado de arrendamento acessível.

Atualmente, por via de recursos próprios e também devido à excecional circunstância do 1.º Direito, a executar no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, vive-se um período vibrante na cidade, marcado por muitas obras em curso, de reabilitação e requalificação de edificado, e pela dinamização de concursos de arrendamento acessível.

As intervenções de reabilitação apresentadas procuram ilustrar apenas uma parte da atividade atualmente em curso, configurando uma visão caleidoscópica das diversas camadas de atuação da Empresa responsável pela promoção da reabilitação urbana na cidade do Porto.

## 2. Objetivos Estratégicos

Cada um dos quatro Eixos de atividade resulta da prévia assunção pela Porto Vivo, SRU de um conjunto de Objetivos Estratégicos prosseguidos pela sua Missão e Visão para a cidade.

### [E1] ORU – Operações de Reabilitação Urbana

Esta atividade consiste em coordenar, gerir e monitorizar as Operações de Reabilitação Urbana em que a Porto Vivo, SRU é a entidade gestora, tendo dois grandes objetivos estratégicos, que se subdividem depois em objetivos específicos:



Figura 6: Objetivo Estratégico das Operações de Reabilitação Urbana

## [E2] Reabilitação e manutenção do seu edificado e do que se encontra sob a sua gestão

A atividade deste Eixo foca-se na execução do plano de investimento em reabilitação do edificado que está em curso e em garantir a manutenção do parque habitacional existente.

Objetivos Estratégicos (OE)	Objetivos Específicos (OES)
OE 2.1 - Otimizar a captação e utilização de cofinanciamento público para maximizar o investimento na reabilitação do edificado, potenciando recursos e ampliando o impacto das intervenções de reabilitação.	OES 2.1.1 - Identificar e candidatar projetos de reabilitação urbana a fontes de financiamento nacionais e europeias
	OES 2.1.2 - Desenvolver projetos de reabilitação adaptados aos critérios de financiamento
	OES 2.1.3 - Estabelecer parcerias estratégicas que promovam a captação de investimento
	OES 2.1.4 - Garantir a execução eficiente e transparente de fundos destinados ao financiamento de projetos de reabilitação
	OES 2.1.5 - Maximizar o impacto social e económico das intervenções de reabilitação
	OES 2.1.6 - Monitorizar e avaliar o desempenho financeiro dos projetos de reabilitação
	OES 2.1.7 - Divulgar os resultados e boas práticas de utilização de fundos públicos nas intervenções de reabilitação



Objetivos Estratégicos (OE)	Objetivos Específicos (OES)
OE 2.2 - Conciliar o investimento em reabilitação com os princípios de sustentabilidade ambiental, promovendo práticas ecológicas que maximizem a eficiência energética e reduzam a pegada ecológica.	OES 2.2.1 - Incorporar princípios de construção sustentável nos projetos de reabilitação
	OES 2.2.2 - Promover a eficiência energética e a redução das emissões de carbono
	OES 2.2.3 - Incentivar a reutilização e reciclagem de materiais de construção
	OES 2.2.4 - Monitorizar e avaliar o impacto ambiental das intervenções de reabilitação
	OES 2.2.5 - Fomentar a captação de financiamento "verde"

Objetivos Estratégicos (OE)	Objetivos Específicos (OES)
OE 2.3 - Potenciar a reabilitação das Ilhas da Cidade, dotando-as de condições habitacionais dignas, assegurando a qualidade de vida dos seus habitantes e a plena integração no tecido urbano	OES 2.3.1 - Reabilitar as infraestruturas e melhorar as condições de habitabilidade das ilhas
	OES 2.3.2 - Preservar e valorizar o património histórico e cultural das ilhas
	OES 2.3.3 - Mobilizar financiamento específico para a reabilitação das ilhas do Porto
	OES 2.3.4 - Promover a inclusão social e a proteção dos atuais residentes
	OES 2.3.5 - Criar soluções habitacionais acessíveis
	OES 2.3.6 - Incentivar práticas de sustentabilidade e eficiência energética
	OES 2.3.7 - Monitorizar e avaliar o impacto da reabilitação

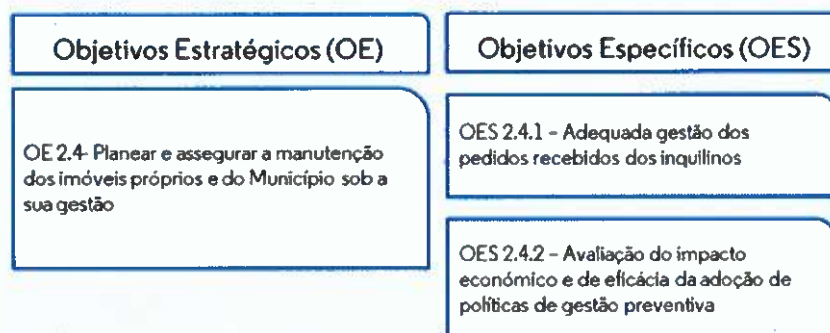
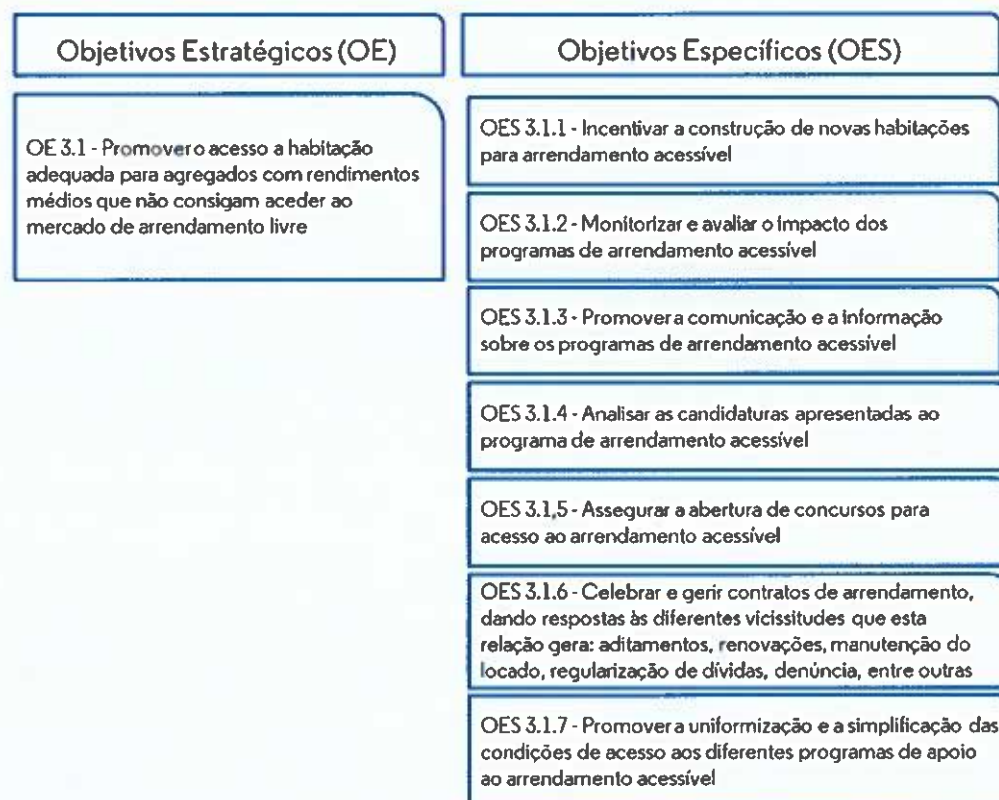


Figura 7: Objetivos Estratégicos da Reabilitação e manutenção do seu edifício e do que se encontra sob a sua gestão

### [E3] ORU - Arrendamento Acessível

Este Eixo executa a atividade de promoção do Arrendamento acessível.



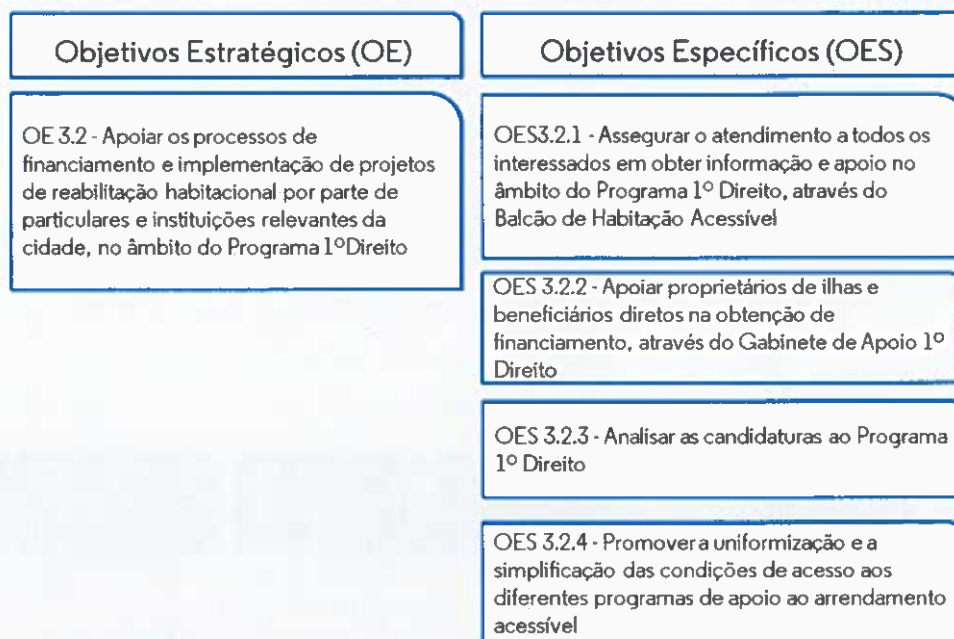


Figura 8: Objetivos Estratégicos do Arrendamento Acessível

### 3. Indicadores de atividade

Apresentam-se, seguidamente, as métricas utilizadas para medir a eficácia das atividades identificadas, que suportam a monitorização do desempenho operacional e permitem identificar suscetíveis de melhorias.

Para o efeito, foram definidas previamente as ações a desenvolver e depois o indicador usado para a sua medição, quantificado como metas para 2026.

#### [E1] ORU – Operações de Reabilitação Urbana

Objetivos Estratégicos Específicos	Ações a desenvolver 2025/2029	Indicadores de Realização
<p>OE1.1 - Assumir um papel preponderante na dinamização da revitalização urbana das ORU da zona oriental da cidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Monitorização de indicadores que possibilitem a compreensão do estado de processos de reabilitação em curso, públicos e privados, servindo de suporte a decisões estratégicas de gestão para estas áreas geográficas da cidade (1);</li> <li>- Proceder à identificação de todos os prédios e as intervenções que se encontram por realizar nas ARU da zona oriental da cidade (2);</li> <li>- Monitorização e análise dos pedidos de uso do direitos de preferência pelo Município e Porto Vivo, SRU (3);</li> <li>- Estabelecimento de parcerias estratégicas para otimizar os recursos aplicados na reabilitação (4).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>(1) Realização de relatórios trimestrais de acompanhamento de situação</li> <li>(2) Realização de relatório anual</li> <li>(3) Realização de relatório trimestral</li> <li>(4) Concretização de ações de cooperação e parcerias (2 por trimestre)</li> </ul>

Objetivos Estratégicos Específicos	Ações a desenvolver 2025/20029	Indicadores de Realização
OE1.2 - Continuar a monitorização da reabilitação urbana na ORU do Centro Histórico do Porto e criar a Unidade de Intervenção de Santa Clara	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Monitorização de indicadores que possibilitem a compreensão do estado atual de processos de reabilitação em curso servindo de suporte a decisões estratégicas de gestão para estas áreas geográficas da cidade (1);</li> <li>- Monitorização e análise dos pedidos de direitos de preferência e dos processos de controlo prévio de operações urbanísticas (1);</li> <li>- Centralizar e monitorizar o estado de desenvolvimento dos projetos estruturantes e das ações (1);</li> <li>- Proceder ao levantamento das situações, identificando todos os prédios e as intervenções que se encontram por realizar na ARU/CHP(1);</li> <li>- Comunicação e divulgação pública das ações constantes do programa estratégico e evolução da respetiva execução (2);</li> <li>- Processo de expropriação e início de empreitada de reabilitação de edificado na Av. Vímara Peres (3);</li> <li>- Aprovação e Implementação da Unidade de Intervenção de Santa Clara (4);</li> <li>- Adaptação do modelo do "Plano de Gestão e de Sustentabilidade" ao sistema de monitorização (5)</li> <li>- (Celebração de contrato de reabilitação urbana para uma residência de estudantes (6)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- (1) Realização de relatórios trimestrais de acompanhamento</li> <li>- (2) Realização de relatório anual</li> <li>- (3) Execução no primeiro semestre de 2025</li> <li>- (4) Aprovação pelo executivo municipal no primeiro semestre de 2025</li> <li>- (5) Apresentação do documento final "Plano de Gestão e Sustentabilidade" no primeiro semestre de 2025</li> <li>- (6) No decurso dos 3 primeiros trimestres de 2025</li> </ul>

Figura 9: Indicadores de atividade das Operações de Reabilitação Urbana

## [E2] Reabilitação e manutenção do seu edificado e do que se encontra sob a sua gestão

Objetivos Estratégicos Específicos	Ações a desenvolver 2025/20029	Indicadores de Realização
OE2.1 - Otimizar a captação e utilização de cofinanciamento público para maximizar o investimento na reabilitação do edificado, potenciando recursos e ampliando o impacto das intervenções de reabilitação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Maximização do reembolso dos investimentos por fundos já contratados do 1º Direito (1);</li> <li>- Captação de fontes alternativas de financiamento público e parceria privada (2);</li> <li>- Desenvolvimento de produtos inovadores no domínio do fomento da reabilitação do edificado (3).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- (1) Taxas mínimas de execução de pedidos de desembolso de 80% e de recebimento de 70%.</li> <li>- (2) Apresentação de evidências de candidaturas (1 por semestre).</li> <li>- (3) 1 proposta anual apresentada ao Conselho de Administração.</li> </ul>



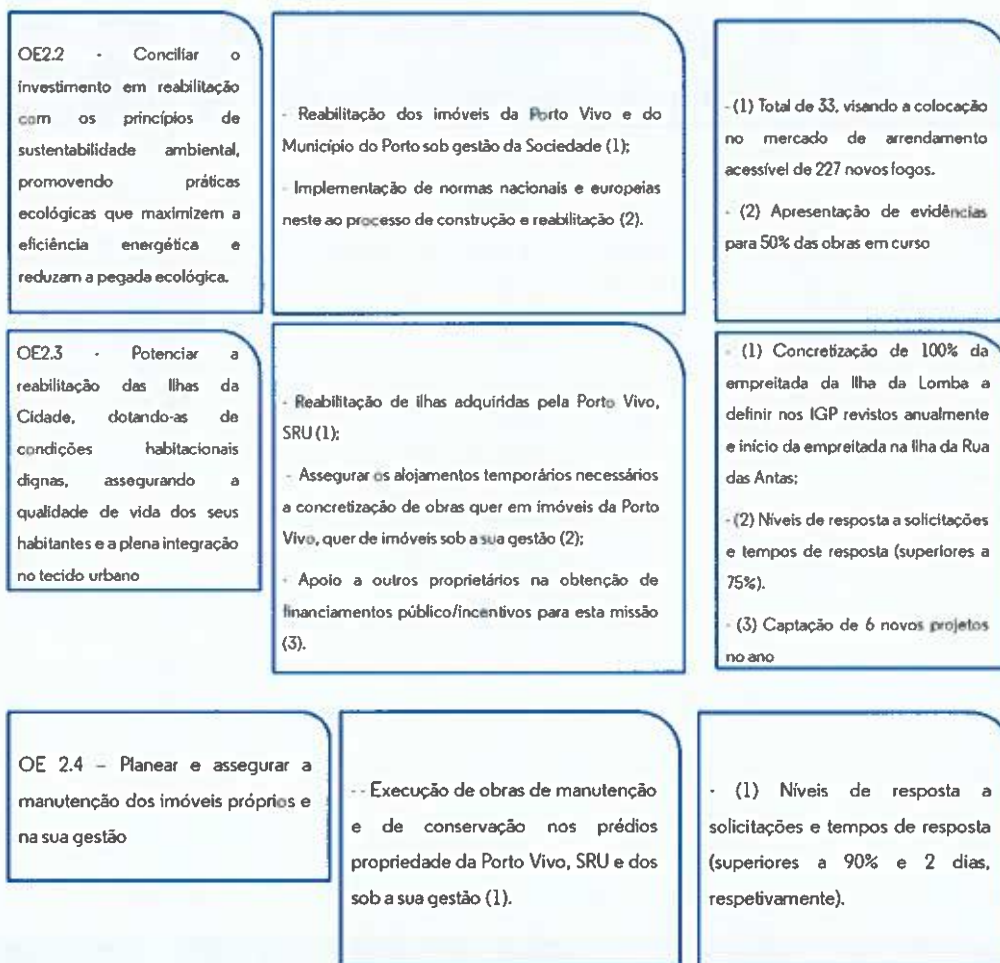


Figura 10: Indicadores de atividade da Reabilitação e manutenção do seu edificado e do que se encontra sob a sua gestão

## [E3] Arrendamento Acessível

Objetivos Estratégicos Específicos	Ações a desenvolver 2025/2029	Indicadores de Realização
OE3.1 - Promover o acesso a habitação adequada para agregados com rendimentos médios que não consigam aceder ao mercado de arrendamento livre	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover junto de potenciais parceiros privados o programa Porto com Sentido (1);</li> <li>- Promover junto de potenciais parceiros privados o programa na vertente Build to Rent (2);</li> <li>- Assegurar um nível de arrendamento em contínuo dos fogos disponíveis para arrendamento (3).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- (1) Obter um crescimento no ano de 10%;</li> <li>- (2) Angariar mais uma parceria por trimestre;</li> <li>- (3) Superior a 95%.</li> </ul>
OE3.2 - Apoiar os processos de financiamento e implementação de projetos de reabilitação habitacional por parte de particulares e instituições relevantes da cidade, designadamente, no âmbito do Programa 1º Direito	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Colaborar na instrução de candidaturas nomeadamente ao nível da solução urbanística, obtenção de documentos, contratação de prestadores e relações com arrendatários (1);</li> <li>- Assegurar o acompanhamento da execução física e financeiro das candidaturas contratualizadas (1);</li> <li>- Assegurar o atendimento assistido aos candidatos para submissão de candidaturas para obtenção de habitações (2);</li> <li>- Apoiar a área de concursos na obtenção de documentação adicional, pós-sorteio, junto dos sorteados (2);</li> <li>- Assegurar a conclusão do processo de atribuição de habitações ao abrigo do 1º Direito junto do IHRU (2).</li> <li>- Atendimento no balcão da Habitação Acessível (2).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- (1) Níveis mínimos de resposta a 95% dos pedidos;</li> <li>- (2) Níveis de resposta não inferiores aos de 2024;</li> </ul>

Figura 11: Indicadores de atividade do Arrendamento Acessível





### III. ORÇAMENTO PARA 2026





## 1. Sumário

O presente capítulo visa traduzir o planeamento da Sociedade para o exercício de 2026 ao nível das receitas a obter e das despesas a suportar<sup>1</sup>. Assim, nesse período, a Porto Vivo, SRU, espera obter resultados positivos, quer ao nível orçamental, quer ao nível económico, conforme documentos previsionais apresentados, tendo em consideração, principalmente, a obtenção das seguintes receitas e rendimentos:

1. A transferência do Município do Porto do subsídio à exploração no valor de 2,72M€, nos termos do Contrato-Programa celebrado para o período 2025-2029;
2. A comparticipação prevista do valor de 3,30M€ no âmbito das candidaturas apresentadas e a apresentar pela Sociedade ao Programa 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação ou outros programas, e cujos projetos financiados estão refletidos no Plano Plurianual de Investimento (em anexo);
3. A obtenção de 5,83M€ de receitas próprias, dos quais 1,94M€ são referentes à contrapartida contratualizada pela alienação dos imóveis sítos na Rua da Maternidade e no Campo dos Mártires da Pátria, 1,15M€ traduzem as rendas a receber com o arrendamento de imóveis da Porto Vivo, SRU e 1,88M€ são respeitantes a rendas a receber no âmbito do arrendamento de imóveis municipais e de imóveis integrados no Programa Porto com Sentido;
4. O recurso a financiamento bancário no valor total de 1,87M€ para fazer face às despesas inerentes ao processo de reabilitação de imóveis, dividido em duas naturezas, designadamente, 0,92M€ para realizar investimento em imóveis cuja empreitada está em curso ou cujo procedimento de contratação já foi lançado, sendo 0,95M€ associados à realização de investimento nos imóveis sítos na Rua de Vímara Peres e na Rua dos Pelames.

De relevar que, no que respeita ao processo de reabilitação nos imóveis sítos na Rua de Vímara Peres e na Rua dos Pelames, a Sociedade terá de recorrer a uma linha de financiamento específica para fazer face às despesas não comparticipadas e que se estimam em 1,75M€. A proposta atual do Millennium BCP é de um empréstimo com dois anos de carência e com uma taxa de juro correspondente ao *spread* de 0,75% acrescido da taxa Euribor a 3 meses.

Relativamente ao valor estimado de 0,92M€, a Sociedade poderá, em alternativa ao recurso a financiamento bancário, utilizar os saldos de gerência de 2025 que se estimam suficientes para fazer face ao investimento a realizar durante o ano de 2026.

<sup>1</sup> É anexo ao presente instrumento, o detalhe, por rubrica económica, das despesas e receitas a suportar em 2026.

## 2. Orçamento de 2025

As previsões para o ano de 2026 têm em consideração as atuais perspectivas para o exercício de 2025, estando, assim, refletidas as quatro alterações orçamentais efetuadas ao longo do ano. Deste modo, assume-se a total execução das despesas orçamentadas, bem como das receitas previstas, com a obtenção de um resultado líquido estimado de 0,14M€ e de um saldo orçamental positivo de 1,12M€.

Para estes resultados contribuem, principalmente, os seguintes fatores:

1. A alienação dos imóveis adquiridos em períodos anteriores para a criação de uma Residência de Estudantes no Morro da Sé, pelo valor de 3,25€, e com um reconhecimento do rendimento de 0,81M€, tendo em consideração que a diferença (2,44M€) foi diferida até 2029 por haver entendimento de que existe um risco financeiro e operacional inerente a esta transmissão, preconizado nas condições resolutivas estabelecidas no respetivo contrato de compra e venda;
  - i. O reconhecimento como rendimento do ano do valor que se encontrava diferido no final de 2024 (1,43M€), inerente à operação de alienação, no ano de 2022, dos imóveis afetos à criação de uma Unidade de Alojamento Turístico no Morro da Sé, por se entender que tal risco foi dissipado com o atual estado de execução do projeto;
2. A consideração de um reembolso total por parte do IHRU das despesas suportadas e elegíveis ao Programa 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, no âmbito dos Contratos de Participação celebrados;
3. A manutenção dos valores associados ao Contrato de Mandato celebrado com o Município do Porto, porquanto a menor execução não tem qualquer impacto ao nível do resultado líquido ou orçamental estimado, na medida em que se encontra refletido, igualmente, do lado dos gastos/despesas e dos rendimentos/receitas.

### 3. Orçamento de 2026

Conforme é perceptível na Tabela 2, a Sociedade estima suportar uma despesa total de 25,95M€, que será financiada através de cinco fontes, designadamente, as verbas a receber no âmbito do Contrato-Programa e do Contrato de Mandato celebrados com o Município do Porto, a contrapartida prevista a receber associada à alienação de imóveis e as receitas inerentes ao arrendamento de imóveis, as comparticipações previstas enquadradas no Programa 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, bem como o financiamento bancário.

De relevar, no entanto, que parte deste recurso pode ser substituído através da aplicação de saldos de gerência de 2025, nos termos a aprovar ao longo do exercício de 2026.

Tabela 2: Tesouraria para 2026

Rubrica	Fontes de Financiamento					Total
	Contrato-Programa	Contrato- Mandato	Subsídios	Receitas Financ. (D)	Financiamento Bancário (E)	
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	
Receitas						
Contrato-Programa	2 715 247	-	-	-	-	2 715 247
Prestação de Serviços	-	12 235 237	-	-	-	12 235 237
Vendas de Imóveis	-	-	-	1 937 330	-	1 937 330
Subsídios ao Investimento	-	-	3 304 134	-	-	3 304 134
Outros Subsídios	-	-	3 261	-	-	3 261
Rendas (Propriedade SRU)	-	-	-	1 146 512	-	1 146 512
Rendas (Gestão SRU)	-	-	-	1 882 302	-	1 882 302
Outras Receitas	-	-	-	859 076	-	859 076
Financiamento Bancário	-	-	-	-	1 865 596	1 865 596
A - Total das Receitas	2 715 247	12 235 237	3 307 395	3 825 220	1 865 596	25 958 795
Despesas						
Despesas Correntes						
Pessoal	1 543 775	-	-	676 293	-	2 220 068
Aquisição de Bens e Serviços	1 152 280	12 235 237	-	1 947 213	-	15 334 730
Amortização de Financiamentos Obtidos	-	-	-	543 750	-	543 750
Juros de Financiamentos Obtidos	-	-	-	194 213	-	194 213
Outros Encargos Financeiros	7 950	-	-	11 842	-	19 792
Impostos e Taxas	5 990	-	166 077	767 964	202 456	1 141 487
Outras Despesas	5 252	-	3 261	5 604	-	14 117
Despesas de Capital						
Investimentos em Reabilitação Urbana	-	-	3 139 057	1 669 341	1 663 140	6 671 538
Quartelão Carlos Alberto	-	-	-	7 011	-	7 011
Unidade de Intervenção de Santa Clara	-	-	82 163	-	242 155	324 318
Unidade de Intervenção da Lomba	-	-	1 254 632	-	-	1 254 632
Unidades Patrimoniais (Aumento de Capital)	-	-	750 202	1 062 330	466 149	3 278 681
Unidades Patrimoniais (Imóveis Adquiridos Exercícios Anteriores)	-	-	572 773	-	653 645	1 226 418
Illa das Antas (Reabilitação)	-	-	279 287	-	301 191	580 478
Outros Investimentos	-	-	-	9 000	-	9 000
B - Total das Despesas	2 715 247	12 235 237	3 407 395	3 825 220	1 865 596	25 958 795
C - Tesouraria (A - B)						

#### 4. Orçamento de Receitas

A Sociedade estima obter um total de receitas de cerca de 25,95M€, distribuídas por diferentes naturezas e fontes de financiamento, conforme evidenciado nos pontos seguintes.

##### 4.1. Contrato-Programa

No âmbito do Contrato Programa celebrado a 29 de novembro de 2024 para o período 2025-2029, a Sociedade prevê receber no ano de 2026 o valor de 2,72M€ associado a subsídios à exploração pelo exercício das seguintes atividades:

- i. Gestão das Áreas de Reabilitação Urbana do Centro Histórico, de Campanhã – Estação, Corujeira, Azevedo e Lordelo<sup>2</sup>, designadamente, através de afetação de recursos humanos internos, que assegurem os meios técnicos necessários para que a Sociedade possa conduzir essa missão;
- ii. Execução e gestão operacional do programa de dinamização do mercado de arrendamento acessível lançado pelo Município do Porto no ano de 2020, denominado “Porto com Sentido”;
- iii. Disponibilização de um serviço de atendimento e apoio técnico especializado a terceiros (proprietários de ilhas) para instrução e apresentação de candidaturas ao programa “1.º Direito”, ou a outros programas de financiamento, bem como acompanhamento da execução das mesmas, com o objetivo de reabilitar este edificado, propriedade de terceiros;
- iv. Gestão do programa “1.º Direito” no que toca às competências municipais previstas no Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de maio, quanto às demais entidades beneficiárias e beneficiários diretos, enquadrados na Estratégia Local da Habitação do Município do Porto;
- v. Realização dos levantamentos espaciais e sociais inerentes à promoção das soluções habitacionais de acordo com a Estratégia Local de Habitação;
- vi. Gestão, manutenção, conservação e reabilitação dos imóveis cuja transferência foi delegada na Sociedade, correspondendo à diferença entre o valor das receitas previstas a obter com o arrendamento dos mesmos (receita próprias) e custos de estrutura a suportar.

##### 4.2. Contrato de Mandato – Imóveis Sob Gestão

Tendo em consideração o Contrato de Mandato celebrado com o Município do Porto a 2 de agosto de 2022, através do qual é delegada na Sociedade a competência de reabilitação dos imóveis cuja gestão está preconizada no Contrato-Programa celebrado para o período 2025-2029, a Sociedade estima receber em 2026, do Município do Porto, um valor de 10,09M€, conforme montante autorizado em sede de elaboração do orçamento municipal.

<sup>2</sup> No presente momento não se encontra preconizado no Contrato-Programa o subsídio à exploração associado à gestão da ORU de Lordelo, contudo, prevê-se a sua inclusão no documento através da celebração de um aditamento, sem alteração do valor total a receber.

#### 4.3. Contrato de Mandato – Porto com Sentido

No âmbito da transferência da competência para a Porto Vivo, SRU da gestão dos contratos de arrendamento celebrados e a celebrar com os proprietários dos imóveis integrados no Programa Porto com Sentido, a Sociedade prevê receber do Município do Porto o valor de 2,15M€ para fazer face ao pagamento das respetivas rendas, tendo em consideração o montante autorizado em sede de elaboração do orçamento municipal.

#### 4.4. Vendas

No exercício de 2026, e no seguimento do Contrato de Empreitada de Conceção-Construção de Alojamentos para Arrendamento Acessível celebrado em 2024, a Sociedade prevê alienar os imóveis sítos na Rua da Maternidade e no Campo dos Mártires da Pátria, pelo valor de 1,94M€, ainda que 96% deste valor esteja destinado ao pagamento dos encargos associados à realização da empreitada em imóveis sítos na Rua Senhora da Lapa, nos termos do estipulado no referido contrato.

#### 4.5. Subsídios ao Investimento

Enquadrado no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), nomeadamente, no Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, da Componente 02 – Habitação que reforça o financiamento no âmbito do Programa 1.º Direito, ou de outro programa equivalente, a Porto Vivo, SRU estima receber no ano de 2026 o valor de 3,30M€ associado à comparticipação do investimento a realizar nos diferentes processos de reabilitação e detalhados no ponto 6 Investimentos em Reabilitação Urbana do orçamento das despesas.

#### 4.6. Outros Subsídios

No âmbito da candidatura a submeter a um estágio profissional promovido pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, a Sociedade estima obter uma comparticipação da despesa a suportar no valor aproximado de 3.300€.

#### 4.7. Rendas (Propriedade SRU)

Para o total das rendas a obter com os imóveis da Sociedade, no valor estimado de 1,15M€, contribuem duas atividades distintas, (i) a promoção do arrendamento de habitações a preços acessíveis, bem como (ii) a rentabilização do investimento realizado com as frações comerciais ou edifícios afetos a serviços. Deste modo, para aquele total foram assumidos os seguintes pressupostos:

- i. As frações habitacionais da propriedade da Porto Vivo, SRU, e em processo de arrendamento,



serão responsáveis pela obtenção de receitas no total de 0,73M€, prevendo-se, para tal, uma taxa de ocupação das mesmas de 100%. De relevar que para este total contribuem as rendas a obter com os imóveis cujo processo de reabilitação termina no ano de 2026 ou no final de 2025, estando as mesmas dependentes do respetivo mês de conclusão;

- ii. As frações comerciais da Sociedade permitirão a obtenção de uma renda anual estimada de 0,38M€, tendo em consideração uma taxa de ocupação de 100% das mesmas;
- iii. Pelo arrendamento do edifício sito na Rua Mouzinho da Silveira, antiga sede da Sociedade, estima-se a obtenção de uma renda de 0,04M€.

#### 4.8. Rendas (Gestão SRU)

Com a gestão do arrendamento de imóveis municipais, bem como de imóveis integrados no Programa Porto com Sentido, a Sociedade estima receber o valor de 1,88M€, de acordo com o seguinte:

- i. A transferência da gestão para a Porto Vivo, SRU de diversos fogos pertencentes ao Município do Porto representará a obtenção de receitas estimadas no total de 0,51M€, estando incluído neste valor as rendas a obter com as frações reabilitadas resultantes ou a resultar dos processos de reabilitação dos imóveis enquadrados no âmbito do Contrato de Mandato Administrativo celebrado;
- ii. Associado ao desenvolvimento do programa Porto com Sentido, estima-se que a Sociedade obtenha uma receita de 1,37M€ inerente às rendas resultantes dos contratos de subarrendamento celebrados e a celebrar, valor que se encontra igualmente traduzido na despesa, para efeito de transferência dos respetivos montantes para o Município do Porto, conforme estipulado no Contrato-Programa.

#### 4.9. Outras Receitas

Nesta rubrica, no total de 0,86M€, está previsto, essencialmente:

- i. O IVA a deduzir no âmbito da execução do Contrato de Mandato, previsto em 0,56M€, associado à realização de empreitadas, porquanto o mesmo não será refaturado ao Município do Porto, tendo, no entanto, de ser considerado como despesa aquando da assunção do respetivo compromisso;
- ii. O reembolso de IMT pago no âmbito da aquisição e reabilitação de imóveis afetos ao arrendamento acessível, nos termos das isenções já reconhecidas pela Autoridade Tributária, e no valor de 0,16M€ (assumindo-se que será recebido o valor de 70% do atualmente devido e cuja diferença se estima receber ainda em 2025);
- iii. O reembolso de despesas suportadas no âmbito do processo de reabilitação das Ilhas da Lomba, associadas à quota parte dos três Beneficiários Diretos no empreendimento, 7,07%, tendo em consideração os acordos de reestruturação de propriedade celebrados com os mesmos, a que

corresponde a um total previsto de encargos afetos a estes de 0,10M€;

- iv. A imputação de despesas a suportar com quotas de condomínio aos arrendatários, tendo em consideração o acordado nos respetivos contratos de arrendamento e no total previsto de 0,03M€.

#### 4.10. Financiamento Bancário

Para fazer face ao investimento a realizar no processo de reabilitação urbana, conforme Plano Plurianual de Investimento, a Sociedade recorrerá a financiamento bancário no valor total de 1,87M€, designadamente:

- a. Utilização da Conta a Descoberto já contratualizada com o Millennium BCP para fazer face à conclusão das empreitadas já iniciadas ou cujo procedimento de contratação já foi lançado, na parte não comparticipada pelo IHRU, e no valor previsto de 916.338€;
- b. Contratação de uma linha de financiamento para dar início ao processo de reabilitação dos imóveis sitos na Rua Vímara Peres e na Rua dos Pelames, associados à Intervenção na Unidade de Santa Clara e no Programa de Realojamento Definitivo do Morro da Sé, no que refere à parte não financiada pelo 1.º Direito, no valor total de 1.750.000€, correspondente ao montante para 2026 de 949.258€.

De relevar que a utilização da Conta a Descoberto mencionada na alínea a. fica dependente da possibilidade de aplicação de saldos de gerência de 2025 que, na presente data, se assume serem suficientes para fazer face ao investimento previsto, tendo em consideração que, da execução do orçamento do exercício de 2024 transitou o valor de 1,04M€ e que se espera que o saldo de tesouraria em 2025 seja de 1,12M€ (conforme quarta alteração modificativa), totalizando um saldo disponível de 2,16M€.

## 5. Orçamento de Despesas

O orçamento atual de despesas correntes é decomposto pelas rubricas relacionadas com o pessoal, com a aquisição de bens e serviços necessários ao funcionamento corrente da Sociedade, com as despesas associadas ao empréstimo e linha de financiamento em vigor e a contratualizar (amortização de capital, juros e comissões bancárias), bem como com os impostos a suportar.

Ao nível das despesas de capital, será evidenciada a rubrica de investimento a realizar afeto ao processo de reabilitação urbana, com a execução de nove projetos, alguns com processo já iniciado em anos anteriores, bem como a realização de investimentos em *software*, *hardware* e outros equipamentos.

### 5.1. Pessoal

Durante o exercício de 2026 a Sociedade estima suportar encargos com o pessoal em cerca de 2,22M€, assumindo-se, principalmente, para o cálculo deste total, os seguintes pressupostos:

- A contratação de um técnico a integrar a Direção da Habitação, bem como a contratação de um técnico a integrar a Área Financeira<sup>3</sup>;
- A atualização das remunerações em 2,15% ou 56,58€ (conforme o vencimento atual seja igual/superior ou inferior a 2.620€, respetivamente), correspondente à majoração estipulada no acordo plurianual de valorização dos trabalhadores da Administração Pública para 2025-2028.

Tabela 3: Despesas com Pessoal

Rubrica	Fonte de Financiamento					Total
	Contrato-Programa	Contrato-Manutenção	Subsídios	Receitas Próprias	Financiamento Bancário	
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	
Remunerações (Órgãos Sociais e Quadro de Pessoal)	916 439	-	-	491 559	-	1 407 998
Remunerações (Tarefas e Avenças)	37 790	-	-	7 720	-	45 510
Subsídio de Refeição	60 001	-	-	10 499	-	70 500
Subsídio de Férias / Natal	139 540	-	-	86 138	-	225 678
Abonos (Ajudas de Custos e Outros)	10 382	-	-	1 817	-	12 199
Encargos Contributivos	330 715	-	-	70 001	-	400 716
Seguros	48 908	-	-	8 559	-	57 467
<b>Total das Despesas</b>	<b>1 543 775</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>676 293</b>	<b>-</b>	<b>2 220 068</b>

Conforme se pode verificar na tabela, as despesas a suportar com o pessoal serão financiadas em cerca de 70% através do subsídio à exploração a pagar pelo Município do Porto no âmbito do Contrato-Programa celebrado, tendo em consideração a afetação do pessoal ao desenvolvimento das atividades enquanto entidade gestora das ORU do Centro Histórico, da Corujeira e Campanhã – Estação, de Azevedo e de Lordelo, do Programa Porto com Sentido, da gestão e reabilitação dos imóveis cuja

<sup>3</sup> Apesar de já autorizada a contratação para 2025, a mesma só será efetivada em 2026.

transferência foi delegada na Sociedade, bem como do projeto das ilhas da cidade, inclusive, no que respeita à criação do Gabinete de Atendimento Integrado.

## 5.2. Aquisição de Bens e Serviços

Com a aquisição de bens e serviços estima-se que, no exercício de 2026, a Sociedade suporte um encargo total de 15,33€, contribuindo para o mesmo, e principalmente, o valor de 12,24M€ associado à execução do Contrato de Mandato Administrativo celebrado com o Município do Porto, no que respeita, designadamente, ao processo de reabilitação de imóveis cuja gestão foi ou será transferida para a Sociedade<sup>4</sup>, bem como às rendas a pagar aos proprietários dos imóveis integrados no Programa Porto com Sentido.

Tabela 4: Despesas com Aquisição de Bens e Serviços

Rubrica	Fonte de Financiamento					Total
	Contrato-Programa	Contrato-Mandato	Subsídios	Receitas Próprias	Financiamento Bancário	
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	
Aquisição de bens	96 789	-	-	16 038	-	112 827
Encargos com Instalações	59 138	-	-	77 733	-	136 871
Limpeza e Higiene	27 208	-	-	4 231	-	31 439
Conservação de bens	52 224	9 306 037	-	267 668	-	9 625 929
Rendas	99 509	2 207 509	-	1 418 139	-	3 725 157
Aluguer de Material Informático	47 575	-	-	8 325	-	55 900
Comunicações	55 833	-	-	9 663	-	65 496
Transportes	51 189	-	-	8 959	-	60 148
Representação dos Serviços	4 256	-	-	744	-	5 000
Seguros	8 481	-	-	49 379	-	57 860
Deslocações e Estadas	22 703	-	-	2 897	-	25 600
Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria	347 675	153 962	-	16 359	-	517 996
Formação	36 890	-	-	6 455	-	43 345
Seminários e Publicidade	71 216	-	-	16 694	-	87 910
Assistência Técnica	72 586	-	-	3 727	-	76 313
Outros Serviços Especializados	80 343	567 729	-	37 199	-	685 271
Outros Serviços	18 665	-	-	3 003	-	21 668
<b>Total de Despesas</b>	<b>1 152 280</b>	<b>12 235 237</b>	<b>-</b>	<b>1 947 213</b>	<b>-</b>	<b>15 334 730</b>

Encontram-se ainda valorizadas no total dos serviços a suportar, as rendas a receber dos sub-arrendatários daquele Programa e que serão transferidas para o Município do Porto, conforme procedimento atualmente em vigor, estimadas, atualmente, em 1,37M€, correspondendo à atribuição de um subsídio médio aos arrendatários de 64%.

O valor remanescente, 1,73M€, inclui, maioritariamente, o total de despesas a suportar com a

<sup>4</sup> Esta previsão tem em consideração o atual cronograma físico e financeiro do processo de reabilitação de cada imóvel, podendo existir diferenças na realização das despesas no ano de 2026, na medida em que tal depende do grau de execução a verificar no final do exercício de 2025.

prosseguir a missão inerente à gestão do programa Porto com Sentido e das ORU's cuja gestão foi delegada, bem como da competência delegada no âmbito do projeto das ilhas da cidade (Gabinete de Atendimento Integrado), traduzindo-se na respetiva afetação de encargos diretos e indiretos, e financiadas através do subsídio à exploração a receber. De relevar que grande parte dos encargos desta natureza associados à gestão dos imóveis que foram transferidos para a Sociedade são suportados através das rendas previstas a cobrar que, de acordo com o estipulado no Contrato Programa em vigor, serão consideradas como receitas próprias.

### 5.3. Amortização de Financiamentos Obtidos

Cumprindo o estipulado na cláusula terceira do Contrato de Financiamento sob a forma de Abertura de Crédito celebrado entre o IHRU, a Porto Vivo, SRU, e o Município do Porto, ora designado como Desembolso IHRU/BEI, a Sociedade procederá, no ano de 2026, à amortização deste financiamento no valor de 0,34M€, correspondendo este ao total contratualizado.

Assume-se, para a elaboração do presente documento, que não serão amortizados os financiamentos obtidos juntos da Banca Comercial para fazer face à execução de projetos de reabilitação urbana, tendo em consideração que, no primeiro caso (a seguir identificado), tal dependerá da possibilidade de utilização de saldos de gerência e, no segundo caso, se assume o pressuposto de um período de carência de 2 anos.

### 5.4. Juros de Financiamentos Obtidos

Dado o nível de financiamento associado ao Desembolso IHRU/BEI previsto para o final de 2025, no valor de 5,16M€, a amortização contratualizada a verificar no primeiro trimestre de 2026, bem como a taxa de juro estimada (Euribor a 3 meses<sup>5</sup>, acrescida de um *spread* de 0,735%), prevê-se que no próximo exercício a Sociedade suporte um encargo total associado a juros de 0,15M€.

Relativamente ao recurso ao financiamento bancário previsto no capítulo das receitas, a Sociedade estima suportar os seguintes juros:

- a. Pela utilização do saldo da Conta a Descoberto, no valor de 0,92M€, a Sociedade estima suportar um encargo de 0,03M€, assumindo-se uma utilização do valor em regime de duodécimos e uma taxa de juro aplicável de 6% (Euribor a 1 mês acrescida de um *spread* de 4%);

<sup>5</sup> Dada a evolução atual da taxa de juro, assume-se, que esta atingirá em 2026 o valor médio de 2,25%.



- b. Pelo financiamento de 0,95M€ a destinar ao processo de reabilitação dos imóveis sítos na Rua dos Pelames e na Avenida Vímara Peres, prevê-se o pagamento de juros ao longo do ano de 2026 de 0,02M€, assumindo-se uma utilização em regime de duodécimos e uma taxa de juro aplicável de 3% (Euribor a 3 meses acrescida de um *spread* de 0,75%).

### 5.5. Outros Encargos Financeiros

Tendo em consideração a existência de uma linha de crédito sob a forma de Saldo a Descoberto autorizado junto do Millennium BCP, no valor de 1M€, conforme utilização prevista, estima-se que a Porto Vivo, SRU suporte um encargo financeiro no valor orçamentado de 5.000€, correspondente à estimativa da comissão de gestão a pagar anualmente. Pelo recurso ao financiamento adicional, estima-se um encargo de 4.664€.

A este total acrescem ainda outros encargos, associados, essencialmente, à movimentação de verbas, com principal destaque para os inerentes à utilização do sistema de débito direto e de referências multibanco na cobrança de rendas, inclusive as associadas à execução do programa Porto com Sentido.

Tabela 5: Despesas com Outros Encargos Financeiros

Rubrica	Fonte de Financiamento					Total
	Contrato-Programa	Contrato-Mandato	Subsídios	Recursos Próprios	Financiamento Bancário	
	M €	M €	M €	M €	M €	
Comissões Bancárias (Financiamento)	-	-	-	9 664	-	9 664
Comissões Bancárias (TPA, SDD, RM)	7 950	-	-	1 678	-	9 628
Outros Juros	-	-	-	500	-	500
<b>Total de Despesas</b>	<b>7 950</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11 842</b>	<b>-</b>	<b>19 792</b>

### 5.6. Impostos e Taxas

Para o total de 1,14M€ orçamentado como despesas a suportar com Impostos e Taxas contribui, especialmente, o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) a entregar ao Estado (a liquidar no decurso da realização de obras de reabilitação, tendo em consideração a inversão do sujeito passivo aplicável), o Imposto Municipal sobre Imóveis e respetivo adicional, bem como o Imposto sobre os Rendimentos Prediais, consubstanciado através das retenções efetuadas pelos arrendatários, conforme sintetizado na Tabela 6.

Tabela 6: Despesas com Impostos e Taxas

Rubrica	Fonte de Financiamento					Total
	Contrato-Programa	Contrato-Mandato	Subvídios	Receitas-Próprias	Financiamento Bancário	
	(A.1)	(B.1)	(C.1)	(D.1)	(E.1)	
IVA Apurado a entregar ao Estado	-	-	-	565 143	-	565 143
IVA Apurado a entregar ao Estado - Investimento RU	-	-	165 077	5 252,00	202 456	372 785
Retenções na Fonte efetuadas por Terceiros	-	-	-	104 103	-	104 103
IMI, AJMI	-	-	-	83 875	-	83 875
Imposto de Selo	5 990	-	-	5 575	-	11 565
Taxas de justiça e Outras Taxas	-	-	-	4 016	-	4 016
<b>Total de Despesas</b>	<b>5 990</b>	<b>-</b>	<b>165 077</b>	<b>167 961</b>	<b>202 456</b>	<b>1 131 387</b>

### 5.7. Outras Despesas

O valor orçamentado nesta rubrica, 0,01M€, traduz, despesas com carácter residual, associadas, principalmente, a quotas, bem como à promoção de estágios profissionais.

Tabela 7: Outras Despesas

Rubrica	Fonte de Financiamento					Total
	Contrato-Programa	Contrato-Mandato	Subvídios	Receitas-Próprias	Financiamento Bancário	
	(A.1)	(B.1)	(C.1)	(D.1)	(E.1)	
Quota - Urban Land Institute e AdePorto	5 252	-	-	920	-	6 172
Custas de Parte	-	-	-	1 000	-	1 000
Despesas com Estágios Profissionais (IEFP)	-	-	3 261	3 684	-	6 945
<b>Total de Despesas</b>	<b>5 252</b>	<b>-</b>	<b>3 261</b>	<b>5 604</b>	<b>-</b>	<b>14 117</b>

## 6. Investimentos em Reabilitação Urbana

No decurso do planeamento do processo de reabilitação urbana, e conforme resumido na Tabela 8, a Sociedade estima, no ano de 2026, suportar despesas no valor total de 6,67M€ associadas à execução de nove processos de reabilitação de imóveis, todos estes já iniciados em períodos anteriores.

Assim, e conforme contratos de financiamento já celebrados ou a celebrar com o IHRU, a Porto Vivo, SRU prevê terminar o processo de reabilitação da Unidade de Intervenção da Lomba e de outros imóveis que entraram para o património da Sociedade por conta da operação de aumento de capital efetuada pelo Município do Porto em 2021, bem como proceder ao início da execução da empreitada de dois imóveis sitos na Unidade de Intervenção de Santa Clara (dos quais um já é propriedade da Sociedade, estando o outro em fase de realização de depósito para concretizar a respetiva expropriação), do imóvel sito na Rua Antero de Quental, do imóvel sito na Rua dos Pelames, bem como da Ilha das Antas. No que respeita à parte não participada, a Sociedade estima recorrer a financiamento bancário, de acordo com o apresentado anteriormente.

Tabela 8: Despesas com o Processo de Reabilitação Urbana

Rubrica	Código do Emissão (Emissão)					Total
	Contrato	Contrato	Subvenc.	Reserva	Emprego	
	Programa	Medidas	Subvenc.	Programa	Programa	
Quartirão Carlos Alberto	-	-	-	7011	-	7011
Unidade de Intervenção de Santa Clara	-	-	82 163	-	242 155	324 318
Unidade de Intervenção da Lomba	-	-	1 254 632	-	-	1 254 632
Edifício sito na Rua do Heroísmo, 185	-	-	310 529	-	-	310 529
Edifício sito na Rua Antero de Quental	-	-	441 537	-	433 799	875 336
Pelames - Operação 1 Morro de S6	-	-	572 773	-	653 645	1 226 418
Edifícios sito na R. Senhora da Lapa (Contrato de Conceção Construção)	-	-	-	1 862 350	32 350	1 894 680
Outras Unidades Patrimoniais	-	-	198 136	-	-	198 136
Ilha das Antas	-	-	279 287	-	301 191	580 478
Total das Despesas	-	-	3 137 027	1 862 351	1 465 140	6 464 518

De relevar que, para a composição do ativo da Sociedade, contribui, ainda, o valor do IVA a suportar com as empreitadas, tendo em consideração o regime de afetação real aplicável à Sociedade, no total estimado de 0,37M€ (incluído na rubrica de despesas referente a Impostos e Taxas).

## 7. Outros Investimentos

Prevê-se que sejam suportados, principalmente, encargos com a aquisição de *hardware* informático e mobiliário no valor total de 8.000€.





#### IV. PLANO PLURIANUAL 2026-2030



u

10  
u

## Orçamento Plurianual 2026 – 2030

O presente capítulo pretende expor a perspetiva para o período de 2026 – 2030<sup>6</sup>, quer ao nível do saldo orçamental, quer ao que respeita à situação patrimonial e aos resultados a apurar. Dado o horizonte temporal em causa, bem como o nível de projetos planeados importa realçar a limitação das previsões agora apresentadas, no que respeita, principalmente, ao investimento a realizar entre este período, na medida em que vários fatores podem condicionar a respetiva execução, entre as quais, a aprovação e execução das respetivas candidaturas ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

### 1. Demonstrações Orçamentais Previsionais

#### 1.1 Receitas

A previsão das receitas apresentadas na Tabela 9 tem por base os seguintes pressupostos:

- O valor de 2,72M€ referente ao Contrato-Programa celebrado e a celebrar com o Município do Porto, no âmbito da Gestão das ORU do Centro Histórico, da Corujeira, Lordelo, Campanhã – Estação e Azevedo, do programa Porto com Sentido, da criação do Gabinete 1.º Direito no âmbito da Estratégia Local da Habitação, bem como da gestão, conservação e reabilitação de imóveis que foram transferidas para a Sociedade, a receber entre 2026 e 2030;
- A utilização do coeficiente de atualização de rendas de 1,0216 para o período de 2027 a 2030;
- A consideração como receita (e também como despesa) dos valores estimados a movimentar com o Município do Porto, no âmbito da gestão de rendas com o projeto Porto com Sentido, quer no que refere ao pagamento aos proprietários, quer no que respeita ao recebimento por parte dos subarrendatários;
- A prestação de serviços, até 2029, ao Município do Porto, no âmbito da execução do Contrato de Mandato celebrado e a celebrar, no que respeita ao processo de reabilitação dos imóveis cuja gestão foi transferida para a Sociedade (valores igualmente incluídos como despesa);
- A consideração como receita (bem como despesa) do valor do IVA associado à realização das empreitadas integradas na execução do contrato supra-evidenciado;
- A comparticipação a receber no âmbito do Programa 1.º Direito, ou de outro programa equivalente, estimando-se que as despesas adicionais ao valor contratualizado serão suportadas através de financiamento bancário;
- O recurso a financiamento bancário, em 2027, do valor de 0,61M€;
- A consideração da inexistência de receitas por liquidar referentes ao ano de 2025.

<sup>6</sup> Tendo em consideração a adoção do SNC-AP pela Porto Vivo, SRU, o horizonte temporal apresentado neste documento é o que consta neste normativo legal.

Tabela 9: Demonstração Orçamental Previsional – Receitas

Designação	Orçamento 2025			Plano Orçamental Plurianual			
	2025	2026	Soma	2027	2028	2029	2030
<b>Receita corrente</b>	<b>18 667 050</b>	<b>18 667 050</b>	<b>18 667 050</b>	<b>23 750 412</b>	<b>28 809 438</b>	<b>13 963 241</b>	<b>13 808 568</b>
Receita fiscal							
Impostos diretos							
Impostos indiretos		558 363	558 363,00	715 323	881 727	52 800	0
Contribuições para sistemas de proteção							
Taxas, multas e outras penalidades							
Rendimentos de propriedade		1 146 612	1 146 612	1 393 617	1 535 394	1 580 836	1 595 768
Transferências Correntes		2 715 247	2 715 247	2 715 247	2 715 247	2 715 247	2 715 247
Administrações Públicas		2 715 247	2 715 247	2 715 247	2 715 247	2 715 247	2 715 247
Administração Central - Estado							
Administração Central - Outras entidades							0
Segurança Social							
Administração Regional							
Administração Local		2 715 247	2 715 247	2 715 247	2 715 247	2 715 247	2 715 247
Exterior - UE							
Outras							
Venda de bens e serviços		14 117 639	14 117 639	18 894 354	23 644 017	9 637 390	9 467 165
Outras receitas correntes		129 189	129 189	31 871	33 053	29 768	30 389
Receita capital		5 416 049	5 416 049	881 084	22 109	300	300
Venda de bens de investimento		1 937 430	1 937 430	100	100	100	100
Transferências de Capital							
Administrações Públicas							
Administração Central - Estado		3 307 395	3 307 395	824 256	0	0	0
Administração Central - Outras entidades							
Segurança Social							
Administração Regional							
Administração Local							
Exterior - UE							
Outras							
Outras receitas de capital		8 966	8 966	100	100	100	100
Reposição não abatidas aos pagamentos		162 258	162 258	56 628	21 909	100	100
<b>Receita efetiva [1]</b>	<b>24 083 099</b>	<b>24 083 099</b>	<b>24 083 099</b>	<b>24 631 496</b>	<b>28 831 547</b>	<b>13 963 541</b>	<b>13 808 868</b>
Receita não efetiva [2]	0	0	0	0	0	0	0
Receita com ativos financeiros							
Receita com passivos financeiros		1 865 596	1 865 596	609 115			
<b>Soma [3]=[1]+[2]</b>	<b>25 948 695</b>	<b>25 948 695</b>	<b>25 948 695</b>	<b>25 240 611</b>	<b>28 831 547</b>	<b>13 963 541</b>	<b>13 808 868</b>

## 1.2 Despesas

Para previsão das despesas apresentadas na Tabela 10, contribuíram, principalmente, os seguintes pressupostos:

- A atualização anual da massa salarial entre 2027 e 2030 em 3% e a manutenção do quadro de pessoal previsto para 2026;
- A aplicação desse índice, ao longo de todo o período, ao nível das aquisições de bens e serviços face ao orçamentado para 2026, com exceção das despesas a suportar enquadradas no âmbito do Contrato Mandato e das rendas a pagar aos proprietários e a entregar ao Município do Porto no âmbito do Programa Porto com Sentido;
- A não consideração de encargos com Segurança Social associada à contratação de trabalhadores independentes;
- Os encargos suportados com a execução do Contrato-Mandato e com o pagamento e recebimento de rendas, conforme evidenciado no ponto das receitas;

- A consideração de uma taxa Euribor a 3 meses de 2,25% para todo o período, associada ao Desembolso IHRU/BEI;
- A amortização anual de 0,34M€ deste desembolso, sem consideração de amortizações extraordinárias;
- A amortização do financiamento bancário obtido em 2027, no total de 0,92M€, com amortizações a partir de 2028 no valor anual de 0,10M€;
- A consideração da inexistência de despesas por pagar referentes ao ano de 2025.

Tabela 10: Demonstração Orçamental Previsional - Despesas

Rubrica	Designação	Orçamento 2026			Plano Orçamental Plurianual			
		2026	2026	Soma	2027	2028	2029	2030
D1	Despesa corrente	18 924 407	18 924 407		23 188 206	27 889 567	13 117 341	12 937 353
D1.1	Despesas com o pessoal	2 220 068	2 220 068		2 286 670	2 355 270	2 425 928	2 498 706
D1.1.1	Remunerações Certas e Permanentes	1 749 786	1 749 786		1 802 280	1 856 348	1 912 038	1 969 400
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	12 099	12 099		12 462	12 836	13 221	13 618
D1.3	Segurança social	458 183	458 183		471 928	486 086	500 669	515 689
D2	Aquisição de bens e serviços	15 334 730	15 334 730		19 719 054	24 285 052	10 255 269	9 542 636
D3	Juros e outros encargos	205 377	205 377		187 841	179 748	167 760	154 009
D4	Transferências correntes	13 117	13 117		6 357	6 548	6 744	6 947
D4.1	Administrações Públicas							
D4.1.1	Administração Central - Estado							
D4.1.2	Administração Central - Outras entidades							
D4.1.3	Segurança Social							
D4.1.4	Administração Regional							
D4.1.5	Administração Local							
D4.2	Instituições sem fins lucrativos							
D4.3	Famílias	13 117	13 117		6 357	6 548	6 744	6 947
D4.4	Outras							
D5	Subsídios							
D6	Outras despesas correntes	1 151 115	1 151 115		988 284	1 062 949	261 640	735 056
D7	Despesa capital	6 680 538	6 680 538		1 825 811	8 000	8 000	8 000
D7.1	Investimento	6 680 538	6 680 538		1 825 811	8 000	8 000	8 000
D8	Transferências de capital	0	0		0	0	0	0
D8.1	Administrações Públicas	0	0		0	0	0	0
D8.1.1	Administração Central - Estado							
D8.1.2	Administração Central - Outras entidades							
D8.1.3	Segurança Social							
D8.1.4	Administração Regional							
D8.1.5	Administração Local							
D8.2	Instituições sem fins lucrativos							
D8.3	Famílias							
D8.4	Outras							
D9	Outras despesas de capital							
	Despesa efetiva [4]	0	25 604 945	25 604 945	25 014 017	27 897 567	13 125 341	12 945 353
	Despesa não efetiva [5]	0	343 750	343 750	1 260 088	447 642	447 642	447 642
D10	Despesa com ativos financeiros							
D11	Despesa com passivos financeiros		343 750	343 750	1 260 088	447 642	447 642	447 642
	Despesa total [6] = [4] + [5]	0	25 948 695	25 948 695	26 274 105	28 345 209	13 572 983	13 392 995
	Saldo total [3] - [6]	0	0	0	-1 033 494	486 339	390 558	415 873
	Saldo global [1] - [4]	0	-1 521 846	-1 521 846	-382 521	933 980	838 200	863 515
	Despesa primária	0	25 399 568	25 399 568	24 826 176	27 717 819	12 957 582	12 791 344
	Saldo corrente	0	257 357	-257 357	562 206	919 871	845 900	871 215
	Saldo de capital	0	-1 264 489	-1 264 489	-944 727	14 109	-7 700	-7 700
	Saldo primário	0	1 316 469	1 316 469	194 680	-1 115 729	-1 005 959	-1 017 524

### 1.3 Plano Plurianual de Investimento

No plano plurianual de investimento (em Anexo) estão refletidos os processos de reabilitação planeados para o período 2026-2030, e evidenciados seguidamente, destacando-se aqueles que serão financiados através do Programa 1.º Direito, ou de outros programas semelhantes.

- Reabilitação da Parcela 6 do Quarteirão Carlos Alberto: Prevendo-se a conclusão da empreitada no exercício de 2025, no ano de 2026 serão suportadas apenas despesas referentes a outros serviços necessários para conclusão do respetivo processo de reabilitação e a entrada no mercado de arrendamento das frações resultantes;
- Reabilitação na Unidade de Intervenção de Santa Clara: Tendo já sido iniciado o processo de expropriação de uma parcela nesta Unidade de Intervenção no ano de 2025, com vista à reabilitação conjunta com a parcela que a Porto Vivo, SRU possui, está previsto, para 2026, o início da respetiva empreitada;
- Reabilitação do Edifício da Zona da Lomba: Tendo em consideração que se trata da intervenção em seis ilhas desta zona, nomeadamente, Lourenço 5, Travessa da Lomba 41, Lourenço 43, Vera Cruz 46 A, Vera Cruz 36-42 e Vera Cruz 26, estima-se que o processo de reabilitação termine em 2026, com a conclusão da respetiva empreitada e o realojamento definitivo dos agregados que ali residiam;
- Reabilitação das Unidades Patrimoniais: No âmbito da operação da entrada de capital realizada pelo Município do Porto em 2021, a Sociedade estima proceder à reabilitação dos respetivos prédios, concluindo a respetiva empreitada de reabilitação no ano de 2026:
  - o Edifício sito na Rua do Heroísmo, 185;
  - o Edifícios sítos na Rua da Lapa, Rua da Glória e na Rua do Heroísmo;
  - o Edifícios sítos na Rua Senhora da Lapa, 32, 38, 42, 44, 46, 50, 52, 56, 60;Em 2026 será iniciada a empreitada do edifício sito na Rua Antero de Quental;
- Reabilitação de Imóveis adquiridos em 2023 e 2024: Tendo em consideração a aquisição de imóveis em exercícios anteriores financiada pelo PRR, prevê-se que, no ano de 2026, se inicie a empreitada dos seguintes processos de reabilitação, designadamente:
  - o Edifícios sito na Rua dos Pelames;
  - o Ilha das Antas.

## 2. Demonstrações Financeiras Previsionais

### 2.1 Balanço

Para a elaboração do Balanço previsional para o período de 2026 – 2030 foram assumidos, principalmente, os seguintes pressupostos:



- A contabilização dos encargos registados com o processo de reabilitação dos projetos apresentados no ponto referente ao Plano Plurianual de Investimento na rubrica de "Propriedades de Investimento", designadamente, em "Investimentos em curso", tendo em consideração que os mesmos se destinam a arrendamento;
- A depreciação anual dos mesmos aquando da entrada no mercado de arrendamento a uma taxa de 2% sobre 75% o valor do edifício (vida útil de 50 anos);
- A constituição de 5% de reserva sobre o valor do resultado líquido positivo obtido no ano anterior;
- O registo em Outras Variações do Capital Próprio do valor das participações recebidas no âmbito do PRR, com diminuição à taxa de 2% do ano (dada a consideração como rendimento do mesmo montante), bem como dos Impostos Diferidos inerentes ao não reconhecimento como rendimento no ano das mesmas;
- A amortização do Desembolso IHRU/BEI no valor anual 0,34M€ a partir do ano de 2027, de acordo com o contratualizado e tendo em consideração as amortizações adicionais efetuadas em períodos anteriores;
- O recurso a financiamento bancário em 2027 no valor de 0,61M€, e a amortização, nesse ano, do valor de 0,92M€, e em anos seguintes do total de 0,10M€;
- O registo em Outras Contas a Pagar do Passivo Não Corrente do valor do imposto devido em exercícios futuros pelas participações recebidas no âmbito do PRR e não reconhecidas como rendimento (a contabilizar na rubrica de Outros Rendimentos);
- O reconhecimento, em 2029, do rendimento no valor de 2,44M€ associado à alienação, em 2025, dos imóveis adquiridos com vista à criação de uma Residência de Estudantes no Morro da Sé, dado o estipulado no respetivo Contrato de Compra e Venda.

Tabela 11: Balanço Previsional 2026– 2030

Rubricas	Datas				
	31/12/2026	31/12/2027	31/12/2028	31/12/2029	31/12/2030
<b>Ativo</b>					
<b>Ativo não Corrente</b>					
Ativos fixos tangíveis	54 759	46 633	36 175	25 716	15 257
Propriedades de investimento	42 029 071	43 322 886	42 619 797	41 916 707	41 213 618
Ativos intangíveis	54 701	27 350	28 017	28 683	29 350
Ativos por impostos Diferidos	150 975	103 312	103 312	103 312	103 312
Outros ativos financeiros	3 586	3 586	3 586	3 586	3 586
	42 293 092	43 503 767	42 790 887	42 078 004	41 365 123
<b>Ativo Corrente</b>					
Inventários					
Clientes, Contribuintes e Utentes	62 500	62 500	62 500	62 500	62 500
Estado e Outros Entes Públicos	104 103	111 319	113 813	116 362	118 969
Outras contas a receber	357 742	357 742	357 742	401 977	393 127
Diferimentos	106 185	109 221	112 347	115 568	118 885
Caixa e depósitos bancários	2 533 627	1 500 133	1 986 472	2 377 030	2 792 903
	3 164 157	2 140 915	2 632 874	3 073 437	3 486 384
<b>Total do Ativo</b>	<b>45 457 249</b>	<b>45 644 682</b>	<b>45 423 761</b>	<b>45 151 441</b>	<b>44 851 507</b>
<b>Património Líquido e Passivo</b>					
<b>Património Líquido</b>					
Património/Capital	8 382 609	8 382 609	8 382 609	8 382 609	8 382 609
Reservas	280 583	306 841	323 922	350 212	472 563
Resultados Transilados	2 576 865	3 075 757	3 400 306	3 899 813	6 224 489
Outras Variações no Capital Próprio	18 414 741	18 780 544	18 490 652	18 200 759	17 910 868
Resultado Líquido do Período	525 149	341 629	525 796	2 447 025	924 763
<b>Total do Património Líquido</b>	<b>30 179 947</b>	<b>30 887 380</b>	<b>31 123 285</b>	<b>33 280 418</b>	<b>33 915 292</b>
<b>Passivo</b>					
<b>Passivo não Corrente</b>					
Provisões	19 850	19 850	19 850	19 850	19 850
Financiamentos obtidos	5 418 008	5 683 373	5 235 732	4 788 090	4 340 449
Diferimentos	2 437 500	2 437 500	2 437 500		
Outras contas a pagar	5 538 204	5 638 392	5 558 995	5 479 598	5 400 201
	13 413 562	13 779 115	13 252 077	10 287 538	9 760 500
<b>Passivo Corrente</b>					
Adiantamentos de Clientes					
Estado e outros entes públicos	63 106	41 847	150 633	676 830	259 905
Financiamentos obtidos	1 260 088	343 750	343 750	343 750	343 750
Outras Contas a Pagar	404 181	456 225	417 651	426 540	435 695
Diferimentos	136 365	136 365	136 365	136 365	136 365
	1 863 740	978 187	1 048 399	1 583 485	1 175 715
<b>Total do Passivo</b>	<b>15 277 302</b>	<b>14 757 302</b>	<b>14 300 476</b>	<b>11 871 023</b>	<b>10 936 215</b>
<b>Total do Património Líquido e do Passivo</b>	<b>45 457 249</b>	<b>45 644 682</b>	<b>45 423 761</b>	<b>45 151 441</b>	<b>44 851 507</b>

## 2.2 Demonstração de Resultados

Para a elaboração da Demonstração de Resultados previsional para o período de 2026 – 2030 foram assumidos, principalmente, e além dos critérios evidenciados nos pontos das receitas, despesas e Balanço plurianuais, os seguintes pressupostos:

Instrumentos de Gestão Previsional 2026 – 2030



- O reconhecimento como rendimento das participações financeiras recebidas no âmbito do PRR de 1/50 por ano a partir do período em que as frações resultantes dos processos de reabilitação entram no mercado de arrendamento;
- O não reconhecimento de qualquer imparidade ou reversão de imparidades registadas em anos anteriores;
- A consideração como rendimento e gasto de todas rendas pagas a proprietários do Programa Porto com Sentido, independentemente do ano de celebração do respetivo contrato de arrendamento, porquanto tal não apresenta impacto nem no resultado líquido a obter, nem no saldo orçamental;
- Cálculo do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas tendo em consideração o seguinte:
  - o Tributação autónoma no valor estimado de 5.200€;
  - o Consideração para cálculo da matéria coletável de apenas 35% do resultado antes do imposto, tendo em consideração a dedução de prejuízos apurados em anos anteriores, quando aplicável;
  - o Aplicação de uma taxa de 20% à matéria coletável;
  - o Aplicação de uma taxa de 1,5% ao resultado antes de imposto, associado à derrama;
  - o Consideração de impostos diferidos, dados os prejuízos ainda não deduzidos.

Tabela 12: Demonstração de Resultados Previsional 2026 – 2030

Rendimentos e Custos	Períodos				
	2026	2027	2028	2029	2030
Vendas	1 996 000	-	-	2 437 500	-
Prestações de serviços e concessões	14 847 641	19 842 496	24 691 954	10 719 854	10 553 401
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	2 715 247	2 715 247	2 715 247	2 715 247	2 715 247
Varição nos inventários da produção	-1 320 016	0	0	0	0
Fornecimentos e serviços externos	-15 116 789	-19 595 840	-24 158 142	-10 124 553	-9 407 997
Gastos com o pessoal	-2 156 108	-2 220 791	-2 287 414	-2 356 036	-2 426 717
Outros rendimentos e ganhos	682 993	783 694	856 648	867 562	878 721
Outros gastos e perdas	-231 152	-236 660	-242 333	-248 177	-254 196
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1 417 816	1 288 146	1 575 960	4 011 397	2 058 459
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-532 294	-670 265	-720 882	-720 882	-720 882
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	885 522	617 881	855 078	3 290 515	1 337 577
Juros e rendimentos similares obtidos	100	100	100	100	100
Juros e gastos similares suportados	-204 377	-186 841	-178 749	-166 760	-153 009
Resultado antes de impostos	681 245	431 140	676 429	3 123 855	1 184 668
Imposto sobre o rendimento do período	-156 096	-89 511	-150 633	-676 830	-259 905
Resultado líquido do período	525 149	341 629	525 796	2 447 025	924 763

A  
u

### 3. Compromissos Plurianuais

1. A Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A., (Porto Vivo, SRU) é uma empresa local de natureza municipal, integralmente detida pelo Município do Porto, que se rege pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação;
2. A Assembleia Municipal do Porto, sob proposta da Câmara Municipal, por deliberação de 8 de julho de 2019, designou a Porto Vivo, SRU, como entidade gestora das Operações de Reabilitação Urbana do Centro Histórico do Porto e de Campanhã – Estação, por deliberação de 14 de outubro de 2019, como entidade gestora da Operação de Reabilitação Urbana de Corujeira, por deliberação de 15 de abril de 2024, como entidade gestora da Operação de Reabilitação Urbana de Azevedo e por deliberação de 5 de maio de 2025, como entidade gestora da Operação de Reabilitação Urbana de Lordelo do Ouro;
3. Para dar execução ao documento estratégico do Quarteirão de Carlos Alberto, foi deliberada a reabilitação da parcela 6 do referido quarteirão, implicando, desta forma, a aquisição de serviços e a contratação da empreitada de obra pública, cuja contratualização e integral execução já tinha sido autorizada, procedendo-se à sua recalendarização;
4. Após um levantamento exaustivo dos imóveis municipais foram identificados aqueles que, pela sua natureza, proximidade e escala potenciavam o desenvolvimento de projetos de arrendamento a custos acessíveis;
5. A integração no capital social da empresa desses imóveis permitiu desenvolver estudos que promovessem a dinamização das necessárias operações de reabilitação urbana através de modelos de financiamento otimizados;
6. Neste sentido, foram identificados aqueles que necessitam de ser reabilitados e reúnem as condições para serem afetos ao regime de arrendamento a custos controlados, sendo elegíveis para apresentação de candidaturas ao abrigo do PRR;
7. Os imóveis que integraram o capital da Porto Vivo, SRU, em setembro de 2021, e que foram objeto de candidaturas ao Programa de Recuperação e Resiliência são os seguintes:
  - Travessa Senhora da Lapa n.º 16, 18 e 22;
  - Rua da Glória n.º 71 e 77;
  - Rua do Heroísmo n.º 70 e 72;
  - Rua do Heroísmo n.º 183 a 193;
  - Rua Antero de Quental, n.º 225.
8. Para estes imóveis, a aquisição de serviços e a contratação da empreitada de obra pública e integral execução já tinha sido autorizada, procedendo-se agora à sua recalendarização.

9. Tendo em vista a aquisição de serviços, a contratação das respetivas empreitadas e as despesas com arrendamento temporário, foi programado o investimento, de acordo com o documento em anexo;
10. Prevê-se também a reabilitação dos imóveis sitos na Avenida Vimara Peres n.º 21 e 23 e 25 e 27 (Unidade de Intervenção de Santa Clara), tendo em vista a sua reabilitação para ser afeta ao regime de arrendamento a custos controlados, encontrando-se devidamente programado o investimento a realizar, no que respeita a aquisição de serviços e empreitadas, procedendo-se à recalendarização dos trabalhos;
11. No que respeita aos imóveis adquiridos ao abrigo do PRR tendo em vista a sua reabilitação, constam os seguintes projetos, cuja aquisição de serviços e a contratação da empreitada de obra pública e integral execução já tinha sido autorizada, procedendo-se à sua recalendarização:  
Ilha das Antas, n.º 224.
12. O imóvel sito na Rua do Souto n.º 2 e 4 e Rua dos Pelames, n.º 3 e 5 adquirido ao abrigo do PRR será emparcelado com o imóvel sito na Rua dos Pelames, n.º 9 e 11 e Rua do Souto, n.º 10 e 12 propriedade da Porto Vivo, SRU, tendo em vista a sua reabilitação. A aquisição de serviços de Sondagens Arqueológicas, Coordenação e Segurança de Obra, Fiscalização e Empreitada serão recalendarizadas.
13. A 2 de agosto de 2022 foi celebrado o Contrato de Mandato Administrativo entre a Câmara Municipal do Porto e a Porto Vivo, SRU, que vigorará até dezembro de 2026. O referido Contrato teve quatro aditamentos;
14. Este contrato e respetivos aditamentos tiveram como objetivo dotar a Porto Vivo, SRU dos meios financeiros necessários para a externalização da atividade de reabilitação e conservação dos edifícios identificados nos respetivos anexos, bem como as demais despesas inerentes e necessárias aí previstas, destinados a habitação a custos acessíveis, com a possibilidade de recorrer a programas como o PRR;
15. A publicação do Aviso RE-CO2-i01/2021 abriu a possibilidade de candidaturas a financiamento para a reabilitação urbana de imóveis destinados à habitação acessível;
16. A Porto Vivo, SRU apresentou, ao abrigo do referido Aviso, candidaturas para parte dos imóveis discriminados no Anexo III e respetivas atualizações ao Contrato de Mandato Administrativo, designadamente, dos que careciam de reabilitação, e que se adequam aos limites para o regime de arrendamento a aplicar aos mesmos, definido no Programa do 1.º Direito;
17. No sentido de executar a posição que a Porto Vivo, SRU assumiu no Acordo de Financiamento celebrado com o IHRU, I.P., no âmbito do 1.º Direito-Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, para promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não têm capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada, a Porto Vivo, SRU terá de efetuar contratações de serviços com carácter plurianual;



18. Acresce que, tendo em consideração o trabalho até então desenvolvido, a Porto Vivo, SRU adquiriu por via do direito privado e prevê adquirir por recurso a expropriação e reabilitar habitações pertencentes a seis ilhas entre a Rua Vera Cruz e a Rua do Lourenço, cujos procedimentos de contratação associados à sua execução se iniciaram em 2022, e se encontram programados quanto a projetos de arquitetura e especialidades, aquisição de serviços, empreitadas e despesas com arrendamento temporário;
19. Finalmente, para suportar a sua atividade corrente, a Porto Vivo, SRU, tem necessidade de efetuar a aquisição de bens e serviços, indispensáveis ao seu funcionamento, com efeitos económicos e financeiros em mais do que um ano económico, cuja estimativa de valores vai indicada também na tabela seguinte;
20. Todos os vínculos contratuais supramencionados têm uma natureza plurianual, e, por isso, implicam compromissos que constituem a obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, ou em ano distinto que não seja o da abertura do respetivo procedimento;
21. Todos estes compromissos a assumir pela Porto Vivo, SRU foram devidamente enquadrados e suportados nos Instrumentos de Gestão Previsional da empresa, com projeção plurianual (2026/2030), instrumentos esses que, por sua vez, estão, também eles, harmonizados e constituem, aliás, uma decorrência do Orçamento e das Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal do Porto;

Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, compete à Assembleia Municipal autorizar a assunção de compromissos plurianuais pelas entidades da administração local, categoria na qual se integram as empresas locais.

Handwritten signature and number 4.

Tabela 13: Compromissos Plurianuais


Designação									Valor
Objeto do Compromisso	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	Total (A)
A. Despesas Correntes									
A1. Funcionamento Corrente da Sociedade									
A1.1. Serviços de Design Gráfico		12 000 €	12 360 €	12 731 €	13 113 €				50 204 €
A1.2. Aquisição de Combustíveis		11 709 €	12 060 €	12 422 €	12 795 €				48 986 €
A1.3. Subscrição de Licenças		54 211 €	55 837 €	57 512 €	59 238 €				226 799 €
A1.4. Serviços de Fornecimento de Energia		20 122 €	20 726 €	21 347 €	21 988 €				84 183 €
A1.5. Serviços de Fornecimento de Água		11 000 €	11 330 €	11 670 €	12 020 €				46 020 €
A1.6. Serviços de Higiene e Limpeza		25 560 €	26 327 €	27 117 €	27 930 €				106 934 €
A1.7. Serviços de Manutenção e Reparação de Elevadores		13 200 €	13 596 €	14 004 €	14 424 €				55 224 €
A1.8. Serviços de Manutenção e Conservação de Imóveis		201 790 €	207 844 €	214 079 €	220 501 €				844 214 €
A1.9. Arrendamento de Espaços (inclui Programa Porto com Sentido)		3 667 648 €	5 316 809 €	7 296 685 €	7 662 799 €	7 855 188 €	8 052 410 €	8 254 590 €	39 851 539 €
A1.10. Renting de Hardware		45 447 €	46 810 €	48 215 €	49 661 €				190 133 €
A1.11. Serviços de Reformulação Infraestrutura Passiva/comunicações e Net		40 000 €	41 200 €	42 436 €	43 709 €				167 345 €
A1.12. Serviços de Comunicações Móveis		4 167 €	4 292 €	4 421 €	4 553 €				17 433 €
A1.13. Serviços Postais		9 000 €	9 270 €	9 548 €	9 835 €				37 653 €
A1.14. Renting de Viaturas		48 901 €	50 368 €	51 879 €	53 435 €				204 584 €
A1.15. Serviços de Assessoria Jurídica e Patrocínio Juridiciário		54 007 €	55 627 €	57 296 €	59 015 €				225 945 €
A1.16. Consultoria em Serviços de Contabilidade e Fiscal		10 570 €	10 887 €	11 214 €	11 550 €				44 221 €
A1.17. Serviços de elaboração de projeto de loteamento para a Requalificação da Avenida D. Afonso Henriques	135 000 €	165 000 €							300 000 €
A1.18. Serviços de Avaliação de Imóveis		10 000 €	10 300 €	10 609 €	10 927 €				41 836 €
A1.19. Serviços de Engenharia na Área de Gestão de Projetos		24 600 €	25 338 €	26 098 €	26 881 €				102 917 €
A1.20. Serviços de Consultoria para o Gabinete 1.º Direito		40 000 €	41 200 €	42 436 €	43 709 €				167 345 €
A1.21. Serviços de Assistência Técnica para Software Informático		61 880 €	63 736 €	65 648 €	67 618 €				258 883 €
A1.22. Serviços de Reorganização e Qualificação do Site		19 683 €	20 273 €	20 882 €	21 508 €				82 346 €
A1.23. Serviços de Mudanças e Transporte		1 220 €	1 257 €	1 294 €	1 333 €				5 104 €
A1.24. Serviços de Desenvolvimento em Software Informático		20 800 €	21 424 €	22 067 €	22 729 €				87 019 €
A1.25. Serviços de Medicina e Saúde no Trabalho		4 500 €	4 635 €	4 774 €	4 917 €				18 826 €
A1.26. Serviços de Disponibilização de Bebidas		7 748 €	7 980 €	8 220 €	8 466 €				32 415 €
A2. Contrato de Mandato Administrativo									
A2.1. Empreitadas		9 306 037 €	11 922 052 €	14 695 450 €	880 000 €				36 803 539 €
A2.2. Projetos		125 172 €	118 874 €	33 527 €					269 573 €
A2.3. Coordenação, Fiscalização e Segurança de Obra		280 239 €	445 100 €	305 101 €	30 000 €				1 060 440 €
A2.4. Sondagens Arqueológicas		35 062 €	10 450 €						45 512 €
A2.5. Outros Trabalhos Especializados		146 267 €	118 873 €	183 503 €	30 000 €				478 644 €
A2.6. Arrendamento de Espaços		57 509 €	97 142 €	60 000 €	60 000 €				274 651 €
Total (A)		11 535 030 €	18 799 200 €	25 572 185 €	14 861 636 €	7 855 188 €	8 052 410 €	8 254 590 €	42 590 364 €
B. Despesas de Capital									
B1. Parcela 6 do Quarteirão Carlos Alberto									
B1.1. Empreitada		320 925 €							320 925 €
B1.2. Serviços de Fiscalização e Coordenação e Segurança de Obra		33 335 €	5 600 €						38 935 €
B2. Unidade de Intervenção da Lomba									
B2.1. Empreitada		3 522 716 €	1 238 154 €						4 760 870 €
B2.2. Projetos		14 422 €	5 607 €						20 029 €
B2.2. Serviços de Fiscalização e Coordenação e Segurança de Obra		62 720 €	17 920 €						80 640 €
B2.3. Arrendamento de Espaços		120 916 €	31 400 €						152 316 €
B3. Unidades Patrimoniais									
B31. Edifícios da Senhora da Lapa e Heroísmo									
B31.1. Empreitada		981 443,00 €	175 450 €						1 156 893 €
B31.2. Projetos		5 103 €	744 €						5 847 €
B31.3. Serviços de Fiscalização e Coordenação e Segurança de Obra		41 480 €	2 700 €						44 180 €
B31.4. Arrendamento de Espaços		8 000 €							8 000 €
B32. Edifício da Heroísmo, 185									
B32.1. Empreitada		682 000 €	275 392 €						957 392 €
B32.2. Projetos		2 928 €	3 660 €						6 588 €
B32.3. Serviços de Fiscalização e Coordenação e Segurança de Obra		40 000 €	14 000 €						54 000 €
B32.4. Arrendamento de Espaços		4 800 €	4 498 €						9 298 €
B34. Edifícios da Rua Antero de Quental									
B34.1. Empreitada			835 539 €	846 361 €					1 681 900 €
B34.2. Projetos	48 851 €		6 355 €	1 816 €					57 022 €
B34.3. Serviços de Fiscalização e Coordenação e Segurança de Obra			21 000 €	14 000 €					35 000 €
B4. Unidade de Intervenção de Santa Clara									
B4.1. Empreitada			220 000 €	506 000 €					726 000 €
B4.2. Projetos	12 541 €		6 968 €	1 072 €					20 581 €
B4.3. Serviços de Fiscalização e Coordenação e Segurança de Obra			22 500 €	22 500 €					45 000 €
B4.4. Sondagens Arqueológicas			8 000 €	2 000 €					10 000 €
B5. Ilha das Antas									
B5.1. Empreitada			531 916 €	73 084 €					605 000 €
B5.2. Projetos	2 146 €		3 612 €	1 032 €					6 790 €
B5.3. Serviços de Fiscalização e Coordenação e Segurança de Obra			21 000 €	5 250 €					26 250 €
B5.4. Arrendamento de Espaços	15 688 €		12 139 €	6 070 €					33 897 €
B6. Operação I do Programa de Realojamento Definitivo do Morro da Sé									
B6.1. Empreitada			1 161 600 €	290 400 €					1 452 000 €
B6.2. Projetos	17 998 €		1 725 €	110 €					19 833 €
B6.3. Serviços de Fiscalização e Coordenação e Segurança de Obra			32 472 €	10 185 €					42 657 €
B6.4. Sondagens Arqueológicas			10 000 €						10 000 €
Total (B)		5 938 017 €	5 669 951 €	1 779 080 €	1 317 145 €	9 185 188 €	8 052 410 €	8 254 590 €	22 537 371 €
Total (C) = (A)+(B)		17 473 047 €	24 469 151 €	27 351 265 €	16 178 781 €	17 040 376 €	16 104 820 €	16 509 180 €	65 127 735 €



2

O presente documento, foi aprovado pelo Conselho de Administração em 11 de dezembro de 2025.

O Conselho de Administração



Raquel Maia

Vice-Presidente do Conselho de Administração



Miguel Gomes

Vogal do Conselho de Administração







## V. PARECER DO FISCAL ÚNICO



**Parecer do Fiscal Único**  
**relativo aos Instrumentos de Gestão Previsional 2026-2030 da**  
**Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A.**

**Introdução**

Conforme previsto na alínea j) do n.º 6 do artigo 25.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e na alínea j) do artigo 20.º dos Estatutos da Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A (adiante designada por Porto Vivo SRU), procedemos, na qualidade de Fiscal Único desta Sociedade, à apreciação dos Instrumentos de Gestão Previsional 2026-2030, que compreendem o Plano de Atividades, as Demonstrações Orçamentais Previsionais, o Plano Plurianual de Investimentos e as Demonstrações Financeiras Previsionais.

**Responsabilidades**

É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pelo artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo parecer.

**Âmbito**

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva e nas demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e consistiu:

- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
  - a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
  - a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
  - a adequação da apresentação da informação previsional.
- b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.



Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre os instrumentos de gestão previsional.

### **Parecer**

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base aceitável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião, as demonstrações financeiras prospetivas estão devidamente preparadas com base nos pressupostos e apresentadas numa base consistente com as políticas contabilísticas normalmente adotadas pela Entidade, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas adotado em Portugal.

Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

### **Ênfases**

Sem afetar o parecer expresso no capítulo anterior, chamamos a atenção para os seguintes factos:

1. O modelo de projeções financeiras que suporta os Instrumentos de Gestão Previsional em apreciação tem por base previsões para o período findo em 31 de dezembro de 2025, cuja execução poderá ter impacto ao nível da receita e despesa estimada, na situação patrimonial e nos resultados das operações projetados para 2026.
2. Conforme descrito no orçamento em análise, o financiamento das atividades previstas para o período 2026-2030, designadamente no que respeita aos investimentos em reabilitação urbana, dependerá, essencialmente, da concretização das transferências a receber no âmbito das candidaturas já submetidas e ainda a submeter ao Programa 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência, estimadas em cerca de 3,3 milhões de euros para 2026.
3. Adicionalmente, a atividade prevista ficará igualmente condicionada pela arrecadação de receitas no âmbito do Contrato Programa e do Contrato de Mandato a vigorar com o Município do Porto, assim como da venda de bens, num total estimado de receitas de 18,7 milhões de euros, que não se encontram asseguradas.

Porto, 11 de dezembro de 2025

ANTONIO  
MONTEIRO DE  
MAGALHAES

Assinado de forma  
digital por ANTONIO  
MONTEIRO DE  
MAGALHAES  
Dados: 2025.12.11  
15:08:29 Z

António Magalhães & Carlos Santos - SROC  
representada por António Monteiro de Magalhães - ROC n.º 179







## VI. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO



## Plano Plurianual de Investimento

Exercício: 2026

Lançamento: V2

Fase Execução:

Objetivo	Número do Projeto / Classif. Orçamental (Org., Fonte, Cl.Econ.)	Designação	Forma de Realiz.	Fontes de Financiamento				Datas		Fase de Execução	Pagamentos								
				RG	RP	UE	EMPR	ND	Início		Fim		Estimativa de Realização do Período t-1	Ano t	Ano t+1	Ano t+2	Ano t+3	Ano t+4	Outros
10.	FRANCOS  011442106020302 011513106030302 011442107010201 011442107010201 011513107010201	Reabilitação do edifício da Rua de Francos									423 649,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		Reabilitação do edifício sito na Rua de Francos	E		100,00			20/10/2022	31/12/2026	0	423 649,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		N/A pago								0	23 266,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		N/A pago								0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		Construção	A							0	12 648,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		Construção	E							0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
11	ANTAS  011442106020302 011711106020302 011442107010201 011442107010201 011711107010201 011711107010201	Aquisição e Reabilitação do Edifício da Rua Campo Alegre									387 774,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		Reabilitação da ilha sita na Rua das Antas			50,20	49,80		01/02/2023	31/12/2026		30 214,37	0,00	612 393,00	97 257,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		N/A pago	N							0	0,00	0,00	14 077,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		N/A pago	E							0	0,00	0,00	17 838,00	4 236,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		Construção	A							0	30 214,37	0,00	44 670,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		Construção	E							0	0,00	0,00	234 617,00	47 187,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
12	AQUISICÕES_PRR  011442107010202 011513107010202	Aquisição de Imóveis no âmbito do PRR									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		Aquisição da fração a financiar pelo PRR						20/10/2022	31/12/2026		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		Aquisição	A							0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		Aquisição	A							0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		Aquisição e Reabilitação do Prédio Rua Nove de Abril, n.º 628 e 632									292 420,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		Reabilitação do prédio sito na Rua Nove de Abril, n.º 628 e 632	E		7,82	92,18		17/05/2023	31/12/2026	0	292 420,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
13	9 DE ABRIL  011442106020302 011513106030302 011442107010201 011442107010201 011513107010201	N/A pago									15 942,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		N/A pago	E							0	2 216,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		Construção	A							0	8 186,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		Construção	E							0	266 044,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		Construção	E							0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		Construção	N							0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
14	011513107010201	Aquisição e Reabilitação do prédio sito na Rua Matias de Albuquerque									571 732,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
												0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	





Plano Plurianual de Investimento

Exercício: 2026

Lançamento: V2

Fase Execução:

Objetivo	Número do Projeto / Classif. Orçamental (Org., Fonte, Cl.Econ.)	Designação	Forma de Realiz.	Fontes de Financiamento					Datas		Fase de Execução	Pagamentos								
				RG	RP	UE	EMPR	ND	Início	Fim		Realizado em Períodos Anteriores	Estimativa de Realização do Período t-1	Períodos Seguintes						
														Ano t	Ano t+1	Ano t+2	Ano t+3	Ano t+4	Outros	
14	MATIAS  011442106020302 011513106020302 011442107010201 011442107010201 011513107010201 011513107010201	Reabilitação do edifício sito na Rua de Matias de Albuquerque, n.º 283  IVA pago  IVA pago  Construção  Construção  Construção  Construção  Souto de Contarim	E  E  A  E  E  N		100,00				17/05/2023	31/12/2026		571 732,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
17	ILHA_CONTUMIL  011442106020302 011442107010201 011442107010201 011442107010202 011513107010202	Reabilitação da Ilha Souto de Contumil  IVA pago  Construção  Construção  Aquisição  Aquisição  Aquisição e Reabilitação da Ilha da Bouça	E  E  O  N  N					11/04/2024	31/12/2028		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
18	ILHA_BOUÇA  011442106020302 011442107010201 011442107010201 011442107010202 011513107010202	Reabilitação da Ilha da Bouça  IVA pago  Construção  Construção  Aquisição  Aquisição  Objetivo 3	E  E  O  N  N					11/04/2024	31/12/2028		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3		Execução do Programa de Realinhamento Definitivo de Muro da S4										20 412,46	0,00	1 296 114,00	326 637,20	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.	PELAMIES  011442106020302 011711106020302 011442107010201 011442107010201 011711107010201 011711107010201	Operação 1 do Muro da S4  IVA pago  IVA pago  Construção  Construção  Construção  Construção  Objetivo 4	E  E  E  O  A  E		46,47	53,53		26/01/2024	31/12/2026		0	0,00	0,00	0,00	1 296 114,00	326 637,20	0,00	0,00	0,00	0,00
4												20 412,46	0,00	33 061,00	9 477,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.		Reabilitação do Quarteirão Carlos Alberto										0,00	0,00	31 757,00	9 336,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
												0,00	0,00	621 888,00	155 472,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
												0,00	0,00	7 611,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	



Plano Plurianual de Investimento

Exercício: 2026

Lançamento:

Fase Execução:

V2

Objetivo	Número do Projeto / Classif. Orçamental (Org., Fonte, Cl.Econ.)	Designação	Forma de Realiz.	Fontes de Financiamento				Datas		Fase de Execução	Pagamentos								
				RG	RP	UE	EMPR	ND	Início		Fim	Realizado em Períodos Anteriores	Estimativa de Realização do Período t-1	Períodos Seguintes					
														Ano t	Ano t+1	Ano t+2	Ano t+3	Ano t+4	Outros
4	CA_6 011513107010201	Reabilitação da parcela 6 do Quartelão Carlos Alberto Construção	O	100,00					07/10/2020	31/12/2026	0	0,00	7 011,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
5		Reabilitação do Edifício da Zona da Lomba										1 280 617,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	LUAS_LONBA	Reabilitação do Edifício da Zona da Lomba		2,43	97,57				01/01/2022	31/12/2026		1 280 617,32	0,00	1 421 984,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0115131020203	Conservação de bens	E								0	0,00	87 537,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0115131020214	Estudos, pareceres, projectos e consultoria	A								0	204,01	488,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0115131020220	Doutos trabalhos especializados	A								0	106,34	5 037,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	011442106020302	IVA pago	E								0	72 470,21	69 038,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	011513106020302	IVA pago	A								0	0,00	5 252,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	011442107010201	Construção	A								0	0,00	104 015,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	011442107010201	Construção	E								0	1 207 836,76	1 150 617,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
6		Reabilitação das Unidades Patrimoniais										877 650,33	0,00	3 462 965,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	ANTERO DE QUINTAL	Reabilitação do imóvel sito em Antero de Quintal			96,33	3,67			15/06/2023	31/12/2027		53 163,06	0,00	925 489,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	011442106020302	IVA pago	N								0	0,00	25 473,00	25 626,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	011711106020302	IVA pago	N								0	0,00	24 660,00	25 156,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	011442107010201	Construção	A								0	53 163,06	0,00	16 983,00	12 930,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	011442107010202	Construção	E								0	0,00	424 554,00	427 091,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	011711107010201	Construção	A								0	0,00	22 814,00	12 883,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	011711107010201	Construção	N								0	0,00	419 985,00	419 270,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	MOZUINHO	Reabilitação do imóvel sito na Rua Mozuinho da Silveira							20/10/2022	31/12/2028		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	011513106020302	IVA pago	A								0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	011513107010201	Construção	A								0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	SNH_LAPA	Reabilitação dos prédios situos na Rua Senhora da Lapa, 32 e 60			93,06	6,94			01/02/2023	31/12/2026		0,00	2 001 380,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	011711106020302	IVA pago	A								0	0,00	306 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	011513107010201	Construção	A								0	0,00	1 862 330,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	011711107010201	Construção	A								0	0,00	32 350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	UP_HER	Reabilitação do edifício sito na Rua do Heróismo 185			100,00				20/10/2022	31/12/2026		25 575,39	327 093,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	011442106020302	IVA pago	E								0	0,00	16 524,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	011442107010201	Construção	A								0	25 575,39	35 137,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	011442107010201	Construção	E								0	0,00	275 392,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	UP_LAP_HER	Unidades Patrimoniais Lapa e Heróismo			100,00				28/06/2022	28/06/2026		798 911,88	208 663,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	011442106020302	IVA pago	E								0	33 621,60	10 521,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Handwritten signature and mark.



Plano Plurianual de Investimento

Exercício: 2026

Lançamento:

Fase Execução:

Objetivo	Número do Projeto / Classif. Orçamental (Org., Fonte, Cl.Econ.)	Designação	Forma de Realiz.	Fontes de Financiamento					Datas		Fase de Execução	Pagamentos									
				RG	RP	UE	EMPR	ND	Início	Fim		Realizado em Períodos Anteriores	Estimativa de Realização do Período t-1	Períodos Seguintes							
														Ano t	Ano t+1	Ano t+2	Ano t+3	Ano t+4	Outros		
6	011442107010001 011442107010001	Construção Construção	A E								0 0	78 478,81 666 811,47	0,00 0,00	0,00 0,00	22 686,00 175 450,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	
7		Reabilitação da Unidade de Intervenção de Santa Clara										0,00	0,00	0,00	337 518,00	573 963,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	SANTA CLARA	Unidade de Intervenção de Santa Clara			24,89	75,11			19/10/2022	19/10/2026		0,00	0,00	0,00	337 518,00	573 963,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	011711106020302	RVA Lago	A								0	0,00	0,00	0,00	13 200,00	30 360,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	011442107010001	Construção	A								0	0,00	0,00	0,00	82 163,00	139 720,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	011711107010001	Construção	A								0	0,00	0,00	0,00	190 072,00	403 883,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	011711107010002	Aquecimento	A								0	0,00	0,00	0,00	52 083,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total												3 696 756,53	0,00	0,00	7 137 385,00	1 928 603,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

O Contabilista Público,

O Órgão de Gestão,

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_







## VII. ORÇAMENTO DE RECEITAS E DESPESAS



## Orçamento - Receita

Exercício: 2026

Lançamento: 000 - Actual

Valores em EUR

Orgânica	F. Fin.	Económica	Descrição	Valor	Total
Receitas Correntes					
01	442	06	Transferências correntes		3,261.00
01	442	0606	Segurança social		3,261.00
01	442	060603	Financiamento comunitário em projectos co-financi...	3,261.00	3,261.00
Total das Receitas Correntes					3,261.00
Receitas de Capital					
01	442	10	Transferências de capital		3,304,134.00
01	442	1003	Administração central		3,304,134.00
01	442	100301	Estado		3,304,134.00
01	442	10030199	Outras	3,304,134.00	3,304,134.00
Total das Receitas de Capital					3,304,134.00
Total F. Fin. 442					3,307,395.00
Receitas Correntes					
01	513	02	Impostos indirectos		558,363.00
01	513	0201	Sobre o consumo		558,363.00
01	513	020102	Imposto sobre valor acrescentado (IVA)	558,363.00	558,363.00
01	513	05	Rendimentos de propriedade		1,146,612.00
01	513	0502	Juros - Sociedades Financeiras		100.00
01	513	050201	Bancos e outras instituições bancárias	100.00	100.00
01	513	0510	Rendas		1,146,512.00
01	513	051003	Habitacões	730,102.00	730,102.00
01	513	051004	Edifícios	37,265.00	37,265.00
01	513	051099	Outros	379,145.00	379,145.00
01	513	07	Venda de bens e serviços correntes		14,117,639.00
01	513	0702	Serviços		12,235,337.00
01	513	070202	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria		12,235,337.00
01	513	07020201	Contrato Mandato	10,085,237.00	10,085,237.00
01	513	07020202	Porto com Sentido	2,150,000.00	2,150,000.00
01	513	07020203	Outros Serviços	100.00	100.00
01	513	0703	Rendas		1,882,302.00
01	513	070301	Habitacões		1,882,302.00
01	513	07030101	Rendas - Porto com Sentido	1,367,756.00	1,367,756.00
01	513	07030102	Rendas- GPV	514,546.00	514,546.00
01	513	08	Outras receitas correntes		129,189.00
01	513	0801	Outras		129,189.00
01	513	080101	Prémios, taxas por garantia de risco e diferenças de ...	100.00	100.00
01	513	080199	Outras		129,089.00
01	513	08019999	Diversas	129,089.00	129,089.00
Total das Receitas Correntes					15,951,803.00
Receitas de Capital					
01	513	09	Venda de bens de investimento		1,937,430.00
01	513	0903	Edifícios		1,937,330.00
01	513	090310	Famílias	1,937,330.00	1,937,330.00
01	513	0904	Outros bens de investimento		100.00
01	513	090410	Famílias		100.00
01	513	09041003	Outros	100.00	100.00
01	513	11	Ativos financeiros		
01	513	1102	Títulos a curto prazo		
01	513	110203	Administração Pública - Administração central - Esta...		
01	513	13	Outras receitas de capital		8,966.00
01	513	1301	Outras		8,966.00
01	513	130101	Indemnizações	8,966.00	8,966.00
01	513	15	Reposições não abatidas nos pagamentos		162,258.00





## Orçamento - Receita

Exercício: 2026

Lançamento: 000 Actual

Valores em EUR

Orgânica	F. Fin.	Económica	Descrição	Valor	Total
Receitas de Capital					
01	513	1501	Reposições não abatidas nos pagamentos		162,258.00
01	513	150101	Reposições não abatidas nos pagamentos	162,258.00	162,258.00
Total das Receitas de Capital					2,108,654.00
Total F. Fin. 513					18,060,457.00
Receitas Correntes					
01	540	06	Transferências correntes		2,715,247.00
01	540	0605	Administração local		2,715,247.00
01	540	060501	Continente		2,715,247.00
01	540	06050101	Municípios	2,715,247.00	2,715,247.00
Total das Receitas Correntes					2,715,247.00
Total F. Fin. 540					2,715,247.00
Receitas de Capital					
01	711	12	Passivos financeiros		1,865,596.00
01	711	1205	Empréstimos a curto prazo		1,865,596.00
01	711	120506	Administração Pública - Administração local - Contin...	1,865,596.00	1,865,596.00
Total das Receitas de Capital					1,865,596.00
Total F. Fin. 711					1,865,596.00
Total Orgânica 01					25,948,695.00
Total Orçamento					25,948,695.00

O Responsável

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

O Conselho de Administração

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_



## Orçamento - Despesa

Exercício: 2026

Lançamento: 000 - Actual

Valores em EUR

Orgânica	F. Fin.	Económica	Descrição	Valor	Total
Despesas Correntes					
01	442	04	Transferências correntes		3,261.00
01	442	0406	Segurança social		3,261.00
01	442	040602	Outras transferências		3,261.00
01	442	04060203	Estágios Profissionais	3,261.00	3,261.00
01	442	06	Outras despesas correntes		165,077.00
01	442	0602	Diversas		165,077.00
01	442	060203	Outras		165,077.00
01	442	06020302	IVA pago	165,077.00	165,077.00
Total das Despesas Correntes					168,338.00
Despesas de Capital					
01	442	07	Aquisição de bens de capital		3,139,057.00
01	442	0701	Investimentos		3,139,057.00
01	442	070102	Habitções		3,139,057.00
01	442	07010201	Construção	3,139,057.00	3,139,057.00
Total das Despesas de Capital					3,139,057.00
Total F. Fin. 442					3,307,395.00
Despesas Correntes					
01	513	01	Despesas com o pessoal		676,293.00
01	513	0101	Remunerações certas e permanentes		595,931.00
01	513	010102	Órgãos sociais	16,291.00	16,291.00
01	513	010103	Pessoal dos quadros — Regime de função pública		120,454.00
01	513	01010301	Pessoal em funções	120,454.00	120,454.00
01	513	010104	Pessoal dos quadros - Regime de contrato individual...		341,604.00
01	513	01010401	Pessoal em funções	341,604.00	341,604.00
01	513	010106	Pessoal contratado a termo		7,924.00
01	513	01010601	Pessoal em funções	5,244.00	5,244.00
01	513	01010604	Recrutamento de Pessoal para novos postos de trab...	2,680.00	2,680.00
01	513	010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	7,720.00	7,720.00
01	513	010111	Representação	5,286.00	5,286.00
01	513	010113	Subsídio de refeição	10,499.00	10,499.00
01	513	010114	Subsídios de férias e de Natal	86,138.00	86,138.00
01	513	010115	Remunerações por doença e maternidade/paternid...	15.00	15.00
01	513	0102	Abonos variáveis ou eventuais		1,802.00
01	513	010202	Horas extraordinárias	298.00	298.00
01	513	010204	Ajudas de custo	1,191.00	1,191.00
01	513	010205	Abono para falhas	283.00	283.00
01	513	010212	Indemnizações por cessação de funções	15.00	15.00
01	513	010213	Outros suplementos e prémios		15.00
01	513	01021301	Prémios de desempenho	15.00	15.00
01	513	0103	Segurança social		78,560.00
01	513	010301	Encargos com a saúde	2,531.00	2,531.00
01	513	010305	Contribuições para a segurança social		67,470.00
01	513	01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos (AD ...	15.00	15.00
01	513	01030502	Segurança social do pessoal em RCTFP		67,455.00
01	513	0103050201	Caixa Geral de Aposentações	26,145.00	26,145.00
01	513	0103050202	Segurança social - Regime geral	41,310.00	41,310.00
01	513	010309	Seguros		8,559.00
01	513	01030901	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissi...	2,453.00	2,453.00
01	513	01030902	Seguros de saúde	6,106.00	6,106.00
01	513	02	Aquisição de bens e serviços		14,182,450.00
01	513	0201	Aquisição de bens		16,038.00
01	513	020102	Combustíveis e lubrificantes		2,144.00
01	513	02010201	Gasolina	1,686.00	1,686.00
01	513	02010299	Outros	458.00	458.00



## Orçamento - Despesa

Exercício: 2026

Lançamento: 000 - Actual

Valores em EUR

Orgânica	F. Fin.	Económica	Descrição	Valor	Total
Despesas Correntes					
01	513	020104	Limpeza e higiene	166.00	166.00
01	513	020105	Alimentação - Refeições confeccionadas	624.00	624.00
01	513	020107	Vestuário e artigos pessoais	1,383.00	1,383.00
01	513	020108	Material de escritório	790.00	790.00
01	513	020110	Produtos vendidos nas farmácias	216.00	216.00
01	513	020115	Prémios, condecorações e ofertas	74.00	74.00
01	513	020117	Ferramentas e utensílios	91.00	91.00
01	513	020118	Livros e documentação técnica	292.00	292.00
01	513	020119	Artigos honoríficos e de decoração	447.00	447.00
01	513	020121	Outros bens	9,811.00	9,811.00
01	513	0202	Aquisição de serviços		14,166,412.00
01	513	020201	Encargos das instalações	77,857.00	77,857.00
01	513	020202	Limpeza e higiene	4,231.00	4,231.00
01	513	020203	Conservação de bens	9,573,581.00	9,573,581.00
01	513	020204	Locação de edifícios	3,625,648.00	3,625,648.00
01	513	020205	Locação de material de informática	8,325.00	8,325.00
01	513	020209	Comunicações	9,663.00	9,663.00
01	513	020210	Transportes	8,959.00	8,959.00
01	513	020211	Representação dos serviços	744.00	744.00
01	513	020212	Seguros	49,379.00	49,379.00
01	513	020213	Deslocações e estadas	2,897.00	2,897.00
01	513	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	170,321.00	170,321.00
01	513	020215	Formação	6,455.00	6,455.00
01	513	020216	Seminários, exposições e similares	6,535.00	6,535.00
01	513	020217	Publicidade	10,159.00	10,159.00
01	513	020219	Assistência técnica	3,727.00	3,727.00
01	513	020220	Outros trabalhos especializados	604,928.00	604,928.00
01	513	020221	Utilização de infra-estruturas de transportes	596.00	596.00
01	513	020222	Serviços de saúde	824.00	824.00
01	513	020225	Outros serviços	1,583.00	1,583.00
01	513	03	Juros e outros encargos		205,377.00
01	513	0301	Juros da dívida pública		194,213.00
01	513	030108	Administração Pública Local - Continente	194,213.00	194,213.00
01	513	0302	Outros encargos correntes da dívida pública		9,664.00
01	513	030201	Despesas diversas	9,664.00	9,664.00
01	513	0305	Outros juros		500.00
01	513	030502	Outros		500.00
01	513	03050202	Juros de Mora	500.00	500.00
01	513	0306	Outros encargos financeiros		1,000.00
01	513	030601	Outros encargos financeiros	1,000.00	1,000.00
01	513	04	Transferências correntes		4,604.00
01	513	0401	Sociedades e quase sociedades não financeiras		920.00
01	513	040102	Privadas	920.00	920.00
01	513	0406	Segurança social		3,684.00
01	513	040601	Sistemas de solidariedade e segurança social	1,192.00	1,192.00
01	513	040602	Outras transferências		2,492.00
01	513	04060203	Estágios Profissionais	2,492.00	2,492.00
01	513	06	Outras despesas correntes		769,642.00
01	513	0602	Diversas		769,642.00
01	513	060201	Impostos e taxas		197,569.00
01	513	06020101	Impostos e taxas pagos pela Autarquia		197,569.00
01	513	0602010199	Outras	197,569.00	197,569.00
01	513	060203	Outras		572,073.00
01	513	06020302	IVA pago	570,395.00	570,395.00
01	513	06020304	Serviços bancários	678.00	678.00
01	513	06020305	Outras	1,000.00	1,000.00
Total das Despesas Correntes					15,838,366.00





## Orçamento - Despesa

Exercício: 2026

Lançamento: 000 - Actual

Valores em EUR

Orgânica	F. Fin.	Económica	Descrição	Valor	Total
Despesas de Capital					
01	513	07	Aquisição de bens de capital		1,878,341.00
01	513	0701	Investimentos		1,878,341.00
01	513	070102	Habitacões		1,870,341.00
01	513	07010201	Construção	1,869,341.00	1,869,341.00
01	513	07010203	Reparação e beneficiação	1,000.00	1,000.00
01	513	070107	Equipamento de informática	3,000.00	3,000.00
01	513	070108	Software informático	1,000.00	1,000.00
01	513	070110	Equipamento básico		4,000.00
01	513	07011002	Outro	4,000.00	4,000.00
01	513	10	Passivos financeiros		343,750.00
01	513	1006	Empréstimos a médio e longo prazos		343,750.00
01	513	100608	Administração pública local - Continente	343,750.00	343,750.00
Total das Despesas de Capital					2,222,091.00
Total F. Fin. 513					18,060,457.00
Despesas Correntes					
01	540	01	Despesas com o pessoal		1,543,775.00
01	540	0101	Remunerações certas e permanentes		1,153,855.00
01	540	010102	Órgãos sociais	92,448.00	92,448.00
01	540	010103	Pessoal dos quadros — Regime de função pública		195,130.00
01	540	01010301	Pessoal em funções	195,130.00	195,130.00
01	540	010104	Pessoal dos quadros - Regime de contrato individual...		553,370.00
01	540	01010401	Pessoal em funções	553,370.00	553,370.00
01	540	010106	Pessoal contratado a termo		45,287.00
01	540	01010601	Pessoal em funções	29,976.00	29,976.00
01	540	01010604	Recrutamento de Pessoal para novos postos de trab...	15,311.00	15,311.00
01	540	010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	37,790.00	37,790.00
01	540	010111	Representação	30,204.00	30,204.00
01	540	010113	Subsídio de refeição	60,001.00	60,001.00
01	540	010114	Subsídios de férias e de Natal	139,540.00	139,540.00
01	540	010115	Remunerações por doença e maternidade/paternid...	85.00	85.00
01	540	0102	Abonos variáveis ou eventuais		10,297.00
01	540	010202	Horas extraordinárias	1,702.00	1,702.00
01	540	010204	Ajudas de custo	6,809.00	6,809.00
01	540	010205	Abono para falhas	1,616.00	1,616.00
01	540	010212	Indemnizações por cessação de funções	85.00	85.00
01	540	010213	Outros suplementos e prémios		85.00
01	540	01021301	Prémios de desempenho	85.00	85.00
01	540	0103	Segurança social		379,623.00
01	540	010301	Encargos com a saúde	14,469.00	14,469.00
01	540	010305	Contribuições para a segurança social		316,246.00
01	540	01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos (AD ...	85.00	85.00
01	540	01030502	Segurança social do pessoal em RCTFP		316,161.00
01	540	0103050201	Caixa Geral de Aposentações	80,092.00	80,092.00
01	540	0103050202	Segurança social - Regime geral	236,069.00	236,069.00
01	540	010309	Seguros		48,908.00
01	540	01030901	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissi...	14,014.00	14,014.00
01	540	01030902	Seguros de saúde	34,894.00	34,894.00
01	540	02	Aquisição de bens e serviços		1,152,280.00
01	540	0201	Aquisição de bens		96,789.00
01	540	020102	Combustíveis e lubrificantes		12,257.00
01	540	02010201	Gasolina	9,640.00	9,640.00
01	540	02010299	Outros	2,617.00	2,617.00
01	540	020104	Limpeza e higiene	949.00	949.00
01	540	020105	Alimentação - Refeições confeccionadas	3,566.00	3,566.00
01	540	020107	Vestuário e artigos pessoais	2,307.00	2,307.00
01	540	020108	Material de escritório	4,638.00	4,638.00



## Orçamento - Despesa

Exercício: 2026

Lançamento: 000 - Actual

Valores em EUR

Orgânica	F. Fin.	Económica	Descrição	Valor	Total
Despesas Correntes					
01	540	020110	Produtos vendidos nas farmácias	1,233.00	1,233.00
01	540	020115	Prémios, condecorações e ofertas	426.00	426.00
01	540	020117	Ferramentas e utensílios	524.00	524.00
01	540	020118	Livros e documentação técnica	1,676.00	1,676.00
01	540	020119	Artigos honoríficos e de decoração	2,553.00	2,553.00
01	540	020121	Outros bens	66,660.00	66,660.00
01	540	0202	Aquisição de serviços		1,055,491.00
01	540	020201	Encargos das instalações	59,138.00	59,138.00
01	540	020202	Limpeza e higiene	27,208.00	27,208.00
01	540	020203	Conservação de bens	52,224.00	52,224.00
01	540	020204	Locação de edifícios	99,509.00	99,509.00
01	540	020205	Locação de material de informática	47,575.00	47,575.00
01	540	020209	Comunicações	55,833.00	55,833.00
01	540	020210	Transportes	51,189.00	51,189.00
01	540	020211	Representação dos serviços	4,256.00	4,256.00
01	540	020212	Seguros	8,481.00	8,481.00
01	540	020213	Deslocações e estadas	22,703.00	22,703.00
01	540	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	347,675.00	347,675.00
01	540	020215	Formação	36,890.00	36,890.00
01	540	020216	Seminários, exposições e similares	43,495.00	43,495.00
01	540	020217	Publicidade	27,721.00	27,721.00
01	540	020219	Assistência técnica	72,586.00	72,586.00
01	540	020220	Outros trabalhos especializados	80,343.00	80,343.00
01	540	020221	Utilização de infra-estruturas de transportes	3,404.00	3,404.00
01	540	020222	Serviços de saúde	4,711.00	4,711.00
01	540	020225	Outros serviços	10,550.00	10,550.00
01	540	04	Transferências correntes		5,252.00
01	540	0401	Sociedades e quase sociedades não financeiras		5,252.00
01	540	040102	Privadas	5,252.00	5,252.00
01	540	06	Outras despesas correntes		13,940.00
01	540	0602	Diversas		13,940.00
01	540	060201	Impostos e taxas		5,990.00
01	540	06020101	Impostos e taxas pagos pela Autarquia		5,990.00
01	540	0602010199	Outras	5,990.00	5,990.00
01	540	060203	Outras		7,950.00
01	540	06020304	Serviços bancários	7,950.00	7,950.00
Total das Despesas Correntes					2,715,247.00
Total F. Fin. 540					2,715,247.00
Despesas Correntes					
01	711	06	Outras despesas correntes		202,456.00
01	711	0602	Diversas		202,456.00
01	711	060203	Outras		202,456.00
01	711	06020302	IVA pago	202,456.00	202,456.00
Total das Despesas Correntes					202,456.00
Despesas de Capital					
01	711	07	Aquisição de bens de capital		1,663,140.00
01	711	0701	Investimentos		1,663,140.00
01	711	070102	Habitacões		1,663,140.00
01	711	07010201	Construção	1,611,057.00	1,611,057.00
01	711	07010202	Aquisição	52,083.00	52,083.00
Total das Despesas de Capital					1,663,140.00
Total F. Fin. 711					1,865,596.00





*[Handwritten signature]*  
*u*

Orçamento - Despesa

Exercício:		2026				Valores em EUR	
Lançamento:		000 - Actual					
Orgânica	F. Fin.	Económica	Descrição		Valor	Total	
Total Orgânica 01						25,948,695.00	
Total Orçamento						25,948,695.00	

O Responsável

O Conselho de Administração

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_





STCP, EIM, SA

# Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG's) 2026-2030



Versão 28.out.25

31.out.25

Aprovado na Reunião de Conselho de Administração nº 41/25 de 28.out, ponto 1.2



1. Introdução .....	3
2. Plano de Atividade e Orçamento .....	4
<b>2.1 OFERTA, PASSAGEIROS E RECEITA AUTOCARRO E CARRO ELÉTRICO .....</b>	<b>4</b>
<b>3.2 PESSOAL .....</b>	<b>5</b>
<b>3.3 FROTA .....</b>	<b>5</b>
<b>3.4 RENDIMENTOS SEM COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>6</b>
<b>3.5 GASTOS .....</b>	<b>7</b>
4. Plano de Investimento .....	10
5. Compensações Financeiras dos Três Contratos .....	12
<b>5.1 COMPENSAÇÕES POR OBRIGAÇÕES DE SERVIÇO PÚBLICO (OSP) – CONTRATO RODOVIÁRIO .....</b>	<b>13</b>
<b>5.2 REPARTIÇÃO DE RESULTADOS – CONTRATO DO CARRO ELÉTRICO .....</b>	<b>14</b>
<b>5.3 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO– CONTRATO PROGRAMA MUSEU CARRO ELÉTRICO .....</b>	<b>14</b>
6. Demonstrações Financeiras .....	15
<b>6.1 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA .....</b>	<b>15</b>
<b>6.2 BALANÇO .....</b>	<b>16</b>
<b>6.3 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA .....</b>	<b>17</b>
7. Principais Riscos.....	18
8. Parecer do Fiscal Único.....	20

## 1. Introdução

O orçamento da STCP, EIM, SA para os anos de 2026 a 2030 (IPG 2026-2030), foi elaborado tendo por base as demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2025. Os valores considerados para o período de previsão refletem o melhor conhecimento existente na data de elaboração do orçamento 2026 a 2034, o do mês de julho de 2025.



## 2. Plano de Atividade e Orçamento

Pressuposto	Est 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029	Orç 2030
Taxa de Inflação	2,5%	2,2%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%

### 2.1 Oferta, Passageiros e Receita Autocarro e Carro Elétrico

Foi considerada a exploração do Metrobus da Rotunda da Boavista à Praça do Império em janeiro de 2026 e Rotunda da Boavista à Anémona em janeiro de 2027.

Para o carro elétrico foi considerado a reabertura da linha 22 em janeiro de 2026.

(milhares)

Autocarro	Est 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029	Orç 2030
Oferta (Quilómetros de Serviço)	22.473	23.881	23.501	23.554	23.542	23.464
Passageiros	69.775	70.706	74.646	73.976	74.172	74.686
Receita (€) [1]	49.581	49.153	53.640	54.113	55.242	56.628
Taxa Atualização Tarifária (TAT)	2,5%	2,2%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%

Linhas Metrobus	Est 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029	Orç 2030
Oferta (Quilómetros de Serviço)	0	312	775	776	775	775
Passageiros	0	2.328	4.540	4.553	4.560	4.567
Receita (€) [1]	0	1.748	3.489	3.569	3.646	3.724

Carro Elétrico	Est 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029	Orç 2030
Oferta (Quilómetros de Serviço)	194	212	259	270	309	309
Passageiros	653	758	971	980	990	1.000
Receita (€) [1]	2.500	3.454	4.599	5.191	5.373	5.427

STCP	Est 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029	Orç 2030
Oferta (Quilómetros de Serviço)	22.666	24.406	24.536	24.601	24.626	24.548
Passageiros	70.428	73.792	80.156	79.509	79.722	80.253
Receita (€) [1]	52.081	54.354	61.729	62.872	64.261	65.780

[1] Receita de Bilheteira e Compensação Tarifária. Não inclui Receita do Museu do Carro Elétrico

### 3.2 Pessoal

<b>Efetivo a 31/12 [1]</b>	<b>Est 2025</b>	<b>Orç 2026</b>	<b>Orç 2027</b>	<b>Orç 2028</b>	<b>Orç 2029</b>	<b>Orç 2030</b>
Autocarro	1.398	1.405	1.405	1.405	1.405	1.405
Linhas Metrobus	36	48	48	48	48	48
Carro Elétrico	37	46	46	49	49	49
Museu	9	10	10	11	11	12
<b>STCP</b>	<b>1.480</b>	<b>1.509</b>	<b>1.509</b>	<b>1.513</b>	<b>1.513</b>	<b>1.514</b>

<b>Efetivo [1]</b>	<b>Est 2025</b>	<b>Orç 2026</b>	<b>Orç 2027</b>	<b>Orç 2028</b>	<b>Orç 2029</b>	<b>Orç 2030</b>
Efetivo a 31/12	1.480	1.509	1.509	1.513	1.513	1.514
Efetivo Médio	1.406	1.503	1.509	1.513	1.513	1.514
Motoristas Funções Autocarro	1.030	1.030	1.030	1.030	1.030	1.030
Motoristas Funções Linhas Metrobus	24	36	36	36	36	36
Guarda-Freios em Funções	24	30	30	33	33	33

[1] Não inclui órgãos sociais, trabalhadores requisitados e licenças sem vencimento. Inclui cedidos.

### 3.3 Frota

Não se encontram contabilizados os autocarros a hidrogénio que farão a operação das linhas Metrobus a partir de 2026.

No ponto 4, investimento, segue detalhe da previsão das aquisições.

<b>Frota Autocarros 31/12</b>	<b>Est 2025</b>	<b>Orç 2026</b>	<b>Orç 2027</b>	<b>Orç 2028</b>	<b>Orç 2029</b>	<b>Orç 2030</b>
Standard Gás Natural	283	254	254	254	254	254
Articulados Gás Natural	29	29	50	50	50	50
<b>Autocarros Gás Natural</b>	<b>312</b>	<b>283</b>	<b>304</b>	<b>304</b>	<b>304</b>	<b>304</b>
Standard Elétrico	88	118	118	118	118	118
Dois Pisos Elétricos	0	0	0	22	22	22
Midis Elétricos	5	8	8	8	8	8
<b>Autocarros Elétricos</b>	<b>93</b>	<b>126</b>	<b>126</b>	<b>148</b>	<b>148</b>	<b>148</b>
Standard Gasóleo	2	2	2	2	0	0
Articulados Gasóleo	20	20	0	0	0	0
Dois Pisos Gasóleo	15	15	15	0	0	0
Minis Gasóleo	2	0	0	0	0	0
<b>Autocarros Gasóleo</b>	<b>39</b>	<b>37</b>	<b>17</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Frota Autocarros 31/dezembro</b>	<b>444</b>	<b>446</b>	<b>447</b>	<b>454</b>	<b>452</b>	<b>452</b>
<b>% Autocarros Gás Natural</b>	<b>70%</b>	<b>63%</b>	<b>68%</b>	<b>67%</b>	<b>67%</b>	<b>67%</b>
<b>% Autocarros Elétricos</b>	<b>21%</b>	<b>28%</b>	<b>28%</b>	<b>33%</b>	<b>33%</b>	<b>33%</b>
<b>% Autocarros Gasóleo</b>	<b>9%</b>	<b>8%</b>	<b>4%</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>

<b>Frota Carros Elétricos 31/12</b>	<b>Est 2025</b>	<b>Orç 2026</b>	<b>Orç 2027</b>	<b>Orç 2028</b>	<b>Orç 2029</b>	<b>Orç 2030</b>
<b>Frota Carros Elétricos 31/12</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>11</b>

### 3.4 Rendimentos sem Compensações Financeiras

Esta análise não inclui as verbas de compensação financeiras.

(milhares de euros)

<b>Rendimentos sem OSP</b>	<b>Est 2025</b>	<b>Orç 2026</b>	<b>Orç 2027</b>	<b>Orç 2028</b>	<b>Orç 2029</b>	<b>Orç 2030</b>
Receita	52.081	54.354	61.729	62.872	64.261	65.780
Aluguer de Carro Elétrico e Autocarro	91	90	90	90	95	95
Vendas e Serviço Prestados	52.171	54.444	61.819	62.962	64.356	65.875
Imputação Subsídios Investimentos	2.032	1.936	1.712	1.699	1.696	1.670
Rendas	791	817	745	1.307	1.445	1.473
Publicidade	931	994	1.003	1.021	1.039	1.058
Outros Rendimentos	2.814	712	679	682	642	566
Subsídio Incentiva+ TP	7.015	7.015	7.015	7.015	7.015	7.015
<b>Rendimentos sem OSP</b>	<b>65.755</b>	<b>65.917</b>	<b>72.974</b>	<b>74.686</b>	<b>76.192</b>	<b>77.657</b>

A partir de 2029, inclusive, foi considerada a continuação, em moldes semelhantes, do Programa de Incentivo ao Transporte Público Coletivo de Passageiros (Incentiva+TP), instituído pelo Decreto- Lei nº 21/2024, de 19 de março, que prevê a avaliação global do mesmo até 2028.

No quadro abaixo segue a descrição das rubricas incluídas em outros rendimentos.

(milhares de euros)

<b>Outros Rendimentos</b>	<b>Est 2025</b>	<b>Orç 2026</b>	<b>Orç 2027</b>	<b>Orç 2028</b>	<b>Orç 2029</b>	<b>Orç 2030</b>
Vendas e Serviços do Museu	177	180	183	186	160	75
Sinistros	150	153	156	159	163	166
Cedência de Trabalhadores	169	165	173	181	184	188
Outros	699	213	167	155	135	137
Subsídios COVID DL 14-C/2020	1.619	0	0	0	0	0
<b>Outros Rendimentos</b>	<b>2.814</b>	<b>712</b>	<b>679</b>	<b>682</b>	<b>642</b>	<b>566</b>

*J. Pinto*  
*E*

### 3.5 Gastos

(milhares de euros)

Gastos	Est 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029	Orç 2030
Pessoal	45.039	51.180	53.201	55.315	56.240	57.183
Energia	12.344	12.746	12.357	12.579	12.546	12.779
Amortizações	9.683	11.007	13.190	14.446	15.855	17.393
Manutenção Autocarros e Carros Elétricos	7.303	8.013	8.378	8.581	8.808	8.959
Outros	6.840	8.516	8.198	8.818	8.615	9.121
Comissões e Fiscalização de Receita	2.331	2.556	2.784	2.831	2.877	2.931
Limpeza, Higiene e Conforto	1.663	1.784	1.879	1.978	2.018	2.058
Seguros	1.487	1.749	1.784	1.820	1.856	1.894
Provisões	370	370	370	370	370	370
<b>Gastos</b>	<b>87.059</b>	<b>97.923</b>	<b>102.142</b>	<b>106.738</b>	<b>109.183</b>	<b>112.688</b>

#### 3.5.1 Gastos Energia

(milhares de euros)

Energia	Est 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029	Orç 2030
Gas Natural	9.438	9.165	9.676	9.827	9.998	10.195
Gasóleo	1.324	1.171	290	283	0	0
Gasolina	36	37	37	38	0	0
Eletricidade	1.547	2.134	1.749	1.814	1.919	1.943
Hidrogénio	0	239	605	618	629	642
<b>Energia</b>	<b>12.344</b>	<b>12.746</b>	<b>12.357</b>	<b>12.579</b>	<b>12.546</b>	<b>12.779</b>

Gás Natural	Est 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029	Orç 2030
Consumos m3	13.209	12.548	12.992	12.938	12.905	12.903
Km Totais	17.850	16.957	17.557	17.483	17.440	17.437
Preço m3 gás natural cêntimos €	71	73	74	75	77	79
Consumo m3 / 100 km	74	74	74	74	74	74
Preço Km Autocarro Gás cêntimos €	53	54	55	56	57	58
<b>Gás Natural Autocarros (milhares de euros)</b>	<b>9.378</b>	<b>9.105</b>	<b>9.616</b>	<b>9.767</b>	<b>9.938</b>	<b>10.135</b>
<b>Outros (milhares de euros)</b>	<b>60</b>	<b>60</b>	<b>60</b>	<b>60</b>	<b>60</b>	<b>60</b>
<b>Gás Natural (milhares de euros)</b>	<b>9.438</b>	<b>9.165</b>	<b>9.676</b>	<b>9.827</b>	<b>9.998</b>	<b>10.195</b>

<b>Eletricidade</b>	<b>Est 2025</b>	<b>Orç 2026</b>	<b>Orç 2027</b>	<b>Orç 2028</b>	<b>Orç 2029</b>	<b>Orç 2030</b>
Consumos kWh	5.254	8.580	8.488	8.672	9.044	8.943
Km Totais	4.042	6.600	6.530	6.671	6.957	6.879
Preço kWh Eletricidade cêntimos €	16	16	17	17	17	18
Consumo kWh / 100 km	130	130	130	130	130	130
Preço Km Autocarro Eletricidade cêntimos €	21	21	22	22	23	23
<b>Eletricidade Autocarros (milhares de euros)</b>	<b>841</b>	<b>1.403</b>	<b>1.416</b>	<b>1.475</b>	<b>1.569</b>	<b>1.583</b>
<b>Postos de Abastecimento (milhares de euros)</b>	<b>189</b>	<b>193</b>	<b>197</b>	<b>201</b>	<b>205</b>	<b>209</b>
<b>Carro Elétrico (milhares de euros)</b>	<b>97</b>	<b>109</b>	<b>136</b>	<b>145</b>	<b>169</b>	<b>172</b>
<b>Instalações e Outras (milhares de euros)</b>	<b>420</b>	<b>429</b>	<b>438</b>	<b>446</b>	<b>455</b>	<b>465</b>
<b>Adesão Comunidade LIPOR 20% desconto</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-437</b>	<b>-453</b>	<b>-480</b>	<b>-486</b>
<b>Eletricidade (milhares de euros)</b>	<b>1.547</b>	<b>2.134</b>	<b>1.749</b>	<b>1.814</b>	<b>1.919</b>	<b>1.943</b>

<b>Gasóleo</b>	<b>Est 2025</b>	<b>Orç 2026</b>	<b>Orç 2027</b>	<b>Orç 2028</b>	<b>Orç 2029</b>	<b>Orç 2030</b>
Consumos litros	1.069	923	206	196	0	0
Km Totais	1.397	1.192	268	255	0	0
Preço litro cêntimos €	121	124	126	129	0	0
Consumo litros / 100 km	77	77	77	77	0	0
Preço do Km Autocarro Gasóleo cêntimos €	93	96	97	99	0	0
<b>Gasóleo Autocarros (milhares de euros)</b>	<b>1.294</b>	<b>1.141</b>	<b>260</b>	<b>253</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Outros (milhares de euros)</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Gasóleo (milhares de euros)</b>	<b>1.324</b>	<b>1.171</b>	<b>290</b>	<b>283</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

<b>Hidrogénio</b>	<b>Est 2025</b>	<b>Orç 2026</b>	<b>Orç 2027</b>	<b>Orç 2028</b>	<b>Orç 2029</b>	<b>Orç 2030</b>
Km Totais	0	320	795	796	795	795
Custo Km Combustível Hidrogénio euros	0,73	0,75	0,76	0,78	0,79	0,81
<b>Hidrogénio (milhares de euros)</b>	<b>0</b>	<b>239</b>	<b>605</b>	<b>618</b>	<b>629</b>	<b>642</b>

*J. Pinheiro*  
8



### 3.5.2 Gastos Manutenção

(milhares de euros)

<b>Manutenção Autocarros e Carros Elétricos</b>	<b>Est 2025</b>	<b>Orç 2026</b>	<b>Orç 2027</b>	<b>Orç 2028</b>	<b>Orç 2029</b>	<b>Orç 2030</b>
Manutenção Autocarros STCP	6.616	7.205	7.232	7.393	7.537	7.662
Manutenção Autocarros Metrobus	0	233	436	445	453	462
Manutenção Carro Elétrico	687	575	710	743	818	835
<b>Manutenção Autocarros e Carros Elétricos</b>	<b>7.303</b>	<b>8.013</b>	<b>8.378</b>	<b>8.581</b>	<b>8.808</b>	<b>8.959</b>

### 3.5.3 Outros Gastos

(milhares de euros)

<b>Outros Gastos</b>	<b>Est 2025</b>	<b>Orç 2026</b>	<b>Orç 2027</b>	<b>Orç 2028</b>	<b>Orç 2029</b>	<b>Orç 2030</b>
Manutenção Instalações e Transporte Valores	1.349	1.900	1.955	2.020	2.060	2.102
Softwares, Royalties, Comunicações e Sistemas	1.246	1.843	1.880	2.040	2.081	2.181
Trabalhos Especializados	1.145	1.168	1.185	1.188	1.134	1.156
Publicidade e Informação ao Público	521	597	546	562	561	578
Fardamentos, Segurança e Serviços Clínicos	280	602	329	637	361	665
Rendas	337	379	391	398	406	414
Outros	1.960	2.028	1.913	1.974	2.012	2.025
<b>Outros Gastos</b>	<b>6.840</b>	<b>8.516</b>	<b>8.198</b>	<b>8.818</b>	<b>8.615</b>	<b>9.121</b>

#### 4. Plano de Investimento

(valores em milhares de euros sem IVA)

	Est 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029	Orç 2030
<b>Investimento STCP, EIM, SA</b>						
<b>Operação Autocarros</b>	<b>14.642</b>	<b>38.067</b>	<b>12.320</b>	<b>18.600</b>	<b>6.455</b>	<b>530</b>
<b>Autocarros, Baterias e Postos Carregamento</b>	<b>9.971</b>	<b>23.770</b>	<b>11.800</b>	<b>17.820</b>	<b>425</b>	<b>0</b>
Autocarros Elétricos Standard (20 em 2025, deslize de 24)	7.595	0	0	0	0	0
Autocarros Elétricos Standard (30 em 31/03/26)	0	11.075	0	0	0	0
Autocarros Elétricos Midi (5 em 25 e 3 em 26)	1.700	1.020	0	0	0	0
Autocarros Gás Articulados (25 em 26 e 25 em 27)	0	10.750	10.750	0	0	0
Autocarros Elétricos Dois Pisos (22 em 28)	0	0	0	16.500	0	0
Carregadores Duplos	677	925	0	1.320	0	0
Aquisição de Baterias Autocarros Elétricos	0	0	1.050	0	425	0
<b>Infraestruturas Carregadores Autocarros Elétricos</b>	<b>147</b>	<b>158</b>	<b>0</b>	<b>250</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Estação de Recolha Francos</b>	<b>3.100</b>	<b>3.631</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Estação de Recolha Areosa e Via Norte</b>	<b>927</b>	<b>9.777</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Empreitada oficinas Areosa	400	1.700	0	0	0	0
Empreitada estruturas metálicas Areosa e Via Norte	123	8.077	0	0	0	0
Obras Via Norte (deslize PI 24)	404	0	0	0	0	0
<b>Painéis Fotovoltaicos Francos</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5.500</b>	<b>0</b>
<b>Outros Projetos de Apoio Rodoviário</b>	<b>496</b>	<b>731</b>	<b>520</b>	<b>530</b>	<b>530</b>	<b>530</b>
<b>Empreitada Polícia Municipal Francos</b>	<b>615</b>	<b>4.305</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Empreitada Areosa</b>	<b>0</b>	<b>123</b>	<b>5.117</b>	<b>1.279</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Comuns STCP</b>	<b>3.280</b>	<b>1.675</b>	<b>1.972</b>	<b>1.987</b>	<b>2.023</b>	<b>2.085</b>
<b>Total Rodoviário</b>	<b>18.537</b>	<b>44.170</b>	<b>19.409</b>	<b>21.866</b>	<b>8.478</b>	<b>2.615</b>
Empreitada geral requalificação Massarelos (Museu + UCE)	0	175	1.000	2.000	50	2.950
Subestação Elétrica D. Afonso Henriques	0	600	600	0	0	0
Subestação Elétrica Campo Mártires Pátria (deslize 24)	484	0	0	0	0	0
Intervenções Carros Elétricos	314	500	535	265	215	215
Outros	337	100	35	230	30	30
<b>Total Carro Elétrico</b>	<b>1.135</b>	<b>1.375</b>	<b>2.170</b>	<b>2.495</b>	<b>295</b>	<b>3.195</b>
Requalificação carros eletricos coleção do Museu	50	100	50	50	50	75
Outros	50	30	45	45	65	140
<b>Total Museu</b>	<b>100</b>	<b>130</b>	<b>95</b>	<b>95</b>	<b>115</b>	<b>215</b>
<b>Investimento STCP, EIM, SA</b>	<b>19.772</b>	<b>45.675</b>	<b>21.674</b>	<b>24.456</b>	<b>8.888</b>	<b>6.025</b>

Não foi considerada a aquisição, em 2028, dos 10 autocarros articulados de opção complementares aos 50 a adquirir em 2026 e 2027.

*J. Almeida*

(valores em milhares de euros sem IVA)

Fonte de Financiamento	Est 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029	Orç 2030
Municípios	15.739	45.470	21.659	24.441	8.877	6.025
Estado [1]	4.033	205	15	15	11	0
<b>Investimento STCP, EIM, SA</b>	<b>19.772</b>	<b>45.675</b>	<b>21.674</b>	<b>24.456</b>	<b>8.888</b>	<b>6.025</b>

[1] Portaria 761/19 e Aumentos de Capital até 2020.

Investimento STCP, EIM, SA	Est 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029	Orç 2030
Autocarros, Baterias e Postos Carregamento e Carros Elétricos	10.482	24.528	12.385	18.385	690	290
Infraestruturas	5.127	18.611	6.717	3.279	5.550	2.950
Outros	4.163	2.536	2.572	2.792	2.648	2.785
<b>Investimento STCP, EIM, SA</b>	<b>19.772</b>	<b>45.675</b>	<b>21.674</b>	<b>24.456</b>	<b>8.888</b>	<b>6.025</b>

### Autocarros, Baterias e Postos de Carregamento

Quantidade	Est 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029	Orç 2030
Número Autocarros Elétricos Standard_deslize 2024	20					
Número Autocarros Gás Natural Articulados		25	25			
Número Autocarros Elétricos Standard		30				
Número Autocarros Elétricos Dois Pisos				22		
Número Autocarros Elétricos Midi	5	3				
<b>Número Autocarros</b>	<b>25</b>	<b>58</b>	<b>25</b>	<b>22</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Número de Carregadores Duplos_deslize 2024	10					
Número de Carregadores Duplos	4	15		22		
Número de Baterias			15		5	

(milh. euros, sem IVA)	Est 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029	Orç 2030
Autocarros Elétricos Standard_deslize 2024	7.595	0	0	0	0	0
Autocarros Gás Natural Articulados	0	10.750	10.750	0	0	0
Autocarros Elétricos Standard	0	11.075	0	0	0	0
Autocarros Elétricos Dois Pisos	0	0	0	16.500	0	0
Autocarros Elétricos Midi	1.700	1.020	0	0	0	0
Carregadores Duplos	677	925	0	1.320	0	0
Baterias	0	0	1.050	0	425	0
<b>Autocarros, Baterias e Postos de Carregamento</b>	<b>9.971</b>	<b>23.770</b>	<b>11.800</b>	<b>17.820</b>	<b>425</b>	<b>0</b>

## 5. Compensações Financeiras dos Três Contratos

A 1 de janeiro de 2025 entraram em vigor, por 10 anos, até 31 de dezembro de 2034, o Contrato de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros explorado pela STCP, o Contrato de Serviço Público de Transporte de Passageiros em Carro Elétrico no Município do Porto e o Contrato-Programa do Museu do Carro Elétrico.

O valor previsional das compensações financeiras dos três contratos de 2025 a 2030 foi atualizado, para os IPG 26-30, pelo Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada (CEGEA) da Universidade Católica, entidade que desde 2019 apoia a STCP neste âmbito.<sup>1</sup>

No apuramento do valor das compensações financeiras foi considerada uma taxa de retorno de 7,00%, a qual foi apurada em julho de 2024.

(valores em milhares de euros, sem IVA)

<b>Rodoviário (nos termos da Cláusula 60ª nº 1)</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>	<b>2027</b>	<b>2028</b>	<b>2029</b>	<b>2030</b>	<b>Σ 25-30</b>
OSP Contratuais	32.078	33.596	33.935	34.624	35.054	34.980	204.268
OSP IPG 26-30	28.632	31.533	33.378	34.406	35.445	36.665	200.059
<b>IPG 26-30 - Contratuais</b>	<b>-3.446</b>	<b>-2.064</b>	<b>-557</b>	<b>-218</b>	<b>391</b>	<b>1.684</b>	<b>-4.209</b>

<b>Carro Elétrico</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>	<b>2027</b>	<b>2028</b>	<b>2029</b>	<b>2030</b>	<b>Σ 25-30</b>
Repartição de Resultados Contratuais	-977	-999	-1.019	-1.039	-1.060	-1.081	-6.175
Repartição de Resultados IPG 26-30	-314	-321	-328	-334	-341	-348	-1.986
<b>IPG 26-30 - Contratuais</b>	<b>663</b>	<b>677</b>	<b>691</b>	<b>705</b>	<b>719</b>	<b>733</b>	<b>4.188</b>

<b>Museu do Carro Elétrico</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>	<b>2027</b>	<b>2028</b>	<b>2029</b>	<b>2030</b>	<b>Σ 25-30</b>
Subsídios à Exploração Contratuais	655	675	690	817	873	1.203	4.915
Subsídios à Exploração IPG 26-30	1.228	1.101	1.052	1.151	1.234	1.441	7.208
<b>IPG 26-30 - Contratuais</b>	<b>573</b>	<b>426</b>	<b>362</b>	<b>333</b>	<b>361</b>	<b>238</b>	<b>2.293</b>

<b>STCP EIM SA - Total de Compensações</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>	<b>2027</b>	<b>2028</b>	<b>2029</b>	<b>2030</b>	<b>Σ 25-30</b>
Contratuais	31.756	33.273	33.607	34.403	34.867	35.103	203.008
IPG 26-30	29.546	32.312	34.103	35.223	36.338	37.758	205.280
<b>IPG 26-30 - Contratuais</b>	<b>-2.210</b>	<b>-961</b>	<b>496</b>	<b>820</b>	<b>1.471</b>	<b>2.656</b>	<b>2.272</b>

A diferença entre os valores do contrato e dos IPG 26--30 das compensações financeiras de 2025 a 2030 decorre da atualização das estimativas quer de gastos e rendimentos operacionais quer de investimento.

<sup>1</sup> Aprovado na reunião de Conselho de Administração nº 40/25 de 23.out.25 ponto 1.14

## 5.1 Compensações por Obrigações de Serviço Público (OSP) – Contrato Rodoviário

### Compensação por Obrigações de Serviço Público Rodoviário (nos termos da Cláusula 60ª nº 1)

(valores em milhares de euros, sem IVA)

#### OSP IPG 26-30

Ano	Gondomar	Maia	Matosinhos	Porto	Valongo	V.N. Gaia	Rodoviário
2025	2.323	2.454	4.104	14.840	1.364	3.547	28.632
2026	2.558	2.703	4.519	16.344	1.502	3.906	31.533
2027	2.708	2.861	4.784	17.300	1.590	4.134	33.378
2028	2.758	2.914	4.750	17.723	1.620	4.642	34.406
2029	2.841	3.002	4.893	18.259	1.669	4.782	35.445
2030	2.939	3.105	5.061	18.887	1.726	4.947	36.665

### Montante Máximo Transferência Financeira (Contrato Rodoviário) (nos termos da Cláusula 62ª nº 8)

(valores em milhares de euros, sem IVA)

#### Montante Máximo Transferência Financeira IPG 26-30

Ano	Gondomar	Maia	Matosinhos	Porto	Valongo	V.N. Gaia	Rodoviário
2025	2.427	2.564	4.287	15.504	1.425	3.705	29.913
2026	2.665	2.817	4.709	17.030	1.565	4.070	32.857
2027	2.817	2.977	4.978	18.000	1.655	4.302	34.729
2028	2.868	3.031	4.940	18.433	1.684	4.828	35.784
2029	2.954	3.121	5.087	18.982	1.735	4.972	36.850
2030	3.052	3.225	5.257	19.617	1.793	5.138	38.082



## 5.2 Repartição de Resultados – Contrato do Carro Elétrico

(valores em milhares de euros, sem IVA)

Com o Município do Porto

### Repartição de Resultados IPG 26-30

Ano	Carro Elétrico
2025	-314
2026	-321
2027	-328
2028	-334
2029	-341
2030	-348

## 5.3 Subsídios à Exploração – Contrato Programa Museu Carro Elétrico

(valores em milhares de euros, sem IVA)

### Subsídios à Exploração IPG 26-30

Ano	Museu do Carro Elétrico
2025	1.228
2026	1.101
2027	1.052
2028	1.151
2029	1.234
2030	1.441

Com o Município do Porto

## 6. Demonstrações Financeiras

As peças contabilísticas da STCP EIM, SA são as que seguem nos pontos seguintes.

### 6.1 Demonstração de Resultados por Natureza

Demonstração de Resultados por Natureza (milhares de euros)	Est 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029	Orç 2030
Vendas e Serviços Prestados	52.171	54.444	61.819	62.962	64.356	65.875
Compensações Financeiras	29.546	32.312	34.103	35.223	36.338	37.758
Incentiva + TP e outros subsídios	8.679	7.015	7.015	7.015	7.015	7.015
Trabalhos para a Própria Entidade	0	0	0	0	0	0
Variação nos Inventários da Produção	0	0	0	0	0	0
Aumentos/Reduções de Justo Valor	0	0	0	0	0	0
Outros Rendimentos e Ganhos	4.905	4.458	4.141	4.709	4.821	4.767
Ganhos/Perdas imputados subsidiárias e associadas	0	0	0	0	0	0
Fornecimentos e Serviços Externos	-23.738	-26.256	-26.970	-27.942	-28.128	-28.710
Custo Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-7.326	-8.266	-7.551	-7.789	-7.698	-8.122
Gastos com Pessoal	-45.039	-51.180	-53.201	-55.315	-56.240	-57.183
Imparidade de Inventários	0	0	0	0	0	0
Imparidade de Dívidas a Receber	0	0	0	0	0	0
Provisões	-370	-370	-370	-370	-370	-370
Imparidade de Investimentos	0	0	0	0	0	0
Outros Gastos e Perdas	-880	-821	-837	-854	-871	-889
<b>Resultados Antes Depreciações, Gastos Financiamento e Impostos</b>	<b>17.947</b>	<b>11.336</b>	<b>18.148</b>	<b>17.639</b>	<b>19.224</b>	<b>20.141</b>
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	-9.705	-11.030	-13.213	-14.469	-15.877	-17.414
Imparidade ativos depreciables/amortizáveis (perdas/revers)	0	0	0	0	0	0
<b>Resultado Operacional (antes gastos financiamento e impostos)</b>	<b>8.242</b>	<b>307</b>	<b>4.935</b>	<b>3.170</b>	<b>3.347</b>	<b>2.727</b>
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	0	0	0	0	0	0
Juros e Gastos Similares Suportados	0	-663	-683	-979	-626	-240
<b>Resultado Antes de Impostos</b>	<b>8.242</b>	<b>-356</b>	<b>4.252</b>	<b>2.192</b>	<b>2.721</b>	<b>2.487</b>
Transferências Financeiras Lei 50/12	0	400	0	0	0	0
Imposto sobre o Rendimento do Período	-584	-6	-302	-157	-194	-178
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>7.659</b>	<b>38</b>	<b>3.950</b>	<b>2.035</b>	<b>2.526</b>	<b>2.309</b>

## 6.2 Balanço

Balanço (milhares de euros)	Est 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029	Orç 2030
Ativos Intangíveis	712	712	712	712	712	712
Propriedades de Investimento	11.772	11.772	11.772	11.772	11.772	11.772
Ativos Fixos Tangíveis	148.234	182.880	191.341	201.328	194.338	182.949
<b>Ativo Fixo Económico Líquido</b>	<b>160.719</b>	<b>195.364</b>	<b>203.825</b>	<b>213.812</b>	<b>206.823</b>	<b>195.433</b>
Participações Financeiras - MEP	1.342	1.342	1.342	1.342	1.342	1.342
Outros Ativos Financeiros	203	203	203	203	203	203
Créditos a Receber Não Corrente	7.484	7.484	7.484	7.484	7.484	7.484
<b>Ativo Fixo Financeiro</b>	<b>9.029</b>	<b>9.029</b>	<b>9.029</b>	<b>9.029</b>	<b>9.029</b>	<b>9.029</b>
Inventários	865	883	900	918	937	955
Clientes	12	13	15	15	16	16
Estado e Outros Entes Públicos	5.013	11.581	5.495	6.201	2.253	1.528
Outras Contas a Receber Corrente	14.594	15.450	16.529	16.758	17.031	17.321
Diferimentos	660	660	660	660	660	660
Caixa e Depósitos Bancários	19.765	0	0	0	0	0
<b>Ativo Corrente</b>	<b>40.910</b>	<b>28.586</b>	<b>23.599</b>	<b>24.552</b>	<b>20.897</b>	<b>20.480</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>210.658</b>	<b>232.979</b>	<b>236.453</b>	<b>247.393</b>	<b>236.748</b>	<b>224.942</b>
Capital Realizado	90.000	90.000	90.000	90.000	90.000	90.000
Reservas Legais	75	75	75	75	75	75
Outras Reservas	26	26	26	26	26	26
Resultados Transitados	7.929	15.587	15.626	19.575	21.610	24.136
Excedentes de Revalorização	45.141	45.141	45.141	45.141	45.141	45.141
Outras Variações no Capital Próprio	16.212	14.299	12.609	10.932	9.259	7.610
Resultado Líquido do Período	7.659	38	3.950	2.035	2.526	2.309
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b>167.041</b>	<b>165.166</b>	<b>167.426</b>	<b>167.784</b>	<b>168.637</b>	<b>169.297</b>
Provisões	10.273	10.273	10.273	10.273	10.273	10.273
Financiamentos Obtidos Correntes	0	22.091	22.770	32.620	20.863	8.000
Fornecedores	4.582	5.070	5.072	5.248	5.264	5.411
Estado e Outros Entes Públicos	2.022	2.297	2.388	2.483	2.524	2.567
Outras Contas a Pagar corrente e não corrente	14.317	15.659	16.101	16.562	16.764	16.971
Diferimentos	2.113	2.113	2.113	2.113	2.113	2.113
Outros Passivos Financeiros Correntes	10.309	10.309	10.309	10.309	10.309	10.309
Adiantamento de clientes	0	0	0	0	0	0
<b>Total do Passivo</b>	<b>43.617</b>	<b>67.813</b>	<b>69.027</b>	<b>79.609</b>	<b>68.111</b>	<b>55.644</b>
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>	<b>210.658</b>	<b>232.979</b>	<b>236.453</b>	<b>247.393</b>	<b>236.748</b>	<b>224.942</b>

Entre 2026 e 2030 foi considerado o recurso a endividamento.

*J. Almeida*

### 6.3 Demonstração de Fluxos de Caixa

Demonstração de Fluxos de Caixa (milhares de euros)	Est 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Orç 2029	Orç 2030
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais - Método direto</b>						
Recebimentos de clientes	67.507	61.058	67.411	69.806	71.125	72.553
Pagamentos a fornecedores	-31.154	-34.833	-35.334	-36.387	-36.658	-37.553
Pagamentos ao pessoal	-45.039	-51.180	-53.201	-55.315	-56.240	-57.183
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>-8.686</b>	<b>-24.956</b>	<b>-21.124</b>	<b>-21.895</b>	<b>-21.772</b>	<b>-22.183</b>
Pagamento/Recebimento do imp.sobre o rendimento	584	6	302	157	194	178
Outros recebimentos/pagamentos	33.708	28.106	40.733	35.365	41.598	40.652
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>	<b>25.606</b>	<b>3.156</b>	<b>19.911</b>	<b>13.627</b>	<b>20.020</b>	<b>18.647</b>
<b>Pagamentos respeitantes a :</b>						
Ativos fixos tangíveis	-19.772	-45.675	-21.674	-24.456	-8.888	-6.025
Ativos intangíveis	0	0	0	0	0	0
Investimento financeiros	0	0	0	0	0	0
Outros ativos	0	0	0	0	0	0
	<b>-19.772</b>	<b>-45.675</b>	<b>-21.674</b>	<b>-24.456</b>	<b>-8.888</b>	<b>-6.025</b>
<b>Recebimentos provenientes de:</b>						
Ativos fixos tangíveis	0	0	0	0	0	0
Ativos intangíveis	0	0	0	0	0	0
Investimento financeiros	0	0	0	0	0	0
Outros ativos	0	0	0	0	0	0
Subsídios ao investimento	0	0	0	0	0	0
Juros e rendimentos similares	0	0	0	0	0	0
Dividendos	0	0	0	0	0	0
	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>	<b>-19.772</b>	<b>-45.675</b>	<b>-21.674</b>	<b>-24.456</b>	<b>-8.888</b>	<b>-6.025</b>
<b>Recebimentos provenientes de:</b>						
Financiamentos obtidos	0	22.091	679	9.850	0	0
Realização de capital e outros instrumentos de capital próprio	0	0	0	0	0	0
Cobertura de prejuízos do anterior accionista	0	0	0	0	0	0
Cobertura de prejuízos ao abrigo da Lei nº 50/2012	0	0	400	0	0	0
Outras operações de financiamento	0	0	0	0	0	0
	<b>0</b>	<b>22.091</b>	<b>1.079</b>	<b>9.850</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Pagamentos respeitantes a :</b>						
Financiamentos obtidos	-4	0	0	0	-11.758	-12.862
Juros e gastos similares	0	663	683	979	626	240
Dividendos	0	0	0	0	0	0
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio	0	0	0	0	0	0
Outras operações de financiamento	0	0	0	0	0	0
	<b>-4</b>	<b>663</b>	<b>683</b>	<b>979</b>	<b>-11.132</b>	<b>-12.622</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>	<b>-4</b>	<b>22.754</b>	<b>1.762</b>	<b>10.829</b>	<b>-11.132</b>	<b>-12.622</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>5.830</b>	<b>-19.765</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	13.936	19.765	0	0	0	0
Caixa e seus equivalentes no final do período	19.765	0	0	0	0	0

## **7. Principais Riscos**

### **1) Risco de procura e receita**

Sinaliza-se o possível não cumprimento dos pressupostos assumidos para os passageiros de autocarro, e consequente efeito na receita, pela previsão de passageiros das linhas Metrobus<sup>2</sup> e impacto na rede de autocarro da STCP.

Sinaliza-se o possível não cumprimento dos pressupostos assumidos para os passageiros de carro elétrico, e consequente efeito na receita, pela previsão de retoma da circulação da linha 22, dependente do final das obras da linha Rosa do Metro.

### **2) Risco de receita pelo não aumento das tarifas**

À data de elaboração do orçamento, julho de 2025, foi considerada uma Taxa de Atualização Tarifária (TAT) de 2,5% para 2026. Caso a TAT seja inferior, a receita não atingirá os valores previstos por efeito preço. Foi ainda considerado o aumento do bilhete de bordo em 2027, e o aumento do bilhete do carro elétrico, caso não seja realizado, a receita não atingirá os valores previstos por efeito preço.

### **3) Risco de subsídio Incentiva +TP**

A partir de 2029, inclusive, foi considerada a continuação, em moldes semelhantes, do Programa de Incentivo ao Transporte Público Coletivo de Passageiros (Incentiva+TP), instituído pelo Decreto-Lei nº 21/2024, de 19 de março, que prevê a avaliação global do mesmo até 2028, que caso não se concretize terá impacto nos rendimentos.

### **4) Risco de incerteza do modelo gastos e rendimentos Linhas Metrobus**

Está pendente de assinatura um Memorando de entendimento sobre o modelo de gestão das linhas Metrobus a celebrar entre o Estado Português, a STCP, Metro do Porto e Câmara Municipal do Porto que pressupõe a celebração de elementos contratuais que ainda estão pendentes de conclusão.

### **5) Risco de aumento dos preços da energia - gás natural, gasóleo e eletricidade**

Está previsto que no final de 2025, 70% da frota de autocarros seja a gás natural (312), 21% a eletricidade (93) e 9% a gasóleo (39), num total de 444 viaturas. À data de elaboração do orçamento, julho de 2025, foi considerada a previsão para a evolução dos preços que refletia o melhor conhecimento nesta conjuntura de incerteza terá de ser também considerado como um grande risco.

### **6) Risco de gastos com pessoal**

As taxas de aumento salarial anual consideradas (4,6% para 2026 a 2028 e 2% para 2029 e 2030), para efeito de apuramento dos gastos com o pessoal, poderão apresentar alguma incerteza associada, considerando

---

<sup>2</sup> A fonte para a previsão da procura Metrobus 2027-2034 foi o estudo da TRENMO, Análise Custo-Benefício – Linha Boavista-Império/Anémona (Linhas Metrobus), 2022.



vários fatores, tais como os futuros compromissos negociais com as diferentes organizações sindicais, que poderão ter por referência eventuais valorizações aplicadas à função pública e a evolução da inflação.

#### **7) Risco de Gastos e Rendimentos Não Correntes**

Não foram considerados, para o período de previsão, quaisquer valores para este tipo de rubricas, nomeadamente de variação de justo valor e imparidades.

- Os ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento encontram valorizados ao justo valor tendo por base avaliação efetuada por entidades externas e especializadas, independentes e com qualificação profissional reconhecida, com data de referência de 31 de dezembro de 2024, pelo que eventuais impactos ao nível do justo valor destes ativos não foram considerados para efeito de orçamento.
- A STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda., empresa participada a 100% pela STCP, EIM, SA, é valorizada nas demonstrações financeiras da STCP pelo método de equivalência patrimonial. Tendo por base o contrato programa elaborado entre a STCP Serviços e o Município do Porto, e outros que venham a ser firmados, estima-se que a atividade da STCP Serviços evolua de forma positiva ao longo dos anos. No entanto, ao abrigo dos contratos-programa elaborados e, tendo por base o pressuposto de transferência dos resultados positivos ou assunção dos prejuízos via subsídio OSP por parte dos beneficiários dos contratos, estima-se um resultado próximo de zero, razão pela qual não foi considerado qualquer impacto ao nível da aplicação do método de equivalência patrimonial na elaboração deste orçamento.
- Não foi estimado qualquer impacto pela aplicação do método de equivalência patrimonial para as participadas, TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE , que se encontra em processo de liquidação à data, conforme previsto no Decreto Lei nº 121/2019, e Transpublicidade – Publicidade em Transportes, S.A. por não se considerar os seus impactos materialmente relevantes no orçamento.

#### **8) Outros**

Caso a concretização do plano de investimento não se concretize, nomeadamente devido a atrasos na entrega dos autocarros e deslizos nos prazos de execução das infraestruturas, haverá impacto na estimativa de depreciações e nos gastos de manutenção.

## 8. Parecer do Fiscal Único

**forv/s  
mazars**

# Relatório do revisor oficial de contas sobre os instrumentos de gestão previsional

### Introdução

Nos termos do artigo 25º, nº 6, alínea j) da Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto, procedemos à revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional da **STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A.** (a Entidade) relativo ao período de **2026 a 2030**, que compreendem (i) o Plano anual de atividades de 2026 a 2030, (ii) orçamento de 2026 a 2030, (iii) Plano de investimento 2026-2030 e (iv) as demonstrações prospetivas respeitantes ao exercício de 2026 a 2030 (constituídas por demonstração da posição financeira, demonstração dos resultados e demonstração dos fluxos de caixa), incluindo os pressupostos de referência.

### Responsabilidades do órgão de gestão sobre os instrumentos de gestão previsional

É da responsabilidade do Órgão de Gestão da Entidade a preparação e a apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional ("IGP") e a divulgação dos pressupostos nos quais as previsões nelas incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

### Responsabilidades do auditor sobre a revisão dos instrumentos de gestão previsional

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo relatório.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

### Conclusão e opinião

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião a projeção está devidamente preparada com base nos pressupostos e está apresentada de acordo com o exigido pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Devemos, todavia, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Não obstante o referido, sublinhamos os pressupostos a seguir indicados, com especial impacto no resultado líquido previsional, e devidamente divulgados no Relatório "Instrumentos Previsionais de Gestão 2026-2030" datado de 28 de outubro de 2025:

1. A receita de transporte de passageiros de autocarro e carro elétrico está dependente do cumprimento da oferta, das taxas de acréscimo anuais previstas para a procura (incluindo as linhas Metrobus e retoma de circulação da linha 22 do carro elétrico) e da aplicação das taxas de aumento tarifário (TAT) consideradas;
2. A receita resultante dos subsídios à exploração, compreende os montantes de acerto final anual do contrato de Serviço Público de Transporte Rodoviário explorado pela STCP, conforme previsto no n.º

Forvis Mazars & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.  
Sede Social: Centro Empresarial Torres de Lisboa, Rua Tomás da Fonseca, Torre A, 13º Piso, C - D, 1600-209 Lisboa - Portugal  
Porto: Rua Manuel Pinto de Azevedo nº106-126, Piso 1 Q2 e Q3, 4100-320 Porto - Portugal (Porto.pt@forvismazars.com)  
Inscrição n.º 51 na OROC - Registada na CMVM sob o n.º 20161394 - NIPC 502 107 251 - Capital Social 216.660,00 €


3 da cláusula 62.º deste contrato, a qual teve por base estimativa de aplicação da fórmula de cálculo presente neste documento, considerando o modelo de *Capital cash flow* e o pressuposto de um Valor Atual Líquido (VAL) igual a zero nos 10 anos do contrato. O modelo de apuramento do montante das Obrigações de Serviço Público (OSP) considera uma taxa de retorno de 7%, cuja evolução da mesma tem impacto direto no cálculo do valor do OSP;

3. Os gastos com energia estimados (gás natural, gasóleo, eletricidade e hidrogénio) estão condicionados pela evolução dos preços no mercado;
4. Os gastos com pessoal estimados, pressupõe taxas de aumento salarial e de salário mínimo nacional que estão dependentes da sua ocorrência, bem como do cumprimento do número de efetivos previsto;
5. O orçamento de 2026 e seguintes, compreende a operação das linhas Metrobus, cujos dados relativos à mesma (gastos e rendimentos) foram baseados em estudo de procura realizado pela consultora TRENMO Engenharia S.A., existindo, à data, incertezas quanto aos pressupostos e condições utilizados, razão pelo qual está em análise um memorando de entendimento sobre o modelo de gestão das linhas Metrobus, pelo que os pressupostos e condições não se encontram encerrados, devendo ser considerado como a melhor estimativa disponível à data;
6. Aprovação e cumprimento do plano de investimento e de financiamento para o período de 2026-2030, nomeadamente da aquisição de autocarros e requalificação das Estações de recolha de Francos, Areosa e Via Norte, dentro dos prazos delineados, com impactos ao nível do cumprimento da oferta, montantes dos ativos fixos tangíveis, gastos com depreciações e gastos de manutenção.
7. O orçamento de 2026 e seguintes, considera que o montante recebido em 2025 no âmbito do Programa de Incentivo ao Transporte Público Coletivo de Passageiros (Incentiva+TP), instituído pelo Decreto-Lei nº 21/2024, de 19 de março, se mantenha nos mesmos moldes e montantes.

Porto, 31 de outubro de 2025



**Forvis Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A**  
(Inscrição n.º 51 na OROC – Registada na CMVM sob o n.º 20161394)  
representada por José Fernando Abreu Rebouta  
(Revisor Oficial de Contas n.º 1023 e registado na CMVM com o nº 20160637)

